

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CONIMBRIGA



VOLUME XXXV – 1996

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA
ISSN 0084-9189

PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECTOR
JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para
recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
PALÁCIO DE SUB-RIPAS
P — 3000 COIMBRA

PEDIDOS:

DIGLIVRO
Rua Ilha do Pico, 3B — Pontinha
P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO
Rua Gomes Leal, 93, cv.
P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehr erwünscht.*

CONIMBRIGA

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pela

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXXV



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1996

(Página deixada propositadamente em branco)

JORGE DE ALARCÃO
Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

AS ORIGENS DO POVOAMENTO DA REGIÃO DE VISEU
“Conimbriga” XXXV (1996) p. 5-35

RESUMO: O autor apresenta uma hipótese de agrupamento dos castros da Idade do Ferro na região de Viseu e faz corresponder, a cada grupo, uma unidade étnica, que as fontes epigráficas romanas permitem nomear. Mostra que, na época romana, não há aldeias, mas um povoamento disperso por *villae* e casais. A aldeia parece ser, na região, uma criação medieval. Apresentam-se mapas das aldeias citadas na documentação até ao séc. XII e põe-se o problema da origem desses pequenos aglomerados populacionais.

ABSTRACT: The author lances the hypothesis that the Iron Age *castra* in the Viseu area (northern part of central Portugal) were geographically grouped together. He further postulates that each group represents an ethnic entity whose name may be retrieved from Roman sources. Villages as such did not exist during the Roman period; the population being dispersed amongst hamlets and *villae*. It seems that villages only came into being in Medieval times. Those documented up to the twelfth century are shown on the maps presented, while the problem of their origin is raised.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS ORIGENS DO POVOAMENTO DA REGIÃO DE VISEU *

A área que aqui analisamos é a da *civitas* romana de Viseu. A sua delimitação é fácil a Ocidente, pelas serras do Caramulo (na Idade Média, de Alcoba) e de Arada (na época medieval, de Fuste); a Norte, pela serra de Montemuro; a Nordeste, pelas serras de Leomil e da Lapa; a Sudeste, pela serra da Estrela. A Sul, a *civitas* de Viseu confinava com a de Bobadela (Oliveira do Hospital). É difícil traçar esta fronteira meridional, que seria artificial, porque nenhum acidente geográfico, monte ou rio, separava as duas *civitates*. Nem sequer estrada, que às vezes servia de raia. Incluímos, na nossa análise, o antigo território medieval de Senhorim, onde Nelas é hoje o aglomerado urbano mais importante, e bem assim a parte norte do concelho de Tondela. Os castros de S. Romão (Seia) e Guardão (na serra do Caramulo) poderiam ser pontos nos confins das duas *civitates*, cuja fronteira talvez se não afastasse muito de uma linha recta entre os dois sítios.

A área foi, nos últimos anos, objecto de vários estudos; por ordem cronológica, citaremos os nossos próprios, *A cidade romana de Viseu* (ALARCÃO, 1989) e *Geografia política e religiosa da civitas de Viseu* (ALARCÃO, 1989 a); depois, mais importante, a tese de doutoramento de João L. Inês Vaz, *A civitas de Viseu (Espaço e sociedade)* (VAZ, 1993); por último, a tese de mestrado de Ivone Pedro, *O povoamento proto-histórico na região de Viseu* (PEDRO, 1995).

Estas duas teses, sem as quais este nosso artigo teria sido impossível, não foram ainda publicadas. Para elas remetemos o leitor

* Agradecemos ao Dr. João da Cunha Matos, à Doutora Leontina Ventura e ao Doutor João Inês Vaz as preciosas observações que nos permitiram corrigir ou melhorar, nalguns pontos, o original deste artigo.

que queira inteirar-se de pormenores, designadamente bibliográficos, sobre as estações da Idade do Ferro e romanas a que aqui aludimos e que nos nossos mapas cartografamos. O nosso trabalho é a reinterpretação dos dados apresentados por João L. Inês Vaz e Ivone Pedro, mas não dispensa a leitura das duas teses citadas, cuja publicação desejamos. Acrescentamos aos dois trabalhos referidos um estudo sobre o povoamento medieval, tendo em vista a identificação de sobrevivências ou contrastes. Também o nosso estudo não dispensa a consulta de valiosas monografias locais sobre Viseu (ARAGÃO, 1894), Algodres (MARQUES, 1938), Seia (BIGOTTE, 1981), Nelas (LOUREIRO, 1957), Mangualde (SILVA, 1978) e Castro Daire (CORREIA, ALVES e VAZ, 1986). A documentação medieval utilizada foi a dos DMP (DR e DP), do LIVRO PRETO DA SÉ DE COIMBRA e do LIVRO SANTO DE SANTA CRUZ. Admitimos que as localidades cartografadas por Merêa e Girão (1943) estão realmente citadas na documentação publicada em PMH (DC), e não procedemos à verificação.

O nosso artigo é um mero ensaio que apela a mais aprofundado e rigoroso estudo por parte dos investigadores que trabalham sobre esta região.

O Povoamento na Idade do Ferro e no Período Romano

Na região de Viseu, na Idade do Ferro, não parece ter havido povoamento disperso por casais; a população concentrava-se em castros, em posições naturalmente defendidas.

A carta 1 representa, com uma estrela, os castros da região, castros cuja lista, elaborada por Ivone Pedro na sua dissertação de mestrado, a seguir apresentamos. Para facilitar uma eventual consulta ao trabalho de Ivone Pedro, que descreve os castros e regista a respectiva bibliografia, apresentamos a seguir ao nosso número de ordem e entre parênteses, os números que os castros têm no trabalho desta autora. Ao nome do castro seguem-se os da freguesia e do concelho.

1. (20). Paços de Vilharigues, Vilharigues, Vouzela
2. (19). Senhora do Castelo, Vouzela, Vouzela
3. (14). Banho, Serrazes, S. Pedro do Sul
4. (13). Nossa Senhora da Guia, Baiões, S. Pedro do Sul
5. (12). Senhora da Boa Morte, S. Cristóvão de Lafões, S. Pedro do Sul

6. (10). Cárcoda, Carvalhais, S. Pedro do Sul
7. (11). Pinho, Pinho, S. Pedro do Sul
8. (9). Ucha, Sul, S. Pedro do Sul
9. (8). S. Martinho das Moitas, S. Martinho das Moitas, S. Pedro do Sul
10. (7). S. Macário, Sul, S. Pedro do Sul
11. (2). Cabril, Cabril, Castro Daire
12. (D- Portas de Montemuro, Ester, Castro Daire
13. (3). Castro Daire, Castro Daire, Castro Daire
14. (4). Outeiro da Maga, Moledo, Castro Daire
15. (5). S. Lourenço, Moledo, Castro Daire
16. (6). Vila Cova-à-Coelheira, Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva
17. (15). Santa Bárbara, Ferreira de Aves, Sátão
18. (16). Santos Idos, Sátão, Sátão
19. (17). Senhora do Barrocal, Romãs, Sátão
20. Castelo dos Mouros, Penaverde, Aguiar da Beira
21. (18). Rio de Moinhos, Rio de Moinhos, Sátão
22. (30). Esmolfe, Esmolfe, Penalva do Castelo
23. (36). Senhora do Bom Sucesso, Chãs de Tavares, Mangualde
24. (37). Senhora do Castelo, Mangualde, Mangualde
25. (38). Cerca, Espinho, Mangualde
26. (22). Santa Luzia, Abraveses/Campo, Viseu
27. (23). Senhora do Crasto, Órgens, Viseu
28. (25). Aral, Vila Chã de Sá, Viseu
29. (24). Cruz, S. Cipriano, Viseu
30. (26). Castelo dos Mouros, Vila Chã de Sá, Viseu
31. (27). Castaíña, Fail, Viseu
32. (28). Três Rios, Parada de Gonta/Faíl, Tondela/Viseu
33. (29). Cocão, Silgueiros, Viseu
34. (34). Nossa Senhora do Crasto, Lobão da Beira, Tondela
35. (35). Ferreiros do Dão, Ferreiros do Dão, Tondela
36. (33). Nandufe, Nandufe, Tondela
37. (32). Guardão, Guardão, Tondela
38. (31). Outeiro Murado, Caparrosa, Tondela
39. (21). Campia, Campia, Vouzela
40. S. Romão, S. Romão, Seia
41. Cabeço de Castro, Torrozel, Seia

- 42. Monte Negrume, Mangualde da Serra, Gouveia
- 43. Gouveia, Gouveia, Gouveia
- 44. Folgoso, Folgoso, Gouveia
- 45. Castelo, Arcozelo, Gouveia

A existência do castro n.º 21 é duvidosa: o sítio é apropriado a um povoado da Idade do Ferro mas não são visíveis muralhas e a cerâmica que à superfície se recolhe é incaracterística.

O castro n.º 20, identificado por João Vaz, não é tido em consideração por Ivone Pedro.

Os castros n.ºs 4, 22, 28, 29, 31 e 33, ocupados no Bronze final, parecem ter sido abandonados na Idade do Ferro.

Quanto ao castro n.º 36, seguramente ocupado nos séculos I e II d. C. , a sua origem pré-romana não está ainda provada.

À volta dos castros seguramente ocupados na Idade do Ferro (e também dos castros n.ºs 20 e 36, embora estes, como acabámos de ver, possam suscitar dúvidas) traçámos os territórios que poderiam alcançar-se em 60 minutos de marcha a partir do povoado. A análise dos territórios de exploração dos castros inclina-nos a supor que uns tinham territórios de 60 minutos e outros, apenas de 30 minutos. Com efeito, se os territórios de 30 minutos nunca coincidem, os de uma hora às vezes sobrepõem-se. A existência de castros com territórios de meia hora e de outros com territórios de 60 minutos não deve surpreender. Com efeito, os povoados não têm todos a mesma extensão. Esta oscila entre <2 e >5 hectares. Não se verifica o caso de um eventual território de 60 minutos de um castro grande se sobrepor ao território de 30 minutos de um castro pequeno. Por outras palavras: admitindo que os castros maiores tinham territórios de 60 minutos e os menores, de 30, os territórios não se sobrepõem.

Observa-se uma situação anómala: três castros (n.ºs 30, 31 e 32) estão tão próximos uns dos outros que os seus territórios (se os tivéssemos traçado) seriam quase coincidentes. Parece-nos dificilmente admissível a sua contemporaneidade. O castro de Três Rios (n.º 32) foi apenas objecto de uma curta intervenção e os materiais recolhidos são datáveis , por moedas, dos séculos III e IV d. C. O Castelo dos Mouros (n.º 30) é, indiscutivelmente, um povoado da Idade do Ferro. O castro de Castaiça (n.º 31) parece ter sido ocupado no Bronze Final e ainda na Idade do Ferro, mas nada permite assegurar a sua ocupação durante toda a Idade do Ferro. Assim, propomos uma ocupação sucessiva, por esta ordem: Castaiça, Castelo dos Mouros, castro dos Três Rios. Traçámos o território de 60 minutos à volta do Castelo dos Mouros.

Do mapa 1 depreende-se que não havia, no território de Viseu, e na Idade do Ferro, nenhum fenómeno de sobrepovoamento que tornasse a terra escassa e que conduzisse a conflitos.

O castro de Santa Luzia (n.º 26), bem no centro do território, serviu talvez de lugar central. Aparentemente, coexistiu com o da Senhora do Crasto (n.º 27), onde também se recolhe, à superfície, cerâmica do Bronze Final e da Idade do Ferro; mas só mais extensas escavações em Santa Luzia, e trabalhos na Senhora do Crasto, onde nunca se efectuaram escavações, poderá esclarecer se os dois povoados foram contemporâneos ou se o segundo não foi, a certa altura, abandonado. A contemporaneidade parece-nos difícil de admitir e por isso não traçámos o território em tomo da Senhora do Crasto.

Se Santa Luzia desempenhou funções de capitalidade, compreende-se melhor a instalação, nas suas imediações, do acampamento romano da Cava de Viriato. O castro não reuniria, porém, condições adequadas à instalação de uma cidade capital. Essa cidade, Viseu, foi fundada pelos Romanos apenas a quatro quilómetros, a sudeste.

No território, para a época romana, João Vaz identificou um certo número de *villae* e outros lugares a que deu o nome de *habitat*.

A *villa* era a grande unidade de exploração agrária, propriedade de um senhor, *dominus*, que a cultivava por meio de trabalhadores, fossem eles escravos ou livres assalariados. Não há, em todo o território de Viseu, inscrição romana que recorde escravo e só uma lembra um liberto. Daí não se pode inferir que os escravos não existiam: pobres, desconsiderados, podiam ser (e eram-no certamente) enterrados sem que ninguém lhes mandasse lavar epitáfio. Mas, se pode ter havido escravos (e houve-os certamente), não é menos possível a existência de assalariados livres.

A *villa* romana da Beira central não teria as dimensões da *villa* alentejana. Se, a sul do Tejo, as *villae* de 200 hectares eram frequentes (e não seriam raras, pelo menos no Baixo Império, as *villae* maiores), na Beira, um *fundus* de 50 hectares seria já uma grande propriedade, que garantiria talvez a quem a possuísse o ingresso na *ordo decurionum*, isto é, no senado municipal. João Vaz identificou 63 *villae* no território da *civitas* romana de Viseu. Parece um número um pouco elevado para o senado de uma modesta cidade como seria Viseu. Mas seriam decuriões todos os proprietários de *villael* E serão efectivamente *villae* todas as estações que João Vaz classifica como tais?

O que João Vaz classifica de *habitat* é uma estação romana de pequena dimensão e onde não são visíveis, à superfície, senão telhas e fragmentos de cerâmica comum. Não se observam, nessas estações, nem pedras aparelhadas que revelem construções cuidadas, nem elementos de colunas, nem *terra sigillata* ou outras cerâmicas denunciadoras de um nível de vida elevado, que seria o de uma *villa*. Não cremos que o *habitat* de João Vaz corresponda verdadeiramente a uma aldeia, mas apenas a um casal isolado.

A aldeia parece ter existido, na época romana, na região de Trás-os-Montes. É o que se deduz dos trabalhos de Sande Lemos (1993) e de Paulo Amaral (1993), trabalhos apresentados, respectivamente, como dissertação de doutoramento e tese de mestrado e infelizmente ainda não publicados. A aldeia romana, como parece dever depreender-se dos trabalhos citados, é uma realidade que se pode identificar hoje por uma área de dispersão de achados da ordem dos 3 a 4 hectares. Ora, isto não existe na área central do território viseense. O *habitat* de João Vaz é qualquer coisa que corresponde apenas a centenas de metros quadrados (comunicação pessoal).

Aldeias, não as haveria no território em torno de Viseu; só na periferia: eram os castros.

Temos dificuldade em agrupar os castros na parte noroeste e norte do território. Somos tentados a reunir num grupo os n.ºs 1 a 8 (excluímos o de Nossa Senhora da Guia, n.º 4, por termos muitas dúvidas sobre a sua ocupação na Idade do Ferro) e noutro, os n.ºs 9 a 17. O primeiro grupo corresponde a uma unidade geográfica bem definida, a região de Lafões, que compreende os concelhos de S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, e as freguesias de Alva e Mamouros (do concelho de Castro Daire) e de Ribafeita, Bodiosa, Campo, Lordosa e Calde (do concelho de Viseu) (GIRÃO, 1933: 86). O segundo grupo corresponde à área do Alto Paiva, também ela, uma zona com características geográficas próprias.

Num dos castros da região de Lafões, o de Pinho (n.º 7), encontrou-se uma ara à divindade indígena *Banda Alabaraicus Sulensis* (VAZ, 1993: 251). Os epítetos da divindade são, possivelmente, derivados de etnónimos. A ara seria, pois, dedicada ao deus *Banda* dos *Alabari* dos *Sulenses*. *Alabari* seria uma unidade étnica menor, integrada numa unidade étnica maior, a dos *Sulenses*. O hidrónimo Sul, que designa um afluente do Vouga, e os topónimos Sul (sede de freguesia) e S. Pedro do Sul (sede de concelho) recordariam o etnonimo pré-romano. O nome romano das Teimas de S. Pedro do Sul poderá ter sido *Aquae Sulis*.

Poderá o etnonimo *Alabari* ser derivado de uma raiz *Alābal* *Alāba* teria dado *Alva*, que subsiste na área, como topónimo, em Alva e Figueiredo de Alva.

Se este grupo de castros tinha um lugar dominante, esse poderia ser o castro da Cárcoda (n.º 6), de todos o maior; mas é certo que nem sempre o lugar dominante é o mais vasto.

Os nomes destes castros são-nos desconhecidos, com uma excepção: a ara ao *Banda Ocel(aicus)* ou *Ocel(ensis)* do castro da Ucha (n.º 8) (VAZ, 1993: 254) permite restituir um topónimo *Ocelum*, que seria o do castro (Contra, vid. BRAÑAS, 1995: 245). No mesmo povoado, uma ara a Marte foi consagrada pelos *Depenori* (VAZ, 1993: 228), que podemos talvez considerar como uma das linhagens ou clãs residentes no castro. Assim, teríamos, integradas na unidade étnica maior dos *Sulenses*, duas unidades étnicas menores, as dos *Alabari* e a dos *Depenori*.

Na época romana, todos os castros desta região de Lafões foram mantidos. Surgiram dois aglomerados novos: no lugar da Várzea, as águas sulfurosas foram aproveitadas e em tomo das termas surgiu possivelmente um *vicus*, cujo nome poderá ter sido *Aquae Sulis*, como acima dissemos; por outro lado, os achados do Carvalho do Estanho (n.º 245 do inventário elaborado por VAZ, 1993) fazem suspeitar de uma aldeia, talvez em relação com as minas de estanho de Bejanca (n.º 246 de VAZ, 1993). Mas não foi na época romana que surgiu o povoamento disperso intercalar de frequentes casais e pequenas quintas numa apertada malha de aldeias, que hoje caracteriza a região. Com efeito, na época romana, João Vaz só identificou cinco lugares que classificou de *habitat* (n.ºs 107, 160, 204, 241 e 242) e duas *villae* (n.ºs 240 e 243).

A região do Alto Paiva compreende nove castros, mais dois que a anterior. Poderá discutir-se, em primeiro lugar, se os castros de S. Macário (n.º 10) e de S. Martinho das Moitas (n.º 9) devem integrar-se neste grupo ou no de Lafões. Geograficamente, não cabem na região bem demarcada de Lafões. Administrativamente, no séc. XI, a área destes castros também não estava integrada no território de Lafões, mas no de Penafiel de Covas (MERÊA E GIRÃO, 1943). Poderá também discutir-se a integração do castro de Santa Bárbara (n.º 17) neste grupo do Alto Paiva.

Se os castros da região de Lafões eram ocupados por uma etnia designada pelo nome de *Sulenses*, os castros do Alto Paiva seriam habitados pelos *Magari*. Com efeito, em Lamas de Moledo, que fica perto do Outeiro da Maga (n.º 14), encontrou-se uma famosa inscrição

rupestre em língua lusitana que recorda um sacrifício feito pelos *Veiaminicorni* aos deuses *Crougea Magareaicus*, *Petranius* e Júpiter *Caielobrigensis* (CURADO, 1989: 352). Os *Veiaminicorni* seriam uma unidade étnica menor, possivelmente residente no Outeiro da Maga. Mas o epíteto *Magareaicus* de *Crougea* permite deduzir a existência de outra unidade étnica, que supomos maior: a dos *Magari*. Ou deverá *Magareaicus* relacionar-se com o substantivo bretão *mager*, que significa “aquele que nutre”? Preferimos relacionar o epíteto com um etnonimo *Magari*, que parece conservado no nome do castro de S. Macário (n.º 10) e, talvez ainda, no nome de Outeiro da Maga.

A inscrição de Lamas de Moledo revela-nos ainda o nome de um castro, *Caielobriga*, no qual se adorava Júpiter. Onde ficaria *Caielobriga*, não sabemos dizê-lo. Mas não é impossível que o Outeiro da Maga (n.º 14) fosse *Caielobriga*. Aqui viveriam os *Veiaminicorni*, como em *Ocelum* viviam os *Depenori*: o nome do castro podia ser muito diferente do(s) da(s) linhagem(s) nele residente(s). A reforçar esta hipótese, na área do castro existe o topónimo Cela, que tem a mesma raiz de *Caielobriga* (VAZ, 1993: 238).

Tal como na área de Lafões, também na do Alto Paiva não houve, na época romana, grandes transformações. Com excepção do castro das Portas de Montemuro (n.º 12), todos os outros apresentam vestígios de romanização; e nem sequer do primeiro podemos dizer com segurança que foi abandonado. Junto do castro do Outeiro da Maga (n.º 14), em Lamas de Moledo, parece ter-se instalado um *vicus*. Os casais não são frequentes e as possíveis *villae* são raras.

A zona de Ferreira de Aves, onde se não conhece senão o castro de Santa Bárbara (n.º 17), foi agora ocupada por uma ou duas *villae* e cinco (ou seis) casais.

Um terceiro grupo de castros, também correspondente a uma região geográfica individualizada, a do Alto Dão, compreende os n.ºs 18 a 25.

A epigrafia da área (veja-se estudo actualizado em VAZ, 1993) revela os nomes de quatro unidades étnicas menores: os *Oilieni*, os *Tatibi*, os *Nili* e os *Caieli*. Deriva-se o nome dos primeiros, de uma ara consagrada *Bandi Oilienaiico*, encontrada em Fundo de Vila, Esmolfe, Penalva do Castelo; o dos segundos, de uma inscrição dedicada *Bandi Tatibeaico*, recolhida em Queiriz, Fomos de Algodres; o dos *Nili*, de uma ara onde se lê *Crougae Nilaicui*, hoje na igreja da Freixiosa, Mangualde; e o dos *Caieli*, de uma inscrição consagrada *Colovesei Caieioni Cosigos*, actualmente na capela de S. Clemente, Furtado, Fomos de Algodres.

Talvez esta última revele uma unidade étnica menor, os *Caieli* (recorde-se o topónimo *Caielobriga* no Alto Paiva) e uma unidade étnica maior, a dos *Cosigos* ou *Cosigosenses*. Podemos talvez, pensando que as inscrições não viajaram muito, atribuir os *Oilieni* ao castro de Esmolfe (n.º 22; terá sido este castro efectivamente abandonado na Idade do Ferro, como pretende Ivone Pedro?), os *Tatibi* ao Castelo dos Mouros (n.º 20), os *Nili* ao castro da Senhora do Castelo (n.º 24) e os *Caieli* ao da Senhora do Bom Sucesso (n.º 23).

Todos os castros deste grupo, com excepção dos da Senhora do Barrocal (n.º 19) e Esmolfe (n.º 22), apresentam vestígios evidentes de romanização. Alguns parecem ter ganho, na época romana, particular importância. Assim, o da Senhora do Castelo (n.º 24), chamado *Arao-celum* (ALARCÃO, 1989 a: 307). Situado num cruzamento de caminhos, servindo possivelmente de *mutatio* para quem vinha de Viseu e de *mansio* para quem vinha de Bobadela, tornou-se um nó viário. É possível que parte da população tenha descido para lugar mais baixo, onde poderá ter surgido um aglomerado precursor da actual cidade de Mangualde. Outro castro que parece ter sido importante na época romana é o da Senhora do Bom Sucesso (n.º 23). Seria *mansio* para quem vinha de Viseu.

No castro da Senhora do Barrocal (n.º 19) não são visíveis, como dissemos, vestígios de romanização. Algures, nas imediações, deve ter havido uma *mansio* ou *mutatio*. Podemos mesmo imaginar que em torno dessa pousada ou estação de muda se criou um *vicus*, para o qual se teria transferido a população do castro. O certo, porém, é que nenhuma das estações romanas conhecidas na área parece poder interpretar-se como *vicus*, *mansio* ou *mutatio*.

Ao contrário das anteriores regiões de Lafões e do Alto Paiva, no Alto Dão observa-se, no período romano, uma considerável proliferação de casais e de *villae*, que começaram a definir a paisagem actual da região.

Entre o Alto e o Baixo Dão intercala-se uma zona que, na Idade do Ferro, não foi povoada. Na Idade Média era o território de Senhorim.

A área, na época romana, foi atravessada pela estrada que ligava Viseu à *splendidissima civitas* da Bobadela. O percurso segue-se sem dificuldade de Viseu a Alcafache. É difícil decidir se ia depois por Santar e Canas de Senhorim ou por Vilar Seco e Nelas. Seja como for, este caminho romano que seguro segue de Viseu a Alcafache devia ir entroncar na estrada de Bobadela a Mangualde.

O povoamento romano é, nesta área, disperso. Temos de supor, na estrada, talvez entre Carvalhal Redondo e Canas de Senhorim, uma *mutatio*. Seria em Laja do Quarto? Ou, se a estrada ia por Vilar Seco e Nelas, em Moledo? A estação de muda, porém, podia ser só isso; não temos razão para supor um *vicus*. A área não tinha, pois, na época romana, nenhum aglomerado urbano.

Na área de Tondela incluímos os castros n.ºs 34 a 37. Talvez se devam reunir ao mesmo grupo os n.ºs 38 e 39. Não temos aqui epigrafia da qual se possa deduzir o nome da unidade étnica maior ou suspeitar dos etnónimos menores.

Na época romana, a população da área continuou a viver nos castros: são raros os casais e as *villae*. O panorama é de atraso, de marginalidade.

Para além do Mondego, e até às alturas da Serra da Estrela, o território entre a ribeira de Salgueirais (que afluí ao Mondego perto de Vila Boa do Mondego) e, a sul, o castro de S. Romão (Seia), constitui uma área que supomos integrada também na *civitas* romana de Viseu, embora nem João Vaz nem Ivone Pedro assim pensem.

O castro de S. Romão (n.º 40), onde Senna-Martinez tem nos últimos anos realizado escavações, é bem conhecido desde os tempos de Martins Sarmento, que o deu a conhecer e lhe traçou a planta. O mesmo Martins Sarmento localizou outro castro na margem esquerda do rio Cobiai, a 500 metros a Norte de Torrozelo: o Cabeço de Castro (n.º 41).

Supomos que houve castros também em Gouveia (n.º 43) e Folgoso (n.º 44) (ALARCÃO, 1993), embora a continuada ocupação dos lugares tenha por completo destruído os vestígios. No sítio do Castelo (n.º 45), na confluência das ribeiras de Gouveia e de S. Paio, há outro pequeno castro. Mais incerto é o de Monte Negrume (n.º 42) (ALARCÃO, 1993).

Na época romana manteve-se, seguramente, o castro de S. Romão; mantiveram-se também, provavelmente, os de Gouveia e Folgoso.

A área era atravessada por uma via que, vinda de S. Romão, ia por Paços da Serra (em cujas imediações se encontrou um miliário) até Gouveia; aqui encontrava a grande via de Mérida a Braga, que vinha, mais proximadamente, de Valhelhas e Famalicão (do lado oriental da Serra da Estrela) e ia depois cruzar o Mondego perto de Abrunhosa-a-Velha, com destino a Mangualde e Viseu.

Apesar das boas comunicações, a área não parece ter atraído grande povoamento na época romana; mas também é certo que não tem

havido prospecções sistemáticas na zona entre a via e o Mondego, onde é legítimo esperar o achado de mais *villae* e casas.

O POVOAMENTO MEDIEVAL

Na área em torno de Viseu

Na época tardo-romana, Viseu foi amuralhada. A essas muralhas se referem os documentos medievais que falam do *muro vedrò* (ALARCÃO, 1989: 23). Não sabemos se Bobadela, a outra cidade romana da Beira central, também recebeu muralhas: delas não há vestígios. Por qualquer razão, porém, enquanto Bobadela decaía, Viseu tomava-se sede de bispado no período suévico, com nove paróquias dependentes, incluindo a da própria cidade e a de Caliabria, que depois se tomaria também sede episcopal.

A tentativa de Almeida Fernandes (1967: 53-55) de identificar as paróquias suévicas de Viseu não nos parece bem sucedida. Apenas concordamos com o autor quanto a Caliabria e a *Suberbeno*; e, quanto a esta última, não temos a certeza de que a sede tenha sido em Seia, se bem que a área da paróquia corresponda, com toda a probabilidade, ao território entre o Mondego e a Serra da Estrela, isto é, a uma daquelas subunidades que distinguimos no povoamento proto-histórico e romano da região de Viseu. Parece-nos difícil não admitir maior correspondência das paróquias suévicas com as subunidades proto-históricas e romanas.

O primeiro bispo nomeado da diocese viseense é Remisol, que assina as actas do segundo concílio de Braga, em 572. João L. Inês Vaz escavou recentemente a basílica paleocristã de Viseu, que fica situada perto da actual Sé.

A importância da cidade no período visigótico é testemunhada por uma emissão de moeda de Suintila (MATEU Y LLOPIS, 1936: 360-361).

Sobre o domínio muçulmano da região, é pouco o que conhecemos. Afonso I (739-757) reconquistou Viseu. Mas em 825 e 833, respectivamente, al-Abbas ibn Abd Allah al-Kurashi e al-Walid ibn Hisham partiram de Viseu para atacarem a Galiza, o que parece pressupor uma reocupação de Viseu pelos Muçulmanos (LÉVI-PROVENÇAL, 1950(1): 70, 204-205).

Afonso III (866-910), segundo reza a *Crónica de Albelda*, “povoou” a cidade, o que implica a sua reconquista. Ordonho, filho de

Afonso III, em 901 reuniu tropas em Viseu para uma correria que fez além do Tejo e mesmo do Guadiana (LÉVI-PROVENÇAL, 1950(1): 385), ou apenas até à região da Lousa (vid. FERNANDES, 1990: 50, nota 47). E Ramiro II viveu em Viseu de 926 a 930 (SÁEZ, 1947).

Almançor, *hachib* do califa Hisham II, em 977 estacionou em Viseu antes de atacar a Galiza e aí se lhe reuniram vários condes cristãos da região, condes que reconheceram a sua suzerania. Viseu passou, pois, de novo, para a posse dos Muçulmanos (LÉVI-PROVENÇAL, 1950(11): 249).

Em algum tempo o território de Lafões deve ter passado de novo para o domínio cristão porque foi reocupado, em 1026, pelo *cadi* de Sevilha, Abu Alcámene Mohâmmede (AZEVEDO, 1939: 121).

Afonso V, em 1028, pôs cerco a Viseu mas morreu de uma ferida que então lhe foi feita por um archeiro muçulmano (AZEVEDO, 1939: 122). Seria Fernando Magno quem, em 1057 ou 1058, reconquistaria a cidade, juntamente com Seia (AZEVEDO, 1940: 3). Teria sido então reconquistado também o território de Lafões?

Talvez na posterior reorganização do território tenham colaborado Garcia Rodrigues e seu irmão Paio, que filharam aos Mouros a região de Leomil (Moimenta da Beira), região que o conde D. Henrique depois lhes doou (DMP, DR 1(2): 515-516). De qualquer forma, Garcia Rodrigues era um magnate da região porque confirma documentos de D. Henrique e D. Teresa datados de 1110 a 1128.

D. Teresa, segundo Almeida Fernandes, terá tido corte em Viseu e aqui terá nascido, em 1109, D. Afonso Henriques (FERNANDES, 1991: 227).

Em 1123, Viseu recebeu carta de foral.

Num círculo de 10 quilómetros, isto é, de cerca de duas horas de caminho a pé, em torno de Viseu, não observamos, na época romana, senão *villae* e casais: a aldeia, como vimos, não existia. Ora, no séc. XII, as aldeias são numerosas. Mais numerosas ainda do que a nossa carta 2 sugere: com efeito, a inquirição mandada fazer por D. Teresa em 1127 (DPM, DR 1(1), n.º 74) revela nomes que não sabemos identificar por não figurarem na carta 1:25. 000. Só estudos de microtoponímia, feitos a partir dos livros de registo das matrizes prediais, poderão, eventualmente, conduzir à identificação desses lugares registados no documento de D. Teresa e ignotos.

E reduzido o número de aldeias num raio de 5 quilómetros/1 hora de marcha. Isso não surpreende: as terras desse primeiro círculo seriam, na sua maior parte, cultivadas por moradores da cidade que, diária ou

regularmente, se deslocariam aos campos. Se alguma surpresa nos causa a carta, é antes a presença de tantas aldeias nesse círculo, a ocidente.

O maior número de aldeias concentra-se no círculo de 1 a 2 horas de marcha; mas aqui surpreende que a distribuição se não faça ao longo das vias, mas se concentre também a ocidente da cidade.

Talvez a particular natureza dos granitos dessa área permitisse solos mais espessos e rendimentos mais elevados; talvez os vales dos rios tivessem mais amplos alvéolos onde se alojassem as aldeias. Na ausência das cartas geológica e de capacidade dos solos não podemos entender devidamente essa opção pelo quadrante ocidental.

As distâncias a que as aldeias identificadas a ocidente de Viseu se encontram umas das outras não permite admitir, para muitas delas, termos superiores a 80 hectares, isto é, muito pequenos. Hoje, no Barroso, um termo de 1350m. de raio, isto é, de 572 hectares, é normal (LEMA, 1978: 80). Em 1572, o termo de Vilaça (Montalegre) não ultrapassava um raio de 1400m. (FREUND, 1874), quer dizer, uma área global de 625 hectares. Termos desta ordem são admissíveis para algumas aldeias viseenses mais afastadas umas das outras.

Algumas das aldeias seriam simples lugarejos de meia dozena de casas. Mas noutras, a inquirição de 1127 revela 14 ou até 16 prédios {casales}, o que nos permite restituir 70 ou 80 habitantes (assumindo que cada fogo teria cinco membros). Talvez houvesse mesmo aldeias maiores. A inquirição de D. Teresa só regista os prédios foreiros da “coroa”. Ora, as aldeias poderiam ter prédios foreiros de outros senhores; e, no séc. XI, por toda a Europa havia pequenos proprietários livres (DUBY, 1971: 240; GARCIA DE CORTÁZAR, 1983: 19). A documentação de D. Sancho I (AZEVEDO, COSTA E PEREIRA, 1979) deixa, porém, supor que, para a generalidade do país, uma aldeia de 16 famílias era já grande: com efeito, é esse o limite máximo dos povoados nas cartas de aforamento colectivo concedidas pelo rei, cartas que revelam de 3 a 16 povoadores (com suas famílias). Na região de Mâcon (França), também nos séculos XI e XII, as aldeias raramente ultrapassavam a vintena de casais (DUBY, 1971: 42).

Se parece difícil calcular a dimensão das aldeias, a das propriedades parece também indeterminável com os dados fornecidos pela documentação do séc. XII. Aliás, aqui, como no resto da Europa, “a dimensão dos prédios [era] extremamente variável e não se pode pretender calcular a superfície média deles” (DUBY, 1971: 39). A maior parte dos documentos fala de *hereditates* e na inquirição de 1127 citam-se sobretudo casais. Estes termos não têm sentido preciso. Sobretudo,

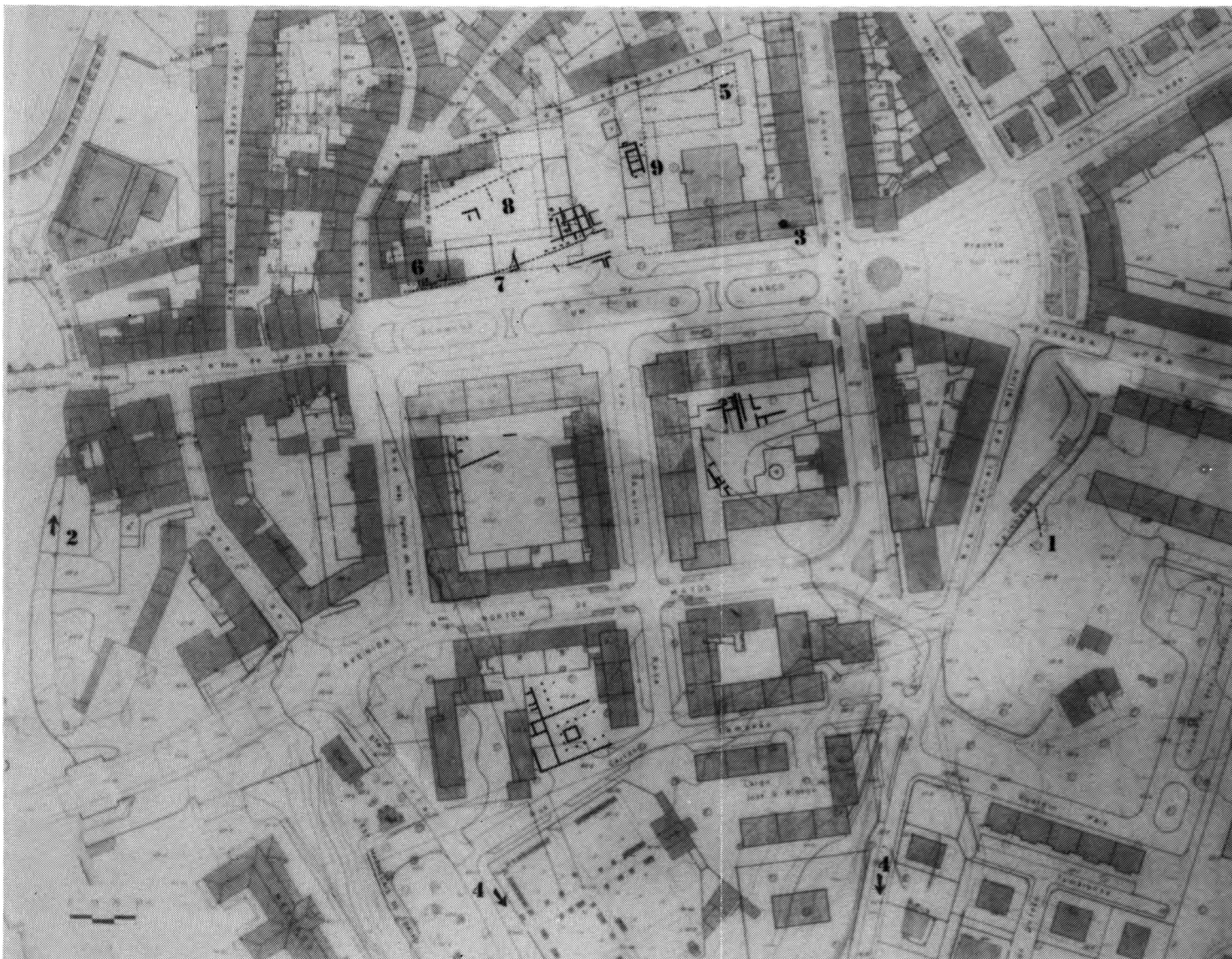


FIG. 1 - Planta aerofotogramétrica de Tomar, Esc. 1/25. 000: n.º 1 - vestígios de conduta subterrânea nas imediações da Associação Filarmónica de Gualdim Pais; n.º 2 - vala existente entre o estádio de futebol e a ponte das Ferrarias; n.º 3 - mina de água; n.º 4 - vestígios de conduta subterrânea nas imediações da nascente de Marmelais; n.º 5 - vestígios arqueológicos de conduta subterrânea; n.º 6 - vestígios de colector em alvenaria; n.º 7 e 8 - esgotos provenientes da ínsula da Alameda; n.º 9 - reservatório de água.

não é possível equacionar o casal com a pequena propriedade e a *hereditate* com a grande. A *hereditate* pode ser um grande prédio rústico, como em DMP, DP IV, n.ºs 292 e 294; mas uma simples vinha, *parua uinea*, é chamada *ereditate* em DMP, DP 111, n.º 499. Por outro lado, Cipriano *Fafilaz* e sua mulher Maria vendem a João Gondesendes, em 1114, uma *hereditate nostra propria* que é constituída por prédios em diversas aldeias: Covas do Rio, Covas do Monte, Deilão, Posmil, e Gafanhão (DPM, DP III, n.º 487). Aqui, *hereditate nostra propria* equivale a “os nossos bens fundiários”.

Também se não pode dizer que *hereditate* designa o(s) prédio(s) recebido(s) de herança, porque Pedro e sua mulher Gontinha, Atanagildo e sua mulher *Bradi* vendem em 1119 uma *hérédité* (sic) *que habuimus de nostra apresuria* e tudo quanto *ibi habuimus et arumpemus* (DMP, DP IV, n.º81).

A incerteza quanto à dimensão das aldeias e das propriedades não obsta a uma conclusão: num raio de 2 quilómetros em torno de Viseu, na época romana só se encontram *villae* (no sentido de grandes propriedades) e casais dispersos; mas no séc. XII há aldeias.

A aldeia tem, na documentação medieval da região, o nome de *villa*. Não há, portanto, identidade entre a *villa* medieval e a *villa* romana, que corresponde a uma realidade diferente. As *hereditates*, os *casales*, as *vineas* e os *pumares* que no séc. XII se vendem, se escambam ou se doam, são ditos *in villa* (e segue-se o nome da *villa*), o que nos parece significar “no termo da aldeia de”. É aliás também este o sentido de *villa* na França dos séculos XI e XII (DUBY, 1971: 41).

A emergência das aldeias no território viseense é um fenómeno que não podemos datar com precisão: tudo quanto podemos dizer é que eram numerosas no primeiro quartel do séc. XII. O seu aparecimento obriga-nos a pôr o problema da sua origem.

Numa primeira hipótese, a aldeia terá nascido de uma *villa* romana. O *dominus*, mantendo sob exploração directa parte do *fundus*, isto é, aquilo que se designa por *reserva*, terá distribuído, aos membros da *subfamilia rustica*, prédios (casais) talhados no antigo *fundus*. Mas as famílias agora na posse dos casais, em lugar de se instalarem nas suas courelas, ter-se-ão mantido junto do paço senhorial.

Neste caso, não só deveríamos encontrar nas aldeias substanciais vestígios romanos, como o nome destas deveria ser um topónimo derivado de gentílico romano e terminado em -lhã, -nhã ou -ã; -ana, -ã ou -ão; -elhe; -igo, -im ou ino; -onha, -onho ou -onhe. Segundo alguns

autores, topónimos como Paço, Paço ou Palácio designariam também as aldeias assim surgidas em tomo das *villae* tardo-romanas.

Ora, em primeiro lugar, nenhuma das aldeias citadas nos documentos do séc. XII tem nome assim terminado. Exceptuam-se Queirã e Ferronhe, que todavia não podem derivar-se de gentílicos romanos. Por outro lado, na documentação do séc. XII só encontramos uma aldeia chamada Palácios e outra Vila Palácio (referimo-nos ao aro de 15 quilómetros em tomo de Viseu). Para além disso, das aldeias citadas no séc. XII, só Fragosela e Canelas têm vestígios de *villa* romana. Assim, à primeira vista, não parece que as aldeias do séc. XII tenham, na generalidade, surgido de *villae* romanas.

Não excluimos, porém, em absoluto, a possibilidade de uma tal origem porque, para além de Fragosela e Canelas, cinco outras *villae* do concelho de Viseu parecem ter dado origem a aldeias, embora ainda não citadas na documentação do séc. XII: Cumieira, Lageosa, Pindelo de Silgueiros, Vila Meã, Guimarães (n.^{os} 169, 180, 186, 196 e 223 do inventário de VAZ: 1993).

O destino das *villae* romanas viseenses, na generalidade, porém, parece ter sido outro: transformarem-se em quintas. Com efeito, das 17 *villae* identificadas por João Vaz no concelho de Viseu (16, mais o número 186, que parece dever identificar-se também como uma *villa*), 10 correspondem a modernas quintas. Tal como, no Alentejo, as *villae* romanas deram lugar a “montes”, no território de Viseu muitas delas transformaram-se em quintas.

Se, das aldeias em redor de Viseu mencionadas no séc. XII, apenas duas parecem ter surgido de *villae* romanas, temos de procurar outro(s) processo(s) de formação das aldeias.

Numa segunda hipótese, as aldeias teriam surgido de casais romanos, pelo progressivo crescimento do núcleo familiar original. Se admitirmos um crescimento anual positivo de 4,8%, uma família de cinco membros daria origem, ao fim de 390 ou 400 anos, a um lugarejo de uma trintena de vizinhos (ALARCÃO, 1996; mas vid. DUBY (1980: 198) sobre um crescimento medieval de 2,8%). Um casal fundado no séc. I d. C. poderia, no séc. V, ser já um lugarejo; e, com o correr dos tempos, eventualmente pela imigração de alguns, teria dado lugar, no séc. XII, a uma aldeia.

Neste caso deveríamos encontrar vestígios romanos nessas aldeias. Isso não se verifica, o que parece excluir este processo de formação. O rigor da conclusão, porém, é apenas aparente, porque os

dados não são inequívocos. Uma aldeia surgida progressivamente de um casal na sua origem romano, dada a modéstia das construções que este teria e a pobreza da cultura material dos seus moradores, pode não apresentar hoje vestígios romanos facilmente detectáveis. Por outro lado, como se deduz da tese de João Vaz, muitas das aldeias actuais do território de Viseu parecem apresentar vestígios romanos em locais sitos num raio de 15 minutos a partir do centro da povoação actual. Este processo de derivação das aldeias afigura-se-nos, pois, possível para explicar alguns dos povoados actuais mas não todos, seguramente; e sobretudo não explica as aldeias citadas na documentação do séc. XII.

O problema, pois, permanece: muitas das aldeias do séc. XII aparentam ser povoações novas. Donde teria vindo a população?

Talvez, onde houve castros, como na região de Lafões e no concelho de Castro Daire, estes tenham sido abandonados na Alta Idade Média e, em seu lugar, se tenham formado aldeias. Mas este não é o caso da área a ocidente de Viseu, porque aqui não temos castros: o de Santa Luzia, a norte de Viseu, parece ter sido abandonado na época romana, a favor de Viseu. Terá vindo de fora a população que fundou as aldeias? Terão estas resultado de um êxodo urbano que instalou nos campos uma população previamente moradora na cidade?

Ambos os processos nos parecem viáveis. A imigração, para o território de Viseu, após a conquista de Fernando Magno (1057 ou 1058), de gentes estabelecidas na sempre instável zona de fronteira, é uma hipótese a ter em consideração. No concelho de Mangualde, uma aldeia chamada Ançada parece ter-se formado desta maneira (FERNANDES, 1989: 363-364 sobre a explicação do topónimo: *Anaziada* > *Ânçada* > *Ançada*. O “anaziado” era o que passava de um a outro campo, dos mouros para os cristãos ou destes para aqueles, como se depreende do foral de Seia).

Também não podemos esquecer a remissão de cativos, trocados por dinheiro ou por servos mouros (DMP, DP IV, n.º 1). Que fariam os senhores promotores desta remissão aos cativos que chegavam? Podiam talvez ajudá-los a instalarem-se em aldeias novas.

Se as aldeias viseenses do séc. XII se formaram com uma população vinda de fora ou da cidade, após a conquista de Fernando Magno, terá sido esta “colonização rural” um fenómeno espontâneo ou organizado por alguns senhores? A segunda hipótese não nos parece inviável (DUBY, 1987 (2): 99 e 105, sobre a acção conjunta dos camponeses e

senhores nos arroteamentos europeus do séc. XII); mas a associação espontânea é igualmente credível (DUBY, 1987 (1): 104).

A doação, por D. Henrique e D. Teresa, aos presbíteros João *Siiciz* e Fáfila, da herdade de S. Romão (Seia) para a povoarem (DMP, DR I, n.º 10) é um testemunho da acção organizada de repovoamento em terras anteriormente de fronteira.

A documentação do séc. XII mostra senhores na posse de *villae* (=aldeias). Tomemos por exemplo D. Gonçalo, bispo de Coimbra, senhor das *villae* de S. João das Areias (conc. de Santa Comba Dão), Parada e Oliveira de Cúrrelos (conc. de Carregai do Sal), que deixa, por sua morte, ao cabido (DMP, DP IV, n.º 6). Como adquiriu o bispo a posse das aldeias?

Não terá sido porque as fundou, atraindo povoadores que se tornaram seus foreiros? Mas D. Gonçalo deixa ao cabido aquelas aldeias salvo a parte que nelas tinha Garcia *Sendiniz*. Quem seria este Garcia? Senhor parceiro do bispo na instalação dos colonos, e por isso coproprietário, isto é, co-recebedor das rendas?

A fundação de aldeias por iniciativa de senhores pode constituir uma explicação para as situações de copropriedade de aldeias que se observa (v. g. DMP, DP IV n.ºs 86, 87 e 116): os direitos do(s) fundadores) e primeiro(s) proprietário(s) ir-se-iam fragmentando por virtude de sucessões e partilhas.

Para além deste problema da origem das aldeias viseenses, temos de pôr um outro: por que razão está o território vazio de aldeias a oriente e a sul?

A nordeste, entre Barreiros, AI velos e Travancela, é ainda grande o número de aldeias, na sua maior parte provavelmente na órbita do Sátão, que recebeu foral em 1111: Sátão seria o seu centro económico e religioso. Mas entre Viseu e Povolide não há aglomerado algum. Observemos que, na época romana, a área está igualmente deserta. Residirá num solo pouco fértil a razão deste ermo nas duas épocas? Mas seria originariamente mais fértil a área a ocidente da cidade? A maior fertilidade actual dessa área a ocidente não será um produto da actividade humana desde o séc. XII? Só um pedólogo nos poderia esclarecer. E a ausência de povoamento entre Viseu e Povolide não será mera aparência resultante da perda de documentos? Não deixa todavia de ser singular a referência a montes e rios no território de Lafões, contraposta à ausência destas referências geográficas nos documentos que se reportam ao território de Viseu, como se rios e montes não estivessem ainda nomea-

dos (por falta de povoamento). Mas não derivará esta diferença de um simples estilo dos notários?

A Sul, no vale médio do Dão, entre Fragosela de Baixo e Loureiro de Silgueiros, o problema é diferente: também aqui não temos aldeias mas observamos diversas *villae* e casais romanos. A infertilidade dos solos não parece, assim, constituir a explicação para a ausência de aldeias.

As *villae* e os casais romanos podem ter aqui sobrevivido, sem rasto documental, até ao séc. XII. Mas, mesmo admitindo esse facto, a capacidade de sustentação do território não estava certamente esgotada. Se as *villae* do território viseense tinham, como atrás supusemos, *fundi* de 50 hectares, haveria muita terra livre para instalação de aldeias. Só no caso de as *villae* terem cerca de 900 hectares estaria o território totalmente ocupado.

Não nos parece de todo em todo inviável um crescimento considerável dos *fundi* no Baixo Império ou na Alta Idade Média. “No séc. X começa, pelo menos na Itália, o assalto feudal ao bosque, a privatização dos espaços incultos, a criação de reservas de caça controladas pelos *potentes*” (BARCELÓ et *alii*, 1988: 214).

No vale médio do Dão, a apropriação dos baldios e o crescimento das *villae* com o objectivo de se criarem grandes coutadas não nos parece muito convincente. Terão os senhores apropriado os baldios para manterem grandes rebanhos de ovinos e varas de suínos de cuja lã e couros tirariam rendimento superior ao que obteriam da concessão de terras a “colonos”? Mas por que razão não encontramos, na documentação do séc. XII, traço destes eventuais grandes senhores do médio Dão? Porque a documentação desapareceu?

Analisaremos mais adiante a zona sudoeste da nossa carta 2.

Na Região de Lafões

A área de Lafões (carta 3) mostra-se, no séc. XII, densamente ocupada; e também aqui há lugares documentalmente atestados que não conseguimos identificar.

Talvez uma parte das aldeias tenha resultado do abandono dos castros: os de Paços de Vilharigues (n.º 1) e de Pinho (n.º 7) poderão ter dado origem às aldeias do mesmo nome; o da Senhora do Castelo (n.º 2), a Vouzela. Os lugares romanos não parecem ter dado origem a

aldeias. Também aqui elas são fundações novas, muitas das quais se desenvolvem em terrenos xistosos das margens do rio Vouga, mais férteis que os graníticos.

O *vicus* das Termas de S. Pedro do Sul não só se manteve como conservou a sua importância regional, pois recebeu foral de D. Afonso Henriques em 1152.

A parte ocidental da área parece menos habitada. Terá sido em terras ermas que surgiu o mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, fundado ou reformado por D. João Peculiar antes de 1137, ano em que D. Afonso Henriques lhe fez doação do couto de Valadares, hoje, Couto de Baixo (DPM, DR 1(2): 649-650); o mesmo rei, em 1161, doou-lhe o couto de Trapa e Paço, depois conhecido por Couto de Cima. É provável que o mosteiro tenha tido papel importante no repovoamento da área; mas o seu cartório, infelizmente, perdeu-se, consumido por incêndios.

Até aos finais do séc. XI temos notícia de Oliveira (de Frades?), *Villa* de S. Vicente, Cercosa, Vouzela, Várzea, Segadães, Figueirosa, S. Pedro do Sul, Bordonhos, Nespereira, Santa Cruz e Abados (MERÊA e GIRÃO, 1943). As demais localidades registadas na nossa carta surgem no séc. XII.

No Alto Paiva

A região do Alto Paiva (carta 4), onde os castros se mantiveram na época romana, donde as *villae* estão quase ausentes e onde os casais romanos são raros (excepto na limitada área de Ferreira de Aves), desenvolveu-se assimetricamente na Alta Idade Média. A parte oriental, em tomo de Vila Nova de Paiva, parece de desenvolvimento tardio, embora haja aí algumas pequenas estações romanas que João Vaz não localizou (MARQUES, 1992).

A parte ocidental, correspondente ao concelho de Castro Daire, era no séc. XII conhecida como território de Penafiel ou Penafiel de Covas (MERÊA e GIRÃO, 1943) e já razoavelmente ocupada. São várias as localidades mencionadas até ao séc. XI: Janarde, Covelo, Cabreiros, Meitriz, Sequeiros, Nodar, Avó, Grijó, Reriz, Covas do Monte, Covas do Rio, Pena, Posmil, Macieira e Gafanhão. Outras aparecem pela primeira vez citadas em documentos de 1101-1123: Deilão, Sete Fontes, Ester, Sá, S. Martinho das Moitas e Folgosa. Há ainda, em documentos do séc. XII, lugares que não conseguimos identificar.

Não sabemos se, no séc. XII, Solgos era aldeia. No séc. XIII formava reguengo com Reriz. D. Afonso Henriques, em data incerta, doou aos monges de S. Miguel de Riba de Paiva (freguesia de Real, concelho de Castelo de Paiva) dois casais desse seu reguengo (DMP, DR 1(2): 533).

D. Egas Moniz teve as “honras” de Gosende, Mezio, Vale do Conde (= Vale Abrigoso), Mões e Moledo (CORREIA, ALVES e VAZ, 1986: 41) e D. Afonso Henriques, entre 1139 e 1162, confirmou as duas últimas a D. Moço Viegas, filho de D. Egas Moniz (DPM, DR 1(2): 536).

Ainda no séc. XII existiam, a noroeste de Castro Daire, a freguesia de S. João do Pinheiro e o mosteiro da Ermida (CORREIA, ALVES e VAZ, 1986: 43).

D. Henrique (1095-1112) deu foral a S. Martinho de Alva (DPM, DR 1(2): 515), hoje Alva (que tem S. Martinho por orago), e D. Afonso Henriques, a Castro Daire (DPM, DR, 1(2): 533). Ambos os documentos se perderam.

O mesmo adensamento da população que, antes de 1123, observamos no território de Lafões verifica-se no de Penafiel. A estreita relação das duas áreas está aliás testemunhada pelo facto de o antigo território de Penafiel aparecer, em documentos do primeiro quartel do séc. XII, por vezes designado como território de Lafões. E um notável da época, João Gondesendes, teve bens nos dois territórios (VENTURA, 1985).

É possível que se tenha estabelecido uma estrada de Castro Daire a S. Pedro do Sul, estrada de cuja origem romana não temos prova: poderá ter surgido apenas no séc. XI ou XII. Ignoramos ainda se a estrada descia de Castro Daire por Alva e Figueiredo de Alva ou se subia por Sul e Gafanhão até Reriz.

Um outro caminho devia ligar Castro Daire a Arouca. E ao longo desta segunda via que o povoamento se desenvolve. A antiga via romana de Viseu a Castro Daire, curiosamente, não parece ter atraído povoamento. O antigo *vicus* que presumimos em Lamas de Moledo deve ter persistido, ainda que não haja, até 1123, referências documentais.

Muito diferente se apresenta a área entre Castro Daire e Vila Nova de Paiva. A quase total ausência de documentação até 1123 (só um documento de D. Teresa, de 1128, se refere a Fráguas, que mais tarde se tomaria concelho, GEPB, voc. Vila Nova de Paiva) sugere uma área paralisada, onde talvez os antigos castros de S. Lourenço (n.º 15), Vila Cova-à-Coelheira (n.º 16) e Santa Bárbara (n.º 17) tenham permane-

eido. Surgem todavia as “honras” de Mões e de Moledo que, como vimos, pertenceram a D. Egas Moniz (? - 1146).

Na área de Ferreira de Aves, onde o povoamento era disperso, surgiu um aglomerado urbano: o de Ferreira de Aves, ao qual D. Teresa deu foral entre 1112 e 1120 (DPM, DR 1(2): 578; FERNANDES, 1990: 65) e onde, antes de 1163, se instalou um mosteiro que se tomaria importante. Mas, para além da sede de concelho, surgiram também aldeias: em 1124, D. Teresa fez doação de uma herdade em Pereira, *in termino de Castaneira per cima de Lamosa* (DPM, DR 1(2): ref. 8). Pereira terá sido aldeia, bem como Castanheira e Famosa? Em 1128, D. Teresa couta Fráguas a Garcia Garcês.

O Alto Dão

Em Aguiar da Beira (carta 5) talvez tenha existido, na época romana, um *vicus* ou, pelo menos, estação de muda na estrada romana que, de Mangualde, se dirigia a *civitas Aravorum* (Marialva) ou a *Meidobriga* (na área da Meda). A povoação recebeu foral em 1157.

Na área de Sátão deve também ter existido um *vicus* ou estação de muda, na mesma estrada de Mangualde a Aguiar da Beira, a meio caminho. Não sabemos, porém, onde localizá-lo. Talvez nas imediações de Silvã de Cima; a verdade, porém, é que nenhuma das estações conhecidas na área aparenta ter sido *vicus*, *mansio* ou *mutatio*. Numa zona de povoamento romano disperso, tal como a de Ferreira de Aves, surgiu igualmente um aglomerado urbano, aliás perto do antigo castro romanizado dos Santos Idos: Sátão. Povoação de origem muçulmana (*Zalatane* > *Zalatam* > *Zátão* > *Sátão*), recebeu foral em 1111, contemporaneamente a Chãs de Tavares.

Na área de Sátão surgem numerosas aldeias, num povoamento similar, ainda que menos denso, ao que encontrámos na área a ocidente de Viseu. Parece-nos isso prova do dinamismo da povoação e da política de repovoamento dos condes.

Por S. Miguel de Vila Boa passava uma estrada que ia a Bacim, Famaçais e Silvares e daí, a Viseu. Não temos prova de que essa estrada fosse romana, mas isso não é impossível.

Não sabemos se, no primeiro quartel do séc. XII, já existia Rio de Moinhos, que recebeu foral de D. Sancho I (GEPB, voc. Rio de Moinhos; mas na documentação publicada de D. Sancho não se encontra o foral).

A área de Penalva do Castelo, mais uma vez, apresenta, na época romana, um povoamento disperso e sem aglomerado urbano. Mas Penalva do Castelo existia já em 1057 ou 1058, data em que Fernando Magno tomou o castelo (GEPB). O foral de Azurara da Beira (1109) cita Penalva como confim de Mangualde. Ao contrário de Sátão, Penalva do Castelo não parece ter atraído povoamento para a sua área.

Outro aglomerado urbano relativamente importante na Idade Média foi Algodres, que recebeu foral talvez de D. Sancho (MARQUES, 1938: 295; mas entre a documentação publicada de D. Sancho I não se encontra tal foral). Uma ara anepígrafa conservada na residência paroquial e alguma cerâmica achada no Largo da Igreja deixam presumir a origem romana da povoação; mas nada permite suspeitar de um aglomerado urbano na época romana: talvez só *villa* (se bem que João Vaz situe aí apenas um casal; mas não seria antes uma *villa*?).

Em 1146, D. Afonso Henriques vendeu a herdade de Figueiró da Granja, que lindava com Celorico da Beira, Algodres, Fomos de Algodres e *Liares*: é uma das raras vastíssimas propriedades de que temos notícia na Beira Central (DPM, DR 1(1): 264; DPM, DR I (1): 403).

Na estrada romana de Mangualde a Celorico da Beira, uma paragem fazia-se provavelmente em Chãs de Tavares. Junto ao castro situa-se uma estação romana que João Vaz interpretou como *villa*. Não será antes uma *mansio* ou *mutatio*, junto da qual pode ter surgido um pequeno aglomerado? Este terá persistido na Idade Média e chegado até aos nossos dias. O certo é ter sido Chãs de Tavares sede de um concelho. O foral data de 1111 ou 1112 (DPM, DR 1(2): 568-569). Tal como Penalva do Castelo e Algodres, também Chãs de Tavares não atraiu povoamento. Talvez Travanca de Tavares tenha surgido de uma *villa* romana.

Finalmente, chegamos à área de Mangualde. Núcleo urbano importante na época romana, manteve na Idade Média a sua capitalidade e foi sede de um concelho que o conde D. Henrique criou em 1109 (DMP, DR 1(2): 561; FERNANDES, 1991: 235). Chamou-se então Azurara e foi cabeça de uma terra que já no séc. XI tinha nome de Zurara ou Azurara (MERÊA e GIRÃO, 1943). Entre 1121 e 1128, provavelmente em 1128, o conde Fernando Peres de Trava sancionou o foral.

Em 1154 temos notícia do mosteiro de Maceira Dão em documento de D. Afonso Henriques. O mesmo rei, em 1161, concedeu a este mosteiro o couto de Santa Maria de Moimenta, que confinava

com Lobelhe do Mato, Argeriz, Água Levada e Pinheiro. Em 1173, D. Afonso Henriques coutou ao mosteiro a área em redor do convento.

Em conclusão:

No Alto Dão mantêm-se dois aglomerados urbanos de época romana, que se tomam sedes de concelhos: Chãs de Tavares e Mangualde. Criam-se novos aglomerados, também sedes de concelhos: Penalva do Castelo, Sátão e Algodres, este último talvez com origem numa *villa* romana. Aguiar da Beira poderá ter nascido também num lugar ocupado na época romana.

Sátão e Mangualde manifestam, particularmente a primeira, uma certa vitalidade, enquanto Aguiar da Beira, Penalva do Castelo, Algodres e Chãs de Tavares revelam pouco poder de atracção. Realidade ou visão distorcida, baseada numa documentação desequilibrada?

Os concelhos formam-se ao longo das antigas vias romanas. Entre elas, a oriente de Penalva do Castelo, permanece um espaço ermo, onde mais tarde (quando?) surgiria o concelho de Penaverde.

De todas as localidades citadas, a maior, nos inícios do séc. XVI, é Penalva do Castelo, com 764 fogos. Sátão tem então 364; Algodres, 357; Mangualde e Chãs de Tavares, 311; Penaverde, 178; Aguiar da Beira, 78 (GALEGO e DAVEAU, 1986).

No território de Senhorim

Entre o Alto e Baixo Dão (carta 2) intercala-se uma zona que, na Idade do Ferro, não parece ter sido povoada. Na Alta Idade Média era o território de Senhorim, cuja cabeça estaria mesmo em Senhorim.

A área não tinha, na época romana, nenhum aglomerado urbano. A fundação de Senhorim deve remontar à Alta Idade Média. Mas, se não há vestígios romanos mesmo em Senhorim, estes encontram-se muito perto, na encosta de Casal Sandinho, sobre o rio Videira.

É escassa a documentação até ao séc. XII. Santar, Vilar Seco e Moreira de Cima (ou a sua homónima de Baixo, aliás muito vizinha) existiam já no séc. XI (MERÊA e GIRÃO, 1943). Em 1102 cita-se Travassos (talvez na freguesia de Carvalhal Redondo, concelho de Nelas) e em 1103 volta a mencionar-se Moreira. Em 1123 aparece referência a *villa Branido* e a *Bena Gamus* (DPM, DP IV(1): 308), que também não sabemos identificar. Em 1155, Canas de Senhorim (LIVRO SANTO DE SANTA CRUZ, n.º 201), cujos povoadores recebem, em 1196, carta de

foro (LOUREIRO, 1957: 315; mas na documentação publicada de D. Sancho não se encontra tal carta).

Na área de Tondela

A população da área de Besteiros/Tondela (carta 6), na época romana, continuou a viver nos castros: são raros os casais e as *villae* identificados na área. O panorama é de uma zona marginal.

Até finais do séc. XI não se conhece qualquer documentação. Mas nem no séc. XII a área parece ter atraído povoamento significativo. Os documentos mencionam todavia diversos lugares, alguns dos quais não sabemos identificar: marcámos apenas os que reconhecemos; mas onde ficariam Figueiró, Canelas, Sobradinho, S. João do Monte, Comias e Vale? S. João do Monte é hoje nome de freguesia do concelho de Tondela mas não existe propriamente aldeia ou vila com este nome.

Na área do Mondego à Serra da Estrela

O território entre o Mondego e a Serra da Estrela (carta 7) constituiu talvez, no período suévico, a freguesia que o *Paroquial Suévico* designa por *Subverbeno* ou *Suberbeno* (corruptela de *Subhermenol*).

No séc. XI, os documentos falam do território de Seia ou Sena, que, na primeira metade do séc. XII, ia, a norte, pelo menos até Paços da Serra e vinha, a oeste, até Midões (concelho de Tábua), conforme se deduz da documentação reunida no LIVRO SANTO DE SANTA CRUZ (vid. também MERÊA e GIRÃO, 1943). O território de Seia ultrapassava, pois, o antigo termo da *civitas* romana de Viseu e entrava no da *civitas* de Bobadela.

O povoamento medieval concentra-se entre Seia e Midões. O vazio de estações romanas é ilusório. João Vaz não fez aí prospecções, porque, para ele, o território já não era de Viseu. Estamos certos de que uma prospecção sistemática descobrirá aí estações romanas.

Seia foi conquistada aos Mouros em 1055 (COELHO, 1990: 122) e tomou-se cabeça de território. Não há notícia de achados romanos em Seia, a não ser no campo de futebol (ALARCÃO, 1993: 16). Perto da cidade, na Quinta da Nogueira, há vestígios romanos. Ainda que Bigotte (1981: 46) indique, como área de dispersão dos achados, uma superfície

(muito considerável) de 6 hectares, temos relutância em admitir aqui um *vicus*, tão próximo (a 2,5 quilómetros) do castro romanizado de S. Romão. Não poderão os vestígios corresponder a uma *villa* e a alguns casais? Será a área dos achados contínua?

Seia surge numa área romanizada mas parece uma fundação alto-medieval. Temos dúvidas sobre se a Sena citada na *Divisio Wambae* (in LIBER FIDEI, n.º 9) como limite da diocese egitaniense se pode ou deve identificar com Seia. Parece-nos muito difícil admitir que a diocese da Egitânia ultrapassasse o fecho da Serra da Estrela e viesse até à sua vertente ocidental.

A povoação de S. Romão, onde se ergueu uma igreja dependente de Santa Cruz de Coimbra, é conhecida desde 1106. Ou, mais correctamente, desde 1106 é conhecida a herdade de S. Romão, *iusta Senam*. Nesta data, D. Henrique e D. Teresa doam aos presbíteros João *Siicz* e Fáfila a herdade chamada de S. Romão, com seus termos antigos, para que a povoem, edifiquem aí casas e plantem vinhas (*ut ambo populetis illam et secundum possibilitatem vestram hedificetis ibi domos et plantetis vineas*, LIVRO SANTO DE SANTA CRUZ; n.º 70). Seria essa herdade uma antiga *villa* romana abandonada? e abandonada desde quando? ou simplesmente degradada?

Os presbíteros instalam na herdade um mosteiro com sua igreja, talvez no antigo paço romano; e chamam povoadores. Talvez a uns tenham distribuído prédios foreiros; a outros, alodios; a outros, ainda, prédios simplesmente onerados com o tributo da calúnia. Dos segundos serão exemplos as herdades de Paio Gontiges e Mem *Mazon* (LIVRO SANTO, n.ºs 78 e 79); dos últimos, a herdade de Pedro Nunes, Diogo *Aredaz*, João Peres e Pedro Pais (LIVRO SANTO, n.º 80).

Os povoadores atraídos pelos presbíteros terão construído suas moradas junto ao mosteiro, criando assim uma aldeia, sem prejuízo de um povoamento disperso que pode ter-se verificado ao mesmo tempo.

Entretanto, em Assamassa (hoje Catraia) havia-se formado outra aldeia, na qual conhecemos vários proprietários (LIVRO SANTO, n.ºs 82, 87, 89 e 97). Talvez a “herdade” a que se refere o documento n.º 87 não fosse uma herdade possuída por três casais, mas correspondesse a três herdades; da mesma maneira, no doc. n.º 97. Esta aldeia veio a ficar dependente de S. Romão, porque o documento n.º 87 do LIVRO SANTO chama, a Assamassa, *loco in villa Sancti Romani*.

Em data incerta, mas antes de 1137, Fáfila doa metade da herdade ao presbítero Pedro que, em 1137, faz testamento dessa sua metade ao

mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (LIVRO SANTO, n.º 72); e, em 1138, João *Siiciz* (no documento n.º 71 do LIVRO SANTO, agora chamado João *Ciiz*) doa a parte que lhe cabia da dita herdade, isto é, a outra metade, ao mesmo mosteiro de Santa Cruz.

Ainda no mesmo ano de 1130, D. Afonso Henriques delimitou a Santa Cruz o couto de S. Romão (LIVRO SANTO, n.º 8); supomos que ia da confluência da ribeira de Paramol com o Alva, talvez por Senhora de La Salette, até Nogueira, descia pelas ribeiras do Barbil e do Crestelo até Crestelo, subia a Golias, ia à Quinta de Vale de Caminhos, à Catraia e descia até ao Alva, que constituía o limite meridional. Nas Inquirições de D. Afonso III (PM, INQ. 1(2): 773) citam-se, porém, limites mais vastos, que hão-de corresponder a uma nova demarcação de D. Afonso Henriques ou de D. Sancho I.

Nos meados do século XII, o território de Seia era medianamente povoado: a localidade de S. Paio (a norte de Gouveia, talvez já fora do território) está atestada desde 1128 (DMP, DR 1(2): 517); Assamassa (a identificar com Catraia), desde 1138; ainda desde 1138, Cástrelo (= Quinta do Crestelo?), Lagos da Beira, Lajeosa, Meruge, Nogueira, (= Quinta da Nogueira?), Paramol (na confluência da ribeira deste nome com o Alva?), Travanca, Torrozel, Vila Cova (à-Coelheira); *Aldiam* (entre o rio Torto e Arcozelo, talvez já fora do território de Seia), desde 1140; Travancinha, ainda desde 1140; Valezim, desde 1141; Santa Eulália e Nogueirinha, desde 1142; Vila Nova (perto de Ervedal), desde 1146; Santa Marinha, desde 1147; Sandomil, desde 1148; Paços da Serra, desde 1150; Souto Maior (perto de Sandomil), desde 1152; Alvariza (algures entre Lagares e Travanca de Lagos), desde 1155. O *Livro Santo de Santa Cruz*, donde retirámos estas informações, menciona ainda outras localidades que não sabemos identificar.

Seia, com um vasto território que ia do Mondego ao Zêzere, foi doada em 1122 por D. Teresa a Fernando Peres de Trava, e recebeu foral em 1136; Gouveia, que aparece pela primeira vez citada em 1141, recebeu foral em 1186.

Conclusão

Na região correspondente à antiga *civitas* romana de Viseu, os castros constituem grupos que procurámos individualizar. A cada grupo

de castros corresponderia uma unidade étnica que tentámos identificar, recorrendo à epigrafia romana. O importante castro de Santa Luzia, bem no centro do território, poderá ter exercido funções de lugar central, o que justificaria a instalação, perto dele, do acampamento romano da Cava de Viriato, e depois, de Viseu, capital da *civitas* romana.

Na época romana manteve-se a maioria dos castros. Alguns, como Castro Daire, Chãs de Tavares, Mangualde, Folgoso e Gouveia, tornar-se-iam sedes de concelhos medievais.

Ainda na época romana, criou-se um *vicus* em torno das Termas de S. Pedro do Sul, que se manteve até aos nossos dias.

Excluídos os castros, as aldeias parecem inexistentes na época romana: o povoamento dispersa-se por *villae* e, sobretudo, casais. Ora, nos séculos XI e XII, são numerosas as aldeias, particularmente a ocidente de Viseu e na região de Lafões, bem como nas áreas de Castro Daire e de Sátão. A maior parte das aldeias não aparenta ter surgido de *villae* ou casais romanos; parece ser fundação nova.

Mas, se muitas das aldeias dos séculos XI e XII são novas (relativamente ao povoamento romano), que destino tiveram as antigas *villae* e os casais da época romana? Mantiveram-se, num povoamento disperso perfeitamente compatível com os aldeamentos? Parece difícil responder a esta questão. Mas não nos parece necessário admitir o eramento de *villae* e casais por parte de uma população que se teria concentrado em aldeias; é perfeitamente admissível que as aldeias se tenham acrescentado a um povoamento disperso, isto é, que *villae* e casais de origem lusitano-romana se tenham mantido. Nesse sentido fala o facto de 10 das 17 *villae* do concelho de Viseu corresponderem a quintas actuais que seriam, assim, as herdeiras do habitat romano.

O achado de materiais romanos perto de muitas aldeias actuais (de cuja existência se deverão procurar provas na documentação posterior a 1123 e na do séc. XIII, designadamente nas Inquirições) deixa supor que essas aldeias derivam de casais romanos, com pequena deslocação do lugar da implantação.

BIBLIOGRAFIA

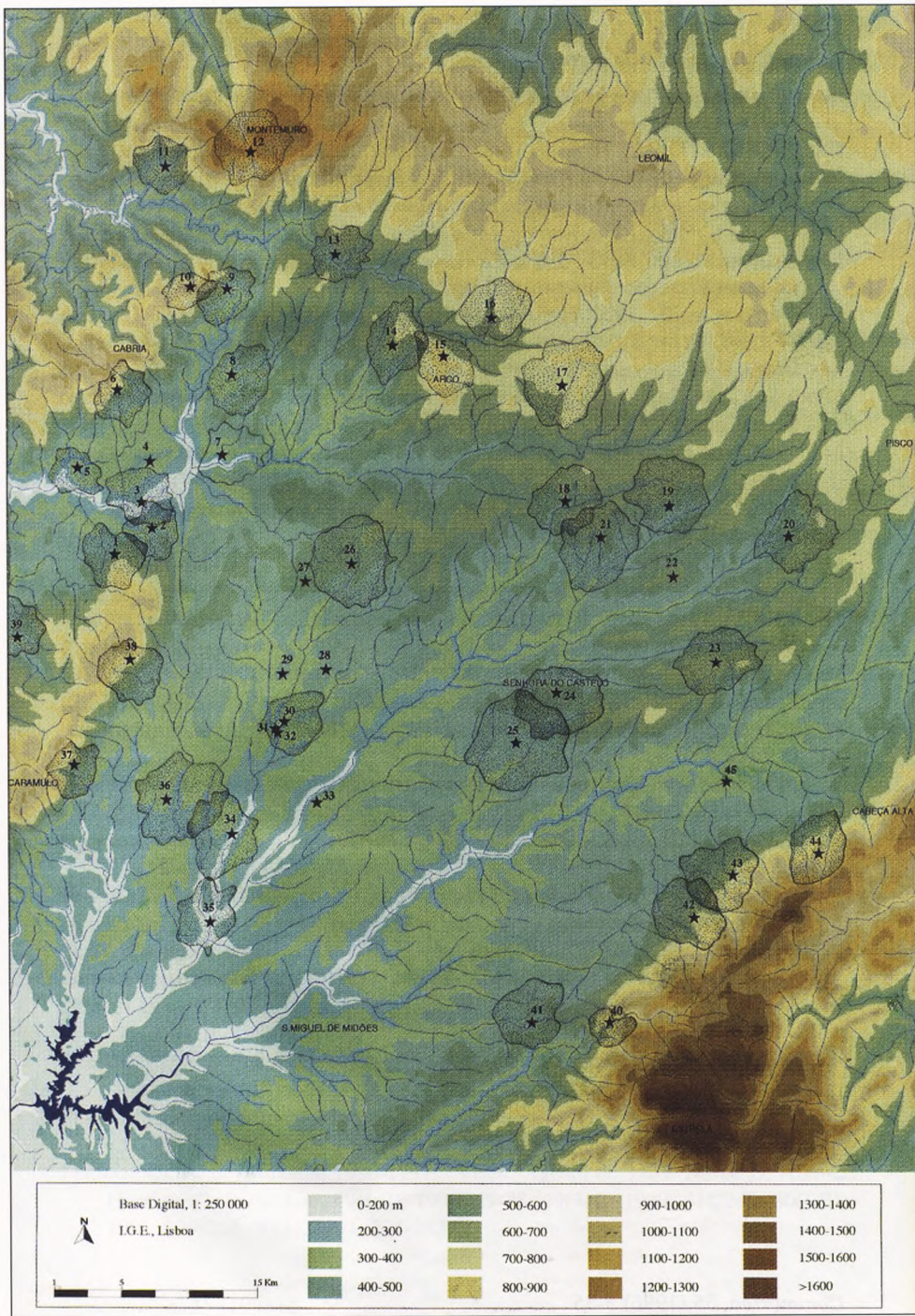
ALARCÃO, Jorge de, 1989: *A cidade romana de Viseu*, Viseu.

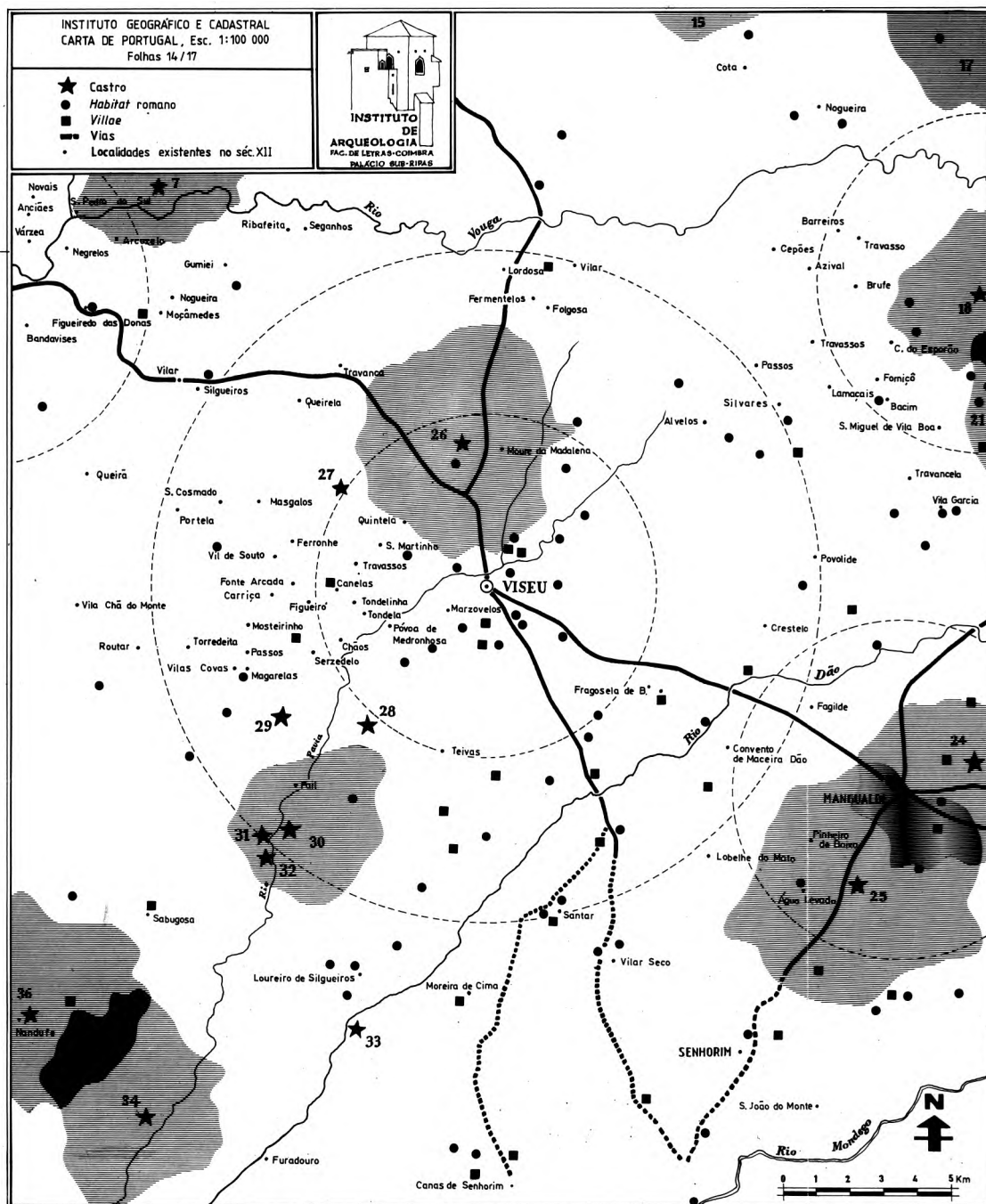
ALARCÃO, Jorge de, 1989 a: "Geografia política e religiosa da *civitas* de Viseu", in *Actas do 1.º Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu: 305-314.

- ALARCÃO**, Jorge de, 1993: *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas.
- ALARCÃO**, Jorge de, 1996: "Os círculos culturais da I^a. Idade do Ferro no Sul de Portugal", in F. VILAR e J. ENCARNÇÃO (eds.), *La Hispania prerromana. - Actas del VI Coloquio sobre Lengua y culturas prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca/Coimbra, 1996: 19-36.
- ALARCÃO**, J. ; ETIENNE, R. ; MAYET, F. , 1990: *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*, Paris.
- AMARAL**, Paulo, 1993: *O povoamento no vale superior do Tâmega. Permanências e mudanças na humanização de uma paisagem*, Porto (tese de mestrado, policopiada).
- ARAGÃO**, Maximiano d', 1894: *Viseu. Apontamentos históricos*, Viseu.
- AZEVEDO**, Luís Gonzaga de, 1939-1940: *Historia de Portugal*, 2(1939) e 3(1940), Lisboa.
- AZEVEDO**, Rui de; **COSTA**, Avelino de Jesus da; **PEREIRA**, Marcelino Rodrigues, 1979: *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra.
- BARCELÓ**, Miquel et alii, 1988: *Arqueologia medieval. En las afueras del "medievalismo"*, Barcelona.
- BIGOTTE**, J. Quelhas, 1981: *Monografia da cidade e concelho de Seia*, Seia (1^a. edição em 1945).
- BRAÑAS**, Rosa, 1995: *Indixenas e Romanos na Galicia céltica*, s. 1. (Librería Follas Novas).
- COELHO**, Maria Helena da Cruz, 1990: *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI. I. Notas do viver social*, Lisboa.
- CORREIA**, Alberto; **ALVES**, Alexandre; **VAZ**, João L . Inés, 1986: *Castro Daire*, Castro Daire.
- CURADO**, Fernando, 1989: "As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do Cabeço das Fráguas, Pousafoles (Sabugal): duas teogonias, diferente etnogénese?", in *Actas do I.º Coloquio Arqueológico de Viseu*, Viseu: 349-370.
- DMP**, DP: *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares*, III, A. D. 1101-1115, Lisboa, 1940; IV, A. D. 1116-1123, Lisboa, 1980.
- DMP**, DR: *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, vol. I, *Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques*, A. D. 1095-1185, 2 tomos, Lisboa, 1962.
- DUBY**, Georges, [91] . *La société au XI^e et XII^e siècles dans la région mâconnaise*, Paris.
- DUBY**, Georges, 1980: *Guerreiros e camponeses. Os primórdios do crescimento económico europeu, séc. VII-XII*, Lisboa.
- DUBY**, Georges, 1987 e 1988: *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*, I (1987) e II (1988), Lisboa.
- FERNANDES**, A. de Almeida, 1967: "Paróquias suevas e dioceses visigóticas", *Arquivo do Alto Minho*, 15: 5-57.
- FERNANDES**, A. de Almeida, 1989: "A toponímia da Beira Alta", *Beira Alta*, 48(3-4): 357-386.
- FERNANDES**, A. de Almeida, 1990-1991: "Viseu, Agosto de 1109. Nasce D. Afonso Henriques", *Beira Alta*, 49(1-2), 1990: 29-78; 49(3-4), 1990: 311-346; 50(1-2), 1991: 179-213; 50(3), 1991: 221-282.

- FREUND**, Bodo, 1974: “L’ancien cadastre de Vilaça. Étude méthodique sur l’évolution d’un village du nord du Portugal”, *Finisterra*, 9(17): 51-74.
- GALEGO**, Julia e **DAVEAU**, Suzanne: *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico.*, Lisboa.
- GARCIA DE CORTÁZAR**, José Angel, 1983: *História rural medieval*, Lisboa.
- GEPB**: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro.
- GIRÃO**, Amorim, 1933: *Esboço duma carta regional de Portugal*, Coimbra.
- LEMA**, Paula Bordalo, 1978: *Tourém. Uma aldeia raiana do Barroso*, Lisboa.
- LE MOS**, Francisco de Sande, 1993: *Povoamento romano de Trás-os-Montes*, Braga (dissertação de doutoramento, policopiada).
- LÉVI-PROVENÇAL**, E. , 1950: *Histoire de l’Espagne musulmane, I e II*, Paris.
- LIBER FIDEI SANCTAE BRACARENSIS ECCLESIAE**, ed. Avelino de Jesus da Costa, tomo I, Braga, 1965.
- LIVRO SANTO DE SANTA CRUZ**, lido e anotado por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, 1990.
- LOUREIRO**, José Pinto, 1957: *Concelho de Nelas (Subsídios para a história da Beira) Nelas*.
- MARQUES**, Jorge Adolfo de Meneses, 1992: “Notas arqueológicas do concelho de Vila Nova de Paiva”, *Beira Alta*, 51(3-4): 359-382.
- MARQUES**, Monsenhor Pinheiro, 1930: *Terras de Algodres (Concelho de Fornos)*, Lisboa.
- MATEU Y LLOPIS**, Felipe, 1936: *Las monedas visigodas del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid.
- MERÊA**, Paulo e **GIRÃO**, Amorim, 1943: “Territórios portugueses no séc. XI”, *Revista Portuguesa de Historia*, 2: 255-263.
- PEDRO**, Ivone, 1995: *O povoamento proto-histórico na região de Viseu*, Porto (dissertação de mestrado, policopiada).
- SÁEZ**, Emilio, 1947: “Ramiro II, rey de Portugal de 926 a 930”, *Revista Portuguesa de Historia*, 3: 271-290.
- SILVA**, Valentim da, 1978: *Concelho de Mangualde (antigo concelho de Azurara da Beira)*, Viseu.
- VAZ**, João L. Inês, 1993: *A civitas de Viseu (Espaço e sociedade)*, Coimbra (tese de doutoramento, policopiada).
- VENTURA**, Leontina, 1985: “O cavaleiro João Gondsesendes. Sua trajectória político-social e económica (1083-1116)”, *Revista de História Económica e Social*: 31-69.

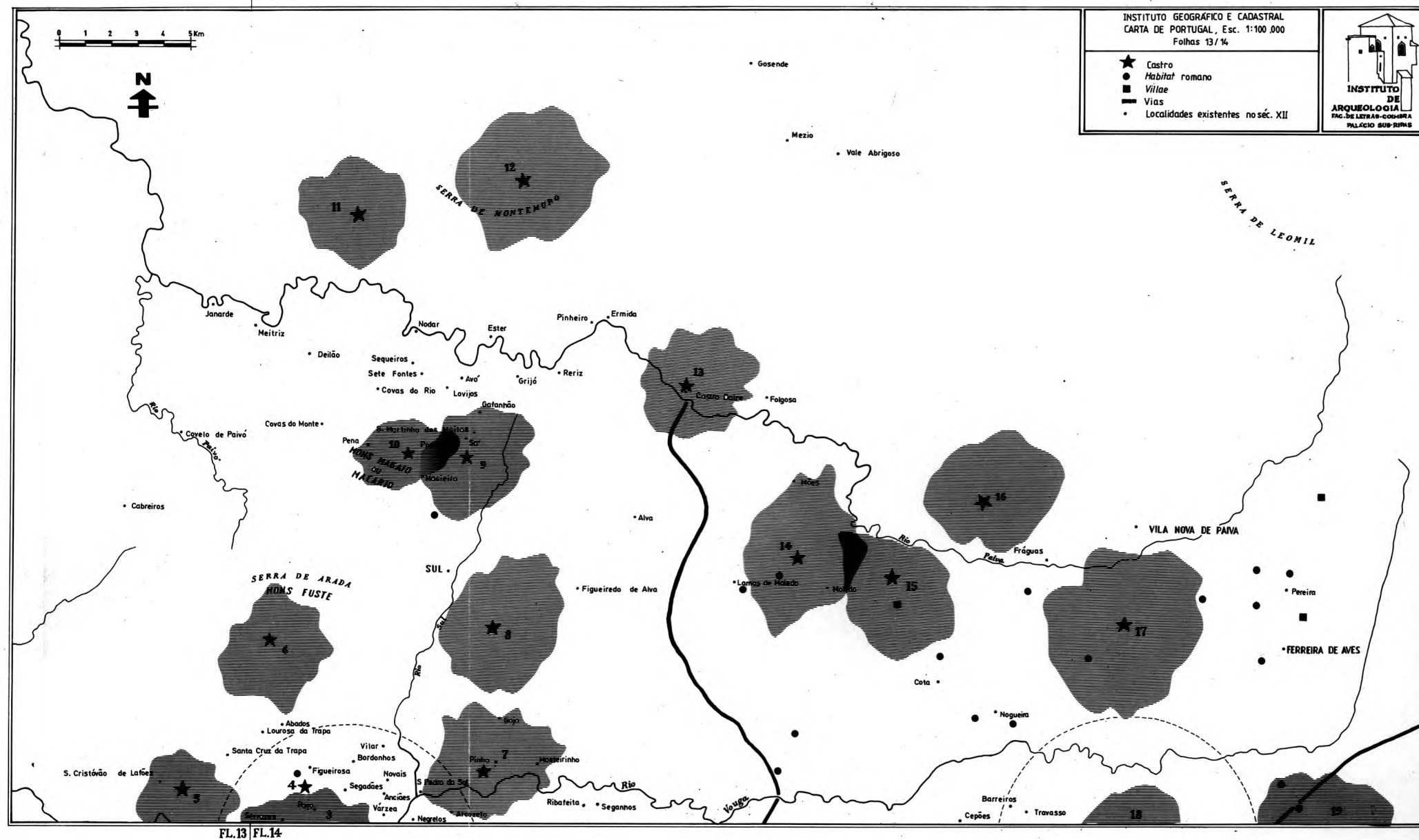
CARTA 1

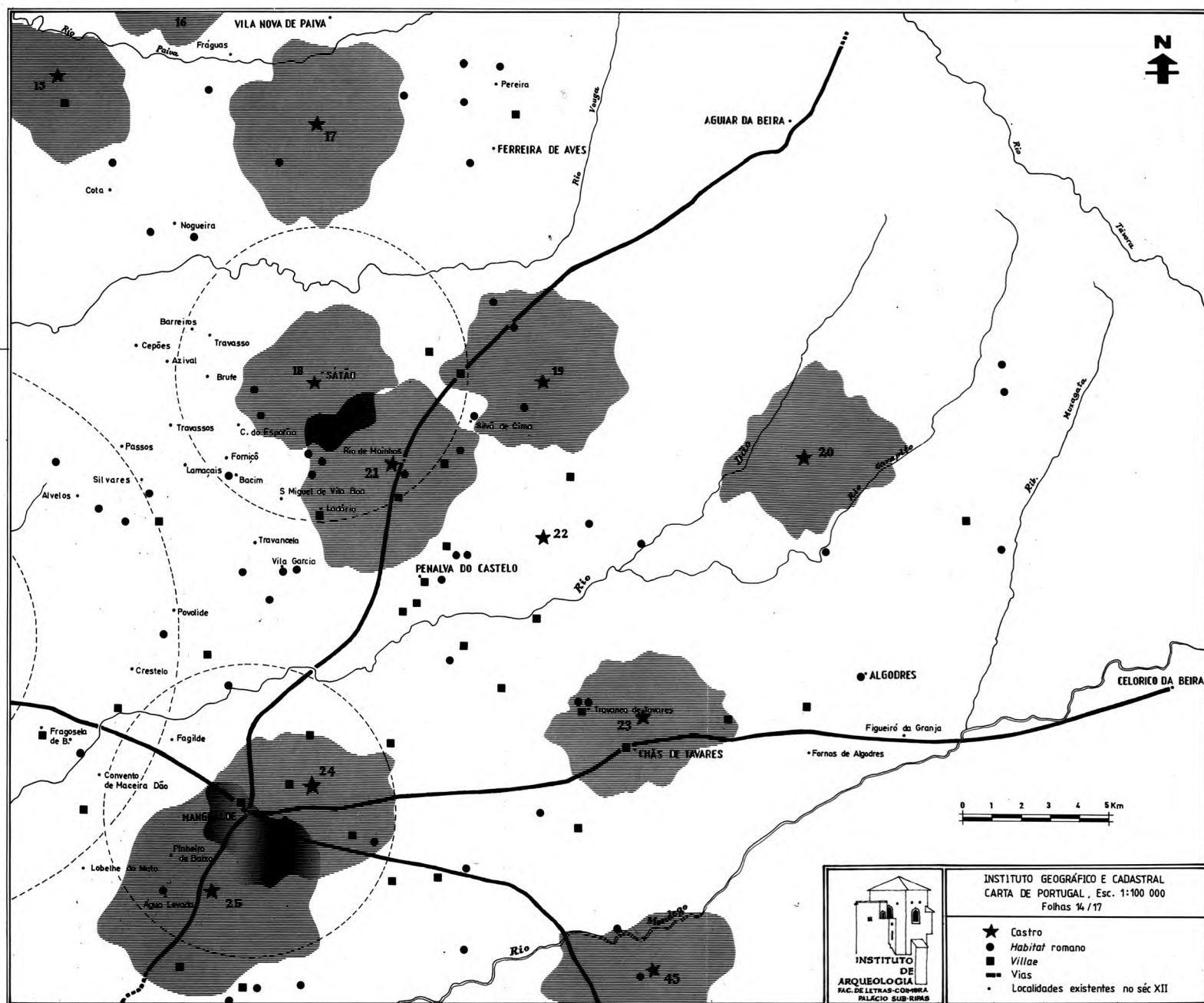




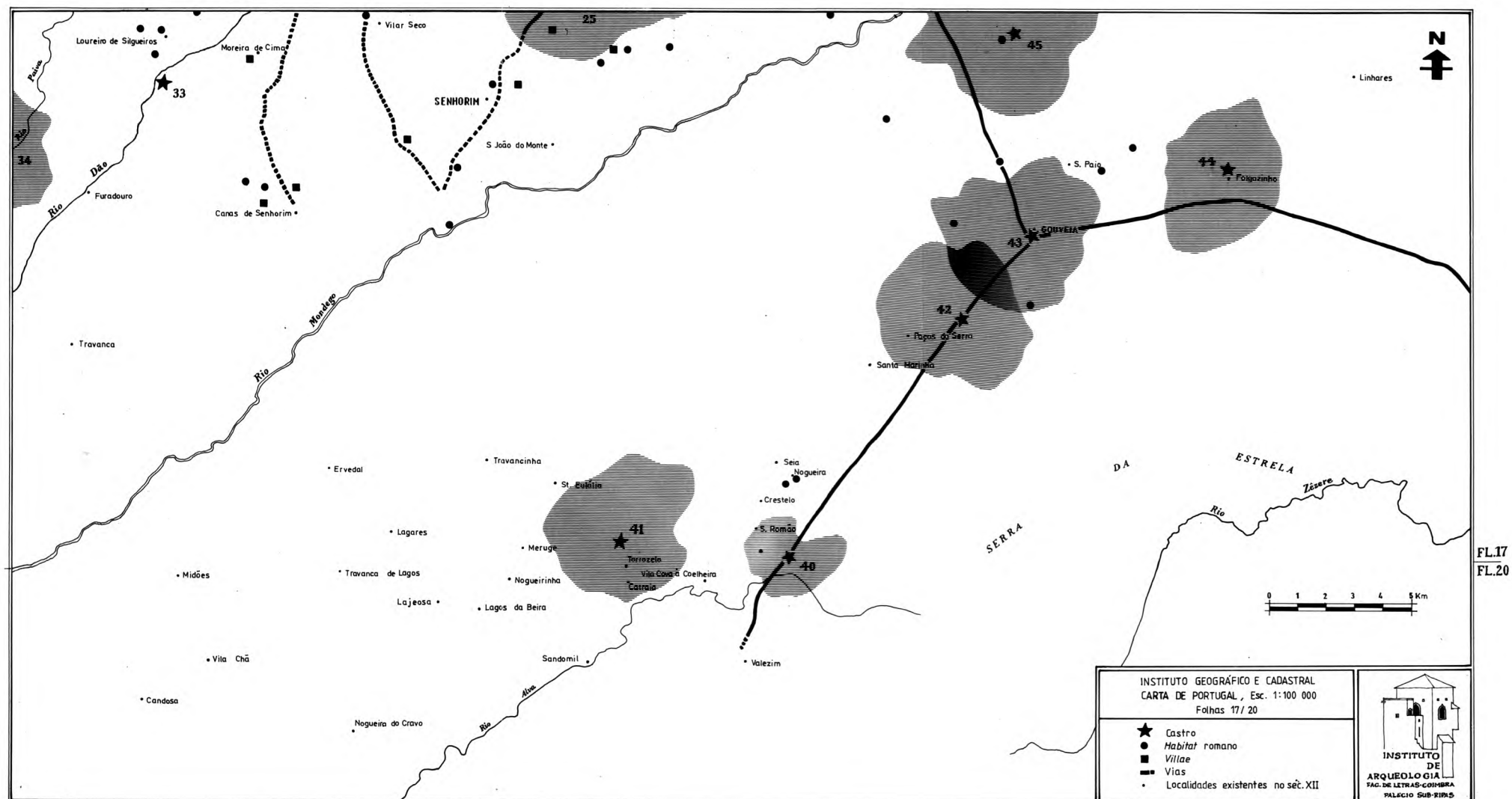
(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)



FL.14
FL.17

(Página deixada propositadamente em branco)



(Página deixada propositadamente em branco)

ÉLVIO MELIM DE SOUSA

Conservador dos Museus da Câmara Municipal de Sintra

CERÂMICAS DITAS CAMPANIENSES E DE IMITAÇÃO CONSERVADAS
NO MUSEU REGIONAL DE SINTRA

“Conimbriga” XXXV (1996) p. 37-58

RESUMO: Estudam-se, neste artigo, 23 peças de cerâmica campaniense e de imitação campaniense conservadas no Museu Regional de Sintra. A partir da análise destas cerâmicas, revê-se a cronologia atribuída à romanização da zona W do *municipium Olisiponense* recuando-a até níveis plenos do século III a. C. Elabora-se ainda, com base na bibliografia disponível e em algumas informações, uma carta de dispersão geográfica das cerâmicas campanienses e de imitação detectadas em Portugal.

RESUMÉ: On étudie, dans cet article, 23 tessons de céramique campanienne et d'imitation campanienne qui appartiennent au Museu Regional de Sintra. Avec l'analyse de ces céramiques on fait la révision de la chronologie de la romanisation de la région ouest du *Municipium Olisiponense* en l'abaissant jusqu'à des niveaux pleins du III siècle avant a. C. On elabore, aussi, avec des données bibliographiques et autres, une carte de dispersion géographique de la céramique campanienne et d'imitation trouvée au Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

CERÂMICAS DITAS CAMPANIENSES E DE IMITAÇÃO CONSERVADAS NO MUSEU REGIONAL DE SINTRA

ORIGEM E TIPOS DE FABRICOS

As cerâmicas ditas campanienses surgem durante o século IV a. C., seguindo as tradições e o repertório formal das cerâmicas áticas de verniz negro, geralmente muito elegantes e de boa qualidade.

Tradicionalmente dividida em três classes distintas (¹), as cerâmicas campanienses cobrem um período mediado entre o século IV a. C. e os finais do século I a. C. (cerca de 30 a. C.), altura em que se dá o “aparecimento” da sigillata aretina:

Campaniense A - de origem napolitana e executada com barro vermelho-acastanhado proveniente da Ilha de Ischia, apresenta verniz negro de óptima qualidade com reflexos observáveis. Fabricada entre o século IV a. C. e 40 a. C., esta classe foi bastante difundida pelo Mediterrâneo;

Campaniense B - suspeita-se, neste caso, de uma produção etrusca muito homogênea nas suas características ceramológicas, apresentando pasta acastanhada clara e verniz negro azulado. Produzida, talvez, a partir de inícios/meados do século II a. C., perdura até 50/30 a. C. Foi largamente difundida e imitada;

Campaniense C - originária da região de Siracusa, tem o seu fabrico situado durante os séculos II e I a. C. Possui pasta acinzentada

(¹) N. LAMBOGLIA, em 1950, publica a primeira tipologia válida para estas cerâmicas (= “Classificazione Preliminare”), dividindo-as em três categorias - A, B e C -, a qual ainda hoje é usada comumente.

clara e verniz muito negro. Aceita-se, hipoteticamente, o facto de ter perdurado por estratos cronológicos superiores ao século I a. C.

Conhecem-se, todavia, inúmeros outros fabricos de “verniz negro”, subsidiários e/ou aparentados com as cerâmicas campanienses - mais de 50 - , os quais aparecem descritos por Jean-Paul MOREL ⁽²⁾, se bem que não se aplique a estas produções a “divisória” de Nino LAMBOGLIA⁽³⁾ para as cerâmicas campanienses.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

As estações portuguesas onde foram já exumadas cerâmicas campanienses não são numerosas, mas obedecem, ao que se sabe, a uma dispersão sul/norte, e aparecem em tipos diversos de estações que se estendem por todo o território hoje português.

Devem-se a M. DELGADO ⁽⁴⁾, e a O. da VEIGA FERREIRA ⁽⁵⁾, de certo modo, os primeiros inventários, em 1971, de estações portuguesas que forneceram cerâmicas ditas campanienses ou de imitação. Surgem, então, referências a vários locais essencialmente situados a Sul do Tejo, correspondendo, por sua vez, a maior parte dos fragmentos detectados, a peças insertas em colecções conservadas em museus.

Todavia, é M. MAIA⁽⁶⁾, na sua tese de doutoramento, em 1987, quem fornece a mais completa carta de distribuição das cerâmicas campanienses e de imitação detectadas entre nós. Este autor, embora se reporte essencialmente à área a Sul do Tejo, congrega a maior parte dos locais, já conhecidos anteriormente, com outros onde o próprio teria efectuado ou tido conhecimento de recolhas.

Não sendo nossa intenção fazer aqui uma carta de dispersão geográfica exaustiva destes fabricos, conseguimos, ainda assim, apurar a detecção de cerâmicas campanienses e/ou de imitação de campaniense, em 69 locais, com base na bibliografia consultada e em algumas informações que nos foram amavelmente cedidas (cfr. mapa de distribuição):

(2) J. P. MOREL, 1981, pp. 47-51.

(3) N. LAMBOGLIA, 1952.

(4) M. DELGADO, 1971, pp. 403-420.

(5) O. da VEIGA FERREIRA, 1971, pp. 313-332.

(6) M. MAIA, 1987, voi. 2, pp. 52-83.

- 1 - **Alcácer do Sal**; M. DELGADO, 1971, pp. 403-420.
- 2 - **Almaraz** (Almada); informação cedida pelo nosso colega Luís Barros, a quem agradecemos.
- 3 - **Almodovar**; M. DELGADO, 1971, pp. 403-420.
- 4 - **Antanho** (Coimbra); M. B. LLORIS, 1990, p. 47, mapa 2.
- 5 - **Armés** (Sintra); M. MAIA, 1978, vol. II, pp. 52-83.
- 6 - *Baesuris*; A. ARRUDA, 1986, pp. 401-406.
- 7 - *Balsa*; M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 8 - **Beja a Pequena** (São Salvador, Beja); *id.*, *ib.*
- 9 - **Cabeça de Vaiamonte** (Monforte); M. DELGADO, 1971, pp. 403-420.
- 10 - **Cacilhas** (Fábrica de Salga de Peixe) [Almada]; informação cedida pelo nosso colega Luís Barros, a quem agradecemos.
- 11 - **Casal de Pianos - Pombal** (Sintra).
- 12 - **Casal do Silvério** (Sintra); O. da VEIGA FERREIRA, 1971, pp. 315, 319 e 320; M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83; J. CARDIM RIBEIRO, 1982-83, p. 425, nota 3. Este local de recolha de cerâmica campaniense foi identificado primeiramente como “Pedra Furada” por O. da VEIGA FERREIRA (1971), distando cerca de 1,5 km do Casal do Silvério (cfr. J. CARDIM RIBEIRO, 1982-83, p. 425, nota 3).
- 13 - **Castelinho dos Mouros** (Castro Verde); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 14 - **Castelo da Lousa** (Mourão); M. DELGADO, 1971, pp. 403-420.
- 15 - **Castelo das Juntas** (Castro Verde); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 16 - **Castelo de Arruda dos Vinhos** (Arruda dos Vinhos); informação cedida pelo Dr. João Ludgero Marques Gonçalves, a quem agradecemos. Referente a recolhas efectuadas durante as escavações que decorreram em 1979.
- 17 - **Castelo do Manuel Galo** (Mértola); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 18 - **Castelo Velho de Safara** (Moura); *id.*, *ib.*
- 19 - **Castelo Velho do Cobres** (Castro Verde); *id.*, *ib.*
- 20 - **Castelo Velho do Roxo** (Aljustrel); *ib.*
- 21 - **Castro da Azougada** (Moura); O. da VEIGA FERREIRA, 1971, pp. 313-332.
- 22 - **Castro da Mangancha** (Aljustrel); *ib.*

- 23 - **Castro da Mesa dos Castelinhos** (Ourique); *ib.*
- 24 - **Castro da Rotura** (Palmeia); *ib.*
- 25 - **Castro de Chibanes** (Palmeia), *ib.*
- 26 - **Castro de Romariz** (Santa Maria da Feira); A. C. FERREIRA DE ALMEIDA, 1986, pp. 134-136.
- 27 - **Castro de Segóvia** (Caia e São Pedro, Eivas); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 28 - **Castro do Salvador** (Cadaval); informação cedida pelo Dr. João Ludgero Marques Gonçalves, a quem agradecemos. Referente a recolhas efectuadas durante os trabalhos de escavação arqueológica de 1980.
- 29 - **Castro dos Ratinhos** (Moura); O. da VEIGA FERREIRA, 1971, pp. 313-332.
- 30 - **Cerro da Vila** (Quarteira, Loulé); informação cedida pelo Dr. A. M. Dias Diogo, a quem agradecemos.
- 31 - **Cerro do Cavaco** (Tavira); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 32 - **Chões de Alpompé** (Santarém); O. da VEIGA FERREIRA, 1971, pp. 313-332.
- 33 - **Cidade Velha de Santa Luzia** (Viana do Castelo); A. C. FERREIRA DE ALMEIDA, 1986, pp. 134-136.
- 34 - **Cividade de Lanheses** (Viana do Castelo); C. A. BROCHADO DE ALMEIDA, 1990, pp. 198, 199, 275 e 276.
- 35 - **Cola** (Ourique); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 36 - *Conimbriger*, M. DELGADO, 1971, pp. 403-420.
- 37 - **Coto da Pena** (Caminha); C. A. FERREIRA DE ALMEIDA, 1986, pp. 134-136.
- 38 - **D. Pedro** (Beja); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.
- 39 - **Ermidas** (Sintra); *id., ib.*
- 40 - **Foz do Arade** (Portimão); A. M. DIAS DIOGO e J. P. CARDOSO, 1992, pp. 9-11.
- 41 - **Freiria** (Cascais); informação cedida pelo nosso colega Guilherme Cardoso, a quem agradecemos.
- 42 - **Granja dos Serrões** (Sintra).
- 43 - **Funchal** (Sintra).
- 44 - **Ilhéu do Rosário** (Silves); M. MAIA, 1978, vol II, pp. 52-83.
- 45 - **Lomba do Canho** (Arganil); M. DELGADO, 1971, pp. 403-420. Não é feita qualquer referência exacta à Lomba do Canho, mas sim a um “acampamento romano perto de Arganil”, tendo-se deduzido, aqui, tratar-se daquela estação arqueológica.

46 - **Lugar do Marcador** (Sintra).

47 - *Mir obriga*, *id.*, *ib.* M. B. LLORIS (1990) refere no seu mapa de distribuição Santiago do Cacém, local que se deduz significar *Mirobriga* naquela carta. Por esta razão não o inserimos isoladamente nesta listagem.

48 - **Miroiços** (Cascais); informação cedida pelo nosso colega Guilherme Cardoso, a quem agradecemos.

49 - **Monte Molião** (Lagos); M. MAIA, 1987, voi. II, pp. 52-83.

50 - *Myrtilis*; *id.*, *ib.*

51 - *Olisipo'*, *id.*, *ib.* Não sabemos a que local ou locais precisos dentro da *urbs* se refere M. MAIA (1987) quando enumera *Olisipo*. Pelo nosso lado, conseguimos apurar a detecção de cerâmicas campanienses nas termas dos Cássios, no teatro romano, nas Portas do Sol, na Rua dos Fanqueiros (informações cedidas pelo Dr. Dias Diogo, a quem agradecemos) e no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros/BCP (informação cedida pelo Dr. dementino Amaro, a quem se agradece).

52 - **Outeiro de Polima** (Cascais); informação cedida pelo nosso colega Guilherme Cardoso, a quem agradecemos.

53 - *Pax Iulia*, M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.

54 - **Pedra da Atalaia** (Santiago do Cacém); C. TAVARES DA SILVA, 1978, pp. 117-132.

55 - **Pedrão** (Setúbal); M. DELGADO, 1971, pp. 403-420. Esta autora, no artigo atrás indicado, refere apenas Setúbal. Todavia, em 1975, no Cap. VII do “A Propos des Céramiques de Conimbriga”, J. SOARES (p. 92), na sua intervenção, fala de achados campanienses no Pedrão, os quais correspondem, certamente, aos enumerados por M. DELGADO como provenientes de Setúbal.

56 - **Pisões** (Beja); M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.

57 - **Porto do Sabugueiro** (Muge); *id.*, *ib.*

58 - **Represas** (Beja); *id.*, *ib.*

59 - **Rocha Branca** (Portimão); *id.*, *ib.*

60 - **São Marcos** (Sintra); *id.*, *ib.*

61 - **São Miguel de Odrinhas** (Sintra); *id.*, *ib.*

62 - **São Paulo** (Gruta artificial) [Almada]; informação cedida pelo nosso colega Luís Barros, a quem agradecemos.

63 - **São Pedro de Caldeias** (Tomar); S. da PONTE, 1988, pp. 81 e 82.

64 - *Scallabis'*, A. M. DÍAS DIOGO, 1984, pp. 111-143.

65 - **Sines**; C. TAVARES DA SILVA e J. SOARES, 1993, pp. 178 e 187, nota 106.

66 - *Sirpens*; M. MAIA, 1987, vol. II, pp. 52-83.

67 - **Tróia de Setúbal** (Grândola); informação cedida pelo Dr. Eurico Sepulveda, a quem se agradece.

68 - **Veiros** (Estremoz); *id.*, *ib.*

69 - **Villa Romana das Neves** (Castro Verde); *id.*, *ib.*

Denota-se uma predominância esmagadora de locais situados a Sul do Tejo - 64% do total (= 44 estações) -, contra apenas 25 locais situados a Norte daquele rio - = 36% do total -, o que, em nosso entender, é aceitável, dada a sua difusão ser essencialmente marítima e mediterrânica.

Ainda assim, achamos provável que se venham a descobrir novos fragmentos de cerâmicas campanienses e/ou de imitação em estações localizadas sobretudo a Norte do Tejo, dada a grande produtividade e difusão que as mesmas conheceram.

É bem visível, de igual modo, a concentração de estações nas áreas geográficas localizadas no litoral do nosso território ou relativamente perto deste - panorama observável de Norte a Sul -, à excepção do Baixo Alentejo, sobretudo na região entre o Guadiana e o Sado, correspondendo esta convergência, talvez, não só à grande densidade de prospecção arqueológica, como também à sua manifesta riqueza mineral e relativa proximidade ao Mediterrâneo, bem como à consequente facilidade de penetração para o interior.

Outro aspecto digno de realce é a individualização da região do *municipium Olisiponense*, onde se concentra um número significativo de estações fornecedoras de cerâmicas campanienses ou de imitação, e ligadas, obviamente, a *Olisipo* e ao Tejo.

De salientar ainda o papel fundamental dos rios Guadiana, Sado, Tejo e Mondego, na difusão e comércio das campanienses na zona sudoeste da Península Ibérica.

A COLECÇÃO DO MUSEU REGIONAL DE SINTRA

As peças do Museu Regional de Sintra, inventariadas sob a designação de “cerâmica campaniense” e de “imitação de cerâmica campaniense”, perfazem um total de 23 fragmentos, tendo 5 delas sido publicadas por M. MAIA, em 1987, na sua tese de doutoramento (7) -

(7) M. MAIA, 1987, vol. 2, pp. 60-65 e **Ests.** n.º III, IV e V.

números 1,2, 11, 13 e 19 do Catálogo - e correspondendo, por sua vez, a 4 fragmentos de cerâmica campaniense B e a 1 de imitação de campaniense B, este último naquela tese descrito incorrectamente como sendo de campaniense B. Sabemos ainda da “existência ?” de um outro fragmento campaniense exumado no concelho de Sintra, mais concretamente no Casal do Silvério (freg. de Almargem do Bispo) ⁽⁸⁾, o qual, por não se encontrar conservado no Museu Regional e não se saber actualmente do seu paradeiro, a fim de o mesmo poder ser convenientemente estudado, se encontra excluído do presente trabalho. Sobre este último fragmento, R ROUILLARD ⁽⁹⁾ levanta sérias dúvidas de se tratar de uma peça em cerâmica campaniense “verdadeira”, pelo que pensamos estar perante uma imitação de campaniense, ou, então, na presença de uma simples peça de cerâmica comum.

Achámos pertinente englobar neste artigo todo o conjunto constituído pelas cerâmicas campanienses e de imitação de campaniense sintenses, não só pelo mesmo possuir grande homogeneidade nas formas (tipologia clássica), como também por apresentar as características gerais peculiares e essenciais atribuíveis aos fabricos daquelas cerâmicas - pastas muito depuradas, engobes negros e brilhantes e pés em anel. Recorde-se ainda que, ceramológica e cronologicamente, as ilações deduzíveis das peças de imitação são de grande importância histórico-arqueológica, confundindo-se, assim, o seu contributo com o das peças consideradas “verdadeiras”.

No nosso caso, a dedução das peças de imitação de campaniense teve em conta a detecção, quase sempre, de cerâmicas propriamente campanienses nas *villae* onde foram exumadas, embora tal não fosse, de modo algum, obrigatório para a sua identificação. De facto, entre quase todas as estações analisadas e que forneceram cerâmicas campanienses [4 em 5: Armez, Ermidas, São Marcos e São Miguel de Odrinhas - ficando apenas de fora a Granja dos Serrões por somente ter fornecido um fragmento de cerâmica campaniense -, as quais correspondem a metade do total das estações concelhias], foram igualmente recolhidos fragmentos de imitação de campaniense, o mesmo não sendo possível dizer, infelizmente, em sentido inverso [3 em 8 (=37,5% do total das estações de Sintra): Casal de Pianos - Pombal, Funchal e Lugar do Marcador].

⁽⁸⁾ O. da VEIGA FERREIRA, 1971, pp. 315, 319 e 320; J. CARDIM RIBEIRO, 1982-83, p. 425, nota 3.

⁽⁹⁾ P. ROUILLARD, 1993, p. 57.

De qualquer dos modos, e nesta análise concreta, a maior parte das peças de imitação de campaniense estudadas pertencem às estações que forneceram igualmente cerâmicas campanienses “verdadeiras”, perfazendo um conjunto de 11 fragmentos (=73%) num total de 15 exemplares, contra apenas 4 fragmentos (=27% do total), atribuídos às estações que apenas forneceram cerâmicas de imitação de campaniense.

Todos os fragmentos da colecção ora em análise - entre peças de cerâmicas campanienses e de imitação -, provêm, na sua totalidade, de *villae* implantadas na área geográfica do actual concelho de Sintra. Temos assim: 8 peças recolhidas em Armez (freg. da Terrugem) [=35% da colecção] e relativas a prospecções de superfície, efectuadas em terrenos próximos da Fonte Romana; 2 fragmentos exumados em Casal de Pianos - Pombal (freg. de São João das Lampas) [=9% da colecção] e correspondentes a achados de superfície; 3 exemplares provenientes de Ermidas (freg. de São João das Lampas) [=13% da colecção] e obtidos em prospecções; 1 fragmento detectado no Funchal (freg. de São João das Lampas) [=4% da Colecção], igualmente originário de recolhas superficiais; 1 peça achada no lugar do Marcador, à superfície (freg. de São Martinho) [=4% da colecção]; 3 fragmentos encontrados em São Marcos (freg. de Agualva-Cacém) [=13% da colecção] e atribuídos à campanha de escavações de 1979; 4 outros fornecidos pela campanha de escavações de 1957 levada a efeito em São Miguel de Odrinhas por D. Fernando de Almeida (freg. de São João das Lampas) [=18% da colecção]; e 1 peça recolhida na Granja dos Serrões (freg. de Almargem do Bispo), na campanha de escavações de 1995 [=4% do total].

Dos 23 fragmentos estudados, apenas 8 (=35% do total) correspondem a cerâmicas propriamente campanienses, contra uma maioria de 15 peças (=65% do total), correspondentes a exemplares de imitação. Dentro do primeiro grupo - cerâmicas campanienses -, não se observaram quaisquer registos de peças atribuíveis à classe C de N. LAMBOGLIA, pertencendo às classes A (1 peça) e B (7 peças) todos os exemplares examinados.

No que concerne ao grupo das peças de imitação de campaniense, somente em 9 fragmentos (=60%) nos foi possível discernir qual a forma ou a classe imitada, contra 6 exemplares (=40%) em que não se pode adiantar essas características. No primeiro grupo, 2 achados são em imitação de campaniense B (=13% - peças n.º 1 e 15 do catálogo), 2 em imitação de campaniense C (=13% - peças n.º 6 e 9 do catálogo), e apenas 1 em imitação de campaniense A (=7% - peça

n.º 8 do catálogo), englobando as restantes (peças n.º 3, 4, 7, 14, 16, 18, 20 e 22 do catálogo) um grupo apenas designado por “cerâmicas de imitação de campaniense”, unicamente detentoras de pastas e engobes aparentados com os das campanienses consideradas “verdadeiras”.

Se somarmos os 7 fragmentos de cerâmica campaniense B (=30% da colecção - peças n.º 2, 11, 13, 16, 17, 19 e 20 do catálogo) aos 2 outros (=9% - peças n.º 1 e 15 do catálogo), em que se denotou imitarem o reportório das formas características daquela classe [contra 1 (=4% - peça n.º 23 do catálogo) de campaniense A; 2 (=9% - peças n.º 6 e 9 do catálogo) de imitação de campaniense C; e 1 (=4% - peça n.º 8 do catálogo) de imitação de campaniense A], obtemos um significativo subconjunto de 9 peças (=39% do total da colecção) detentor de grandes afinidades produtivas. Julgamos que a este grupo pertencerão, certamente, muitos outros fragmentos objecto do nosso trabalho e apenas identificados como exemplares de imitação de campaniense. Este facto fornece uma certa homogeneidade à colecção sintriana, podendo ser-lhes atribuída, ainda que sob reservas, algumas das características e cronologias comuns às cerâmicas campanienses B de N. LAMBOGLIA.

1 - Formas

Para a análise das peças do Museu Regional de Sintra, optámos pela classificação de N. LAMBOGLIA quanto às classes dos fabricos das cerâmicas campanienses (comummente aceite), e pelo reportório formal de Jean-Paul MOREL, por ser este, de longe, o mais completo e exaustivo dentro daqueles tipos cerâmicos. De salientar, ainda, o facto deste último ceramólogo incluir na sua tipologia as cerâmicas de vemiz negro e pastas depuradas, mas de nítida imitação das campanienses “oficiais”.

Da totalidade da colecção, apenas em 8 exemplares (=35% - peças n.º 3, 4, 7, 14, 16, 18, 20 e 22 do catálogo) não se tornou viável adiantar ou sugerir uma forma aproximada. Os fragmentos que investigámos possuem, na generalidade, reduzidas dimensões, o que dificulta sobremaneira a detecção da respectiva forma. Por isso, fomos obrigados a alargar o seu espectro formal, o que levou, logicamente, à impossibilidade de obtermos certezas ou cronologias mais precisas. Optou-se, em primeiro lugar, por procurar a forma global que melhor se coadunasse a cada peça [conseguida isoladamente em 8 casos

(=35%) - peças n.º 5, 6, 9, 10, 13, 17, 19 e 21 do catálogo], inscrevendo-se, em segundo lugar, a análise dos pés cerâmicos [conseguida isoladamente em 5 casos (=22%) - peças n.º 2, 11, 12, 15 e 23 do catálogo], tendo-se apenas registado 2 únicas situações onde nos foi permitido obter formas para a peça e para o respectivo pé (=9%) - fragmentos n.º 1 e 8 do catálogo).

Não se pode afirmar que existe uma preponderância deste ou daquele tipo de forma dentro do universo tipológico de Jean-Paul MOREL, dado nenhum se repetir, pelo que nos escusamos de apresentar percentagens dos mesmos. Nota-se, isso sim, uma ligeira predominância das páteras e taças, em detrimento de outras formas utilitárias.

Embora de um modo geral a colecção de Sintra apresente características tipológicas e/ou ceramológicas atribuíveis ao fabricos tradicionais da campaniense B, registaram-se, contudo, alguns casos notórios de fabricos diferentes ou, então, aparentados com os de outras classes da campaniense - peça n.º 23, classificada como campaniense A; peça n.º 8, classificada como imitação de campaniense A e peças n.º 6 e 9, classificadas como imitação de campaniense C.

No primeiro caso, peça n.º 8, colocamos muitas reservas quanto à atribuição de uma forma concreta dentro da tipologia de Jean-Paul MOREL, dado não se ter detectado um paralelo preciso. Nos restantes casos (peças n.º 23, 6 e 9), pensamos ter uma margem de erro menor.

2 - Cronologia

Podemos apontar como principais balizas cronológicas da colecção sintriana o século III a. C., para as mais antigas, e os anos 50/30 a. C. (limite dos fabricos de cerâmica campaniense B), para as mais recentes.

Contudo, é nos séculos II e I a. C. que se deve encontrar a datação correcta da colecção, correspondendo esta cronologia, por seu lado, à “predominância” dos fabricos de campaniense B e consequentes imitações.

A peça com cronologia mais recuada de todo o conjunto consiste num fundo em imitação de campaniense, com um pé em anel observável no tipo 5726 al de MOREL, proveniente da *villa* de Ermidas e que aponta para os inícios do século III a. C. (cerca de 300 a. C.). Ressalve-se, neste caso específico, a inexistência de um paralelo exacto para o pé da peça em questão, pelo que apresentamos aqui esta datação

como a hipótese mais plausível. Pensamos, porém, e tendo em conta o contexto temporal da maior parte das peças campanienses e de imitação do Museu Regional de Sintra, ser possível fazer-se avançar a datação do fragmento n.º 12 até níveis médios ou finais daquela centúria.

Há que lembrar a este propósito que a *villa* de Ermidas constitui uma das quatro estações estudadas que forneceu cerâmicas campanienses B, tendo-se registado nestas a existência de um fragmento datado com rigor do século I a. C. (90 a. C. $\pm$ 50 anos - peça n.º 11 do catálogo) e de um outro, atribuído com segurança aos finais do século II a. C. (peça n.º 13 do catálogo), os quais vêm, de certo modo, aproximar o intervalo entre os vários fabricos e atestar uma ocupação contínua da *villa*, durante aquelas três centúrias.

A segunda peça datada do século III a. C. (inícios/meados) é o fragmento n.º 17, proveniente da campanha de escavações de 1979 efectuada na *villa* de São Marcos e relativo a um fundo de campaniense B com pé em anel incipiente, quase imperceptível. Nesta estação, foi igualmente encontrado um outro fragmento de cerâmica campaniense B (peça n.º 16 do Catálogo), cuja forma, infelizmente, nos é impossível determinar. Para aquele exemplar, poder-se-á dizer o mesmo que se observou para a peça n.º 12, isto é, que a sua datação poderá ser avançada até níveis mais recentes dentro do século III a. C. (finais).

Nas *villae* que forneceram as únicas peças datáveis do século III a. C., foram igualmente detectados outros tipos cerâmicos, atribuíveis a níveis antigos de ocupação romana. Temos, assim, verificada a existência de cerâmicas de transporte de nítido fabrico neopúnico, em São Marcos ⁽¹⁰⁾, e de ânforas de segura datação anterior ao século II a. C., em ambas as estações (Ermidas e São Marcos), embora estas sejam referenciadas por F. COELHO PIMENTA ^(u) como pertencentes a um fabrico “extra-peninsular e/ou controverso?”. No caso da estação de São Marcos, foram ainda recolhidas mós em forma de sela entre os estratos romanos (actualmente expostas no Museu Regional), que nos sugerem datações certamente anteriores ao século II a. C. para aqueles níveis.

Apenas foi detectado um único fragmento de campaniense A [(peça n.º 23 do catálogo), o qual ostenta um pé algo similar com o classificado por Morei sob o n.º 11 e, de certo modo, também, com o pé patente no seu tipo 253 al, cuja data aponta para o intervalo situado

⁽¹⁰⁾ F. COELHO PIMENTA, 1982-83, pp. 117-150.

^(u) *Id.*, *ib.*.

entre os meados do século II a. C. e os meados da centúria seguinte] e um exemplar que nos parece ser de imitação de campaniense A [(peça n.º 8 do catálogo), o qual apresenta uma forma atribuível, ainda que sob reservas, ao Tipo 2152 al de MOREL, e um pé, observável no Tipo 2154 cl também de MOREL e datável, *grosso modo*, do primeiro quartel do século II a. C], atestando a raridade destes fabricos nestas áreas peninsulares.

OBSERVAÇÃO FINAL

A data de 218 a. C., aceite como a da chegada das tropas de Cneu Cipião à Península Ibérica e, de resto, comprovada pelas fontes clássicas, não pode, em nosso entender, marcar o início da “romanização” da Península, mas tão só o início da conquista militar desta, dado que já muito antes dos finais do século III a. C. se vinham verificando contactos massivos entre os autóctones peninsulares e aquela civilização.

Estas ligações, comerciais e não só, são comprovadas pela existência de cerâmicas romanas de grande qualidade e em quantidades surpreendentes, as quais atestam a grande influência da civilização e cultura romanas na Península Ibérica desde períodos remotos.

A descoberta de achados cerâmicos romanos e de outros ostentando imitações de formas características das produções itálicas anteriores aos finais do século III a. C. denuncia, para além da simples transação comercial a si inerente, a grande proximidade existente entre as duas penínsulas (Itálica e Ibérica), observável a níveis tão diversos como o económico, o comercial, o artístico, o religioso e o material.

No caso específico da zona W do *municipium Olisiponense*, e a ter em conta as cronologias aferidas neste artigo, achamos dever rever-se as datações, geralmente e desde há muito apontadas para os inícios da “romanização” desta região ou, melhor, para a “presença” romana nesta área geográfica, propondo-se, desde já, o recuo dessa cronologia até níveis plenos do século III a. C.

CATÁLOGO:

N.º 1 - MRS/AR/R/85/1 (Est. I, n.º 1); fragmento de fundo de pátera com pé em anel em imitação de campaniense B. M. MAIA (1987, voi. 2, p. 63)

insere, por lapso, esta peça no seu conjunto de campaniense B. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma peça de imitação.

Forma: Tipo 2272 bl de Morei. Pé Tipo 178 dl de Morel (cfr. M. MAIA, 1987, voi. 2, p. 63).

Diâmetro: 72 mm (a nível do limite externo do pé em anel).

Pasta: castanha-acinzentada, de tom escuro, com manchas de cozedura, dura, pouco porosa, de fractura não rectilínea, micácea, com elementos não plásticos de pequenas e médias dimensões.

Engobe: externo/negro, micáceo, espesso, sem brilho, homogéneo; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: primeira metade do século I a. C.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 2 - MRS/AR/R/85/2 (Est. I, n.º 2); fragmento de fundo com pé em anel de pátera em campaniense B.

Forma: indeterminável. Pé Tipo 145 al de Morel (cfr. M. MAIA, 1987, voi. 2, pp. 60 e 61).

Diâmetro: 97 mm (ao nível do limite externo do pé em anel).

Pasta: bege-acastanhada, de tom escuro, dura, muito porosa, de fractura não rectilínea, com elementos não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: externo/negro-acastanhado muito escuro, pouco espesso, homogéneo, brilhante; interno/idêntico ao externo.

Decoração: possui uma canelura pouco profunda ao nível do fundo interno.

Cronologia: segunda metade do século II a. C., com incidência no último quartel. M. MAIA (1987, p. 60) adianta ainda, e com base em datações de paralelos ibéricos, uma cronologia alargada até à primeira metade do século I a. C.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 3 - MRS/AR/R/86/14; fragmento de parede de taça em imitação de campaniense.

Forma: indeterminável.

Pasta: bege-acastanhada, de tom vivo, dura, de grão fino, porosa, de fractura não rectilínea, com materiais não plásticos de pequeníssimas dimensões.

Engobe: inexistente.

Cronologia: provavelmente os séculos II-I a. C.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 4 - MRS/AR/R/86/15; fragmento de fundo de taça em imitação de campaniense.

Forma: indeterminável.

Pasta: cinzenta, não muito escura, de grão muito fino, dura, porosa, de fractura não rectilínea, micácea, com materiais não plásticos de pequeníssimas dimensões.

Engobe: inexistente.

Cronologia: provavelmente os séculos II-I a. C.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 5 - MRS/AR/R/86/16 (Est. I, n.º 3); fragmento de bordo de taça em imitação de campaniense.

Forma: Tipo 2865 bl de Morei.

Diâmetro: 188 mm (ao nível do extremo exterior do bordo).

Pasta: cinzenta escura, fina, dura, micácea, porosa, de fractura não rectilínea, com materiais não plásticos de médias dimensões.

Engobe: inexistente.

Cronologia: século I a. C.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 6 - MRS/AR/R/86/174 (Est. I, n.º 4); fragmento de fundo de taça em imitação de campaniense C.

Forma: Tipo 2156 al de Morei.

Pasta: cinzenta-acastanhada, pouco porosa, dura, de fractura não rectilínea e cortante, com materiais não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: tipo aguada; externo/negro, espesso, sem brilho; interno/ /idêntico ao externo.

Cronologia: primeira metade do século II a. C.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 7 - MRS/AR/R/86/378; fragmento de parede de taça em imitação de campaniense.

Forma: indeterminável.

Pasta: cinzenta-acastanhada escura, dura, de fractura não rectilínea, porosa com materiais não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: externo/negro, espesso, brilhante; interno/inexistente.

Cronologia: provavelmente os séculos II-I a. C.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 8 - MRS/AR/R/88/52 (Est. I, n.º 5); fragmento de parede e fundo de taça com pé em anel em imitação de campaniense A.

Forma: Não encontramos paralelos exactos para esta forma. Talvez se possa adiantar o tipo 2152 al para a inclinação da parede do taça e o tipo 2154 cl para o pé, como os mais aproximados dentro do repertório de Jean-Paul Morei.

Diâmetro: 68 mm (ao nível do extremo exterior do anel).

Pasta: cinzenta escura, fina, micácea, porosa, dura, de fractura não rectilínea, com materiais não plásticos de médias dimensões.

Engobe: inexistente.

Cronologia: cerca de 200 a. C./primeiro quartel do século II a. C. para a forma da parede e cerca de 190 a. C. $\pm$ 30 anos para o pé.

Proveniência: *villa* de Armez, superfície.

N.º 9 - MRS/PPP/R/81/27 (Est. II, n.º 6); fundo inteiro com pé em anel de pequenina taça em imitação de campaniense C.

Forma: Tipos 1253 bl; 1253 cl de Morei.

Diâmetro: 36 mm (ao nível do limite exterior do pé em anel).

Pasta: cinzenta escura, de grão fino, dura, pouco porosa, de fractura algo rectilínea, com materiais não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: externo/cinzento acastanhado, de tom escuro, pouco espesso, homogéneo, sem brilho; interno/inexistente.

Cronologia: séculos II-I a. C.

Proveniência: *villa* de Casal de Pianos (Pombal), Quadrado 3, Iª camada.

N.º 10 - MRS/PPP/R/81/36 (Est. II, n.º 7); fragmento de bordo de pequena taça em imitação de campaniense.

Forma: Tipo 2615 bl de Morei.

Pasta: cinzenta escura, fina, dura, micácea, de fractura não rectilínea, porosa, com elementos não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: tipo aguada; externo/cinzento muito escuro quase negro, espesso, sem brilho; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: meados do século II a. C.

Proveniência: *villa* de Casal de Pianos (Pombal), quadrado 3, Iª camada.

N.º 11 - MRS/ED/R/83/1 (Est. II, n.º 8); fragmento de fundo com pé em anel de pátera em campaniense B.

Forma: Tipo 253 al de Morei para o pé (cfr. M. MAIA, 1987, voi. 2, pp. 64 e 65).

Diâmetro: 99 mm (ao nível do limite exterior do pé em anel).

Pasta: bege-acastanhada, de tom algo rosado, dura, pouco porosa, de grão fino, de fractura não rectilínea.

Engobe: externo/negro acastanhado, não homogéneo, pouco espesso, brilhante; interno/idêntico ao externo, mas menos brilhante.

Cronologia: 90 a. C. $\pm$ 40 anos.

Proveniência: *villa* de Ermidas, superfície.

N.º 12 - MRS/ED/R/83/49 (Est. II, n.º 9); fragmento de fundo com pé em anel de pequeno jarro em imitação de campaniense.

Forma: Tipo 5726 al de Morel? Este tipo é o que apresenta a forma mais aproximada do pé em análise.

Diâmetro: 55 mm (ao nível do limite externo do pé em anel).

Pasta: castanha-acinzentada, dura, pouco porosa, de fractura não rectilínea.

Engobe: externo/negro, espesso, homogéneo, sem brilho; interno/ idêntico ao externo.

Cronologia: cerca de 300 a. C. Julgamos, pelo contexto das peças restantes da colecção do Museu Regional de Sintra, poder estender esta cronologia a níveis do século III a. C. Esta peça consiste, ainda assim, numa das mais antigas da colecção.

Proveniência: *villa* de Ermidas, superfície.

N.º 13 - MRS/ED/R/84/1 (Est. II, n.º 10); fragmento de aba e parede de pátera em campaniense B.

Forma: Tipo 2272 bl de Morel (cfr. M. MAIA, 1987, voi. 2, p. 62).

Pasta: bege-acastanhada, dura, de grão, fino, porosa, de fractura rectilínea, com materiais não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: externo/negro acastanhado, pouco espesso, homogéneo, brilhante; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: finais do século II a. C. ou o século I a. C.

Proveniência: *villa* de Ermidas, superfície.

N.º 14 - MRS/FU/R/83/159 ; fragmento de parede de taça em imitação de campaniense. Fundo?

Forma: indeterminável.

Pasta: cinzenta clara, de grão fino, dura, porosa, de fractura não rectilínea, com materiais não plásticos de médias dimensões.

Engobe: externo/inexistente; interno/negro, não muito escuro, pouco espesso, sem brilho.

Cronologia: provavelmente os séculos II-I a. C.

Proveniência: *villa* do Funchal, superfície.

N.º 15 - MRS/LM/R/77/67 (Est. II, n.º 11); fragmento de fundo com pé em anel de pátera em imitação de campaniense B.

Forma: Tipo 172 a2 de Morel para o pé em anel.

Diâmetro: 57 mm (ao nível do limite exterior do pé em anel).

Pasta: cinzenta escura, dura, pouco porosa, micácea, de fractura não rectilínea, com elementos não plásticos de pequenas e médias dimensões.

Engobe: tipo aguada; externo/cinzento escuro do mesmo tom da pasta, espesso, brilhante; interno/idêntico ao externo.

Marcas : a peça em análise possui uma marca esgrafitada no fundo externo, junto ao arranque do pé em anel, composta por um nexos de duas letras - TA.

Cronologia: meados ou à 2ª metade do século II a. C.

Proveniência: *villa* do Lugar do Marcador, superfície.

N.º 16 - MRS/SM/R/79/7; fragmento de fundo de pátera em campaniense B.

Forma: indeterminável.

Pasta: bege-acastanhada, de tom rosado, dura, porosa, de grão fino, porosa, de fractura não rectilínea, com elementos não plásticos de médias dimensões.

Engobe: externo/negro, pouco espesso, homogéneo, muito brilhante; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: entre os inícios/meados do século II a. C. e 50/30 a. C.

Proveniência: *villa* de São Marcos, escavações de 1979, superfície.

N.º 17 - MRS/SM/R/79/119 (Est. II, n.º 12); fragmento de fundo de taça (prato?) com pé em “anel” algo estilizado em campaniense B.

Forma: Espécie 2140 de Morei. Confrontar também espécie 2500 de Morei, tipos 2512 bl e 2513 al.

Diâmetro: 161 mm (ao nível do limite exterior do pé em “anel”).

Pasta: bege-acastanhada, de tom escuro e rosado, dura, porosa, de fractura rectilínea, com elementos não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: externo/penas denotado a nível de vestígios nos ressaltos exteriores do pé; acastanhado muito escuro, de tom avermelhado correspondente a manchas de cozedura ou de empilhamento, pouco espesso, pouco brilhante; i nterno/inexi stente.

Cronologia: inícios do século III a. C. para a espécie 2140 de Morei.

Proveniência: *villa* de São Marcos, escavações de 1979, 3ª camada.

N.º 18 - MRS/SM/R/79/167; fragmento de pé em anel de pequena taça em imitação de campaniense.

Forma: indeterminável.

Pasta: cinzenta algo escura, dura, muito porosa, de fractura não rectilínea, com materiais não plásticos de pequenas e médias dimensões.

Engobe: inexistente.

Cronologia: provavelmente os séculos II-I a. C.

Proveniência: *villa* de São Marcos, escavações de 1979, 4ª camada.

N.º 19 - MRS/SM/R/79/156 (Est. II, n.º 13); fragmento de bordo e parede de taça em campaniense B.

Forma: Tipo 2321 bl de Morel (cfr. M. MAIA, 1987, voi. 2, p. 64).

Diâmetro: 128 mm (ao nível do limite externo do bordo).

Pasta: bege-acastanhada escura, de torn rosado, dura, porosa, de fratura rectilínea, com materiais não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: externo/negro-acastanhado, pouco espesso, não homogéneo, brilhante, com reflexos; interno/idêntico ao externo, mas homogéneo.

Cronologia: século I a. C.

Proveniência: *villa* de São Marcos, escavações de 1979, 2ª camada.

N.º 20 - MRS/SMO/R/57/1; fragmento de parede lateral de taça em campaniense B.

Forma: indeterminável.

Pasta: castanha escura, algo rosada, de grão fino, dura, pouco porosa, de fratura não rectilínea, com materiais não plásticos de pequenas dimensões.

Engobe: externo/negro, espesso, homogéneo, muito brilhante; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: entre os inícios/meados do século II a. C. e 50/30 a. C.

Proveniência: *villa* de São Miguel de Odrinhas, escavações de 1957.

N.º 21 - MRS/SMO/R/57/133 (Est. II, n.º 14); fragmento de bordo de pequena taça em imitação de campaniense.

Forma: Tipo 1643 al de Morei, como a mais aproximada do repertório.

Diâmetro: 121 mm (ao nível do extremo exterior do bordo).

Pasta: cinzenta escura, de grão muito fino, dura, micácea, porosa, de fratura rectilínea, com materiais não plásticos de pequenas e médias dimensões.

Engobe: inexistente.

Cronologia: cerca de 220 a. C. $\pm$ 30 anos. Esta datação abrange a última década do século II a. C., devendo encontrar-se aqui, em nossa opinião, a cronologia mais adequada para o fabrico da peça em análise.

Proveniência: *villa* de São Miguel de Odrinhas, escavações de 1957.

N.º 22 - MRS/SMO/R/57/56; fragmento de parede carenada de taça em imitação de campaniense.

Forma: indeterminável.

Pasta: cinzenta escura, de grão médio, dura, micácea, porosa, de fratura não rectilínea, com materiais não plásticos de pequenas e médias dimensões.

Engobe: externo/negro, pouco espesso, brilhante; interno/idêntico ao externo, mas sem brilho.

Cronologia: séculos II-I a. C.

Proveniência: *villa* de São Miguel de Odrinhas, escavações de 1957.

N.º 23 - MRS/GS/95/III[1] (Est. II, n.º 15); fragmento de fundo de pequena taça com pé em anel esvasado para o exterior em campaniense A.

Forma: pé n.º 11 de Morel, como o mais aproximado, dado não se ter detectado nenhum paralelo exacto. Cfr. ainda o pé inventariado sob o n.º 253 al, igualmente de Morel; o pé em anel da forma Tipo 1240 al e o patente na forma Tipo 2245 al também de J.-P. Morel.

Diâmetro: 60 mm (ao nível exterior do pé em anel).

Pasta: vermelha-acastanhada escura, de tom algo vivo, muito depurada, porosa, dura, mal cozida, com elementos não plásticos de pequenas dimensões, de fractura irregular.

Engobe: externo/negro muito escuro, com manchas não homogêneas de cozedura e laivos avermelhados de empilhamento, pouco espesso, brilhante; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: datação localizada entre os meados do século II a. C. e os meados da centúria seguinte.

Proveniência: villa da Granja dos Serrões, campanha 2, 1995, detectado junto à sepultura VI.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J., 1988, *Roman Portugal, fases*. I, II e III.
- , 1990, *Nova História de Portugal*, vol. I, “Portugal. Das Origens à Romanização”, 1ª edição, Ed. Presença.
- ARRUDA, A., 1986, “Castro Marim na Idade do Ferro”, *Actas do IV Congresso do Algarve*, I, pp. 401-406.
- BOUBE, J., 1985-1986, “Introduction a l’Étude de la Céramique à Vernis Noir de Sala” *Bulletin d’Archéologie Marocaine*, tomo XVI, pp. 121-190.
- BROCHADO DE ALMEIDA, C. A., 1990, *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Viana do Castelo.
- CARDIM RIBEIRO, J., 1982-83, “Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicu*”, *Sintria*, vol. I-II, p. 425, nota 3.
- COELHO PIMENTA, F., 1982-83, “Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra”, *Sintria*, pp. 117-150.
- CLARIANA I ROIG, J. F., 1990, “La Ceràmica de Vernis Negre”, *Laietania*, 5, pp. 49-51.
- CURA Y MORERA, 1985, “Les Ceràmiques de Vernis Negre de Can Sotaterra a Solsona i F estratigrafia comparada dels jaciments pre-romans del Solsonès”, *Faventia*, 7/2, pp. 105-113.
- DELGADO, M., 1971, “Ceràmica Campaniense em Portugal”, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 403-420.
- , 1976, “Céramiques Campaniennes et de Type Campanien”, *Fouilles de Conimbriga*, VI, pp. 21-26 e Pl. IV.
- DIAS DIOGO, A. M., 1979, “O Material Romano da 1ª Campanha de Escavações na Alcáçova de Santarém”, *Conimbriga*, XXIII, pp. 111-141.
- DIAS DIOGO, A. M. e CARDOSO, J. P., 1992, “Ceràmica Campaniense Proveniente da Foz do Arade (Portimão)”, *Artefactos*, vol. I, pp. 9-11.

- FERREIRA DA SILVA, A. C.**, 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. e VIÑAS CUE, R.**, 1992-93 “Nuevas Cerámicas Romanas de Importación del Castro de Vigo (Campaña de 1987)”, *Cástrelos*, 5-6, pp. 41-70.
- LAMBOGLIA, N.**, 1952, “Per una Classificazione Preliminare della Ceramica Campana”, *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri*, Bordighera, pp. 139-206.
- , 1954, “Polemiche Campane”, *Rivista di Studi Liguri*, XXVI, 1-4, pp. 292-304.
- LLORIS, M. B.**, 1990, *Guía de la Cerámica Romana*, Saragoça, pp. 39-60.
- MAIA, M.**, 1987, *Romanização do Território Hoje Português a Sul do Tejo*, voi. 2, Lisboa, pp. 52-83.
- MELIM DE SOUSA, E. e SEPÚLVEDA, E.**, “A propósito de três peças republicanas de Tróia de Setúbal”, a publicar.
- MOREL, J. P.**, 1981, *Céramique Campanienne: Les Formes*, Roma.
- PÉREZ BALLESTER, J.**, 1986, “Las Cerámicas de Barniz Negro, ‘Campanienses’: Estado de la Cuestión”, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, tomo IV, n.º 1, pp. 27-45.
- PONTE, S. da**, 1988, *Villa Rústica de São Pedro de Caldeias - Tomar*, pp. 81 e 82.
- PRADOS TORREIRA, L. e SANTOS VELASCO, J. A.**, 1984, “La Colección Cerámica Campaniense de Ibiza en el Museo Arqueológico Nacional”, *Lucentum*, III, pp. 67-77.
- ROUILLARD, P.**, com a colaboração de **J.-J. JULLY**, 1993, “Hispanie Préromaine/1. - Phéniciens, Grecs, Étrusques et Puniques/1968-1972”, *Histoire et Archéologie de la Péninsule Ibérique. Chroniques Quinquennales, 1968-1987*, p. 57.
- SOARES, J. e TAVARES DA SILVA, C.**, 1973, “Ocupação do Período Proto-Romano do Povoado do Pedrão (Setúbal)”, *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp. 245-306.
- SOARES, J.**, 1978, “Nótula sobre a Cerâmica Campaniense do Castelo de Alcácer do Sal”, *Setúbal Arqueológica*, IV, pp. 133-144.
- TAVARES DA SILVA, C.**, 1978, “Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém)”, *Setúbal Arqueológica*, 4, pp. 117-132.
- TAVARES DA SILVA e SOARES, J.**, 1993, *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*, pp. 178 e 187, nota 106.
- VEIGA FERREIRA, O.**, 1971, “Cerâmica Negra de tipo grego encontrada em Portugal”, *Arqueologia e Historia*, 2ª Série, III, pp. 313-332.
- VENTURA MARTINEZ, J. J.**, 1985, “La Cerámica Campaniense ‘C’ y Seudocampaniense de pasta gris en la Provincia de Sevilla”, *Lucentum*, IV, pp. 125-132.
- , 1992, “Ceramica Campaniense en la Cordoba Romana”, *Anales de Arqueologia Cordobesa*, 3, pp. 137-170.***

* Agradecemos ao Dr. Eurico Sepúlveda, para além do desenho do «Mapa de Distribuição das Cerâmicas Campanienses e/ou de Imitação em Portugal» apresentado neste artigo, as suas preciosas achegas sobre a temática analisada.

** Todos os desenhos das peças cerâmicas inseridas no nosso artigo devem-se a Paulo Jorge Faustino, à excepção do apresentado sob o n.º 23 do Catálogo (Est. II, n.º 15), que se deve a Ana Isabel Neves.

Mapa de Distribuição das Cerâmicas Campanienses e/ou de Imitação em Portugal: 1 - Coto da Pena (Caminha); 2 - Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo); 3 - Cividade de Lanheses (Viana do Castelo); 4 - Castro de Romariz (Santa Maria da Feira); 5 - Antanhol (Coimbra); 6 - Lomba do Canho (Arganil); 7 - *Conimbriga*; 8 - São Pedro de Caldeias (Tomar); 9 - Chões de Alpompe (Santarém); 10 - *Scallabis*; 11 - Castro do Salvador (Cadaval); 12 - Porto Sabugueiro (Muge); 13 - Castelo de Arruda dos Vinhos (Arruda dos Vinhos); 14 - *Olisipo*; 15 - Armês (Sintra); 16 - Casal de Pianos - Pombal (Sintra); 17 - Casal do Silvério (Sintra); 18 - Ermidas (Sintra); 19 - Funchal (Sintra); 20 - Lugar do Marcador (Sintra); 21 - São Marcos (Sintra); 22 - São Miguel de Odrinhas; 23 - Granja dos Serrões (Sintra); 24 - Freiria (Cascais); 25 - Outeiro de Polima (Cascais); 26 - Miroiços (Cascais); 27 - Cacilhas (Almada); 28 - São Paulo (Almada); 29 - Almaraz (Almada); 30 - Castro da Rotura (Palmeia); 31 - Castro de Chibanes (Palmeia); 32 - Pedrão (Setúbal); 33 - Tróia de Setúbal (Grândola); 34 - Alcácer do Sal; 35 - Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém); 36 - *Mirobriga*; 37 - Sines; 38 - Monte Molião (Lagos); 39 - Foz do Arade (Portimão); 40 - Ilhéu do Rosário (Silves); 41 - Rocha Branca (Portimão); 42 - Cerro da Vila (Loulé); 43 - Cerro do Cavaco (Tavira); 44 - *Balsa*; 45 - *Baesuris*; 46 - Almodôvar; 47 - Cola (Ourique); 48 - Castro da Mesa dos Castelinhos (Ourique); 49 - Castelo do Manuel Galo (Mértola); 50 - *Myrtilis*; 51 - *Villa Romana* das Neves (Castro Verde); 52 - Castelinho dos Mouros (Castro Verde); 53 - Castelo das Juntas (Castro Verde); 54 - Castelo Velho do Cobres (Castro Verde); 55 - Castro da Mangancha (Aljustrel); 56 - Castelo Velho do Roxo (Aljustrel); 57 - D. Pedro (Beja); 58 - Pisões (Beja); 59 - Represas (Beja); 60 - *Fax Iulia*; 61 - Beja a Pequena (Beja); 62 - *Sirpens*; 63 - Castelo Velho de Safara; 64 - Castro da Azougada (Moura); 65 - Castro dos Ratinhos (Moura); 66 - Castelo da Lousa (Mourão); 67 - Veiros (Estremoz); 68 - Castro de Segóvia (Eivas); 69 - Cabeça de Vaiamonte (Monforte).

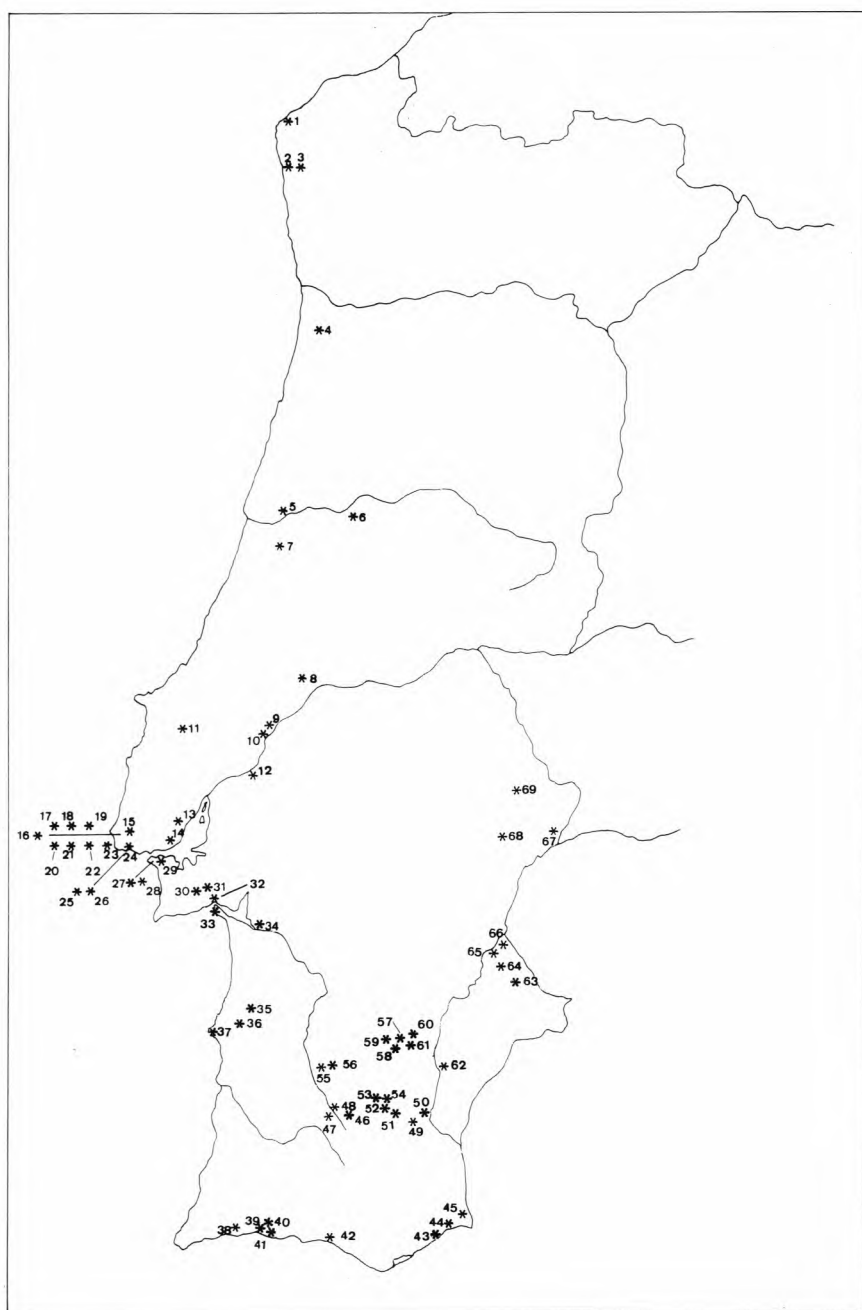
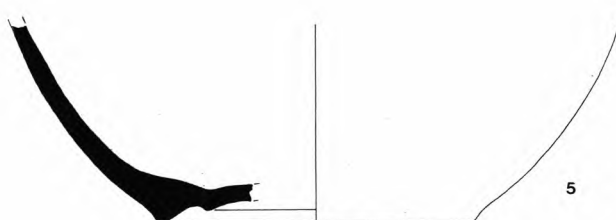
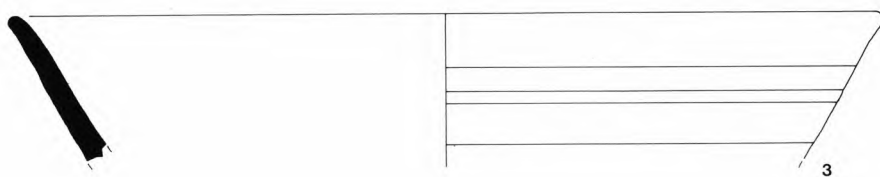
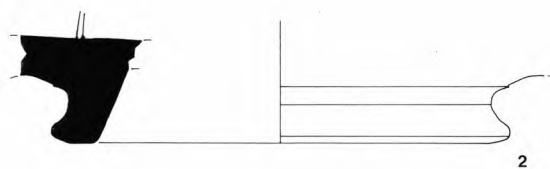
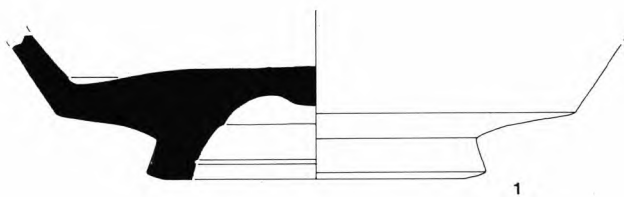
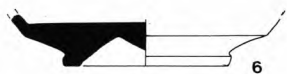
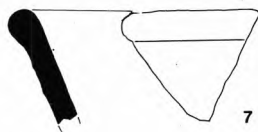


FIG. 1

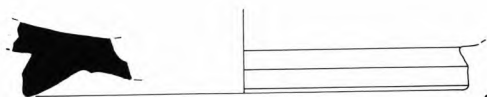




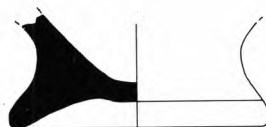
6



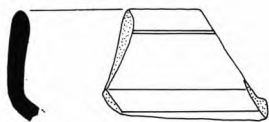
7



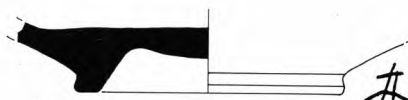
8



9



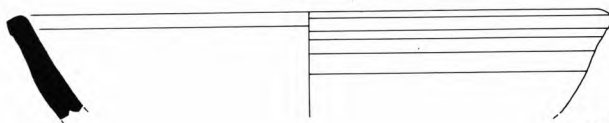
10



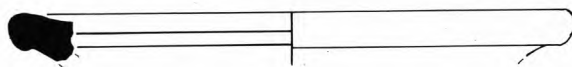
11



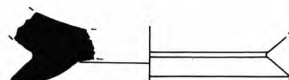
12



13



14



15



SONIA M.^a GARCÍA MARTÍNEZ

Doctora en Historia Antigua. Universidad de León

PATRICK LE ROUX

Professeur à l'Univ. de Rennes

UN NUEVO TESTIMONIO SOBRE *CELTICVM FLAVIVM* EN ASTURICA
AUGUSTA (ASTORGA, LEÓN)

“Conimbriga” XXXV (1996) p. 59-67

RESUMO: Estuda-se uma epígrafe incompleta, do Museu Arqueológico Provincial de León, que memora uma personagem originária duma cidade pouco conhecida e mal localizada, designada sob o adjectivo *celticoflaviensis*.

Propõe-se uma reconstituição do texto; explicita-se o seu conteúdo; reflecte-se sobre o nome e localização de *Celticum Flavium*.

RESUMÉ: Etude de l'inscription d'une *celticoflaviensis* déposée au Musée Archéologique Provincial de León (Espagne).

Hypothèses pour une localisation de *Celticum Flavium*.

(Página deixada propositadamente em branco)

UN NUEVO TESTIMONIO SOBRE *CELTICVM FLAVIVM* EN *ASTVRICA AVGVSTA* (ASTORGA, LEÓN)

In memoriam

Carlos Alberto F. Almeida

La colección epigráfica de la ciudad romana de Astorga (*Asturica Augusta*) se ha aumentado hace poco tiempo con una inscripción que pasamos a analizar a continuación y que fue descubierta de forma fortuita en las escombreras municipales de la capital maragata. Se desconoce la fecha del hallazgo, aunque se sabe que ingresó en el Museo Arqueológico Provincial de León, por compra, en 1985 (inv. 85/7), lugar donde se conserva O). Incompleto el monumento, alude a un personaje originario de una ciudad poco conocida y mal localizada, designada bajo el adjetivo *celticoflaviensis*.

En este estudio se pretende proponer una reconstrucción del texto y explicar su contenido, antes de reflexionar sobre el nombre y la localización del mencionado lugar *Celticum Flavium*.

1) Un monumento incompleto (Fig. 1)

El bloque conservado, sin decoración alguna aparente, es de piedra caliza; presenta unas dimensiones bastante reducidas: (46)/(27) X (38)/(17) X 9 cm. Sólo conserva el borde derecho, ya que el resto de la piedra ha sido retallada o rota. No aparece completa ninguna línea del texto, a pesar de que la fórmula final se pueda descifrar totalmente. La altura de las letras es de 4 cms.

(9 Agradecemos a D. Luis A. GRAU LOBO, director del Museo Arqueológico Provincial de León, las facilidades dadas para el estudio de la pieza así como el permiso para su publicación.

La lectura sobre la foto puede inducir a error ya que delante de la S de la primera línea y de la I del final de la tercera línea, en un examen directo sobre la piedra, no existe más que un desconche y no restos de una posible letra desaparecida (2). Se lee :

[- - -] SV
 [- - -]AE F AN XXIII
 [- - -]QVIRVS DOCI
 [- - -]LTICOFLAVIEN
 DE • SVO • F • C •

La restitución del epígrafe plantea muchas cuestiones relativas a la forma y al tamaño del monumento, a la existencia o no de líneas suplementarias, preferiblemente al principio, a la ordenación del documento y al número de letras que pueden faltar en cada línea.

Nuestro análisis lo iniciamos a partir de la mención geográfica de la cuarta línea donde se puede proponer, sin lugar a dudas, *[CEJLTICO-FLAVIEN]*. En efecto, la escasa huella de una letra, que no puede ser otra que una L y la disposición de la última línea muestra que, por simetría con la parte derecha, son dos las letras que faltan a la izquierda. Esta simetría es la que nos autoriza a proponer *[Do]quints* más que *[Doc]quints*, igualmente atestiguado, para el nombre fragmentado que le precede. En la lista onomástica disponible, se comprueba también que *Su[nu]a*, nombre masculino, concuerda perfectamente con la laguna de las dos letras del comienzo de la línea segunda.

La propia ordenación de los elementos en el epígrafe, no nos permite excluir la existencia de una primera línea donde apareciese la fórmula de invocación a los dioses Manes o a la memoria del difunto. Sin embargo, la *ordinatio*, así como los puntos de comparación que veremos a continuación, hacen pensar que no existía ninguna fórmula inicial encima del texto conservado que se lee :

[cir. 8/9 letras] SV (11)
 [NV]AE F AN XXIII (12)
 [DO]QVIRVS DOCI (12)
 [CE]LTICOFLAVIEN (14)
 DE SVO F C (7) * 11

(2) Si existiera alguna duda para el desconche antes de la S de la primera línea, se puede hacer constar que un nombre con ISV, NSV acabado en -a no tiene paralelos y en el supuesto de corresponder con la letra terminal del nombre desaparecido haría falta un espacio entre esta palabra y la siguiente lo que explica que propongamos sólo 11 letras para la primera línea. La F después de *Doei* ha sido omitida por el lapicida.

El número de letras por línea varía en función de los espacios entre las palabras y la forma de las letras capitales utilizadas, sugiriendo al principio un nombre único, de origen indígena, de 8 o 9 letras, en nominativo o dativo. Su restitución no es posible, dado que no existe ningún resto conservado que al menos nos permitiese una reconstrucción hipotética. La transcripción admisible y segura es la siguiente:

[----] Su/[nu]ae f(ili-) an(norum) XXIII / [Do]quirus Doci
(filius) / [Ce]ltico flavien(sis) / de suo f(aciendum) c(uravit).

[---] hijo (o hija) de Sunua, de 23 años; Doquirus, (hijo) de Docius, de Celticum Flavium (o Celtica Flavia), hizo este monumento a su costa.

2) Onomástica y origo

Este monumento se une a la larga lista de epitafios de extranjeros fallecidos en *Asturica Augusta* ⁽³⁾. Los nombres son indígenas, lo que lleva a buscar una posible ubicación de los mismos en una región de *Hispania* donde su difusión pueda ser característica y donde además aparezcan asociadas las formas onomásticas. Por el momento no se ha situado claramente la aglomeración o el *oppidum* mencionado; por tanto, los indicios así obtenidos son susceptibles de ayudarnos a precisar la región donde se podría localizar el mencionado lugar.

Hasta la fecha, según parece, sólo se conoce la existencia de otro testimonio donde se alude a la presencia de un *Celticum Flavium*. Se corresponde con una inscripción funeraria, encontrada próxima a Salamanca y dedicada a la memoria de Amma, hija de Festus, originaria de Albocola, por Cassius Vegetus *Celtico Flaviensis* ⁽⁴⁾. Naturalmente, la indicación de los orígenes determina que las personas no son oriundas de la región de Salamanca. Como sugiere el *CIL*, Albocola se ha

⁽³⁾ Cf. F. DIEGO SANTOS, *Inscripciones romanas de la provincia de León*, León, 1986, en concreto las referidas a Astorga nos 76-141. Se podría intentar localizar este *Celticum Flavium* o *Celtica Flavia* entre los *Celtici* de Galicia, pero ello no es posible ya que aquí son nombrados *Celtici Supertamarci* (*CIL*, II, 2904 = 5081, 5079, 2902 2902 = 5667).

⁽⁴⁾ *CIL*, II, 880: *D.m.s. / Amme Festi f./an XXIII / Cassius Vegetus / Celtico Flaviensis / uxori piaae / fc.*

identificado con la *Albocela* del *Itinerario de Antonino* (5). Salamanca podría haber sido el lugar de encuentro de la pareja.

A. Tovar, quien propone el nombre de *Celticoflavia*, ha sugerido identificarlo con algún lugar de *Lusitania* i6). La propuesta puede sorprender ya que no existe *a priori* relación alguna entre la provincia donde fue descubierto el monumento y el posible lugar de origen de las personas (7).

Sin embargo, en el epígrafe que nos ocupa, podemos insistir en que la onomástica y el formulario epigráfico nos permiten precisar que podría tratarse de la provincia romana de *Lusitania*, ya que los antropónimos, tanto *Docquirus* como *Doquirus*, están atestiguados en la *Lusitania* central y oriental, correspondiendo con los distritos de Castelo Branco, de Viseu y la región de Trujillo (*Turgalium*) (8); la distribución geográfica del nombre *Sunua*, se circunscribe a las zonas vecinas, esto es, Castelo Branco, Cáceres, Viseu y Guarda (9).

En este contexto es notable que en Orjais (Covilhã, Castelo Branco) tengamos referencias separadas de *Sunua* y *Doquirus*, mientras que un *Sunua* aparece como *liberto* de un *Docquirus* (10). Recordaremos también el caso de un *Docquirus Celti f.* que hace inscripciones votivas en la zona de Nelas (distrito de Viseu) (11).

Docius, en cambio, está menos relacionado con estas regiones y se manifiesta más abiertamente en la parte meridional del *conventus Asturum* (12).

La dispersión geográfica de los nombres se define por una zona principalmente centrada en Covilhã, descendiendo en dirección a Fundão para continuar por la Serra da Estrela y Guarda antes de abarcar el

(5) 434, 7 a LXIII millas de Salamanca por *Ocelo Duri*, entre los Vacceos, y situada tal vez en Toro, apartada de la vía de la Plata: J. M^a. ROLDÁN HERVÁS, *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Madrid, 1975, pp. 83 y 211.

(6) Cf. TOVAR, *Iberische Landeskunde, II, die Völker und die Städte des antiken Hispanien*, 2, *Lusitanien*, Baden-Baden, 1976, p. 270.

(7) Cf. E. W. HALEY, *Migration and economy in Roman imperial Spain*, Barcelona, 1991, pp. 53-59.

(8) Cf. J. M^a ABASCAL PALAZÓN, *LOS nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania (= NPILH)*, Murcia, 1994, pp. 345-347.

(9) Cf. NPILH, pp. 517-518.

(10) AE, 1982, 473 y 1983, 471.

(11) AE, 1989, 384 y 386 = HEP., 2, 897-898.

(12) Cf. NPILH, p. 345.

sudeste de Viseu y alrededor de Nelas y Mangualde, lo que correspondería con el grupo de ciudades situadas al oeste-noroeste del *conventus emeritensis*. J. Alarcão considera que los *Tapori*, la franja occidental de los *Igaeditani* y de los *Lancienses Transcudani* y la parte sudeste de la ciudad de Viseu ocuparía este territorio ⁽¹³⁾.

Si la orientación general de la investigación es la correcta, el interrogante se centra en saber si *Celticum Flavium* debe ser definida como un *oppidum latinum* o debe entenderse como una aglomeración secundaria.

El nombre flavio del lugar posibilita entenderlo como un *oppidum* lugar central que recibió el derecho latino en época de Vespasiano. En efecto, la composición del adjetivo *celticoflaviensis* encuentra una correspondencia exacta con la forma *aquiflaviensis* utilizada para *Aquae Flaviae* (Chaves). Ello se constata igualmente para *Bergidum Flavium*, *Iria Flavia*, *Interamnium Flavium* o *Flavium Brigantium*⁽¹⁴⁾. Se observa entonces que todos estos lugares están situados en *Asturia-Callaecia* y no en Lusitania, pero, como ya se ha apuntado, nuestra ignorancia en la denominación y ubicación de los lugares centrales romanos de Lusitania al norte del Tajo es amplia, mientras que varios indicios muestran que su latinización debió responder a similares contextos y condiciones de partida que en las ciudades de *Asturia-Gallaecia* ⁽¹⁵⁾.

Sin pretender aportar una solución definitiva, se concluye que *Celticum Flavium* era una ciudad flavia dotada del derecho latino, que bien fue promovida en ese momento, esto es, que recibió su autonomía cívica o bien que adquirió su identidad a expensas del nombre del pueblo que la tenía por lugar central, como podría ser el caso de los *Tapori*.

Su nombre permitía en todo caso hacer comprender cuál era el lugar de origen de estas personas, ya fuese en Salamanca o en Astorga.

⁽¹³⁾ Cf. J. ALARCÃO, Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios, *Les villes de Lusitanie romaine*, Paris, 1990, pp. 21-34.

⁽¹⁴⁾ Cf., por ejemplo, A. TRANOY, *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'antiquité*, Paris, 1981, p. 199.

⁽¹⁵⁾ Cf. P. LE ROUX, Droit latin et municipes en Lusitanie sous l'Empire, *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania, Revisión de Historia Antigua II*, Vitoria-Gasteiz, 22-25 nov. 1993, Vitoria-Gasteiz, 1996, p. 244. Por otra parte, sin la ayuda de una inscripción se ignoraría el sobrenombre *Flavia* de *Conimbriga* (*AE*, 1969-1970, 245) situada en una región vecina a *Celticum Flavium*.

3) Historia y cronología

El nombre del *oppidum* hace referencia a los *Celtici*. No existía en principio ningún pueblo con este nombre ubicado en Lusitania central entre el Tajo y el Duero. Sin embargo, Estrabón indica que los *Celtici* del *Anas* emigraron hacia el norte en compañía de los *Turduli* desde el sur de la Península Ibérica; sólo los primeros llegaron hasta Galicia a causa de una revuelta contra los mismos Turdulos que retrocedieron hacia el sur⁽¹⁶⁾.

No es posible descartar la hipótesis de una posible instalación de un grupo de *Celtici* al norte del Tajo en una época donde los romanos no habían conquistado ni fijado los territorios de los Lusitanos ⁽¹⁷⁾. Tampoco se puede desestimar la idea de que Roma haya podido favorecer la instalación de estas gentes en una época posterior.

Desconocemos el verdadero emplazamiento de la ciudad *Celticum Flavium* y tampoco sabemos si su designación sería en neutro o femenino ⁽¹⁸⁾. La aparición del término *Flavius* nos permite datar el epígrafe, ya que obviamente no puede ser anterior a los flavios ni antes de la concesión del derecho latino en los años 73/74. La fórmula *de suo fe.* bastante extraña en el contexto funerario, nos aparece en otros dos monumentos, uno de Badajoz donde encabeza la dedicatoria *D.m.s.* ⁽¹⁹⁾ y otro procedente de Trujillo (*Turgalium*) donde no conserva fórmula inicial y se presenta bajo la forma *d.s.f.c.* junto con *h.s.e.* probablemente ⁽²⁰⁾.

Los rasgos paleográficos tales como las letras O y C muy redondeadas, la R con influencia de la cursiva, la Q que prolonga su rasgo hasta la V que lo sigue, así como la ordenación del texto, unidos a la ausencia de fórmulas que no sean el estado civil y las condiciones por las que se erige el monumento, nos permiten aplicarle una fecha entre los años 80 y 150 d. C.

⁽¹⁶⁾ ESTRABÓN, III, 1, 3-5.

⁽¹⁷⁾ Como posible ilustración o hipótesis, podemos pensar que, al igual que los *Supertamarci*, los *Tapori* se nombraban en un primer momento *Celtici Tapori*.

⁽¹⁸⁾ *Celtica Flavia* podría ser la posibilidad en la medida en la que conocemos *Aquae Flaviae* en plural, *Iria Flavia* en femenino y *Flavia Conimbriga* también en femenino. Lo más verosímil para el nombre oficial es *Celticum Flavium* por el *Celtico* de *Celticoflaviensis*.

⁽¹⁹⁾ *CIL*, U, 1017.

⁽²⁰⁾ *CIL*, II, 628. Según una sugerencia de I. Piso, *d.s.f.c.* significaría que el dedicante se había encargado del monumento prescindiendo de un testamento.

La presencia bastante sorprendente de esta familia de origen lusitano en *Asturica*, nos recuerda la existencia de comunicaciones privilegiadas entre las dos comarcas provinciales facilitadas por la vía romana que unía Mérida con Astorga, la *Ruta de la Plata* ⁽²¹⁾, ya que el monumento procediendo de los alrededores de Salamanca, se encuentra cerca de este eje de comunicación cuyo trazado estaba bien definido desde la época de Augusto.

Los motivos por los cuales se desplazan o emigran por el momento se nos escapan. La inscripción sólo señala la atracción que ejercía la capital asturicense convertida en la sede de una *procuratela* financiera ducenaria.

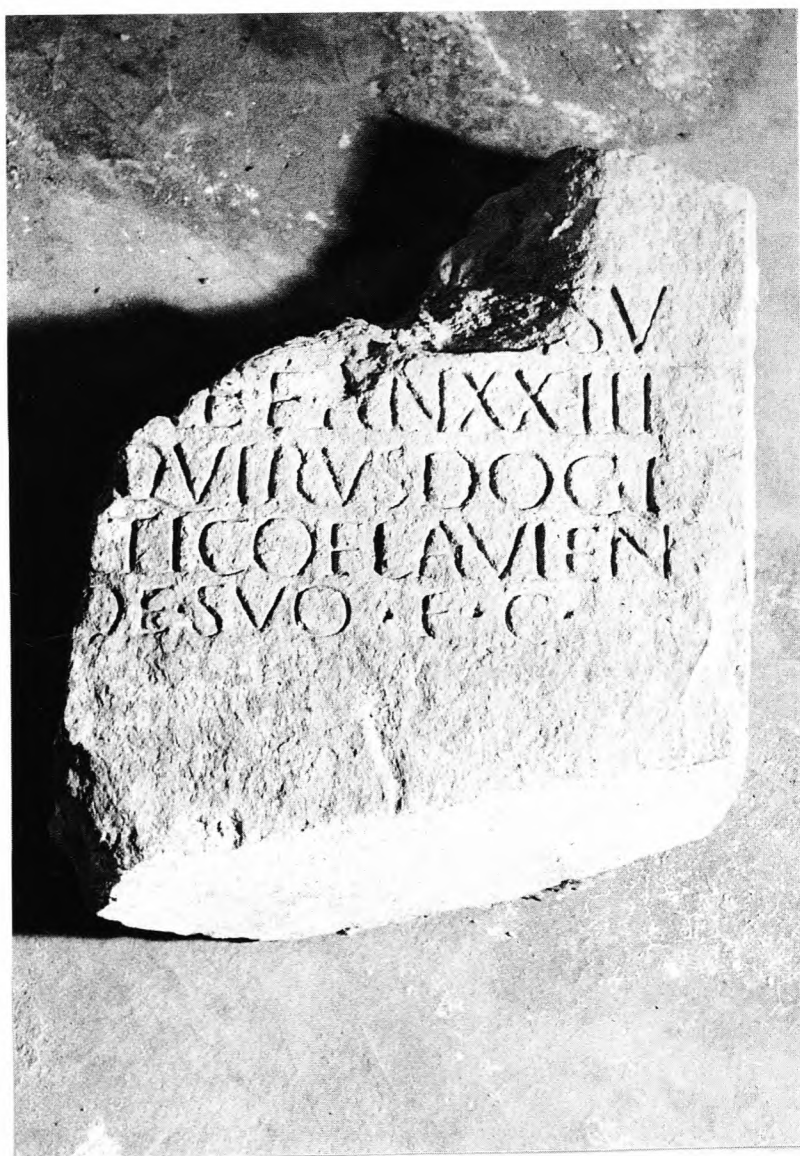
A pesar de la brevedad del texto, este monumento de Astorga plantea cuestiones relacionadas con el método de trabajo y los problemas de interpretación histórica. Subraya el hecho de que el estudio de la geografía administrativa de la Lusitania romana al norte del Tajo no puede prescindir más de la existencia de la ciudad de *Celticum Flavium* no lejos de un arco comprendido entre Viseu y Fundão, bordeando la Serra da Estrela, aunque tampoco se puede desestimar la hipótesis de que pudiese corresponder con el propio Viseu ⁽²²⁾, o de un *oppidum* de la región de Guarda ⁽²³⁾ o de algún lugar de Covilhã por ser esta la región donde se asentarían los Taporí ⁽²⁴⁾. Como frecuentemente ocurre, un documento como este interesa tanto para la historia del lugar donde se ha encontrado como para la de otras zonas, en este caso la Lusitania central, sobretudo desde el punto de vista de su romanización.

⁽²¹⁾ Cf. J. M^a ROLDÁN HERVÁS, *Iter ab Eméríta Asturicam. El Camino de la Plata*, Salamanca 1971.

⁽²²⁾ El nombre antiguo se desconoce por el momento. Cf. J. ALARCÃO, *A cidade romana de Viseu*, Viseu 1989, pp. 18-19.

⁽²³⁾ El lugar actual de Guarda correspondería, según parece, nada más que con un *castro* de poca importancia (J. ALARCÃO).

⁽²⁴⁾ Si es donde hay que localizar a este pueblo (Cf. J. ALARCÃO, *Roman Portugal*, I, Warminster, 1988, p. 19).



(Foto: A.R.T.-Foto)

Foto 1

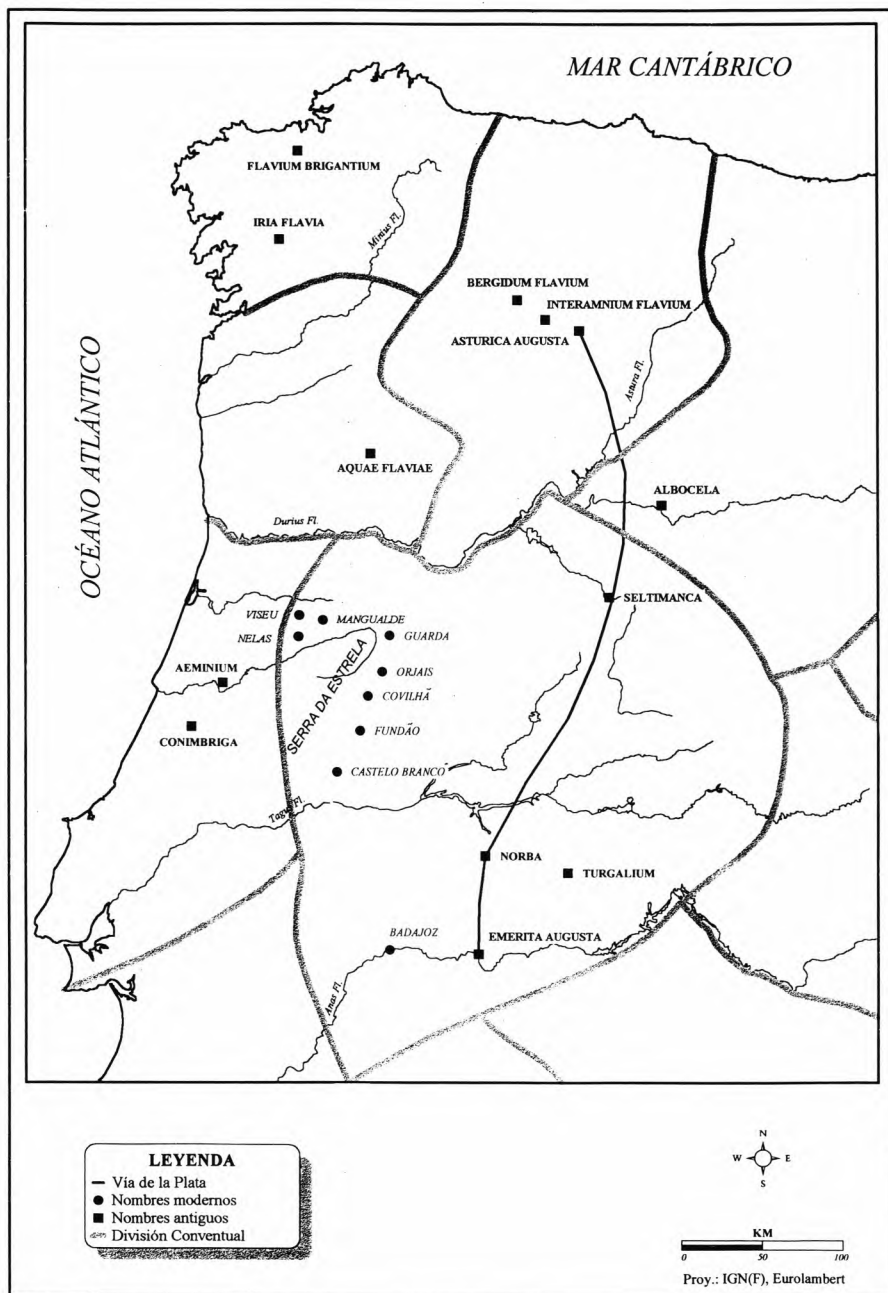


FIG. 1

(Página deixada propositadamente em branco)

LAURENT CARON

Arqueólogo. Mestre em Historia Antiga pela Universidade de Bordéus III

ART ET SOCIÉTÉ D'APRÈS LES STÈLES FUNÉRAIRES DE CÂRQUERE
"Conimbriga" XXXV (1996) p. 69-106

RESUMO: Desde o final do séc. XIX que a localidade de Cárquere tem produzido um grande número de estelas funerárias de decoração característica, todas situadas entre o séc. II e o séc. III d. C.. Pela primeira vez, estas estelas são reagrupadas num *corpus* servindo de base a um estudo sobre a arte funerária e a sociedade de Cárquere. Este estudo demonstra a presença de uma população de origem céltica que, ao mesmo tempo que conservou as suas tradições artísticas e onomásticas, se adaptou à cultura latina. O artigo que se apresenta foi feito a partir de uma tese de mestrado defendida na Universidade Michel de Montaigne - Bordeaux III.

RESUMÉ: Depuis la fin du XIX^e siècle, le village de Cárquere a livré un très grand nombre de stèles funéraires au décor caractéristique, toutes situées entre le II^e et le III^e siècle ap. J.-C. Pour la première fois, ces stèles sont regroupées dans un *corpus* servant de base à une étude sur l'art funéraire et la société de Cárquere. Cette étude a démontré la présence d'une population d'origine celtique conservant ses traditions artistiques et onomastiques, tout en s'adaptant à la culture latine. L'article présenté ici est tiré d'un travail de D. E. A. présenté à l'Université Michel de Montaigne - Bordeaux III.

Conimbriga, 35 (1996) 69-106

(Página deixada propositadamente em branco)

ART ET SOCIÉTÉ D'APRÈS LES STÈLES FUNÉRAIRES DE CÁRQUERE

INTRODUCTION GENERALE

Le Musée National d'Archéologie de Lisbonne abrite dans ses réserves un bon nombre de stèles funéraires venant de toutes les régions du Portugal. C'est en rassemblant les stèles provenant de Cárcquer qu'apparaît l'importance que ce village revêt pour l'épigraphie romaine du pays. Une trentaine de monuments a pu être répertoriée pour le moment. En dressant une première liste de stèles trouvées à Cárcquer et conservées dans divers musées ou ayant seulement laissé une trace dans un article, nous nous apercevons rapidement que Cárcquer constitue un noyau épigraphique très important.

Le but de notre travail est de rassembler, pour la première fois, toutes les stèles provenant de Cárcquer dans un *corpus*. Quelques études ont déjà été réalisées dans le passé sur ce sujet mais aucune n'a regroupé l'ensemble des stèles. Ce *corpus*, une fois terminé servira de base de données pour une première étude sur la société et l'art funéraire de Cárcquer. Si l'évolution du comportement de la société indigène lusitanienne face à la domination romaine est de mieux en mieux connue dans le domaine de l'onomastique et des structures familiales, la position de l'art et des rites funéraires, par contre, est un peu plus ignorée. Les stèles de Cárcquer vont donc nous permettre de mieux comprendre la société indigène de cette antique localité et de révéler les tendances artistiques de ses habitants.

INTRODUCTION

Intérêt de Cárquere*Localisation*

Cárquere est un petit village appartenant à l'arrondissement (*concelho*) de Resende et au district (*distrito*) de Viseu se situant dans la région de *Y Alto Douro*. A partir de Lamego, il faut parcourir environ trente cinq kilomètres de route montagneuse et sinueuse pour parvenir à la petite ville de Resende. Même si le village appelé *Nossa Senhora de Cárquere* débute à quelques mètres de Resende, il reste encore quatre kilomètres de montée pour arriver sur le lieu de notre étude où se trouvent la mairie, l'église et l'ancien monastère de *Nossa Senhora de Cárquere*.

De ce lieu, le village domine le fleuve Douro. L'intérêt historique de ce village est important car il se situe sur le territoire antique soit des *Coilarni*, soit des *Paesuri*, peuples ayant participé à la construction du pont d'Alcantara (*). La frontière de ces deux peuples n'est pas clairement définie. J. Alarcão voit Cárquere comme capitale des *Paesuri* et Lamego comme celle des *Coilarni* sans que toutefois cela ait pu être certifié par des documents littéraires ou épigraphiques. Mais il est vrai que les découvertes archéologiques, toujours fortuites, faites à Cárquere, laissent indiquer la présence d'une occupation humaine assez importante à l'époque romaine.

Les découvertes archéologiques

Outre sa tour seigneuriale et son monastère, le nom de Cárquere est plus connu dans le milieu archéologique par les découvertes qui y ont été faites. En effet, plus de soixante stèles funéraires ont été trouvées dans ce village.

(*) Sur ce sujet voir les recherches de J. ALARCÃO: *O domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1988; "Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios", *Les villes de Lusitanie romaine. Hierarchie et territoire*. Table ronde internationale du CNRS, Talence, 8-9 décembre 1988, *Collection de la Maison des Pays Ibériques*, 42, Paris, 1990, pp. 21-34.

Les premières découvertes remontent à 1888 ou quelques temps avant. Sept stèles furent publiées par J. Leite de Vasconcellos dans la revue *Revista Archeológica e Histórica* (2). Deux ans plus tard, elles sont de nouveau publiées dans la revue *O Archeologo Português* avec deux nouvelles inscriptions (3). J. Leite de Vasconcellos confirme l'intérêt archéologique de Cárquere dans son ouvrage *Religiões de Lusitânia* (4) par la description de l'ornement des faces latérales de ces monuments funéraires et par la reproduction de deux nouvelles stèles. Enfin, en 1929, il publie deux nouvelles inscriptions provenant de Cárquere dans *O Archeologo Português* (5).

Il faut attendre ensuite 1951 pour que Cárquere se distingue avec la découverte et la publication par E. Jalhay de douze nouvelles stèles funéraires trouvées autour du cimetière (6). En 1956, S. Lambrino parle de 45 stèles de Cárquere abritées au Musée Leite de Vasconcellos, actuel Musée National d'Archéologie (7).

C'est en 1972, lors de la construction d'une route, que deux sépultures sont mises au jour(8). Il s'agit de deux incinérations en urnes signalées chacune par une stèle funéraire.

Enfin, les dernières découvertes remontent à 1989 lors de l'ouverture d'une nouvelle route (9). Deux fragments de stèles furent recueillis à cent mètres du monastère.

Outre ces trouvailles, les archéologues notèrent la présence de céramiques romaines, fûts et chapiteaux de colonnes, monnaies et

(2) J. LEITE DE VASCONCELLOS, "Antiguidades de Cárquere", *Revista Archeológica e Histórica*, II, 1888, pp. 113-115.

(3) J. LEITE DE VASCONCELLOS, "Antiguidades de Cárquere", *O Archeologo Português*, V, 1900, pp. 206-212.

(4) J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitânia*, III, 1913, p. 414, 440 et pp. 454-456.

(5) J. LEITE DE VASCONCELLOS, "Epigraphia do Museu Etnológico (Belém). Inscrições romanas", *O Archeologo Português*, XXVIII, 1929, pp. 209-221.

(6) E. JALHAY, "Lápides romanas da região de Cárquere, Resende", *Brotéria*, LII, 1951, pp. 70-85.

(7) S. LAMBRINO, "Les inscriptions latines du musée Leite de Vasconcelos", *O Archeologo Português*, nova série, III, 1956, p. 6.

(8) V. CORREIA, "Arqueologia de Cárquere", *Obras*, IV, 1972, pp. 261-263.

(9) J. REIGOTA, "Estela a Valerio Reburro de Cárquere (Resende)", *Ficheiro Epigráfico*, 32, 1989, n.º 147 et "Fragmento de estela funerária de Cárquere (Resende)", *Ficheiro Epigráfico*, 32, 1989, n.º 148.

autres objets divers. En face de l'église, devant le cimetière, subsiste encore une colonne entière, remplacée à cet endroit.

Nous pouvons donc conclure qu'à chaque fois que des travaux ont remué la terre à Cárquere, que ce soit dans le cimetière ou près de celui-ci et du monastère, des stèles funéraires ou des fragments sont apparus. Si ces monuments avaient pu être attribués uniquement à la construction de la tour seigneuriale ou du monastère, comme pierre de réemploi, la découverte de deux sépultures démontrent que nous sommes bien en présence d'un contexte funéraire sur ce lieu.

Etude

Les données

Pour cette étude, deux sources ont été exploitées: la bibliographie et les stèles. Ces deux sources sont complémentaires afin d'obtenir les données les plus complètes sur un monument.

La bibliographie

Le premier article sur les stèles de Cárquere date de 1888 ou J. Leite de Vasconcellos est le premier à s'intéresser à ces inscriptions. A partir de là, la bibliographie sur Cárquere va constamment s'enrichir soit par des publications de nouvelles stèles, soit par quelques études sur les inscriptions et l'onomastique ⁽¹⁰⁾. Ces articles sont plus ou moins complets. Certains mentionnent seulement des inscriptions ou des stèles, d'autres en donnent le texte et les dimensions avec parfois un dessin. La bibliographie est donc plus ou moins détaillée et riche selon les articles et aussi selon la date de leur publication, ce qui pose souvent des problèmes de dimensions, de lecture et de localisation des stèles. De plus, aucune étude ne se penche sur le fait que Cárquere abrite une

⁽¹⁰⁾ M.M. A. DIAS, "Inscrições romanas de Cárquere, Resende, na coleção epigráfica do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia", *O Archeólogo Português*, série IV, 4, 1986, pp. 185-202; "Antroponímia de Cárquere, Resende, Viseu (Lusitânia Portuguesa)", *Actas del IV Coloquio sobre Linguas e Culturas Paleohispanicas* (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1989), *Veleia*, 2-3, 1987, pp. 195-203.

grande nécropole funéraire d'époque romaine, seuls semblent compter la stèle et son inscription.

Toutefois, il est bien décevant de s'apercevoir qu'il n'existe aucun *corpus* des inscriptions de Cárquere ni aucune étude d'ensemble pour un site qui a livré plus d'une soixantaine de stèles, formant ainsi le deuxième noyau épigraphique du pays.

Les stèles

De Cárquere proviennent actuellement 62 stèles ou fragments, toutes de granite. Ces monuments ont été répartis dans différents musées. Le Musée National d'Archéologie de Lisbonne en abrite trente, les musées de Guimarães et de Lamego en possèdent trois chacun. La *Casa do Infante* à Porto doit aussi en abriter quelques uns. Mais certaines stèles enregistrées dans la bibliographie restent introuvables. Soit elles ont totalement disparu, soit elles restent stockées dans les réserves de ces musées et deviennent avec le temps non identifiables (c'est le cas pour le musée de Lisbonne) car trop usées ou couvertes de lichens, ce qui rend la lecture très difficile, voire parfois impossible.

L'exploitation de ce type de document a donc été souvent aussi difficile et laborieuse que l'étude de la bibliographie. Il a fallu parfois avoir recours aux publications pour identifier une stèle qui, une fois étudiée, complète les données bibliographiques.

Méthode de travail

La méthode de travail utilisée pour cette étude est constituée de deux phases: le dépouillement de la bibliographie et l'étude de la stèle sur son lieu de conservation.

Dépouillement de la bibliographie

La première étape de cette phase a été de dresser une liste de toutes les inscriptions publiées afin d'obtenir une idée sur le nombre de documents et sur le type d'inscription existant. Ensuite, chaque stèle se voit attribuer une fiche où y est indiqué le maximum de renseignements

qui a pu être obtenu: forme, dimensions, décor et surtout le lieu de conservation du monument et son numéro d'inventaire quand celui-ci en possède un.

Etude des stèles

Une fois que le maximum d'informations a pu être tiré de la bibliographie, la seconde phase consiste à se déplacer sur le lieu de conservation de la stèle dans le but de s'assurer, premièrement, qu'elle est bien dans le lieu indiqué, puis de l'étudier. Ma présence dans les réserves du Musée National de Lisbonne m'a permis aussi d'enquêter sur un certain nombre de stèles présumées disparues et d'en retrouver une partie grâce à la liste dressée lors de la première étape. Par cette enquête, j'ai pu retrouver quelques stèles provenant de Cárquere et inconnues des publications. Ces stèles inédites ont été étudiées en même temps que les autres.

L'étude des stèles a été la plus complète possible. Toutes les dimensions ont été prises afin de les comparer à celles données dans les articles et aussi pour rajouter la hauteur des lettres d'un texte dans bon nombre de cas. Une lecture personnelle est primordiale pour comparer et corriger les différentes interprétations d'une inscription. Les particularités du monument et son état sont aussi enregistrés et, quand le temps est disponible, un décalque de la stèle est réalisé sur une surface plastique transparente. Enfin des photos sont prises quand cela est autorisé afin d'avoir un support visuel lors de la mise en fiche du monument.

Présentation des fiches

Dans cet article, les inscriptions funéraires sont regroupées dans l'annexe II et présentées le plus simplement possible (lieu de découverte, texte, traduction et bibliographie). Dans le document original⁽¹⁾, chaque inscription possède une fiche ayant pour modèle la fiche PETRAE du

(ⁿ) Deux exemplaires de la thèse de D. E. A. se trouvent à la bibliothèque de la Maison de l'Archéologie, Université de Bordeaux III, Talence (France), et un a été remis à l'Institut Archéologique de Coimbra (Portugal).

Centre Pierre Paris de Talence. Cette fiche s'organise en trois parties: un descriptif du support, un descriptif du texte et les observations.

Le descriptif du support réunit toutes les informations obtenues sur l'état de la stèle, sa forme, ses décors, ses dimensions (longueur/ /largeur/épaisseur), sa localisation ainsi que le numéro d'inventaire. Puis, viennent les renseignements concernant l'inscription. Le champ épigraphique et son état de conservation sont détaillés. Parfois, ces données sont manquantes quand la stèle a disparu et qu'aucune photo n'existe dans la bibliographie. Un dessin du monument est peu fiable pour ce genre de renseignement. Le style d'écriture est ensuite décrit et, quand cela est possible, soit donné dans la bibliographie, soit étudié sur place, la hauteur des lettres est indiquée. Avant de retranscrire le texte, toute la bibliographie connue sur la stèle est réunie.

Le texte est d'abord retranscrit en capitale tel qu'il a été lu puis développé ensuite. Quand plusieurs auteurs ont publié la même inscription, les variations de lectures sont indiquées. Après cela vient la ou les traduction(s) selon la nature du texte. En effet, certains textes offrent plusieurs interprétations de lecture.

La dernière partie regroupe toutes les observations qui peuvent être faites soit sur le support, soit sur le texte. Ainsi, il est plus facile de regrouper des types de stèles ou de décors et d'observer les particularités de l'inscription et des noms.

Certaines fiches apparaissent ainsi complètes grâce à certaines publications bien détaillées ou à une étude sur place. D'autres possèdent très peu de renseignements du fait que la stèle ait disparu en laissant soit un dessin et quelques dimensions dans un article, soit une description sommaire accompagnée ou non d'une photo.

Problématique

Ce sujet sur l'«Art et la société d'après les stèles funéraires de Cárquere» a été choisi car trois centres d'intérêt se dégagent.

Premièrement, il s'agit de regrouper toutes les stèles de Cárquere sous forme de fiches afin de constituer la base d'une étude. Vu la quantité de stèles retrouvée et le nombre d'articles qui y ont été consacrés, Cárquere mérite une plus grande attention et au moins un *corpus* d'inscriptions.

Ce *corpus* d'inscriptions nous permettra de dresser la liste des noms qui apparaissent dans les textes et d'étudier une partie de la

société de Cárquere. Ainsi, nous pourrions observer l'attitude de l'onomastique indigène face à la pénétration de l'onomastique latine et tenter de distinguer les structures familiales présentes.

Grace à ces fiches et à la description des monuments, une étude du travail et du décor des stèles peut être commencée. En observant si il existe un ou plusieurs types de stèles et si le décor est propre ou non à Cárquere nous pourrions nous poser la question de l'existence d'un atelier de graveur à Cárquere.

ART ET SOCIÉTÉ

Art et symbolisme sur les stèles

Plus de la moitié des stèles de Cárquere sont décorées. L'étude des décors et de la forme des stèles nous renseignera sur les préférences artistiques de la population dans le domaine funéraire et sur la possibilité de la présence d'un atelier de graveur à Cárquere.

Les types de stèles

Le type le plus répandu, à Cárquere, est celui de la stèle à fronton triangulaire: 35% des monuments. Généralement, il s'agit d'un fronton simple, parfois bordé d'une moulure. Plusieurs groupes peuvent être définis à l'intérieur de ce type. On trouve, premièrement, des stèles rectangulaires, peu hautes, surmontées d'un fronton aux pentes douces (n.º 3, 32, 40). Le second groupe est composé de stèles très hautes, au fronton plus pentu (n.º 6, 17, 21, 27, 45, 46, 50, 51). Souvent, deux volutes ornent la base du fronton. Le tympan est souvent décoré, soit par des motifs astraux, soit par une niche abritant une figurine en relief. L'origine de ce type de stèle vient du modèle du temple romain. Cette influence romaine est plus marquante sur une stèle de *Bracara Augusta* où le fronton est soutenu par deux colonnettes en relief, représentant ainsi l'image du temple ⁽¹²⁾. La présence de ce type de forme ne signifie

⁽¹²⁾ J. L. VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitânia*, vol III, Lisboa, 1913, p. 414; C. L L //, 2425.

pour autant une adoption de la religion romaine de la part du défunt mais représente plutôt d'une préférence de ce type de stèle.

Le second type est celui des stèles antropomorphes ou discoidales. Ce type est peu représenté (6,3%) mais témoigne d'une survivance des sources indigènes primitives. Ces stèles sont surmontées d'un disque ou un arc outrepassé contenant soit un visage, soit une rosace (n.º 7, 8, 54). Parfois, deux excroissances arrondies symbolisent les bras (n.º 8). Ce genre de figuration, très répandu dans la Péninsule Ibérique ⁽¹³⁾, dérive de la stylisation de la figure humaine.

Un troisième ensemble regroupe toutes les stèles n'appartenant pas à ces deux types. La plupart de ces stèles sont cassées dans leur partie supérieure. Leur forme entière est ainsi inconnue. D'autres, sont des monuments rectangulaires (n.º 23) ou élipsoïdaux (n.º 16) divisés en deux parties: une base grossièrement taillée s'enfouissant dans la terre, surmontée d'une surface mieux travaillée servant de support à l'inscription funéraire.

L'influence romaine est donc prédominante dans le choix des formes des monuments funéraires avec l'adoption de la stèle à fronton mais cette influence semble se limiter à la forme, le décor, quant à lui, semble s'inspirer d'autres sources.

Les types de décors

La décoration des stèles de Cárquere est peu variée. Trois thèmes seulement peuvent être dissociés: les symboles astraux, les figures en relief dans des niches et la décoration des faces latérales par des palmes stylisées ou des tridents (Annexe I, Tableau I).

Les symboles astraux

Les symboles solaires sont beaucoup employés sur les stèles sous la forme de rosaces, roues ou disques gravés ou sculptés (25,4% des stèles possèdent un tel symbole). La rosace est presque toujours tracée

⁽¹³⁾ E. **FRANKOWSKI**, "Estelas discoideas de la Peninsula Iberica, junta para aplicacion de estudios et investigaciones scientificas.", *Memoria*, 25, 1920, p. 39, fig. 8, p. 151, fig. 66.

au compas et sculptée en bas relief (An. I, tab. II/a). Les six pétales sont géométriquement parfaits. Les roues et les cercles garnis sont généralement gravés et ornés d'un point en leur centre ou de rayons pour les premiers (An. I, tab. II/b) et de lignes en contre courbe ou de "svastika flamboyante" pour les seconds (An. I, tab. II/c et d). Les grands disques des stèles antropomorphes contiennent soit une figure humaine soit une rosace (n.º 7). Ces symboles, d'origine indigène se rencontrent en Gaule et dans la Péninsule Ibérique ⁽¹⁴⁾. En Gaule, ils ornent presque exclusivement les stèles indigènes ⁽¹⁵⁾. Au Portugal, ces signes solaires sur des stèles d'époque romaine proviennent directement des motifs décoratifs de l'architecture et de l'orfèvrerie proto-historique du Nord. Ces mêmes décors se retrouvent sur des bijoux et des plaques décoratives des monuments du Castro de Citânia de Briteiros⁽¹⁶⁾. Les celtes voyaient dans la mort un passage à une autre vie et croyaient que les défunts s'en allaient au séjour des dieux ⁽¹⁷⁾. Le symbole solaire représenterait alors le passage astral vers ce nouveau monde.

Parallèlement à l'emploi des signes solaires, se développe l'utilisation du croissant lunaire, présent sur 8% des stèles (An. I, Tab. II/e). Ce symbole, d'origine orientale, a pénétré dans le monde occidental avec les milieux mystiques qui apparaissent dès le début du III^e siècle ap. J.-C. comme les cultes de Cybèle, Mithra et Isis ⁽¹⁸⁾. Il a ensuite été adopté dans les milieux indigènes qui se trouvaient en rapport avec les milieux mystiques dans les grandes villes. Cela ne signifie pour autant que les indigènes ont adopté ces nouvelles croyances religieuses. Le croissant lunaire a pu devenir un nouveau moyen de décoration pour exprimer leurs idées sur la mort et la vie après la mort. Le voyage des âmes dans les astres se ferait alors sous une forme différente. Même s'il n'y a pas eu une analogie de croyance, nous pouvons constater qu'il existe une convergence de deux symbolismes, l'un local, l'autre venu de l'orient.

⁽¹⁴⁾ J. J. HATT, *La tombe Gallo-romaine*, Paris, 1986, p. 334-335.

⁽¹⁵⁾ J. J. HATT, p. 387.

⁽¹⁶⁾ Ces plaques sont actuellement visibles au musée "da Sociedade Martins Sarmiento" à Guimarães.

⁽¹⁷⁾ H. GRAILLOT, *Le culte de Cybèle, Mère de dieux, à Rome et dans l'empire romain*, BEFAR, 107, Paris, 1912, p.264.

⁽¹⁸⁾ J. J. HATT, p. 387.

Niches et figurines

La représentation humaine sur les stèles de Cárquere ne se fait jamais par le moyen de la grande sculpture comme la réalisation en bas-relief de portraits, bustes ou figures sur pied, mais toujours par de petites figurines grossièrement sculptées ou gravées. Ces petits personnages, seuls ou en couple, symbolisent le défunt. Ils sont représentés sur pied avec pour seuls détails leurs principales parties anatomiques (jambes, tronc, bras et tête). Généralement, les traits du visage sont absents soit par omission, soit dus à l'usure du granite.

L'emploi de la figurine en bas-relief va de paire avec celui de la niche. Sur sept stèles comportant un personnage (11%), six ont aussi une niche (9,5%). Elle est toujours semi-circulaire et est souvent surmontée d'un fronton, rappelant ainsi les petits oratoires des carrefours et la petite chapelle où était nichée la divinité. Sur certaines stèles, la niche est surmontée d'un symbole astral. Cette organisation marquerait-elle le souhait d'accéder au monde des dieux de la part du défunt ou serait-elle l'indication d'un fait accompli: "Il est mort et se trouve au royaume des dieux"? En outre, la présence de deux figurines dans une niche représente-t-elle deux défunts?. Deux cas se présentent. La stèle n.º 21 possède une niche à deux personnages alors que l'inscription ne signale qu'un défunt: *Mia Tongeta*. La stèle n.º 52 a aussi deux figurines dans une niche mais le texte, divisé en deux par une ligne verticale, pourrait différencier deux défunts. Malheureusement, la stèle reste introuvable et le texte donné par J. L. Vasconcellos est incomplet. Ce type de sépulture, appelé *bisonum* à l'époque chrétienne, n'est donc pas certifié à Cárquere.

Les palmes stylisées et les tridents

La palme stylisée associée ou non au trident est le motif le plus utilisé sur les stèles. Ce décor est toujours situé sur les côtés latéraux du corps du monument et se répète parfois sur les côtés du fronton. Plus d'un tiers des stèles (35%) possèdent cette décoration latérale. Le symbole de la palme unique ou se terminant en trident est le plus représenté (28,6%), alors que seulement 4 stèles portent le trident seul (6,4%). Cinq types de décor latéral ont pu être répertoriés (An. I, tab. III). Chaque type possède deux variantes. Une stèle peut contenir plusieurs

types car le décor sur une face latérale n'est pas obligatoirement le même sur l'autre. La palme stylisée à une tige se terminant par un trident est la plus usitée (type III a), suivie de très près par la palme à une tige sans trident (type V a). La palme appartient au symbolisme végétal toujours présent dans le culte des morts. Chez les romains, elle est le symbole de la victoire sur la mort. Les indigènes, eux, "assimilent la vie latente et mystérieuse des végétaux à la survie de l'âme" (19).

Le professeur J. d'Encarnação voit plutôt⁽²⁰⁾, dans ces décors latéraux, le symbole de la feuille d'if (*taxus baccata*), arbre totem des Astures. Ces derniers extraient des bourgeons de cette plante un puissant poison qu'ils ingéraient collectivement afin d'échapper, par la mort, à l'esclavage des romains vainqueurs. La culture castréjane du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique ayant largement débordé le Douro vers le Sud⁽²¹⁾, il est fort probable que la population de Cárquere connaissait les pouvoirs de cette plante et ait utilisé cette dernière dans leur symbolisme funéraire.

La présence du trident sur les stèles de Cárquere, par contre, est inexplicable. Une partie des palmes stylisées se termine soit par un trident, soit par une fourche à deux dents. Quatre stèles, seulement, sont décorées par un simple trident. Aucun texte ne fait référence au gladiateur *retiarius* qui utilise cette arme. Cette explication est donc à rejeter. Cette représentation symboliserait-elle tout simplement la fourche, l'outil agricole des défunts?

Il semble certain que la palme stylisée, se terminant par un trident ou non et gravée sur les côtés latéraux de la stèle, est un décor typique de Cárquere. Le musée du Carmo de Lisbonne possède bien une stèle ou est gravée une palme ou un rameau stylisé, mais celui-ci se trouve sur la face principale et il est surmonté d'une représentation d'un vase retourné (22). Une stèle provenant de Meijinhos (n.º 15) et conservé au musée de Lamego porte aussi sur les côtés latéraux un trident gravé (type II a). La décoration et la forme de cette stèle sont les mêmes que

(⁹) J. J. HATT, p. 403.

(²⁰) J d'ENCARNAÇÃO, "O monumento epigráfico, fonte para o estudo das migrações na Península Ibérica".

(²¹) A. C. F. SILVA, *A cultura castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.

(²²) J. L. VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitânia*, vol III, Lisboa, 1913, p. 420, fig. 199.

celles que l'on rencontre sur les monuments de Cárquere. J. L. Vasconcellos avait déjà remarqué, en 1913, que ce décor particulier distinguait les stèles de Cárquere.

La chronologie

Etablir une chronologie des inscriptions de Cárquere n'est pas chose aisée. En raison de l'absence du contexte funéraire qui aurait pu dater chaque monument par une étude céramologique ou numismatique, nous devons tenter de définir une chronologie à partir de l'anthroponymie de Cárquere. Nous ne reprendrons pas en détail ce travail, déjà effectué par M. M. A. Dias ⁽²³⁾, qui place les stèles de Cárquere entre le milieu du II^e siècle ap. J.-C. et le I^{er} siècle ap. J. -C.

Certain textes peuvent être ainsi datés du milieu ou de la fin du II^e siècle ap. J.-C. par le module rectangulaire allongé de leur lettres (n.º 18, 35, 36, 37...), d'autres par la présence d'un gentilice. Le gentilice *Ulpus* (n.º 44) semble être associé à la réorganisation militaire de l'Hispanie au II^e siècle ap. J.-C. ⁽²⁴⁾. Celui d'*Aurelius* (n.º 11) provient de l'extension de la citoyenneté à tous les habitants de l'Empire par Caracalla en 212 ⁽²⁵⁾. Selon M. M. A. Dias, l'élément le plus tardif vient du nom *Afinatus*, datable paléographiquement de milieu du I^{er} siècle ap. J.-C. ⁽²⁶⁾.

Les stèles de Cárquere fournissent donc un ensemble stylistique et chronologique homogène et attestent la présence d'une nécropole utilisée tout au long des II^e et III^e siècles ap. J.-C. Cette homogénéité nous permet de nous interroger sur la possibilité du fonctionnement d'un atelier de graveur à Cárquere.

Un atelier de graveur à Cárquere?

Le décor des stèles de Cárquere est donc assez restreint. Il se limite à la représentation de symboles astraux, de figurines en relief

⁽²³⁾ M. M. DIAS, "Antroponimia de Cárquere, Resende, Viseu (Lusitânia Portuguesa)", *Veleia*, 1987, pp. 195-203.

⁽²⁴⁾ *Ibid.*, p. 201.

⁽²⁵⁾ *Ibid.*, p. 201.

⁽²⁶⁾ M. M. DIAS, "Inscrições romanas inéditas de Cárquere", p. 192.

dans des niches et de palmes stylisées et tridents sur les côtés latéraux. La pauvreté stylistique est plus qu'apparente. Elle dénonce une maîtrise stylistique très moyenne, témoignage d'un art local emprunt d'influence étrangère. Cette appellation "produit local" est renforcée par le décor typique des côtés latéraux des stèles ne se rencontrant qu'à Cárquere. Toutes ces données nous permettent d'ébaucher l'hypothèse de la présence d'un atelier de graveur à Cárquere ou dans ses environs. Le monastère et le cimetière recouvrant sûrement la nécropole romaine, il faudrait tenter de localiser la localité antique abritant cet atelier aux alentours de *Santa Maria de Cárquere*. Les hauteurs du mont sur lequel s'accroche le village pourraient avoir abrité un castro qui aurait survécu à l'époque romaine, mais, à l'exception de la découverte de céramiques, de fûts de colonne et de petits objets proche ou dans le village, rien ne le certifie actuellement.

La société de Cárquere d'après les inscriptions

Cette étude est basée sur 35 inscriptions (55,5%) contenant une référence onomastique utilisable. Les 28 autres inscriptions sont, soit des fragments de stèles où le texte restant est inutilisable, soit des inscriptions complètes ou incomplètes posant des problèmes épigraphiques. Soixante-dix-sept noms ont été répertoriés dont trente-six noms de défunts. L'étude de ces textes va nous permettre d'observer le comportement de l'onomastique latine et de suivre les étapes de sa latinisation.

Quelques problèmes épigraphiques

Quelques inscriptions de Cárquere ont posé des problèmes épigraphiques en dehors des difficultés de lecture dues à l'usure des monuments. Le premier problème rencontré est celui de l'authenticité du texte. Nous le rencontrons quand l'inscription a disparu et qu'il ne nous en reste qu'une trace bibliographique. Le texte retransmis peut s'avérer parfois incomplet (insc. n.º 52) ou sa lecture erronée? (insc. 26).

D'autres textes de Cárquere posent des problèmes de retranscription. Certains mots possédant une abréviation en une

ou deux lettres, comme l'inscription n.º 50, ne peuvent pas être développés avec certitude. La série des inscriptions n.º 2, 8, 9 pose cette difficulté. Dans ces derniers textes, nous ensemble de lettres: F A M A . Cet ensemble peut être accompagné d'autres lettres ou de *puncti*: F A MA (n.º 8), A F AM. A (n.º 2), F A M (n.º 9) Faut-il donc se baser sur l'inscription n.º 7, consacré à *F. Amoena*, pour développer ces trois textes?. Les stèles n.º 8 et 9 seraient ainsi consacrées à deux *F. Amoena* et la stèle n.º 2 à *A/a(?) Amoena*.

En dehors de ces quelques problèmes les épitaphes de Cárquere sont assez stéréotypées. Elles ne fournissent que le minimum de renseignements sur le défunt, mais nous donnent de nombreuses données permettant d'ébaucher une première étude de l'onomastique et de la société de Cárquere.

La pénétration de Fonomastique romaine et la survivance de l'onomastique indigène

La pénétration de Vonomastique romaine

Sur les 35 textes étudiés, 62,9% contiennent au moins un *nomen* ou un *cognomen* latin et 37,1% conservent un nom indigène sans la présence de l'onomastique latine. Parmi ces noms latins, on trouve quelques gentilices comme.

Aurelius: 1
Ulp: 1
Julius: 3
Valerius: 3
Iunius: 2

Ces gentilices semblent perdre leur valeur de nom de famille (*gens*) et sont plus utilisés comme *praenomen* sous sa forme d'abréviation. A côté des gentilices, on trouve les *cognomina*, utilisés parfois comme gentilice par les indigènes. La liste des *cognomina* de Cárquere est la suivante:

Amoena: 3
Avitus: 1
Carus: 1
Clemens: 1

Fronto: 1
Gracilus: 1
Maelia: 2
Oculatus: 1
Rufinus: 3
Rufus: 7
Sabinus: 1
Saturninus: 1
Severus: 1

Comme nous pouvons le constater le cognomen *Æw/ws* et son dérivé *Rufinus* ont eut plus de succès auprès de la population de Cárquere qui semble avoir adopté l'onomastique latine, même si les noms indigènes restent largement utilisés.

maintien de Vonomastique indigène

Sur ces 77 noms enregistrés, 48% sont des noms indigènes, soit 37 noms répartis en 27 types:

<i>Afinatus</i>	<i>Occarius</i>
<i>Albominus</i>	<i>Peda</i>
<i>Albura</i>	<i>Pentilius</i> (2)
<i>Alluqius</i> (2)	<i>Pintamus</i>
<i>Caino</i>	<i>Pissirus, Pissirea</i>
<i>Calaetus</i>	<i>Pon(us?)</i>
<i>Camalus</i>	<i>Promotus</i>
<i>Casabus</i>	<i>Reburrus</i> (3)
<i>Cellea</i>	<i>Sunua</i> (2)
<i>Celtus</i>	<i>Tancinus</i>
<i>Cumelius</i> (2)	<i>Tolia</i> .
<i>Ibdoena</i> .	<i>Tongeta</i> (2), <i>Toceta</i> (1).
<i>Malgeinus</i> .	<i>Viriatis</i> (2).
<i>Mebdus</i> .	

En ne considérant que les noms des défunts, 50% des noms sont indigènes (18) et 33,3 % sont romains (12). Les 16,7% restant (6) sont des noms indigènes associés à un nom latin, généralement un gentilice:

Iulia Sunua *Valerius Reburrus*: 2.

Iulia Tongeta M. Valerius Reburus
Maelia Tongeta

Nous observons donc un fort maintien de l'onomastique indigène, la moitié des défunts portent un nom indigène et presque la moitié des noms de Cárquere sont indigènes, devant une pénétration importante de l'onomastique latine: 50% des noms sont latins ou mixtes et dans 33,3% des cas l'onomastique latine a totalement effacé l'onomastique locale.

Cette survivance du nom indigène s'explique par le système de la filiation indigène. Lorsque l'on est en présence d'un nom indigène et que la filiation est indiquée, dans 70% des cas le père a aussi un nom indigène. Quand le père a un nom indigène (53% des cas), dans 77,8% des cas le fils a un nom indigène et dans 22,8% un nom latin. Quand le père porte un nom latin (47%), dans la moitié des cas le nom du fils est indigène.

Il existe donc une forte tradition de transmission du nom indigène dans les familles qui est conservée à Cárquere permettant le maintien de l'onomastique locale.

Les étapes de la latinisation de l'onomastique indigène

Il est préférable de parler de latinisation de l'onomastique indigène plutôt que de romanisation à Cárquere car le système romain n'est jamais utilisé par la population locale lors des trois phases de latinisation qui ont été dégagées.

La première phase n'est définie que par la simple latinisation du nom indigène: *Promutus*, *Afmatus*, *Pentilius*, *Cellea*, *Albura*; qui évoluera ensuite vers l'association du nom indigène et du nom latin: *Valerius Reburus*, *Iulia Sunua*, *Iulia Tongeta*; pour finir par l'emploi uniquement de l'onomastique latine: *Ulpius Sabinus*, *Avitus Gracilis*, *Valeria Amoena*.

Les deux autres phases passent par l'indication de la filiation dans les épitaphes. Seulement 17 textes indiquent une filiation. La seconde phase est représentée par le système de la filiation indigène ou est indiqué le nom du défunt suivi du patronyme au génitif. Même si parfois le nom est latin le système reste indigène. Seulement quatre textes sur les 17 indiquant la filiation retransmettent ce système, soit 23,5%:

Rufinus Calaeti
Avitus Frontonis
Ponus/ius Iuni
Tongeta Rufi

L'introduction de la filiation par la lettre F représente la dernière phase. Ce système est utilisé dans 76,5% des cas. Il est divisé en trois étapes chronologiques.

La filiation avec uniquement l'onomastique indigène constitue 41,2% des cas (7 inscriptions). L'emploi de la filiation latine par la lettre F est le premier indice de la transformation du système indigène: *Albonius Cumeli F, Pissirus Mebdi F, Pissirea Tancini F, Sunua Casabi F*

L'intégration de l'onomastique latine soit chez le défunt, soit chez le père est le deuxième signe de la transformation du système indigène. Elle est enregistrée trois fois, soit 17,6% des cas: *Viriatidis Severi F, Tolia Peda Cari F, Iunius Pintami F Iunius Fintami F*. Nous pouvons penser que parallèlement à cette évolution se développe l'emploi de l'association du nom latin et du nom indigène.

La dernière étape de ce changement de système est marquée par l'abandon de l'onomastique indigène remplacé par l'onomastique latine. Cet abandon est remarqué trois fois (17,6%): *Rufus Rufi F Rufinus Rufi F, Severus Oculati F*

L'évolution entre la seconde phase et la troisième se fait par l'assimilation du système de filiation romain tout en conservant les structures indigènes. La pénétration de l'onomastique romaine accentue ce phénomène de latinisation de l'onomastique indigène aboutissant à l'utilisation unique de l'onomastique romaine. Même si l'on arrive à l'abandon de l'onomastique et du système de filiation indigène, il n'existe, pour le moment, à Cárquere, aucune trace d'utilisation du système romain basé sur le prénom du père en abrégé suivi de F, que l'on trouve dans d'autres régions⁽²⁷⁾.

Toutefois, nous observons une forte conservation des traditions onomastiques locales par la transmission du nom indigène dans 41,2% des cas et quand le père a un nom romain, deux fois sur trois il donne au fils un nom indigène. Nous observons donc une indéniable latinisation de l'onomastique indigène tout en conservant un maintien de l'onomastique locale, preuve non pas d'une résistance à la culture latine mais d'une assimilation d'une culture à l'autre⁽²⁸⁾.

⁽²⁷⁾ A. TRANOY, *La Galice romaine*, pp. 368-369.

⁽²⁸⁾ R. ETIENNE et alii, "Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde ancien", *Les dimensions sociales de la romanisation dans la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l'Empire* (Travaux du VI^e Congrès International d'Etudes Classiques - Madrid, septembre 1974), Bucuresti-Paris, 1976, p. 106.

Les formules rituelles

La présence des formules rituelles dans les textes constitue aussi un indice de romanisation des habitudes funéraires des indigènes. Sur 63 stèles, 74,6% possèdent une formule rituelle (47 textes). Parmi les 16 inscriptions restantes, 14 sont incomplètes car le bas de la stèle est cassé. Il n'est donc pas certain que ces 14 textes n'en comportent pas. Seulement deux textes entiers n'ont pas de formules rituelles, ce qui représente 3 % des cas seulement.

Les formules rituelles présentes sur les inscriptions de Cárquere sont peu diversifiées. On retrouve surtout l'invocation aux dieux Manes: D M S, les formules *hic situs est* et *sit tibi terra levis*, dont l'abréviation est généralement H S E et S T T L et l'indication *faciendum curavit* ou *curaverunt* représenté par les lettres F C précédant le nom ou la catégorie familiale de la personne ayant fait faire la stèle. Dans un texte, la formule H S E est remplacée par H C: *hic cubat ou hic crematus (est)* (n.° 35).

L'invocation D M S est présente sur 41,3% des stèles. C'est la formule la plus usitée à Cárquere. Sur les 35 textes utilisables, elle n'apparaît que 11 fois (34,3%). L'invocation consacrée aux dieux Manes n'est jamais utilisée dans les textes indiquant la filiation d'un individu par le système latin: nom du père au génitif suivi de F.

La formule H S E est moins utilisée: 22,2% des textes la possèdent et elle est représentée sur 34,3% des textes étudiés (12 sur 35). Cette formule est plus souvent employée avec le système de la filiation latine.

La formule S T T L est aussi peu utilisée (23,8%). Elle est présente sur 25,7 % des inscriptions (9 sur 35). Elle accompagne presque toujours la formule H S E et est aussi un peu plus utilisée avec la filiation latine: 38,5% des textes avec ce type de filiation ont les formules H S E S T T L.

L'indication F C est représentée dans 40% des textes utilisés mais ne se trouve que sur 28,6% des stèles. On l'observe plus souvent dans les textes sans filiation (64,3%), très rarement avec HSE (une fois) et STTL (deux fois). Lorsqu'il est employé dans les textes avec la filiation latine, il est toujours accompagné de HSE et STTL.

Deux groupes se forment donc. Le premier, représenté par les textes sans filiation ou avec la filiation indigène, utilise beaucoup les formules DMS et FC et peu HSE et STTL. Les deux premières formules semblent avoir été introduites en premier dans les épitaphes de Cárquere. Elles

sont, en tous cas, les plus primées. Le second groupe est formé par les textes où est indiquée la filiation de type latin et qui constitue la dernière phase de romanisation latine connue à Cárquere. Les formules rituelles y sont mieux employées. Nous retrouvons toujours ensemble HSE, STTL et FC sauf dans deux inscriptions (n.º 37 et 42). Ces dernières, commençant par HIC ou HS, sont ensuite coupées et le reste du texte n'est pas connu. Dans ce deuxième groupe, la formule DMS n'est jamais employée.

Les formules rituelles font donc partie du processus de latinisation de l'onomastique et des rites funéraires indigènes. La dernière étape de romanisation de cette onomastique témoigne d'un emploi mieux compris du système latin dans les épitaphes de Cárquere.

Les structures familiales

L'étude des structures familiales de la population de Cárquere s'avère assez courte du fait que les inscriptions nous fournissent très peu de renseignements sur ce sujet. Lorsque la filiation est indiquée, celle-ci se fait toujours par le père. Le rôle de la femme ne peut ainsi être déterminé dans la transmission du nom. En outre, les textes ne permettent jamais de reconstruire de *stemma* familial. Dans le cas cité plus haut, nous observons toujours la relation père-fils. Dans d'autres cas (30% des textes), la personne ayant fait faire la stèle n'est jamais indiquée par son nom (sauf une fois), mais par sa parenté ou sa relation avec le défunt:

filius/a 7.

mater. 5.

pater. 2.

parentes: 1.

uxor. 1.

socero: 1.

amici: 1.

heres: 1

La seule exception est la stèle de *Albonius*, fils de *Cumelius*, faite par l'affranchi *Viriatis* (n.º 32). Les deux stèles de *I. Fuscilla* et *M. Valerius Reburus* (n.º 48 et 49), retrouvées par V. Correia dans leur contexte funéraire, nous permettent de tenter de présenter le seul *stemma* suivant:

*mater**M. Valerius Reburrus**Iulia Fuscilla*

----- (époux)

L'espérance de vie

Sur les 63 stèles enregistrées, plus de la moitié (39) indiquent l'âge du défunt. Les quelques renseignements qui pourront être tirés à partir de l'âge à laquelle ces personnes sont décédées ne peuvent servir qu'à nous fournir une idée sur la moyenne d'âge de cette partie de la population de Cárquere. La découverte de nombreuses autres inscriptions dans ce village pourrait modifier légèrement ou totalement ces conclusions. Ces 39 textes nous permettent de présenter le tableau suivant:

moins de 20 ans	4
20-30 ans	8
30-40 ans	3
40-50 ans	3
50-60 ans	14
60-70 ans	4
plus de 70 ans	3

Nous pouvons donc constater que la catégorie la plus importante est celle de 50-60 ans suivie de celle des 20-30 ans. Les personnes de plus de 50 ans (21) représentent 53,8%, celles de 20 à 50 ans (14) constituent 35,9% et le moins de 20 ans ne sont que 12,3% (4).

L'âge minimum indiqué dans les épitaphes est de quinze ans. Jusqu'à présent, aucune stèle d'enfant n'a été retrouvée à Cárquere. L'âge le plus élevé est de 75 ans, si l'on ne tient pas compte de l'inscription n.º 1 posant des problèmes d'interprétation. Entre ces deux extrêmes, la moyenne d'âge de cette partie de la population connue par les inscriptions est de 44,5 ans. Toutefois, la découverte de nouvelles stèles peut faire augmenter ou diminuer cette moyenne.

CONCLUSION

Le village de Cárquere nous offre un ensemble épigraphique important avec la découverte d'au moins soixante-trois stèles funéraires. Aucun

autre document épigraphique de type différent (autel, inscription honorifique, dédicace...) n'a, pour le moment, été retrouvé. Nous sommes donc en présence d'un contexte purement funéraire. Cet ensemble a malheureusement été dispersé au fil du temps et des découvertes et si une partie des monuments se retrouve dans les musées, l'autre partie reste non trouvée. Celles qui ont pu être conservées ont fait l'objet de quelques études mais c'est la première fois qu'un *corpus* est réalisé. Ce dernier, sûrement incomplet, a pu ainsi servir de base de donnée à une première étude sur l'art funéraire et la société de Cárquere.

La forme caractéristique des stèles et la répétition des mêmes décors nous incitent à localiser la présence d'un atelier de graveur, et peut-être de sculpteur, dans les environs proches du village. Le nombre important de stèles trouvées au même endroit ne laisse aucun doute sur la présence d'une nécropole des II^e et III^e siècles ap. J.-C. en ce lieu où deux sépultures ont seulement été trouvées. L'implantation d'une nécropole signifie l'existence proche d'un noyau d'habitation. Les quelques découvertes fortuites sur les pentes du mont de Cárquere laissent à penser à la présence d'un castro romanisé. L'hypothèse de la présence de ce castro est renforcée par une population indigène révélée par les épitaphes. Cette population aurait subi lentement les influences du dominant romain, au moins dans le cadre de l'épigraphie, liées au développement de la civilisation romaine dans la région et à l'habitude du latin.

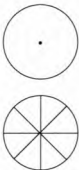
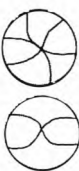
L'existence d'un castro pré-romain, puis romanisé, ne peut être affirmé par la simple découverte de quelques vestiges archéologiques et par la localisation d'une nécropole indigène. Seule une campagne sérieuse de prospections pourrait déterminer l'ampleur de la nécropole et localiser un noyau d'habitation de type castro sur les hauteurs. Ces prospections pourraient alors être suivies d'une campagne de fouilles qui constituerait la base d'une importante étude funéraire et épigraphique d'une localité indigène de l'extrême Nord de la Lusitanie dominant le fleuve Douro. Une étude de l'habitat et de la nécropole pourrait ainsi mettre en parallèle l'évolution de la romanisation du style de vie avec la romanisation des rites funéraires à Cárquere.

ANNEXE I

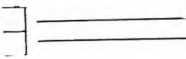
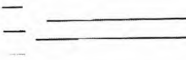
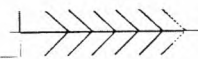
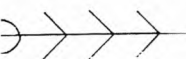
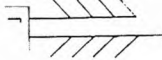
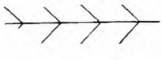
TABLEAU I:
Les différents décors des stèles.

Décor Stèles	Fronton	Volutes	Rosace(s)	Cercle(s) gravé(s)	Croissant lunaire	Niche	Figure(s)	Décor latéraux	Anthropomorphe
1	X		X					X	
3	X			X				X	
4			X					X	
6	X	X			X				
7									X
8									X
11	X			X					
15	X				X			X	
17	X	X		X		X	X		
18	X			X					X
19	X					X	X		
20	?	X	X						
21	X	X				X	X	X	
24			X					X	
26								X	
27	X	X		X				X	
32	X							X	
33	?	X				X	X	X	
35		X		X				X	
36	7			X				X	
37	7			X				X	
38			X					X	
39	X	X	X					X	
40	7				X				
42	X								
43								X	
45	X	X			X			X	
46	X			X				X	
47								X	
48			X		7				
50	X		X					X	
52						X	X		
54									X
58	X					X	?		
59	X						X		
63								X	
Total	18 (23?)	9	8	9	4(5?)	6	6(7?)	22	3

TABLEAU II:
Les symboles astraux sur les stèles de Cárquere.

Type	Décors	Numéros des stèles	Total
a	 rosace	1 - 4 - 20 - 24 - 35 - 37 - 38 - 39 - 48 - 50	10
b	 cercles gravés	3 - 11 - 17 - 27 - 46 - 50.	5
c	 Cercle et contrecourbes	3 - 18	2
d	 “Svastika flamboyante”	36	1
e	 Croissant lunaire	6 - 15 - 40 - 45	4

TABEAU III:
Les décors des côtés latéraux des stèles

T Y P E	Ia	IIb	IIa	IIb	IIIa	IIIb	IVa	IVb	Va	Vb	Vc
D E C O R S											
I N S C R I P T I O N S	33 46	32	15	1	35 3 18 37 36 21 27 39 4 46 24 47?	26	38	50	3 33 27 47? 43 63 45	26	45

ANNEXE II

LES STELES

1. CÁRQUERE. Fronton de stèle

Bibl: Vaz, 1982, n.º 10, photo 10, p. 509.

2. CÁRQUERE. Epitaphe de Af...? Amoena ‘?’

D(iis) M(anibus)/S(acrum) AFA(?) AM(moenae ?)*A(nnorum)/LXXV

Consacré aux dieux Manes et à *Afa(...)* *Amoena?*, âgée de soixante-quinze ans.

Bibl.: Vasconcellos, 1888, pp. 114, 1900, p. 207; C. I. L. II, 5575

3. CÁRQUERE. Epitaphe de Afínatus

AFINATV(s)/F(ilio) • A(nnorum) • XX • S(it) • T(ibi) • T(erra)/L(evis) • M(ater)
•F(aciendum) C(uravit)

Cit gît *Afinatus*, âgée de vingt ans. Que la terre te soit légère. La mère a pris soins d’élever ce monument à son fils

Bibl: Dias, 1986, pp. 190-193, fig. 2.

4. CÁRQUERE. Epitaphe de Albonius

ALBONI/VS CVM/ELI(i) • F(ilius) • AN(norum)/LX • H(ic) • S(itus) • EST/
/S(it) • T(ibi) • T(erra) • L(evis) • F(aciendum) • C(uravit) • V/IRIATIS LIBERTVS

Cit gît *Albonius*, fils de *Cumelius*, âgé de soixante ans, que la terre te soit légère, l’affranchi *Viriatis* (ou de *Viriatis*) a pris soins d’élever ce monument.

Bibl: Jalhay, 1951, pp. 77-79.

5. CÁRQUERE. Epitaphe de Albura

[- - -]/ALB/VRA/[- - -]

Bibl: Mattos, 1948, p. 65, n.º 81; Dias, 1987, p. 196, note 8.

6. CÁRQUERE. Epitaphe de Amena

D(iis) M(anibus) S(acrum)/AM(o)E(nae) RVF(inae?) CE(liae?) vel CE(lti?)
(filiae)/A(nnorum) XXXV

Consacré aux dieux Manes de *Amoena Rufina?*, fille de *Cellea* ou de *Celtus*, âgée de trente-cinq ans.

Bibl.: inédite

7. CÁRQUERE. Epitaphe de Amoena

D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/F(?) • AM(o)E/NA(e) • (annorum) LXI

Consacré aux dieux Manes. Cit gît F(...) *Amoena*, âgée de soixante et un ans.

Bibl: Sarmento, 1887, p.186; Cardozo, 1985, n.º 51, p. 93.

8. CÁRQUERE. Epitaphe de Amoena?

D(iis) M(anibus) S(acrum) F(iliae?) vel F(...)/AM(oenae?) A(nnorum)/
/[?]XXCII[?]

Consacré aux dieux Manes et à ma fille Amoena, âgée de 83 ans?

Ou

Consacré aux dieux Manes et à *Amoena*, âgée de 83 ans?

B ibi: Vasconcellos, 1888, pp. 114; 1900, p. 211; 1913, p. 456;; C. I.L. II 5574.

9. CÁRQUERE. Epitaphe de Amoena?

DIBVS/M(anibus) S(acrum) F(iliae?) vel F(...) A/M(oenae?)

Consacré aux dieux Manes et à ma fille *Amoena* ?

Ou

Consacré aux dieux Manes et à *F(...) Amoena*?

B ibi: Jalhay, 1951, pp. 74-75.

10. CÁRQUERE. Epitaphe de Amoena

D(iis)*M(anibus)»S(acrum)/A*MO/NAE • F(?) A(nnorum) LXXI/FI*LI*
<0> {us} F(ecit)

Inscription enregistrée au Musée National d'Archéologie de Lisbonne et dont la stèle reste non trouvée.

11. CÁRQUERE. Epitaphe de Aurelius

D(iis) M(anibus) S(acrum) D(edicatum)/AVR(elius) vel AVR(elii) vel AVR(elio) RVF(us) vel RVF(i) vel RVF(o)

Consacré et dédié aux dieux Manes, (cit gît) *Aurelius Rufus* ou fils de *Rufus*.

Consacré et dédié aux dieux Manes et à *Aurelius Rufus* ou fils de *Rufus*.

Consacré et dédié aux dieux Manes de *Aurelius Rufus* ou fils de *Rufus*.

Bibi: Vasconcellos, 1900, pp. 210-211.

12. CÁRQUERE. Epitaphe de Avitus Gracilis

AVITVS/GRACILI/S • H(ic) • S(itus) vel AVITVS/GRACILI(s)/S(ervus)
H(ic) S(itus)

Cit gît Avitus *Gracilis*.

Ou

Cit gît Avitus, esclave de *Gracilis*.

Bibi: Sarmiento, 1887, p. 186; Cardozo, 1985, n.º 58, p. 100.

13. CÁRQUERE. Epitaphe de Bas...

[- - -]/BAS() [a(nnorum)]/XL • H(ic) • [s(itus) e(st)]/[s(it) t(ibi)] • T(erra) •
L(evis) [- - -]

Cit gît () *Bas*., âgé/e de quarante ans, que la terre te soit légère

B ibi: inédite

14. CÁRQUERE. Epitaphe de Cainus?

CAINO/[C''] ATV(ri vel ronis) F(ilio)

(Cit gît) *Cainus*?, fils de Caturus ou de *Caturonis*.

B ibi.: inédite

15. MEIJINHOS. Epitaphe de Cella

CELLA CEL/TG) • F(ilia) • ANN(orum)/XVIII/PARENTES/F(aciendum)

C(uraverunt) • H(ic) • S(itus) • E(st) • SGt)/T(ibi) • T(erra) • L(evis)

Cit gît *Cella*, fille de *Celtus*, âgée de 18 ans, ses parents ont pris soins d'élever ce monument, que la terre te soit légère

Bibl.: Vaz, 1983, pp 579-580

16. CÁRQUERE. Epitaphe de Cella?

P(?)/D(iis) M(anibus)/S(acrum) CEL/I(eae)

Consacré aux dieux Manes de/et à *Cella*.

Bibl.: Jalhay, 1951, pp 80-81

17. CÁRQUERE. Epitaphe de Cella?

D(iis) M(anibus) S(acrum)/CEL(leae?) AN(n)0(rum)/LXV

Consacré aux dieux Manes et à *Cella*?, âgée de soixante-quinze ans

Bibl.: inédite

18. CÁRQUERE. Epitaphe de Iboena

IBOENA/ALLVQVIO) FGlia)/AN(norum) XXXV ET/AV*IT*V*S F/
/RONTONIS/AN(norum) XLII

Cit gisent *Iboena*, fille de *Alluquius*, âgée de 35 ans et *Avitus*, fils de *Fronto*, âgé de 42 ans

Bibl.: Dias, 1986, pp 192-194, fig 3

19. CÁRQUERE. Epitaphe de Iulia Fuscilla

D(iis)*M(anibus)*S(acrum)/IVLIAE FVS/CILLAE AN(norum) XXX/
/MATER »F(aciendum) C(uravit)

Consacré aux dieux Manes et à *Iulia Fuscilla*, âgée de trente ans, sa mère a pris soins d'élever ce monument.

Bibl.: Mattos, 1948, p. 68, n.° 84; Correia, 1972, pp. 261-263.

20. CÁRQUERE. Epitaphe de Iulia Sunua

D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/I(ulia) • SVNVA/LIBERTA/ANNORVM/LV •
FILIA/[P(onendum)] vel [F(aciendum)] C(uravit)

Consacré aux dieux Manes, (Cit gît) *Iulia Sunua*, affranchie, âgée de 55 ans, sa fille à fait poser ou faire ce monument.

Bibl.: Vasconcellos, 1913, p. 414.

21. CÁRQUERE. Epitaphe de Iulia Tongeta

D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/IVLIA TONGETA/AN(norum) XXXXTM(ater)
• F(aciendum) C(uravit)

Consacré aux dieux Manes. (Cit gît) *Iulia Tongeta*, âgée de 40 ans, sa mère a pris soins d'élever ce monument.

Bibl.: Vasconcellos, 1929, pp. 209-227.

22. CÂRQUERE. Epitaphe de Iunius

IVNIVS/PINTAM/I • F(ilius) • AN(norum) • L/H(ic) • S(itus) • E(st) • S(it)/
/T(ibi) • T(erra) • L(evis) • F(ilius) • F(aciendum) • C(uravit)

Cit gît *Iunius*, fils de *Pintamus*, âgé de cinquante ans, que la terre te soit légère, son fils a pris soins d'élever ce monument.

Bibi: Dias, 1989, p. 381, n.° 63; Vaz, 1986, p.285-293 et 304.

23. CÂRQUERE. Epitaphe de Maelia Rufina

MAELI{ae}/RVFIN{a}E/AN(norum) XXX/M(ater) F(aciendum) C(uravit)

A *Maelia Rufina*, âgée de trente ans, sa mère a pris soins d'élever ce monument.

Bibl: Jalhay, 1951, pp. 83-84.

24. CÂRQUERE. Epitaphe de Mailgenus?

[M]AILG/[e]NVS/[C]VME/[li(i) f(ilius)]

(Cit gît) *Mailgenus*, fils de *Cumelius*.

Bibi: Dias, 1989, p. 382, n.° 64.

25. CÂRQUERE. Epitaphe de M. Valerius Reburus

M(arco) • VAL(erio) RE/BVR • RO • AN(norum)/L • V • IVLIA/FVSCILL/A
• SOCERO/F(aciendum) • C(uravit) • H(ic) • S(itus) • S(it) • T(ibi) • T(erra) • L(evis)

A son beau-père, *Marcus Valerius Reburus*, âgé de cinquante-cinq ans, *Iulia Fuscilla* à pris soins d'élever ce monument. Il gît ici. Que la terre te soit légère.

Bibl: Mattos, 1948, p. 68, n.° 84; Correia, 1972, pp. 261-263.

26. CÂRQUERE. Epitaphe de Melia Toceta

MELIA/TOCETA/A(nnorum) • XXV • F(ecit?)/M(ater?) • C(onseeravit) • T(itulus)

(Cit gît?) *Melia Toceta*, âgée de vingt-cinq ans, sa mère a pris soins d'élever et de consacrer cette inscription ?

Bibl: Vasconcellos, 1888, pp. 114; 1900, pp. 211-212; C. 1. L. II, 5576.

27. CÂRQUERE. Epitaphe de Occarius

D(iis)»M(anibus)*S(acrum)/OCCARII/AN(norum)«+ +/FAC(iendum) •
CVR(avit)

Consacré aux dieux Manes de *Occarius*, âgé de vingt ans. Il a fait faire ce monument.

Bibl: Vasconcellos, 1929, pp. 220.

28. CÂRQUERE. Epitaphe de ?

OVINA/[ann]OR(um) II S(it) T(erra) L(evis)

(Cit gît) *Ovina*, âgée de deux ans, que la terre (lui) soit légère.

Bibl: Jalhay, 1951, p. 84.

29. CÂRQUERE. Epitaphe de Pentilius

PENTILI(i)/CAMALI F(ilius)/ANNORV/M LXX

A *Pentilius*, fils de *Carnalius*, âgé de 70 ans.

BibL: Dias, 1986, pp. 194-195, 1989, p. 381.

30. CÁRQUERE. Epitaphe de *Pentilius*

D(iis) M(anibus) S(acrum)/PEN(tilio)/AN(norum)/LXXXI

Consacré aux dieux Manes et à *Pentilius*, âgé de 81 ans.

BibL: Dias, 1986, pp. 199-200, fig. 8.

31. CÁRQUERE. Epitaphe de *Pissirea*

[P]ISSI/REA/TANCI/NI F(ilia)

A *Pissirea*, fille de *Tancinus*

BibL: Dias, 1986, pp. 198-199, fig. 7.

32. CÁRQUERE. Epitaphe de *Pissirus*

PISSIRVS/MEBDI • F(ilius)/AN(norum) • XV • H(ic)/S(itus) • E(st) • S(it)

• T(ibi) • T(erra) • L(evis)/P(ater) • F(aciendum) • C(uravit)

Cit gît *Pissirus*, fils de *Mebdus*, âgé de quinze ans, que la terre te soit légère, le père à pris soins d'élever ce monument.

BibL: Sarmento, 1887, p. 186-187; Cardozo, 1985, n.º 49, p. 91.

33. CÁRQUERE. Epitaphe de *Ponius*?

D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/PON(io/a) • IVNI(i) (filio vel filia)/AN(norum) • LUI

Consacré aux dieux Manes et à *Ponius/Ponia*, fils/fille de *lunus*, âgé(e) de 53 ans.

BibL: Vasconcellos, 1913, pp. 454-455.

34. CÁRQUERE. Epitaphe de *Promut*

PROMVT<us>?/AN(norum) • C • H(ic) • S(itus)/[- -]

Cit gît *Promulus*?, âgé de cent ans.

BibL: Vaz, 1982, n.º 7, p. 509; C.7.L., II, 5253.

35. CÁRQUERE. Epitaphe de *Rufinus*

RVFINVS/CALAET(i) (filius)• AN(norum)/LX (mensium)«V (dierum)«X*

A(mici) • F(aciendum)/C(uraverunt) • D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/S(it) • T(ibi) • T(erra)

• L(evis) • H(ic) • C(cubat) vel H(ic) • C(rematus est)

Ici est incinéré *Rufinus*, fils de *Calaetus*, âgé de soixante ans, cinq mois, dix jours, ses amis ont pris soins d'élever ce monument, consacré aux dieux Manes. Que la terre te soit légère.

BibL: Dias, 1986, pp. 189-190, fig. 1.

36. CÁRQUERE. Epitaphe de *Rufinus*

RVFINV[s]/RVFI • F(ilius) • A[n(norum)]/[- -]

(Cit gît) *Rufinus*, fils de *Rufus*, âgé de ...

BibL: Dias, 1986, pp. 197-198, fig. 6.

37. CÁRQUERE. Epitaphe de Rufus
RVFV(s)/RVFI F(ilius)/AN(norum)?/HIC [s(itus)] [e(st)]
Cit gît *Rufus*, fils de *Rufus*.
B ibi : Dias, 1986, pp. 195-197, fig. 5.
38. CÁRQUERE. Epitaphe de Rufus
S(acrum) M(anibus) D(iis)/RVFVS
Consacré aux dieux Mânes, (Cit gît) *Rufus*.
B ibi: Vasconcellos, 1900, p. 209-210.
39. CÁRQUERE. Epitaphe de Saturninus
D(iis) M(anibus) S(acrum)/SATVR/NINVS/ CLEME/[ns] vel CLEMEfntis]
Consacré aux dieux Manes, (Cit gît) *Saturninus Clemens*.
Ou
Consacré aux dieux Manes, (Cit gît) *Saturninus* fils de *Clemens*.
Bibl: Vasconcellos, 1900, p. 209.
40. CÁRQUERE. Epitaphe de Severus
[Se]VERVS/[0]CVLATI • F(ilius)/ANNORVM • XL • H(ic) • S(itus) • E(st)
[s(it)]/T(ibi) • T(erra) • L(evis) • F(ilius) • F(aciendum) • C(uravit)
Cit gît *Severus*, fils de *Oculatus*, âgé de soixante ans, que la terre te soit légère,
son fils a pris soins d'élever ce monument.
Bibl: Jalhay, 1951, p. 76-77.
41. CÁRQUERE. Epitaphe de Sunua
SVNVA/CASABI F(ilia)/AN(norum) • LX
(Cit gît) *Sunua*, fille de *Casabus*, âgée de soixante ans.
Bibl.: Vasconcellos, 1888, pp. 115; 1900, p. 210; CIL II, 5577.
42. CÁRQUERE. Epitaphe de Tolia Peda
TOLIA/PEDA/CARI • F(ilia)/AN(norum) • L • H(ic) • S(ita)
Cit gît *Tolia Peda*, fille de *Carus*, âgée de cinquante ans.
Bibl: Jalhay, 1951, pp. 75-76.
43. CÁRQUERE. Epitaphe de Tongeta
[D(iis)] M(anibus) S(acrum)/TONGETAE/RVFI (filiae) AN(norum) LXX
vel IXX
Consacré aux dieux Manes et à *Tongeta*, fille de *Rufus*, âgée de soixante dix ou
dix-neuf ans.
Bibl.: Dias, 1989, p. 382, n.° 65.
44. CÁRQUERE. Epitaphe de Ulpius Sabinus
VLPIVS SA/BINVS AN(norum)/[-]I • H(ic) • S(itus) • E(st) • S(it) • T(ibi)/
/[t(erra) l(evis)]

Cit gît *Vlpus Sabinus*, âgé de ? ans, que la terre te soit légère.

Bibl.: Vasconcellos, 1900, pp. 207-208.

45. CÂRQUERE. Epitaphe de Valeria Amoena

D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/VAL(eriae) • AMOE/NAE A(nnorum) LXX/FI

• LI • <O> {us} • F(ecit)

Consacré aux dieux Manes et à *Valeria Amoena*, âgée de soixante-dix ans, son fils a fait (élever ce monument).

Bibl.: inédite.

46. CÂRQUERE. Epitaphe de Valerius Reburus (1).

D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/VAL(erius) RE/BVRRVS/ANNO(rum) • L/F(ilius) • F(aciendum) [c(uravit)]

Consacré aux dieux Manes, (Cit gît) *Valerius Reburus*, âgé de cinquante ans, son fils a pris soins d'élever ce monument.

Bibl.: Jalhay, 1951, pp. 81 -82.

47. CÂRQUERE. Epitaphe de Valerius Reburus (2).

[V]AL(erio) RE/[bu]RRO/[- -]

A *Valerius Reburus*.

Bibl.: Reigota, 1989, n.° 14; Dias, 1992, p. 471, n.° 172.

48. CÂRQUERE. Epitaphe de Viriatis

[V]IRIATIS/[S]EVERI F(ilius)/A • N(norum) • XXX ?

Viriatis, fils de *Severus*, âgé de trente ans ?.

Bibl.: Jalhay, 1951, p. 79-80.

49. CÂRQUERE. Epitaphe de ?

[- -]/XXV[- -]/RAIITIV/RN[-]VT TONGETO/ARANTO/[-]

Inscription enregistrée au Musée National d'Archéologie de Lisbonne et dont la stèle reste non trouvée.

50. CÂRQUERE. Epitaphe de C...

D(iis) • M(anibus) • S(acrum)/C(aii/o?) • C(aii?) • F(ilio?) • R(ufi/o)/AN(norum)

• LV/F(ilius) • F(aciendum) • C(uravit)/S(it) • T(ibi) • T(erra) • L(evis)/C • C • M

Consacré aux dieux Manes de/et à *Caius? Rufus?*, fils de *Caius?*, âgé de 55 ans. Son fils a pris soins d'élever ce monument.

Bibl.: Vasconcellos, 1929, pp. 215-216.

51. CÂRQUERE. Epitaphe de ?

RVT?A[- -]/RVIIIV[- -]/IIAN[- -]/F • F

Inscription enregistrée au Musée National d'Archéologie de Lisbonne et dont la stèle reste non trouvée.

52. CÁRQUERE. Epitaphe de ?

D(iis) M(anibus)/[—]ON[—] (et) [—]/AN(norum) • XX (et) IV[—]/ASSV(?)

Au dieux Manes de (on...), âgé/e de vingt ans et de (...), âgé/e de (...)ans ?

Bibi: Vasconcelos, 1888, pp. 115; 1900, p. 210; C. /. L. II, 5579.

53. CÁRQUERE. Epitaphe de ...tai...nus

[_ _ -]TAI[- - -]/[- - -]NVS[- - -]/[- - -]LACO[brigens]/[- - -]AN(norum) XV[- - -]

(Cit gît) (...)tai(...)nus, habitant de *Lacobra*, âgé de XV... ans.

Bibl: Reigota, 1989, n.º 148; Dias, 1992, p. 472, n.º 173.

54. CÁRQUERE. Epitaphe d'un fils au père

D(iis) M(anibus) S(acrum)/F(ilio) P(ater) AN(norum)/XXXIII

Consacré aux dieux Manes, à son fils, âgé de trente trois ans, le père (a pris soins d'élever ce monument).

Bibl: Jalhay, 1951, p. 74.

55. CÁRQUERE. Epitaphe de ?

[-----]XI H(ic)/[s(itus) e(st)] S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) A.../[-----] VX(or)

F(aciendum) C(uravit)

Cit gît..., âgé de ...XI ans, que la terre te soit légère, A..., sa femme, a pris soins d'élever ce monument.

Bibl: Dias, 1989, pp. 373-384.

56. CÁRQUERE. Epitaphe de ?

[-----] AN(norum) • XX/[-----] [H(ic)] S(itus) • E(st) • S(it) • T(ibi) • T(erra)

• L(evis)

Cit gît..., âgé de vingt ans, que la terre te soit légère.

Bibl: Jalhay, 1951, pp. 84-85.

57. CÁRQUERE. Epitaphe de F...

D(iis) M(anibus) S(acrum) F(...)/FV(...) A(nnorum) XXX

Consacré aux dieux Manes de F(...) Fu(...), âgé de trente ans.

Bibl: inédite

58. CÁRQUERE. Epitaphe de ?

DI(is) MA(nibus)/SAC(rum) • F (?) A/[moenae] vel F(ilio) A(nnorum)/[-----]

Consacré aux dieux Manes de F(...) *Amoena*?

ou

Consacré aux dieux Manes et à (mon) fils, âgé de ... ans?.

Bibl: inédite

59. CÁRQUERE. Epitaphe de ?

D(iis) M(anibus) S(acrum) O(vinae?)/R(ufi?) F(filiae) AN(norum) L

Consacré aux dieux Manes de *Ovina*, fille de *Rufus* (ou dérivé)?, âgé de cinquante ans.

Bibl: inédite

60. CÁRQUERE. Epitaphe de ?
 [----]TI • F • F?[-----]/[----] AN L
 Inscription enregistrée au Musée National d'Archéologie de Lisbonne et dont la stèle reste non trouvée.
61. CÁRQUERE. Epitaphe de [- - -]s
 [—]/[-]S A(nnorum)/LX (diebus?)V/A
 Cit git..., âgé de soixante ans et cinq mois, A...?
Bibl: inédite
62. CÁRQUERE. Epitaphe de ?
 [—]/S(itus) • E(st) • S(it) [t(ibi) t(erra)]/L(evis) • H(eres) • F(aciendum) [c(uravit)]
 Cit git..., que la terre te soit légère, l'héritier a pris soins d'élever ce monument.
Bibi: Dias, 1986, p. 202, fig. 9.
63. CÁRQUERE. Epitaphe de ?
 [----]/AN(norum) • IXX/[-----]
 Cit git..., âgé de dix-neuf ans.
Bibi: Dias, 1989, p. 383, n.º 70.

BIBLIOGRAPHIE

- Albertos 1976: **ALBERTOS** (M. L.). - "La antroponimia prerromana de la Peninsula Ibérica", *Actas del I Coloquio sobre Linguas y Culturas prerromanas de la Peninsula Iberica*, Salamanca 27-31 Maio 1974, Salamanca, 1976.
- Borges de Figueiredo 1888: **BORGES DE FIGUEIREDO**. - "Inscrições de Lamego e de Quiniela de Penude", *Revista Archeológica e Histórica*, II, 1888, p. 172.
- Camoy 1906: **CARNOY** (A.). - *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions*, Bruxelles, 1906.
- Cardozo 1972: **CARDOZO** (M.). - *Catálogo do Museu da Sociedade Martins Sarmento. Secção de epigrafia latina e de escultura antiga*, 3.^a ed., 1985, p. 91, n.º 49; p. 93, n.º 51; p. 100, n.º 58.
- Cordeiro Laranjo 80/81 : **CORDEIRO LARANJO** (F. J.). - "A igreja de Santa Maria de Almacaave", *Beira Alta*, XXXIX, 3 et 4, 1980, pp. 291-342, et XL, 1, 1981, pp. 10-11.
- Correia 1972: **CORREIA** (V.). - "Arqueologia de Cárquere", *Obras*, IV, Coimbra, 1972, pp. 261-263.
- Dias 1985: **DIAS** (M. M. A.). - "Da latinização onomástica à romanização onomástica no processo da aculturação dos Igaeditani", *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae*, quas edidit José L. Melena, *Vitoria*, 1985, pp. 557-562.
- Dias 1986: **DIAS** (M. M. A.). - "Inscrições romanas de Cárquere, Resende, na colecção epigráfica do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia", *O Archeólogo Português*, série IV, 4, 1986, pp. 185-202.

- Dias 1987: **DIAS** CM. M. A.). - “Antroponomia de Cárquere, Resende, Viseu (Lusitânia Portuguesa)”, *Actas del IV Coloquio sobre Linguas e Culturas Paleohispanicas* (Victoria/Gasteiz, 6-10 Mayo 1989), *Veleia*, 2-3, 1987, pp. 195-203.
- Dias 1989/92: **DIAS** (M. M. A.). - “Para um repertório das inscrições romanas no território português”, *Euphrosyne*, XVII, 1989, pp. 373-384; XX, 1992, pp. 467-472.
- Encarnação 1986: **ENCARNAÇÃO** (J.). - “Indigenismo e romanização na Lusitânia”, *Biblos*, 62, 1986, pp. 451-464.
- Encarnação 1994: **ENCARNAÇÃO** (J.). - “O monumento epigráfico romano, fonte para o estudo das migrações na Península Ibérica”, Comunicação ao III Congresso Peninsular de História Antigua, em Vitória (à paraître dans *Veleia*).
- Etienne et alii 1976: **ETIENNE (R.)**, **FABRE (G.)**, **LE ROUX (P.)**, **TRANOY (A.)**. - *Les dimensions sociales dans la romanisation de la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l'Empire*, Travaux du VI^e Congrès International d'Etudes Classiques, Bucuresti-Paris, 1976.
- Frankowski 1920: **FRANKOWSKI** (E.). - “Estelas discoideas de la Peninsula Iberica, junta para amplicacion de estudios et investigaciones sientificas.”, *Memoria*, 25, 1920, p. 39, fig. 8, p. 151, fig. 66.
- Gonçalves da Costa 1977: **GONÇALVES DA COSTA** (A.). - *História do bispado de Lamego, I*, Lamego, 1977.
- Gonçalves da Costa 1979: **GONÇALVES DA COSTA** (A.). - *História do bispado de Lamego, II*, Lamego, 1979.
- Hatt 1986: **HATT** (J. J.). - *La tombe Gallo-romaine*, Paris, 1986.
- Jalhay 1951: **JALHAY** (E.). - “Lápides romanas da região de Cárquere, Resende”, *Broteria*, LII, Lisboa, 1951, pp. 70-85.
- Jesus 1947: **JESUS** (J. S.). - “Duas esteias funerárias lusitano-romanas na igreja de Almacave, Lamego”, *Biblos*, XXIII, 2, 1947, pp. 545-550 et XXIII, 3, 1947, pp. 835-836.
- Lambrino 1956: **LAMBRINO** (S.). - “Les inscriptions latines du musée Leite de Vasconcelos”, *O Archeólogo Português*, nova série, III, Lisboa, 1956, pp. 5-74.
- Leite de Vasconcelos 1888: **LEITE DE VASCONCELOS** (J.). - “Antiguidades de Cárquere”, *Revista Archeológica e Histórica*, II, Lisboa, 1888, pp. 113-115.
- Leite de Vasconcelos 1900: **LEITE DE VASCONCELOS** (J.). - “Antiguidades de Cárquere”, *O Archeólogo Português*, V, Lisboa, 1900, pp. 206-212.
- Leite de Vasconcelos 1913: **LEITE DE VASCONCELOS** (J.). - *Religiões da Lusitânia*, II, 1905 et III, 1913.
- Leite de Vasconcelos 1929: **LEITE DE VASCONCELOS** (J.). - “Epigraphia do Museu Etnológico (Belém). Inscrições romanas”, *O Archeólogo Português*, XXVIII, Lisboa, 1929, pp. 209-227.
- Mantas 1984: **MANTAS** (V. G.). - “A inscrição rupestre de estação luso-romana de Mougueira (Resende)”, *Revista de Guimarães*, 1984, pp. 361-370.
- Mattos 1948: **MATTOS** (A.). - “Inventário das inscrições do Douro Litoral”, *Douro Litoral*, terceira série, I, Porto, 1948, p. 65, n.º 81; p. 67, n.º 83; p. 70, n.º 86.
- Reigota 1989: **REIGOTA** (J.). - “Estela a Valério Reburro, de Cárquere (Resende)”, *Licheiro Epigráfico*, 32, 1989, n.º 147; “Fragmento de estela funerária de Cárquere (Resende)”, *Bicheiro Epigráfico*, 32, 1989, n.º 148.

- Sarmiento 1887: **SARMENTO** (F. M.). - “Inscrições inéditas”, *Revista de Guimarães*, IV, 1887, p. 186-187.
- Tovar 1977: **TOVAR (A.)**. - *Les noms ibériques dans Vonomastique latine*, Paris, 1977.
- Tranoy 1981: **TRANOY (A.)**. - *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, 1981.
- Vaz 1982: **VAZ** (J. L. L.). - “Breve catálogo das inscrições romanas de Lamego”, *Beira Alta*, XLI, 1982, pp 507-512
- Vaz 1983: **VAZ** (J. L. L.). - “Lápide romana de Meijinhos”, *Beira Alta*, 42(3), 1983, pp. 579-580.
- Vaz 1986: **VAZ** (J. L. L.). - “Epigrafia romana de Cárquere - Mais cinco inscrições”, *Revista da Universidade de Aveiro/Letras* 3, 1986, pp. 285-308.
- Vives 1958: **VIVES** (J.). - “Características regionales de los formularios epigráficos romanos”, *Actas del Primer Congreso Español de Estudios Clásicos*, Madrid, 1958, pp. 485-492.

ANA PAULA FERREIRA
Licenciada em Arqueologia

AS SAUDAÇÕES DO ALÉM ENTRE OS ROMANOS
“Conimbriga” XXXV (1996) p. 107-127

RESUMO: A autora, restringindo-se geograficamente à Península Ibérica, procedeu à pesquisa e recolha de todos os epitáfios romanos com saudações. Foi seu objectivo relacioná-los com a aculturação e a ocorrência em áreas urbanas ou rurais.

RESUMÉ: L’Auteur a étudié les épitaphes romaines de la Péninsule Ibérique qui présentent des salutations et les a mis en rapport avec l’acculturation et leur occurrence en moyen urbain ou rural.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS SAUDAÇÕES DO ALÉM ENTRE OS ROMANOS

Ave! Salve!

Estas expressões são fórmulas de saudação que os Romanos repetiriam todos os dias vezes sem conta e que, por isso, poderíamos dizer que não têm nenhum interesse em particular. Mas, quando se verifica que estas e outras formas de saudação aparecem em epitáfios latinos, logo nos despertam interesse e então quando nos apercebemos que, algumas vezes, a saudação parte do defunto para os vivos a curiosidade invade-nos. O defunto saúda-nos, insiste em partilhar o mundo dos vivos. É estranho. Será estranho para nós que vivemos a uma distância temporal de milénios. E, para os contemporâneos qual o significado desta saudação? A repugnância pela morte?, Para apaziguar o terror dos mortos aos vivos?, Ou resultará de uma moda característica de uma determinada época?

A questão da morte e da sepultura ocupa entre os Romanos um lugar considerável. O morto era abrigado num monumento onde se colocava um epitáfio que, como actualmente, lhe perpetuava a memória. Era, também, a última oportunidade de prestar homenagem ao defunto pelo que, por vezes, manifesta uma grande ternura por parte dos sobreviventes, a qual está patente, por exemplo, no epitáfio que *Nebullo* dedica à sua companheira de escravidão Marta (MAZZOLANI 1991 XXIV): *Flevi, Martha, tuos extremo tempore casus ossaque composui. Pignus amoris habes* (“Chorei, Marta, o doloroso fim dos teus dias e enterrei os teus ossos. Aceita esta prova do meu amor”). Quanta emoção não provoca ainda hoje esta mensagem, passados que são quase dois mil anos !...

Estes epitáfios são, assim, uma fonte imprescindível para o estudo das mentalidades, nomeadamente para a forma como os Romanos encaravam a morte. Esta não é, assim, uma questão actual, pois desde sempre o Homem se preocupou com ela e, portanto, também os Romanos não podiam deixar de manifestar o mesmo sentimento.

Para estes, *vita bonum est et vita malum, mors neutrum habet horum* (*) (“A vida é boa, a vida é má. A morte não é uma coisa nem outra”). Realmente, a morte não é boa nem má; a morte é o desconhecido e, como tal, gera medo, é terrível. Assim a considera um pobre pescador (2), com quase 90 anos, que passada “uma vida de privações (...), sem filhos, e além disso, coxo e com a vista obscurecida”, queria viver, porque “a luz era agradável e morrer é terrível e de fugir”. E mais terrível era para quem morria cedo, pois, como refere Térpsion(3), “as coisas deviam seguir a sua ordem natural: primeiro, o mais velho, e depois dele quem na idade esteja também a seguir. E não serem de forma alguma, revolucionadas, nem viver o velhoro (...) ao passo que os rapazinhos mais belos e cheios de força são quem morre. Isto é como os rios correrem para as nascentes”.

Apesar de terrível, a morte é a única certeza do homem, e dela também tinham consciência os Romanos, como se verifica no epitáfio de Valério Avito (*Fouilles II* 71), de Conímbriga, que nos previne de que *mors omnibus in stat* (“A ameaça da morte paira sobre todos nós”). Exemplos desta advertência há-os em todos os tempos. Desde a Idade Média — em que um defunto nos diz que “o que fomos, é-lo tu agora, o que somos, sê-lo-ás”(4) — ao nosso século:

“Ó tu que me vês aqui;
Assim feia com sobejo;
Vigia, olha por ti;
Tu te vês, qual eu me vi;
Ver-te-has qual eu me vejo” (5)

(*) Assim começa o epitáfio de Tícia Lucila, de 14 anos, da Tunísia (MAZZOLANI 1991 LXXVII).

(2) Personagem da obra de Luciano, *Diálogo dos Mortos* (XXVII pp. 92-93).

(3) Ibidem (VI p. 30).

(4) Epitáfio de um indivíduo falecido entre 1130-38. A inscrição encontra-se no claustro de S. Vitor em Paris (ARIÉS 1977 p. 258).

(5) Epitáfio que se encontrava no antigo cemitério de Cascais, hoje patente no Museu dos Condes de Castro Guimarães daquela vila. (informação do Prof. Doutor José d’Encamação).

Entre os Romanos, tão viva era a certeza da morte como a crença na sobrevivência do homem na sepultura. Esta era já a crença dos Romanos primitivos, pois como refere Vergílio (*Eneida* Livro III p. 53) acerca dos funerais de Polidoro: “encerramos a sua alma no sepulcro”. Acreditavam mesmo que os mortos eram dignificados e equiparados às divindades, começando a viver entre estas. Assim, as almas dos mortos, na sua qualidade de divinas, recebiam o nome comum de *Dii Manes* (VASCONCELOS 1913 p. 395). Acreditavam ainda que estas não se mantinham encerradas nos túmulos, abandonando-os em certos dias do ano⁽⁶⁾ e, nestes, os vivos tentavam apaziguá-las para que lhes fossem favoráveis. E é por isso que prestam culto às sepulturas, que as consagram aos deuses, que enumeram as virtudes do defunto e fazem o voto de que “a terra lhes seja leve”, e por isso também viviam bem longe deles (CAESSA p. 21).

Relacionado com esta crença está o desejo de respeito pelo túmulo. Daí aparecerem nos epitáfios latinos afirmações em defesa da inviolabilidade do sepulcro — como *Huic monumento dolus malus abesto* (“Que o mal permaneça afastado deste monumento”) — ou mesmo ameaças aos violadores — como no interessante epitáfio de *Mevia Sofia* (MAZZOLANI 1991 LII) que no final previne o transeunte de que *ita post obitum sit tibi [sic] terra levis, ut tu hic nihil laeseris, aut si quis laeseris, nec superis comprobetur nec inferi recipiant, et sit ei terra gravis*, (“depois da morte que a terra te seja leve se não fizeres nenhum ultraje a esta sepultura: se qualquer um a profanar, não seja aceite no céu, nem recebido nos infernos e a terra pese sobre ele!). Também com o desejo de não profanação da sepultura se colocava, muitas vezes, nos epitáfios, a área da sepultura com o sentido de afirmação de um valor individual (cf. RODRIGUEZ NEILA 1991).

A ideia, ainda actual, de Inferno para tormento dos maus e de Céu para a felicidade dos bons, estava presente entre os Romanos (VASCONCELOS 1913 p. 392). O Inferno, segundo o barqueiro Caronte, é o lugar “das sombras, do sono e da noite soporífera” (*Eneida* Livro VI p. 131). O barqueiro Caronte é “um barqueiro horrendo” que “guardadas águas e os rios (...) de terrível sujidade, cuja barba abundante, branca e mal tratada, lhe cai do queixo (...)” (*Eneida* Livro

⁽⁶⁾ Havia mesmo circunstâncias em que os mortos voltavam oficialmente, como nos cortejos que acompanhavam os defuntos à pira, figurados por actores disfarçados dos seus antepassados. Eram os mortos que acolhiam o recém-chegado. (GRIMAL 1984 p. 69).

VI p. 129). Era ele o responsável pela travessia do rio Styx (7), que significava a passagem para o outro mundo das almas ou sombras dos defuntos que, conduzidas por Hermes para as profundezas da terra, teriam que atravessar o rio para chegar ao tribunal que as julgava (8). Nesta travessia participavam apenas os sepultados; os que não tiveram direito a uma sepultura não podiam atravessar o rio enquanto não “houvessem encontrado a paz do túmulo” (*Eneida* Livro VI pp. 129-130). Donde se pode inferir da importância da sepultura na época.

Uma vez atravessado o rio e chegados ao tribunal, o lugar de cada um é determinado pelo juiz Minos, que convoca a *Assembleia dos Silenciosos* e que inquire da sua vida e dos seus crimes (*Eneida* Livro VI p. 132). Todos quantos atravessam o rio são sujeitos ao mesmo julgamento: depois da morte reina a igualdade e os pobres verão “que os ricos aqui não estão em melhor situação, de forma alguma, do que eles” (*Diálogo dos Mortos* I p. 21).

E também a dor perante a morte atingia todos de igual modo. Assim, era costume desgrenhar-se o cabelo em sinal de luto e chorar o morto levantando as mãos para o céu e batendo no peito (9).

Mas já na realização dos funerais se verificavam diferenças consoante o estatuto social e até a idade. Assim, após uma exposição do corpo de 1 a 7 dias, realizavam-se os funerais: simples e durante a noite para os pobres e crianças, durante o dia para as pessoas de melhores condições (10).

(7) Pela passagem se pagava um óbolo. Sobre este assunto é interessante ler o diálogo XXII, da obra *Diálogo dos Mortos*, entre Caronte e Menipo que não tem dinheiro para pagar a passagem.

(8) Sobre a forma como se processa a passagem do rio e a condução ao tribunal, pode ler-se o diálogo X do *Diálogo dos Mortos*.

(9) “A sociedade antiga pagã considerava a expressão pública da dor como fazendo parte integrante do processo de luto e sobretudo do culto funerário: ela traduzia a crença na sobrevivência do homem na sepultura e uma vaga crença de acções nefastas da parte dos mortos que se sentem insuficientemente lastimados” (HEENE p. 165).

Este aspecto se verifica aquando dos funerais de Palante: “Ao redor do cadáver estava toda a chusma dos seguidores e a multidão troiana e as mulheres de Ilião, que, segundo o costume, tinham os cabelos desgrenhados em sinal de luto. Logo que Eneas entrou no alto portal, elas ergueram para o céu batendo no peito, grandes lamentos, e o palácio do rei ressoa com o triste pranto”. (*Eneida* livro XI pp. 237-238).

(10) Sobre os rituais fúnebres: *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, s. v. “*Funus*” e “*Funérailles*”. Sobre o ritual de cremação, v. livro XI da *Eneida*, em que se descrevem os funerais de Palante.

O DIÁLOGO ENTRE OS MORTOS E OS VIVOS

1. Fórmulas de saudação

Da análise realizada, o primeiro aspecto a realçar é o facto de as formas de saudação oral — *Have* ou *Ave*, *salve* e *vale* ⁽ⁿ⁾ (comparáveis à grega *chaere*) — serem igualmente utilizadas nas saudações escritas e, como tal, nos epitáfios. Também nestes a dupla grafia *Have/vale* testemunha a diferente forma de pronunciar a palavra. O gramático Quintiliano (cit. por ALMEIDA 1965 p. 108) considera mais correcta a grafia *have*, porque esta é uma das palavras que perderam a aspiração.

Se as saudações dos vivos nos epitáfios recolhidos são simples, resumindo-se a um modesto “Adeus e passa bem” — *Ave et vale*, as que os defuntos fazem são mais complexas procurando sempre especificar que se saúda quem continua a viver — *valete superi* (n.º 6). E, de entre os vivos, o cumprimento do defunto dirige-se, naturalmente, aos que leram o seu epitáfio — *Venisti ave, legisti vale* (n.º 1), *Tu qui legis ave, perlegisti vale* (n.º 2 e 3) e *lege et vale* (n.º 5) — ou deram atenção ao seu monumento — *salve hoc monumentum visitum venis vale* (n.º 7) e *Bene sit tibi viator qui me non praeteristi* (n.º 10). Mesmo nas saudações mais simples — *vale* (n.º 9) e *salvos seis* (n.º 8) — o defunto pede ao transeunte para ler o seu epitáfio (n.º 9) dirigindo-se, portanto, a saudação unicamente a quem o faz ou dá uma resposta à saudação que lhe dirige um transeunte (n.º 8). Curiosa é também a situação em que o defunto saúda especificamente os viajantes — *Avete vos viatores et bene valete* (n.º 4), devendo, assim, o monumento estar colocado numa estrada.

Pode concluir-se, em síntese, que a saudação que parte do defunto é facilmente identificável, pois procura sempre especificar a quem se dirige o cumprimento.

2. As saudações: um fenómeno de aculturação

Do estudo realizado, o primeiro aspecto a referir é que este tipo de formulário aparece, na Península, em ambientes urbanos. Não em

⁽ⁿ⁾ *Dictionnaire des Antiquités*, s. v. “saudado”, p. 1059. A leitura deste artigo é também interessante pela descrição de um certo número de gestos e atitudes que complementam a saudação.

cidades do interior mas, essencialmente, em cidades marítimas e fluviais.

Numa primeira abordagem, pode afirmar-se que este tipo de formulário é um elemento estranho à Península — pertence a uma cultura superior.

Toda a zona onde surgem os epitáfios com saudações está muito influenciada pelo ambiente cultural do Norte de África, não só a Tarraconense e a Bética, mas também a Lusitânia.

Na Lusitânia as relações com África estão testemunhadas pela presença de Lusitanos do outro lado do Mediterrâneo ou de Africanos no nosso território e pelo comércio com África: trazia-se azeite e *terra sigillata* de África e levavam de volta ânforas de *garum* (ALARCÃO 1990 p. 434). E, além disto, documentam-se alguns cognomes típicos do Norte de África no *conventus Pacensis*, que atestam a existência de imigrantes africanos na Península (IRCP p. 775).

O CIL regista 33 ⁽¹²⁾ exemplos de epitáfios com saudações, no Norte de África, sendo mesmo uma delas muito interessante. É o epitáfio proveniente de TiKlat, na província da Mauritânia (CIL VIII 8854): *Chaere* (“Bom dia!”), expressão que vem do grego, o que leva a levantar a hipótese da possível origem grega deste tipo de formulário. E, na realidade, também Bruno Lier (cit. por CAGNAT p. 286, nota 1) considera que este formulário foi traduzido do grego por eruditos, posto por eles sobre a sepultura dos parentes e copiado depois nos cemitérios por gente da cidade à procura de poesias funerárias para usar e reproduzir, fielmente ou não. A análise por mim feita em relação à Península Ibérica parece ir neste sentido, pois muitos dos epitáfios com saudações são de indivíduos de origem grega. Os Gregos entram na Península Ibérica pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico, a partir de 750 a.C. Desta sorte, em toda a zona costeira e inclusivamente no interior — caso de Murcia e Medellin, locais onde também surgem epitáfios com saudações — se verifica a ocorrência de vasos gregos. Na Andaluzia, existem mesmo algumas produções regionais que imitam as produções helénicas (ROUILLARD pp. 113-116, 195 e 361). Tudo isto demonstra, assim, contactos que, desde cedo, se verificaram entre a Península e o mundo helénico.

(¹²) CIL VIII 440, 2029, 2841, 4256, 4570, 4574, 5030, 5260, 5261, 5370, 5502, 7741, 8854, 9069, 9158, 9164, 9728, 11257, 11283, 11520, 11549, 11597, 12924, 14697, 15724, 16013, 17961, 19146, 20394, 20875, 21179, 21284, 21541.

Os dois maiores núcleos onde surgem epitáfios com saudações são a ilha de Maiorca, nas Baleares, e Cartagena.

De Maiorca são provenientes dezoito epitáfios com saudações ao defunto, quinze deles do povoado romano de Santañy.

As Baleares, pela sua situação geográfica, foram escala obrigatória de migrações indoeuropeias, estando, a partir do séc. VII a. C., em relação com os navegantes fenícios e gregos. Aliás, frequentemente, os habitantes destas ilhas integraram exércitos gregos, púnicos ou romanos, como mercenários. Roma conquistou-as em 123 a. C. (MANGAS 1980 pp. 187-189).

Aqui a saudação nos epitáfios é muito comum, daí aparecer muitas vezes abreviada ⁽¹³⁾. Todas estas saudações se dirigem ao defunto. Surgem em epitáfios de indivíduos que, geralmente, se identificam com os *tria nomina*, parecendo fora de dúvida o carácter indígena desses nomes ⁽¹⁴⁾ (ALBERTOS 1958 p. 236), à excepção de um liberto, *Quintus Sergius Demophon* (CIL II 3693), cujo cognome denuncia origem grega. São pequenas placas de xisto, provavelmente para colocar nos *columbaria*, à excepção de dois cipos (EE IX 358 e CIL II 3672), que devem poder datar-se do séc. I d. C, pelo tipo de formulário bastante simples e pela ausência de consagração aos deuses Manes que apenas aparece num exemplar (CIL II 3686).

A existência de quase uma vintena de epitáfios com saudações praticamente iguais, em Maiorca, pode apontar para a hipótese de ser um formulário que o lapicida tinha entre mãos.

Onde esta hipótese também poderá ser válida é em Cartagena, onde surge o maior número de epitáfios com saudações na Península, incluindo não só saudações ao defunto, mas também deste aos vivos.

Cartagena foi uma cidade fundada por Asdrúbal (genro de Amílcar Barca que havia desembarcado na Hispânia na cidade de Gades, em 237 a.C.), de crucial importância por constituir o centro coordenador da exploração das minas de prata da região (MATTOSO p. 208).

Com a exploração das minas deve estar relacionado o facto de, entre os vinte e cinco epitáfios com saudações, a maior parte deles ser de libertos. Assim, os dois epitáfios com saudações do defunto são um

⁽¹³⁾ CIL II 3672, 3677, 3679, 3680 e EE IX 359.

⁽¹⁴⁾ Há, na antroponímica baleárica, vestígios das migrações indoeuropeias e mediterrânica: é o caso do cognome *P aditu* (CIL II 3830) (cfr. ALBERTOS 1958). É este o cognome de um indivíduo que tem epitáfio com saudação.

de uma liberta — *Plotia Phyrne* (n.º 8) — cujo cognome denuncia a origem grega, e outro muito provavelmente de uma escrava (n.º 7) pois só se identifica com um nome — *Cila*. Dos epitáfios com saudação ao defunto (que são vinte e três) quinze são de libertos que se identificam como tal ⁽¹⁵⁾ ou cujo estatuto se denuncia pelo cognome grego — *Lucius Argentarius Nicander* (AE 1987 658) e *Numisia Philematio* (CIL II 3488). Antigo escravo da *gens* dos *Numisii*, *gens* importante em Cartagena no início do Império (AE 1987 p. 186), seria igualmente *Cn(aeus) Numisius Epigonus* (AE 1987 659).

Verifica-se também uma relação familiar nos patronos de *Lucius Fufius Varus* (CIL II 3465) e de *Plotia Phyrne* (n.º 8). O patrono do primeiro seria, com certeza, da família da patrona — *Fufia* — da segunda, que, como já referi, é de origem grega.

Libertos de origem grega que viveram em Cartagena e tiveram um epitáfio com saudação foram, ainda, *Publius Lollius Philemo* (CIL II 3476), *Lucius Vinuleius Philogenes* (BELTRÁN 1950 112) e *Octavia Calliopa* (CIL II 3490).

Com cognome grego temos ainda *Statia Scat(imia) Phila* (CIL II 5933, BELTRÁN 1950 92, ILER 3816), que se identifica com dois gentilícios e filiação. A presença dos dois gentilícios leva-me a pensar que terá sido adoptada.

Estes epitáfios de Cartagena também se podem datar, pela simplicidade do formulário, do séc. I d. C.

Junto a Cartagena, em Murcia, detectei ainda um epitáfio com saudação à defunta, tratando-se de mais uma liberta: *Lucretia* (CIL II 3540).

A seguir a Cartagena e à ilha de Maiorca, o maior núcleo com saudações é o de Tarragona, que desde cedo conhece a presença romana — em 270 a. C., Augusto fixa-se em Tarragona (ALARCÃO 1973 p. 48). Aqui se encontraram oito epitáfios com saudação, sendo apenas um com saudação do defunto (n.º 10). Este seria quiçá originário de Samotrácia, verificando-se, mais uma vez, a origem grega dos indivíduos com saudações nos seus epitáfios.

De Tarragona provêm ainda sete epitáfios com saudação aos defuntos:

— É o epitáfio de *Plotia Saturnina* (BATTLE 101, ILER 3808), que lhe é dedicado pelo marido — *Aelius Mepon* — e pela filha, *Plotia*

⁽¹⁵⁾ CIL II 3465, 3476, 3478, 3490, 3492, 3506, 3507, 3511, 3512, HAEp 121, BELTRÁN 1950 112, AE 1977 457, e EE 343.

Lucunda. O facto de a filha se identificar com o gentílico da mãe e o facto de o pai ter cognome grego é porque este se trataria, com certeza, de um antigo escravo;

- O epitáfio que a ama *Trepte* dedica à criança de 8 meses de que cuidava (HAEp 1492, MANGAS p. 188): o nome da ama é também de origem grega.
- Outro é o de *Volusia Paterna* (CIL II 4419).
- O epitáfio com a saudação a *Caecilia Doris* (CIL II 4290, RIT 408), do seu marido, *Lucius Lucretius Martinus*, um dos sêxviros locais.
- O epitáfio, muito provavelmente de um escravo, pois se identifica só com um nome grego, *Alethi* (CIL 4330, ILER 3803).
- O de *Aphrodite* (CIL 4445, MANGAS p. 190, ILER 3806, RIT 910) que, pela utilização de um so nome e de origem grega, terá sido com certeza uma escrava.
- E, por último, o epitáfio com uma saudação a *Fabia Festa* (ILER 3837).

Aqui, a hipótese de ser um formulário característico de uma oficina já é mais remota, uma vez que o tipo de saudação não é igual em todos os epitáfios — *Bene sit tibi viator qui me non praeteristi* (n.º 10), *Ave Fabius Festus te salutat* (CIL II 3837), *Have* (CIL 4419, 4445, 4290 e ILER 3808), *Have et vale* (HAEp 1492), *Ave* (CIL II 4330) — e, sendo característica de uma oficina, seria mais logico que o formulário fosse semelhante, como em Maiorca ou Cartagena.

Entre Cartagena e Tarragona situa-se Sagunto, cidade também costeira e de onde provêm dois epitáfios com saudações. Um deles contém uma saudação do defunto, um magistrado, sendo todo o epitáfio bastante poético e denotando algum nível cultural por parte de quem o encomendou (n.º 9). O epitáfio com saudação dos vivos é o epitáfio de *Lucius Valerius Supertestes* (?), de 4 anos, de *Valeria Maure* (?), de 12 anos, e de *Valeria Amoena*, de 25 anos (CIL II3942), muito provavelmente irmãos. A presença de epitáfios com este tipo de formulário neste local não é de estranhar, pela proximidade quer das Baleares, quer de Tarragona e de Cartagena. Já o mesmo não acontece em Albarracín que, situando-se no interior, está bastante afastada da costa e, portanto, das cidades citadas. Aqui, a defunta é saudada (CIL 3178), sendo muito provavelmente escrava, uma vez que só se identifica com um nome — *Procle* — de origem grega.

Seguindo a linha costeira, em Cádiz, voltamos a encontrar mais quatro epitáfios com saudações. Três com saudações ao defunto e um

com saudação ao defunto e deste aos vivos (n.º 6). Este epitáfio, de uma indígena romanizada, contém assim uma saudação recíproca entre vivos e mortos. Quanto aos outros:

- É o epitáfio de *Annia Satura* (CIL II 1759, ILER 3807) cujo gentílico se documenta um pouco por toda a parte no Sul de Portugal (IRCP p. 526). A utilização de onomástica latina, omitindo o parentesco, indica tratar-se de uma indígena romanizada.
- O outro epitáfio é o de *Publicia Fortunata* (CIL II 1871, ILER 3809), cujo gentílico denuncia a sua origem escrava, pois *Publicius* é um gentílico característico dos libertos públicos duma cidade ou colónia (IRCP p. 58, 136 e 169). Por outro lado, o cognome *Fortunata* também vai neste sentido, dado que é um nome típico desse grupo social, nomeadamente em África (KAJANTO p. 273, IRCP p. 499) e aparecendo este em Cádiz não é de estranhar, dada a proximidade do Norte de África.
- O outro epitáfio (EE IX 236) está bastante fragmentado, apenas se conseguindo ler com certeza o *Ave* inicial.

Na Bética, encontraram-se mais quatro epitáfios com saudação, em cidades das margens do Guadalquivir, dois em Itálica e um em Ilipa; e, na margem esquerda do Guadiana, um em Medellín.

Os três primeiros epitáfios são de libertos. Em Itálica, encontrou-se o epitáfio de *Lucius Feronius Lucii libertus*, que é saudado pelos vivos (CIL II 6279), e daqui é também proveniente o epitáfio de *Quintus Heraus* (?), *Auli libertus* (CIL II 1151). O de Ilipa é de *Attenia Anna*, também liberta (CIL II 1092, ILER 3804, MANGAS p. 434) e também saudada pelos vivos. A ocorrência deste tipo de epitáfios em Itálica estará, com certeza, ligada à presença grega na cidade que se intensifica com Adriano, profundamente enamorado da cultura grega (BLÁZQUEZ pp. 102-104). A proximidade de Ilipa de Itálica pode explicar a presença naquela de epitáfios com saudações. Por outro lado, sendo Ilipa uma cidade indígena privilegiada com o estatuto municipal devia reunir uma série de condições — como urbanização, presença de um grupo de cidadãos romanos no seu interior, desenvolvimento de propriedade privada (MILLAN p. 104) — que levariam ao emprego de mão-de-obra escrava (daí, a presença de um liberto).

Ainda na Bética, temos o epitáfio proveniente de Medellín com a saudação de uma defunta perfeitamente romanizada. Esta cidade é uma fundação colonial de *Metellus*, ainda que o título de colónia só lhe seja concedido com César, situando-se bastante próximo da Lusitânia —

onde também se encontram epitáfios com saudação — nomeadamente da sua capital, Mérida, com a qual comunicava por uma via que atravessava o rio ali mesmo (GARCÍA Y BELLIDO p. 14).

As produções da Lusitânia poderiam ser transportadas para o porto bético de Cádiz e outros do litoral mediterrânico da Península Ibérica; carregadas em pequenas embarcações, seriam aí transferidas para navios de maior tonelagem (ALARCÃO 1990 p. 433). Havendo contactos entre esta região e toda a costa mediterrânica, também é normal que surjam aqui epitáfios com saudações.

Começo por Olisipo, onde existiam já numerosos cidadãos fixados desde longa data (ALARCÃO 1990 p. 374) e que foi um dos portos principais do litoral atlântico (ALARCÃO 1990 p. 432) — o que levou a que esta cidade também estivesse em contacto com muitas populações. O epitáfio de Lisboa é de *Passeria Romula* (ALMEIDA 1965 VII, ILER 3810), de 4 anos, saudada pelos vivos. *Passerius* é um *nomen* do qual só encontrei este exemplo na Península ⁽¹⁶⁾ e que — por simples coincidência? — é igual ao de um indivíduo de certa importância que desempenhou funções públicas na região de Mileto (Jónia): *Lucius Passerius Romulus* (CIL III 7150).

Em Ourém, no vale do Nabão, encontrou-se outro epitáfio com saudação, mas desta vez do defunto (n.º 1): é o epitáfio de *Pristinus*, um indígena recém-romanizado. Este epitáfio foi encontrado no local onde parece ter existido uma povoação romana (COSTA 1983 p. 7). Há que ter em conta a proximidade de Olisipo onde, como já referi, se estabeleciam contactos com pessoas oriundas de muitos locais. E também há que não esquecer Sellium: “decerto que as duas cidades estariam ligadas por uma estrada que quase necessariamente teria de passar no concelho de Ourém, isto porque uma recta a ligar as duas cidades iria mesmo cair no alto da Serra d’Aire” (BERNARDES, p. 91).

No vale do Tejo, em Cáceres, surge mais um exemplo de epitáfio com saudação do defunto (n.º 4). É o epitáfio de uma indígena que conhece bem os hábitos culturais romanos.

Um pouco mais acima, em Idanha-a-Velha, capital da *Civitas Igaeditanorum*, encontraram-se dois epitáfios com saudações do defunto (n.º 2 e 3), sendo o formulário igual: *tu qui legis ave, perlegisti vale*. Este aspecto, juntamente com a semelhança de nomes — *Rufinus Rufi f(ilius)* e *Ceionius Rufinifilius* — leva-me a pensar numa possível ligação familiar entre os dois defuntos, indígenas romanizados.

(16) O CIL não regista nenhum exemplo e o ILER só regista este.

Ainda na Lusitânia se detectou mais um epitáfio com saudação dos vivos. É proveniente de Mérida, cidade fundada em 25 a.C. (ALARCÃO 1990 p. 350). Uma ara que *Iulius Claudius* e *Mia* dedicam à filha indulgentíssima (ILER 3836).

Estes epitáfios, que surgem quase isolados, não podem ser característicos duma oficina, pois, se tal fosse o caso, por exemplo em Idanha-a-Velha, onde as inscrições ultrapassam as duas centenas, teriam que ter aparecido mais com saudações.

Relativamente à questão: — “estará este tipo de formulário ligado a alguma tipologia?” — não posso adiantar nada, uma vez que não consegui determinar a tipologia de todos os epitáfios estudados, à excepção das placas das Baleares e de uma de Cartagena (AE 1987 659) e de um ou outro caso isolado de cipos (CIL II 3672, CIL II 5773, EE IX 358, CIL 1151), de aras (CIL II 4445 e ILER 3836) e de uma estela (AE 1977 457). No entanto, penso que este tipo de formulário não se pode relacionar com nenhuma tipologia em particular.

Cronologicamente, trata-se de um fenómeno característico do séc. I e princípio do II d.C.

Em síntese, pode dizer-se que a utilização deste tipo de formulário na Península Ibérica é o resultado da aculturação de elementos estranhos à Península. Está essencialmente ligado a populações de origem grega ou indígenas romanizados (e, portanto, imbuídos de hábitos culturais romanos) que vivem em ambientes urbanos, verificando-se, mais uma vez, a importância da cidade como factor de assimilação (MANTAS 433). Estas saudações denunciam um ambiente cultural evoluído; mas se, em alguns locais, se tornaram moda (como nas Baleares), essa não foi a regra, tendo sido um formulário pouco divulgado na Península.³

3. Modo de pensar subjacente a estas saudações:

Estas saudações enquadram-se no diálogo que se estabelecia entre mortos e vivos, nos cemitérios romanos, situados ao longo dos caminhos afastados das cidades.

Na razão de ser deste diálogo estará, com certeza, uma determinada concepção de vida e uma determinada atitude perante a morte. Subjacentes à concepção de vida entre os Romanos estavam o Estoicismo e o Epicurismo: o homem podia encontrar em si mesmo as condições para ser feliz.

Enquanto, porém, o Estoicismo considerava o saber, uma vida honesta e útil como condições necessárias para se alcançar a felicidade, o Epicurismo identificava essa felicidade com o prazer (PEREIRA pp. 96-113 e CAESSA). E que prazer? O da bebida, da comida, dos banhos, do amor⁽¹⁷⁾ ... Eis a verdadeira vida, que se deve aproveitar, porque depois... não se sabe!

Todos estes prazeres a que estava associada a vida criavam, como é óbvio, um certo pessimismo e repugnância pela morte, apesar de manterem sempre uma esperança na continuação da vida. Mas o medo e o desconhecimento dominavam; daí que seja o próprio defunto a alertar da inevitabilidade da morte e a aconselhar que se aproveite a vida ao máximo, pois a morte *summa est severitas* ⁱ!).

São vários os exemplos de epitáfios que têm patente esta filosofia epicurista. Veja-se o caso da escrava *Romana* (CIL II 1877 = ILLER 3800), de Cádiz, que, tendo morrido aos 20 anos, pede aos transeuntes que bebam e gozem antes de morrer — *T(e) R(ogo) P(raeteriens) es bibe, lude, veni*, ou o de Tibério Cláudio Segundo (MAZZOLANTI CVI), de Roma, que considera que, apesar de o banho, o vinho e o amor corromperem o corpo, são eles que fazem a vida — *Balnea Vina Venus corrumpunt corpora nostra, sed vitam faciunt b(alnea) v(ina) V(enus)* ou, ainda, o de Gaio Domicio Primo (MAZZOLANTI XLIX), de Ostia, que não deixa de referir que os banhos, o vinho e o amor o acompanharam até à velhice — *balnia vina Venus mecum senuere per annos*.

Consideravam os Romanos que, com a morte, se perdia a vida e a possibilidade de desfrutar dos seus prazeres; daí, a necessidade de o morto continuar a participar da vida — era uma forma de diminuir esse sentimento de repugnância e de receio pela morte. E a saudação era uma das formas de o morto continuar a partilhar esse saudoso mundo dos vivos. Se o morto permanecia vivo de alguma forma, era natural que um hábito do dia-a-dia se mantivesse após a morte e com a vantagem de que, depois, todos são iguais, recebendo e dando todos a mesma saudação independentemente do estatuto social. E esta insistência em partilhar o mundo dos vivos era tão forte que Aurélio Elio (AE 1987

⁽⁷⁾ Sobre este assunto ver, por exemplo, a obra de CARCOPINO citada na bibliografia, especialmente a 2ª parte.

⁽¹⁸⁾ Advertência dada no epitáfio de Gneu Cornélio Basso, de Roma (MAZZOLANI XI).

125), de Roma, ordena mesmo a quem não o saudou que o faça: *Et tu qui me non salutasti vene valetol*

Com o advento do Cristianismo, há uma mudança na concepção da vida e morte. A morte passa a ser encarada como um *dies natalis* e não como um ponto final (HEENE p. 177). Passa a ser a esperança, a libertação e a recompensa da vida, a passagem para a eternidade. Os mortos deixam de meter medo aos vivos, aproximam-se deles (CAESSA p. 21) — daí, a presença dos cemitérios dentro das cidades. Relacionado com esta mudança está o facto de este tipo de epitáfios com advertências, conselhos e saudações ir desaparecendo.

Houve, de facto, mudança na concepção da vida e na atitude perante a morte. Apesar disso, quão próximo não estará o nosso pensamento, ou o da maior parte de nós, do de Romana, de Tibério Cláudio Segundo ou de Gaio Domício Primo!

Quantas vezes não pensamos “A vida é curta, temos é que aproveitar enquanto cá andamos”. Tão longe no tempo, próximos nos sentimentos!

CATÁLOGO

Inscrição n.º 1

Ach: Freguesia de Rio de Couros, Ourém.

Par: Mantém-se na posse do achador.

D{iiis)-M{anibus) [S {acrum)\ / PRISCINO / PRISCI • *F (ilio)* / CONTV
BE/°RNALES / **F(aciendum)** • *C(uraverunt)* • *S(it)* • *T(ibi)* • **T(erra)** • *L{evis)* /
VENISTI/ AVE / LEGISTI /¹⁰ VALE

AE 1984, 477; FE 8, 34.

Inscrição n.º 2

Ach: Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova.

Par: Na “catedral” de Idanha-a-Velha (Foto 2).

RVFINVS (*hedera*) RVFI / F (*ilius*) (*hedera*) ANN (*orum*) {*hedera*)
XXV (*viginti quinque*) {*hedera*) H(c) S {*itus*) ES[T] / TV {*hedera*) QVI
LEGIS {*hedera*) AVE / PERLEGISTI VALE

Egitânia 117. HAEp. 1158. LAMBRINO 38. ILER 3834.

Inscrição n.º 3

Ach: Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova

Par: Na “catedral” de Idanha-a-Velha (Foto 1).

CEIONIVS • RVFINI • F(*ilius*) / AN(*orum*) • XXV (*viginti quinque*)
H(c) S (*itus*) E (*st*). S (*it*) • T (*ibi*) • T (*erra*) • L(*evis*) / TV • QVI • LEGIS • AVE •
QVI / PERLEGISTI. VALE

Egitânia 57. HAEp. 1018. LAMBRINO 19. ILER 3835.

Inscrição n.º 4

Ach: Torre de D. Miguel, Cáceres

Par: ?

LVNI. TAPI/LI. F(i7//). CIPVS [*sic*] / STATVIT . TA/PILVS ET /⁵
TRITIVS LVNI FILI / ET. CATVR/O ALBONI / ET MACE/¹⁰NVS. ARENI
/ AVETE. VOS / VIATO/RES • ET. B/ENE. VALLETE

CIL II 5304. ILER 3840. CPIL 496.

Inscrição n.º 5

Ach: Medellin.

Par: ?

[G]RAECIA (?) / MODESTA / HEIC. SITA [EST] SIT. TIBI. TERR/⁵A
• LEVIS • LEG/[E ET] »VALE / L (*ocus*) $\nexists$ {*edum*} XII {*duodecim*}.

CIL II 611. ILER 3831.

Inscrição n.º 6

Ach: Cádiz.

Par: Desaparecida.

AVE / HERENNIA. CROCINE / CARA. SVEIS . INCLVSA. HOC •
TVMVLO / CROCINE. CARA SVEIS . VIXI. EGO /⁵ ET ANTE. ALIAE.
VIXERE . PVELLAE / IAM . SATIS . EST . LECTOR . DISCENDENS /
DICAT. CROCINE. SIT. TIBI. TERRA / LEVIS. VALETE. SVPERI

CIL II 1821. BATTLE 79. ILER 3812a e 5804. GONZÁLEZ 217.
MAZZOLANI L.

Inscrição n.º 7

Ach: Cartagena. Encontrada numa casa privada, na rua del Aire,
onde actualmente se encontra o Grande Hotel.

Par: Desaparecida.

Lápide de calcário.

Dimensões: 40 x 25 x 17

CILA . SALVE ET VALE / SALVE HOC MONVMENTVM /
VISITVM [*sic*] VENIS / VALE.

BELTRÁN 1949 p. 532. BELTRÁN 1950 26. HAEp. 61.

Inscrição n.º 8

Ach: Cartagena (ignora-se a sua procedência exacta).
 Par: Uma parte conserva-se no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (A) e outra parte, menor, no Museu de Cartagena (B).

PLOTIA . L(*ucii*) • ET FVFI AE . *Libertà*) • PHRYNE HAEC •
 VOC(/)TATA (e)ST • ANCILLA . HEIC. SITA (*e*)ST • HAEC / QVALIS .
 FVERIT . CONTRA. PATRONVM . PATRO/NAM . PARENTEM .
 CONIVGEM. MONVMEN/^sTVM. INDICAT. SALVE. SALVOS • SEIS. [*sic*]
 CIL II 3495. BELTRÁN 1950 78.

Inscrição n.º 9

Ach: Puzol, Sagunto.
 Par: Desaparecida.

[VALE]RIVS • *h(ucii)* F(*ilius*) MAR/[...]VS. AN(*norm*) XXIX (*yiginti novem*) / H(/c) S (*itus*) E (*st*) / [LEGE VIAT]OR FLE CASVM MEV[M] / [...] VS [...]^s...[S AEDIL[I]S DIEB VS / [...] XXX (*triginta*) DE [...]...] [MO]RS RAPVIT ET TV/[MVLA]VI[T] AMOR / VALE
 BELTRÁN LLORIS 284.

Inscrição n.º 10

Ach: Tarragona.
 Par: Desaparecida.

D(*iis*)-M(*anibus*) / BENE.SIT-TIBI-VIATOR / QVI ME NON PRAE-
 TE/RISTI LEGE HOC PAVS[AN]S [*sic*] HIC /^sIACEO • SAMIISTRIARIA /
 NATVS VI(JU) ANN(w) IV (*quatuor*) MEI / SI QVIT SVPERV HIC ME /
 SOLEVS NEMINI [...]DEBET.

CIL II 4174. ILER 5815. RIT 696.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO (Jorge de), *Portugal Romano*, Lisboa, 1973 (= ALARCÃO 1973).
et alii, *Nova História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1990 (= ALARCÃO 1990).
 ALBERTOS (Maria de Lourdes), “Indoeuropeus o iberos en Balears”, *Emerita*, Tomo XXVI, fase. 2.º, 1958, pp. 235-240 (= ALBERTOS 1958).
La Onomastica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Betica, Salamanca, 1966 (= ALBERTOS 1966).
 “La Antroponimia Prerromana en la Peninsula Iberica”, *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Peninsula Iberica* (1974), Salamanca, 1976, pp. 57-86 (= ALBERTOS 1976).
 ALFOLDY (Géza), *Die Römischen Inschriften von Tarraco* (= RIT), Berlim, 1975.

- ALMEIDA** (D. Fernando de), *Egitânia. História e Arqueologia*, Lisboa, 1956 (= *Egitânia*).
- ALMEIDA** (Justino Mendes de) e **FERREIRA** (Fernando Bandeira), “Varia Epigraphica (Nova Série)”, *Revista de Guimarães*, voi LXXV, 1965, pp. 105-109 (= **ALMEIDA** 1965).
- *L'Année Épigraphique* (=AE), Paris, 1977, 1984, e 1987.
- ARIÈS** (Philippe), *O Homem perante a Morte*, I, 1977 (= **ARIÈS**).
- BATTLE HUGUET** (Pedro), *Epigrafia Latina*, Barcelona,² 1963 (= **BATTLE**).
- BELTRÁN** (António), “Las inscripciones latinas honorarias de Cartagena”, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, t. LV, n.º 3, 1949, pp. 523-547 (= **BELTRÁN** 1949).
- “Las inscripciones funerárias en Cartagena”, *Archivo Español de Arqueología*, t. XXIII, n.º 81, 1950, pp. 385-433 (= **BELTRÁN** 1950).
- BELTRÁN LLORIS** (F.), *Epigrafia Latina de Saguntum y su Territorium*, Valencia, 1980 (= **BELTRÁN LLORIS**).
- BERNARDES** (João Pedro), *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Ourém*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1985 (= **BERNARDES**) (dactilografado).
- BLÁZQUEZ** (J. M.), “Una ciudad bética de agricultores: la Itàlica de Hadriano”, *La Città Antica come Fato di Cultura, Atti del Convegno di Como e Bellagio* (1979), Como, 1983, pp. 93-104 (= **BLÁZQUEZ**).
- BLOCH** (Raymond), *L'Épigraphie Latine*, Paris, 1964.
- CAESSA** (Ana Isabel de Sá), “Viver docemente e descansar em paz!”, *Jornal de Coimbra*, 27-07-88, p. 21 (= **CAESSA**).
- CAGNAT** (René), *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, ⁴ 1914 (= **CAGNAT**).
- CARCOPINO** (Jerome), *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Paris, 1939. CIL: cf. Hübner.
- COSTA** (João), “Inscrição funerária de Vila Nova de Ourém”, *Ficheiro Epigráfico* (=FE) 8, n.º 34, 1984, pp. 13-16.
- Epigrafia romana do concelho de Vila Nova de Ourém*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1983 (= **COSTA** 1983) (dactilografado).
- CPIL: cf. HURTADO DE SAN ANTONIO.
- DAREMBERG** (Ch), **SAGLIO** (E.), **POTTIER** (E.), *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Paris, 1877, s. v. “funus”, “funérailles” e “saudatio” (= *Dictionnaire des Antiquités*).
- *Egitânia*: cf. **ALMEIDA**.
- ENCARNAÇÃO** (José d’), *Sociedade Romana e Epigrafia*, Setúbal, 1979.
- “Epigrafia: uma leitura diferente”, *Munda*, n.º 7, 1984, pp. 31-34.
- Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (=IRCP), Coimbra, 1984.
- “Indigenismo e romanização na Lusitânia”, *Biblos*, vol. LXII, 1986, pp. 451-464.
- Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra, 1987.
- “Venisti, Ave! Legisti, Salve!”, *Lions Portugal*, n.º 5, 1987.
- ETIENNE** (Robert), Recensão a J. Mangas, *Esclavos y Libertos en La España Romana*, in *Archivo Español de Arqueología*, vol. 49, 1976, pp. 211-224.
- FABRE** (G.) et **LÉVÊQUE** (Pierre et Monique), *Fouilles de Conimbriga II — Épigraphie et Sculpture* (= *Fouilles* II), Paris, 1976.

- FORCELLINI** (Aegidio), *Lexicon Totius Latinitatis*, Pádua, 1940 (= **FORCELLINI**).
- GARCÍA Y BELLIDO** (A.) “Las colonias romanas de la provincia Lusitania”, *Arqueologia e Historia*, 8ª série, voi. Vili, 1958, pp. 11-23.
- GONZÁLEZ** (J.), *Inscripciones Romanas de la Provincia de Cádiz*, 1982, (= **GONZÁLEZ**).
- GRIMAL** (Pierre), *A Civilização Romana*, Lisboa, 1988 (= **GRIMAL**).
- HEENE** (Katrien), “La manifestation sociale de l’expérience du chagrin: Le témoignage de la poésie épigraphique latine”, *Epigraphica*, L, 1988, pp. 163-177 (= **HEENE**).
- *Hispania Antiqua Epigraphica* (=HAEp.), 1-3, Madrid, 1950-1952; 6-7, Madrid, 1955-1956; 8-11, Madrid, 1957-1960.
- *Hispania Epigraphica* (=HEp), Madrid, n.º 1, 1989; n.º 2, 1990.
- HÜBNER** (E.), *Corpus Inscriptionum Latinarum — II* (=CIL II), Berlim, 1869, 1892 (suplemento).
- Corpus Inscriptionum Latinarum — Vili* (=CIL Vili), Berlim, 1881.
- Ephemeris Epigraphica* (=EE), vol IX, Fase. 1, 1913.
- HURTADO DE SAN ANTONIO** (Ricardo), *Corpus Provinial de Inscriptciones Latinas (Cáceres)*, Cáceres, 1977 (=CPIL).
- ILER = cf. VIVES.
- JIMÉNEZ DE CISNEROS HERVÁS** (Diego), “Nuevas inscripciones romanas de Cartagena”, *Boletín de la Real Academia de la Historia* (=BRAH), T. XCVI, vol. I, 1930, pp. 248-255.
- KAJANTO** (Iiro), *The Latin cognomina*, Roma,² 1982 (= **KAJANTO**).
- LAMBRINO** (Scarlat), “Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vas-concelos”, *O Arqueólogo Português*, n. s. III, 3-4, 1956, pp. 5-73 (= **LAMBRINO**).
- LAVAGNE** (Henri), “Le tombeau, mémoire du mort”, *La Mort, les Morts et T Au-Delà dans le Monde Romain, Actes du Colloque de Caen 20-22 Nov. 1985*, pp. 159-165.
- LUCIANO**, *Diálogo dos Mortos* — Trad, de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, 1989.
- MANGAS MANJARRES** (Julio), *Esclavos y Libertos em la España Romana*, Salamanca, 1971 (= **MANGAS** 1971).
- TUÑÓN DE LARA** (Manuel) e **TARRADELL** (Miguel), *Historia de España*, I, Barcelona, 1980 (= **MANGAS** 1980).
- MANTAS** (V. Gil), “*Orarium donavit Igaiditanis*: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana”, *Actas do 1º Congresso Peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela, 1988, pp. 419-439.
- MATTOSO** (José) *et alii*, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1992 (= **MATTOSO**).
- MAULEON** (Mª Dolores), *Índices de las Inscriptciones Latinas Publicadas en el Boletín de la Real Academia de la Historia (1877-1950)*, Pamplona, 1983.
- MAZZOLANI** (Lidia Storoni), *Iscrizioni Funerarie Romane*, Milão, 1991 (= **MAZZOLANI**).
- MILLAN LEON** (José), *Ilipa Magna*, Alcalá del Rio, 1989 (= **MILLAN**).
- PEREIRA** (Mª Helena da Rocha), *Estudos de História da Cultura Clássica*, II, Lisboa,² 1990.
- PETRÓNIO**, *O Satiricon*, trad, de Jorge de Sampaio, Lisboa, 1973.
- RODRÍGUEZ ADRADOS** (Jesús), “Anotaciones a CIL II 3511”, *Emérita*, T. XXXVIII, Fase. 2.º, 1970, pp. 325-326 (= **RODRÍGUEZ** 1970).

- RODRÍGUEZ NEILA** (J. F.), “Espacios de uso funerario con indicación de medidas en las necropolis romanas”, *Conimbriga*, XXX, 1991, pp. 59-94 (= **RODRÍGUEZ** 1991).
- ROUILLARD** (Pierre), *Les Grecs et la Péninsule Ibérique du VIII^e au IV^e siècles avant Jésus-Christ*, Paris, 1991 (**ROUILLARD**).
- SUSINI** (G. C.), *Epigrafia Romana*, Roma, 1982.
- UNTERMANN** (Jürgen), *Elementos de um Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965 (= **UNTERMANN**).
- VASCONCELOS** (J. Leite de), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, voi. III, 1913.
- VENY** (C.), *Corpus de las Inscripciones Balearicas Hasta la Dominación Árabe*, Roma, 1965 (= **VENY**).
- VERGÍLIO**, *Eneida*, Trad. espanhola de Miguel Querol, Barcelona, 1979 (= *Eneida*).
- VEYNE** (Paul), “O Império Romano”, *História da Vida Privada*, I, Porto, 1989, pp. 19-224.
- VIVES** (J.), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972 (índices) (= **ILER**).



Foto 1



Foto 2

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

PROBLEMAS EM ABERTO NA EPIGRAFIA MIROBRIGENSE
“Conimbriga” XXXV (1996) p. 129-146

RESUMO: Retoma-se a problemática que ainda envolve a epigrafia da cidade romana habitualmente identificada como Miróbriga dos Célticos, sita junto a Santiago do Cacém e que, na Antiguidade, estava no território do *conventus Pacensis*. Reflecte-se sobre o estatuto dessa cidade e, inclusive, sobre a sua identificação; referem-se as famílias aí influentes na época romana; salienta-se o interesse historiográfico que detém a existência de cópias de inscrições; e, depois de algumas reflexões sobre a importante ara dedicada a Esculápio (CIL II 21), apontam-se novas leituras para três epígrafes.

RESUMÉ: On reprend la problématique de Tépigraphie romaine de *Mirobriga*, une ville du *conventus Pacensis* qu'on identifie avec les vestiges fouillés à côté de Factuelle Santiago do Cacém, dans le Sud du Portugal. Quels étaient vraiment son nom et son statut juridique? Et les familles y dominantes? CIL II 21 — une importante dédicace à Esculape — et d'autres trois inscriptions sont aussi objet d'analyse. L'intérêt, du point de vue historiographique, de l'existence de copies modernes d'inscriptions romaines disparues est mis en évidence.

(Página deixada propositadamente em branco)

PROBLEMAS EM ABERTO NA EPIGRAFIA MIROBRIGENSE *

A circunstância de a epigrafia de Miróbriga ter sido estudada, no seu conjunto, numa obra que abarcava todo o *conventus Pacensis* ou seja, grosso modo todo o Sul de Portugal (IRCP, 217-250), poderá contribuir para que alguns dos problemas em aberto passem despercebidos ou não sejam encarados com a devida atenção.

Façamos, pois, breves reflexões a tal respeito.

No cômputo das inscrições procedentes da área das ruínas do chamado «Castelo Velho» e do seu termo 0), deverá ter-se em conta que — sem considerarmos os seis fragmentos da homenagem ao imperador

(*) Parte significativa deste texto chegou a estar em segundas provas, para ser incluída no III volume (2.^a série) dos *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, de Santiago do Cacém, que teria a data de 1989. Concluíra-a a 8 de Fevereiro de 1991. Como, porém, a carta de 21.8.1996 de José António Falcão — responsável directo pelo reaparecimento dos *Anais* — me não dava quaisquer garantias de que a iniciativa da publicação fosse por diante, tomei a liberdade de o refundir e dar-lhe outro destino.

0) São, de momento, trinta e uma as epígrafes dadas como oriundas da zona das ruínas. IRCP 152 apareceu, segundo informou D. Fernando de Almeida (1964, 14), em 1957, com muitos materiais romanos, a cerca de quatro quilómetros das ruínas, «em uma propriedade denominada *Francisquinho*, freguesia de Santa Cruz». IRCP 153 e 173 foram sumariamente noticiadas por Manuel Barreto e dementino Amaro (Barreto 1980), que as assinalam como provenientes da necrópole sita a cerca de 200 metros a nordeste da *villa* de Conqueiros, freguesia de Alvalade-Sado: encontraram-se casualmente, durante os trabalhos agrícolas. Já foi possível obter fotografias destes monumentos e saber do seu actual paradeiro, pelo que ora se apresenta o seu estudo mais documentado. Os mesmos arqueólogos informam da existência de uma segunda *villa* na mesma freguesia, na herdade da Corona; mas a ara romana a que se alude no resumo da comunicação distribuído aos congressistas não parece ter provindo desta herdade, como a princípio supus (IRCP, 217), mas sim do adro da igreja da freguesia, onde foi achada no decorrer das obras aí realizadas.

Aureliano — há nada menos que dezassete pequenos fragmentos de que nenhuma informação histórica se pode deduzir. No fundo, portanto, não é muita epigrafia para uma cidade, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer.

São quatro as inscrições votivas a divindades do panteão clássico: Esculápio, Marte e Vénus ⁽²⁾.

Dois textos poderão incluir-se no número das homenagens imperiais:

- IRCP 148 é minúsculo fragmento somente conhecido através de inexpressivo desenho de Frei Manuel do Cenáculo, onde Hübner tentou ver, *hipoteticamente*, parte da identificação do imperador Trajano;
- o outro, retalhado em diversos fragmentos escritos dum lado e doutro, considere-o passível de reconstituir como dedicatória da cidade ao imperador Aureliano (IRCP 149, Encarnação 1984-88).

Há duas inscrições honoríficas (IRCP 150 e 151) e apenas sete textos funerários detêm algum significado para o conhecimento da onomástica local.

Daí resulta, por exemplo, que o estatuto e o próprio nome da cidade não estejam epigraficamente documentados e pouco se saiba também das famílias aí influentes.

Do ponto de vista epigráfico, a existência de cópias merece igualmente alguma reflexão e o texto a Esculápio ainda suscita controvérsia.

Finalmente, maior atenção às paredes das casas que se remodelarem no perímetro urbano de Santiago do Cacém (decerto para a sua construção foi carregada muita pedra do «castelo»...); a releitura de manuscritos; e mais intensa prospecção pelos arredores (designadamente onde houver *villae*) e, mesmo, no aro de Sines (onde foram identificados novos monumentos epigráficos, a publicar, em breve, no *Ficheiro Epigráfico*) — proporcionariam, sem dúvida, outros achados, como aquele de que se deu notícia em 1988 (cf. Falcão *et alii*) e sobre o qual também gostaria de tecer algumas considerações.

(2) Cf. ENCARNÇÃO 1981, 27, e IRCP 144-147.

1. Mirobriga? E que estatuto?

Fábio Isas eternizou em notável ara de calcário a benemerência do médico pacense Gaio Átio Januário, de quem fora nomeado herdeiro (IRCP 144). Já voltarei daqui a pouco a esta importante epígrafe; por ora, ela interessa-nos apenas porque aí se alude aos méritos “da muito esplêndida ordem”, *merita splendidissimi ordinis*. *Ordo* era, na linguagem oficial das cidades romanas, a “ordem dos decuriões”, o que hoje poderíamos chamar de “conselho municipal”. Desta referência se deduziria, pois, que existia no local um município.

Traz Frei Manuel do Cenáculo, entre os desenhos do seu álbum (pasta CXXIX/ 1-13), um que representa como sendo a parte superior dum rectângulo ao alto, gasto na zona inferior direita. Teria, segundo diz, «3 palmos de largo» (ou seja, no sentido longitudinal) e «3 $\frac{1}{2}$ palmos de comprido» (ou seja, de altura). O desenho vem repetido na f. 7 da p. LXV, a que se segue, na f. 8, um outro fragmento que parece ser justamente o canto inferior direito da pedra anterior, não só pelo desenho como também pelo facto de o próprio Frei Manuel do Cenáculo afirmar que é «da mesma qualidade e grossura que a antecedente e a moldura do mesmo feito». Conhece-se a precisão que o arcebispo de Évora punha nas suas observações e a fidelidade do seu traço; não me repugnou, por isso, ver na pedra, na sequência de Hübner (CIL II 25), a homenagem a Marco Júlio Marcelo, edil e duúnviro (IRCP 150).

Na linha 4 desse texto, surgem as siglas M. F. a preceder o M inicial dum outro vocábulo cujas letras desapareceram na fractura e que Hübner reconstituiu dubitativamente como *Merobrig(ensis)*. A hipótese *M(unicipii) F(lavii) Mirobrig(ensis)* é, pois, aliciante (cf. Alarcão 1990, 364). Teríamos assim: primeiro, a confirmação do estatuto municipal outorgado a Mirobriga; segundo, a indicação, assaz preciosa, de que fora elevada a município ao tempo dos Flávios (segunda metade do século I da nossa era); e, finalmente, por esses dados virem em sigla, a informação — complementar mas sintomática — de que tal estatuto era sobejamente conhecido.

Achados em 1801 e 1808, respectivamente, os dois fragmentos levaram sumiço. Reencontrá-los seria, na verdade, importante achega para a solução dum problema que, doutra sorte, continuará na esfera das hipóteses, uma vez que nada nos garante, por enquanto, o referido desdobramento dessas siglas.

Mas também o nome já tradicionalmente atribuído à povoação que, ao tempo dos Romanos, se ergueu nos terrenos em torno da actual ermida de S. Brás⁽³⁾ não pode admitir-se sem reservas. Pelo menos se atendermos aos dados epigráficos.

Como vimos, apenas um M figura na inscrição de Marco Júlio Marcelo. Mas há o referido epitáfio achado no «Francisquinho» que memora Gaio Pórcio Severo identificado claramente como *mirobri-gensis celticus* (IRCP 152)!... Já tive ocasião de manifestar a minha grande perplexidade quanto à autenticidade do monumento ⁽⁴⁾;

1. °) *Do ponto de vista paleográfico*

a) não é habitual tão grande variedade de pontuação — desde as heras de longo pecíolo em ângulo (esquecido no final da linha 1) ao ponto triangular da linha 2 e aos inusitados triângulos das linhas 4 e 5;

b) o traçado das letras está demasiadamente nítido, o que se admira no mármore sujeito durante séculos à acção corrosiva dos terrenos onde jazia;

c) o nexa EN da linha 3 não está documentado, pelo que me é dado conhecer;

d) na linha 5, o E tem a barra mediana mais curta, o que é, na epigrafia romana peninsular, sintoma claro de não ter sido grafado por lapicida romano (a igualdade das barras era norma rigorosamente respeitada).

2. °) *Do ponto de vista formal*

A molduração não se enquadra nos modelos romanos — e se o analfabetismo podia, por vezes, determinar erros ortográficos, o saber

⁽³⁾ Sobre as ruínas de Miróbriga, veja-se **BIERS** 1988 e a recensão dessa obra feita por Jorge de **ALARCÃO** («Conimbriga» 28 1989 243-245), onde também se aflora a problemática do estatuto político-administrativo do sítio. Cfr. ainda: **CORREIA** 1990 e **BARATA** 1993.

⁽⁴⁾ A realização de cuidadosas sondagens no local de proveniência da placa poderá trazer informações complementares. Qual é o seu verdadeiro contexto arqueológico? Uma *villa*? Uma necrópole? Caso seja necrópole, torna-se verosímil o achamento de mais epitáfios. E seria interessante identificar outros testemunhos da existência duma *gens Porcia* na região. Não faltam, é certo, no mundo romano, *gentes* atestadas aqui e ali por uma única inscrição; mas, em toda a Lusitânia, só dois *Porcii* se registam: *L. Porcius Himerus*, um notável municipal de Salácia (IRCP 187), e *Porcia Materna* em Mértola (IRCP 115).

artesanal dos artífices e o seu desejo de seguir com rigor os modelos clássicos raramente deixa de se observar.

3.º) *Do ponto de vista textual*

Não é normal que se indique a naturalidade dum mirobrigense enterrado na sua terra natal. Essa menção é sinal distintivo e só se usa (ainda hoje!) quando alguém está deslocado. Seguindo a lógica deste raciocínio, o epitáfio provaria, sim, que ali não era *Mirobriga Celticum* ⁽⁵⁾!

Em conclusão: este documento parece ter sido forjado com a intenção de eficazmente corroborar a ideia de que as imponentes ruínas romanas junto a Santiago do Cacém pertenciam a uma importante cidade, eventualmente a capital dos *Mirobricenses qui Celtici cognominantur*, «mirobrigenses cognominados de célticos», a que se refere o escritor romano Plínio, o Velho, na obra *História Natural* (IV, 118).

Não se declara — entenda-se — que esta tradição esteja errada. Enquanto válida prova em contrário se não apresentar, não haverá problema em manter a denominação. Mas esteja-se bem ciente de que não há também, ainda, nenhuma fonte epigráfica que a autentique. Falta achar — e decerto haverá uma dedicatória imperial feita oficialmente pela *civitas*. Ou a homenagem da cidade a um notável municipal. A presença, no vizinho porto de Sines, de um imponente pedestal a Marte Augusto dedicado por um sacerdote do culto imperial (cf. Encarnação 1992), poderá, no entanto, contribuir para repor a questão do relacionamento institucional entre os dois aglomerados populacionais, ambos deveras importantes na época romana.

2. As famílias influentes

A relativa escassez de inscrições impede-nos de traçar um quadro das famílias que dominaram em Mirobriga.

A presença de *C. Iulius Rufinus* (IRCP 146) e do já referido *M. Iulius Marcellus* (IRCP 150) vai no sentido de que, também aqui, uma *gens Iulia*, ligada quiçá por laços de favor à família imperial, gozou de

⁽⁵⁾ A adjunção ao topónimo de um etnónimo em genitivo está documentada ao mundo romano: Paris chamava-se *Lutetia Parisiorum*, a «Lutécia dos Parisios»; uma *Mirobriga Celticum* seria, por isso, admissível (IRCP, 233).

alguma supremacia: Rufino foi *magister*, sacerdote ⁽⁶⁾ do culto a Vénus, divindade da particular devoção dos Júlios-Cláudios; Marcelo assumiu, como se disse, as funções de edil e de duúviro, pelo menos.

Próprios desta localidade, embora sem importância política atestada, parecem ter sido os *Caii Pagusici* documentados em três epígrafes (IRCP 145, 156 e 157). Alguns dos seus membros uniram-se pelo casamento à *gens Scribonia* (IRCP 157 e 158) — que terá detido alguma importância na localidade — e quiçá igualmente à *gens Valeria* (IRCP 151 e 160 ⁽⁷⁾), atendendo ao cognome Valeriano de Gaio Pagúsico⁽⁸⁾ (IRCP 157).

Particular menção nos merecem os *Castricii* (IRCP 151 e 159). A existência em Évora desta família (Encarnação 1990, 247-251), com muito provável ligação à Bética, onde outros testemunhos se detectaram, veio reforçar o interesse da homenagem aqui prestada a Gaio Atio Rufo ⁽⁹⁾ (indígena que em Itália foi elevado à categoria de cidadão) por dois dos seus amigos: Marco Casilicio Lucanião e Gaio Valério Pézon⁽¹⁰⁾. O relacionamento dos três núcleos populacionais — Miróbriga, *Ebora Liberalitas Mia* (Évora) e *Italica* (Sevilha) — reveste-se, assim, de particular significado. Mas... que tipo de relacionamento seria esse? De cariz económico? De âmbito político-administrativo?

3. As cópias

Do ponto de vista da história da cultura e, de modo especial, do ponto de vista da história da Epigrafia, há que realçar a ocorrência, em

⁽⁶⁾ Discutiu-se o significado do vocábulo *magister*. O achamento da ara de Talaíde, oferecida por dois *magistri* duma deusa, incita, porém, a dar-lhe, de preferência, uma conotação religiosa (cf. IRCP, 223).

⁽⁷⁾ CARMEN CASTILLO (198, 133) deu deste texto uma interpretação ligeiramente diferente da que eu apresentei: «*[D(is) M(anibus) S(acrum). Valeriae] L. fliliae) / [cerca de 5 letras] ae test(amento) / C. Valeri Vibiani/frat(ris). Curat(or) C. / Valerius Asbestus / lib(ertus), her(es)*. E, na última linha, se é que a havia, a fórmula *p(atronae) o(ptimae)*».

⁽⁸⁾ Sigo a sugestão de Francisco de OLIVEIRA (1986, 342) na versão portuguesa deste antropónimo.

⁽⁹⁾ Cf. ALARCÃO 1990, 474.

⁽¹⁰⁾ Sigo, também aqui, a sugestão de Francisco de OLIVEIRA (1936, 342): Pézon em vez de Paezão.

Santiago do Cacém, de cópias de inscrições antigas. Quatro são idênticas, de mármore, e foram encastradas, duas de cada lado, na parede do chafariz de Nossa Senhora do Monte (IRCP 145, 147, 156 e 158). Poderão ser placas (só o saberemos quando se proceder à remoção total do reboco que as envolve) ou paralelepípedos, como o que se expõe no Museu Nacional de Arqueologia (n.º 7096, IRCP 157).

Aventou D. Fernando de Almeida (1964, 51) a hipótese de ter sido Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) o autor ou o promotor dessas cópias «trazidas do Castelo Velho». É bem provável que sim. A vontade de perpetuar no futuro um texto que, por vicissitudes várias, em breve poderia apagar-se de vez levou os académicos e, de um modo geral, os homens de cultura do século XVIII a recopiarem as inscrições legadas pelos Romanos ⁽ⁿ⁾.

Aqui, o problema em aberto não se prende directamente com a epigrafia romana mas sim com a história cultural de Santiago do Cacém: não haverá nos registos das instituições locais nenhum eco da execução dessas cópias? Terá sido esta uma iniciativa individual — como a que se documenta em Cuba — ou duma qualquer instituição?

O citado artigo de José António Falcão pode, na verdade, trazer luz sobre este ponto, na medida em que dá conta do particular interesse de Frei Manuel do Cenáculo por Miróbriga, onde, em Abril de 1793, teria mandado proceder a escavações, organizando outras campanhas em 1801 e 1808 (Falcão 1988, 41-42). É, pois, muito provável que date dessa época a feitura das cópias em apreço. Talvez a documentação do Arquivo Histórico da Real Sociedade Arqueológica Lusitana venha proporcionar, a esse propósito, informação mais pormenorizada.

4. Esculápio

A pedra com a atrás referida inscrição ao deus Esculápio já foi cuidadosamente retirada da parede da fachada oriental do Hospital do Espírito Santo. Assim se tornou possível mais adequada salvaguarda de

⁽ⁿ⁾ Idêntico fenómeno se passou em relação a um epitáfio hoje metido numa parede da igreja matriz de Cuba, onde expressamente se escreveu: *F(rancisco) J(osé) O(liveira) A(nno) D(omini) / MDCCXXIV* (IRCP 334). E, em Bobadela, na célebre inscrição da flaminia Júlia Modesta (CIL II 397), explica-se: «Este letreiro se achou na igreja velha. 1746».

tão importante monumento, colocando, em seu lugar, uma réplica; por outro lado, maior facilidade haverá em o estudar pormenorizadamente.

Penso que, apesar dessa iniciativa, não irão acabar de imediato as questões assaz polémicas que o texto levanta, desde a leitura e sua tradução até à correcta interpretação do seu conteúdo (vide fotos 1 e 2). O facto de ser uma ara (com mais de um metro de altura) e não uma placa, como se pensara, atribui-lhe, sem dúvida, um valor acrescentado, porquanto desta sorte se obteve uma confirmação suplementar acerca do culto a Esculápio prestado em santuário próprio (cf. Encarnação 1991, 186 e 1993, 316).

Parece, no entanto, insofismável poder deduzir-se do documento que também o deus da Medicina era particularmente venerado em Miróbriga; que muito provavelmente ali haveria um templo (Alarcão 1990, 465), e que, em sua honra, se celebravam solenes festividades anuais a que acorriam peregrinos, como este médico pacense. Igualmente se afigura legítimo supor que as solenidades eram da responsabilidade dos magistrados locais e que, neste caso, Januário teria contribuído para elas com um legado.

Estas hipóteses carecem, porém, de ulteriores confirmações, inclusive mediante o achamento de textos idênticos, aqui ou mesmo noutras partes do mundo romano — porque não é de crer que esta atitude tenha sido tão singular e outras semelhantes se não documentem noutros lugares de culto.

Permita-se-me, conseqüentemente, que remeta para uma releitura do que escrevi em 1981 (pp. 27-29) e em 1984 (pp. 218-220 e 792). Concluía em 1981:

«O mau estado da pedra e o facto de estar metida no alto duma parede, dificultando a leitura — impedem, por enquanto, certas interpretações. Aliás, o próprio texto é sibilino, sem paralelos conhecidos, prestando-se a forma *praestiterit*, conjuntivo decerto regido por um *quod*, a variadas interpretações. [...] Contudo, uma coisa é certa: a eventual presença do vocábulo *Quinquatrus*, designativo duma festa tradicional em honra de Minerva, divindade que, tendo qualidades médicas, teria aqui cedido o lugar a Esculápio — sugere a existência, em Miróbriga, duma festividade oficial, que (atendendo ao vocábulo *deus*) poderia muito bem ser a continuação romana duma manifestação religiosa à divindade indígena com que Esculápio se teria identificado. Terá Miróbriga funcionado desde tempos imemoriais como local de peregrinação, com um santuário e outros edifícios públicos (há as termas, o circo...),

onde o «Esculápio» indígena e, depois, o «Esculápio» romano, anualmente se festejava por causa das curas milagrosas operadas? Se a resposta for afirmativa — e talvez o prosseguimento das escavações um dia no-lo documente — teríamos aqui a confirmação dum culto pré-romano que, através da *interpretatio*, continuava ao tempo dos Romanos com todos os foros de oficial.

A inscrição é, pois, muito importante: todos não seremos de mais para correctamente a interpretarmos» (pp. 28-29) (12).

E, em comentário à minha interpretação de 1984 (IRCP 144), o doutor Francisco de Oliveira (1986, 343) escreveu o seguinte:

«Interpreto a expresso OB MERITA SPLENDIDISSIMI ORDINIS como explicitação do motivo da homenagem, equivalente, portanto, do habitual OB HONOREM (e. g. IIIIVIR(atus)), que podemos observar em IRCP 11 e 73, onde também se toma a divindade como outorgante da distinção que motiva a epígrafe. No caso presente, há um agradecimento a Esculápio, que é tomado como responsável pela distinção que consistiu na entrada no *splendidissimus ordo*, acaso como duúnviro. Em agradecimento, Januário lavra no seu testamento uma estátua a Esculápio, além de (leitura ET em vez de EI) deixar dinheiro com que pagar festas em honra de Minerva, deusa dos artífices e dos médicos (na hipótese da leitura QVINQVATRIVM, ou uma manifestação lúdica, o pentatlo, oferecido à comunidade, se lermos QVINQVERTIVM, ou QVINQVARTIVM, com *tr* por *rt*).

A última hipótese apoia-se em IRCP 73, onde o beneficiado com o sex virato dedica uma estátua a Fortuna, além de jogos e dádivas ao povo. Em consequência, proponho para a epígrafe a seguinte tradução:

Ao deus Esculápio. Gaio Atio Januário, médico pacense, pelo merecimento de ordem ilustríssima, legou em testemunho (dinheiro) que também pagasse Quinquátrias (ou: um pentatlo)...».

5. A ara da Cascalheira

Reveste-se de elevado interesse a tentativa de estudo da ara que um manuscrito da Biblioteca de Évora garante como proveniente da Herdade da Cascalheira, na freguesia de Santo André (Falcão 1988) (13).

(12) Embora se trate de uma publicação póstuma, cumpre assinalar que esta inscrição foi referida, de novo, por D. Fernando de Almeida (1988, 24-26). Vide

Trata-se, de facto, dum bonito exemplar de monumento funerário romano, decorado à maneira clássica, com frontão ornamentado de motivos vegetalistas e toros com rosáceas nos topos (¹⁴ *). O campo epigráfico em forma de portal, terminado superiormente em semi-círculo, faz lembrar outros monumentos da região. Compare-se, por exemplo, com IRCP 336, achado em S. Margarida do Sado, no vizinho concelho de Ferreira do Alentejo: embora já não disponha de capitel, apresenta inclusive dimensões equivalentes 112 x 57,5/67,5 x 28,5/44,5 (i5).

E assaz plausível a ideia, sugerida pelos autores, de que o documento tabeliônico se destinava a ser presente «a uma instância de carácter público», possivelmente a Academia Real da História Portuguesa, atendendo à sua «ampla actividade compilatoria de fontes arqueológicas, de modo a servirem de subsídios para as investigações dos seus membros sobre história eclesiástica e secular» (*ibidem*, p. 41).

Pela tipologia e pela presença de consagração aos deuses Manes, o monumento datará muito provavelmente do século II da nossa era. E sou da mesma opinião dos autores: o copista pouco ou nada sabia de inscrições romanas e, enquanto se não reencontrar a ara(¹⁶), não vale a

também RÉMY 1991 324-326. No II Colóquio Internacional de Epigrafia «Divindades Indígenas e Interpretado Romana» (Sintra, 16-18.03.1995), Vasco Mantas apresentou uma comunicação intitulada «O culto de Esculápio no Sul da Lusitânia: uma forma de *interpretatio*?», em que também advogou uma estreita relação entre este Esculápio e uma divindade pré-romana de funções idênticas.

(¹³) Designo doravante por autores os quatro subscritores desse estudo.

(⁴) Os «motivos» existentes sob o campo epigráfico não se me afiguram providos de significado preciso. Inclino-me a ver aí não desenhos de qualquer coisa mas, de preferência, a representação de concavidades resultantes da erosão ou dos maus tratos sofridos pelo monumento, uma vez que é de todo inusitada a presença de relevos decorativos nesse espaço. Também me parece que a peça está representada na totalidade (capitel, fuste e base): as linhas paralelas inferiores correspondem a molduração da base, a que se seguiria a habitual faixa reversa.

Ç⁵) O documento diz que a pedra tinha 7 palmos de altura total (~154 cm), 2 palmos e 4 dedos de largura (~ 52 cm) e um palmo e 4 dedos de espessura (~ 30 cm). Certamente por gralha, os autores indicam 62 cm de altura e apenas 4 dedos de grossura.

(¹⁶) Por aquilo que conheço do espólio epigráfico dos museus de Évora e de Beja bem como dos álbuns de Frei Manuel do Cenáculo, não creio que a peça alguma vez tenha feito parte da sua colecção. Também não me parece que alguém a haja transportado para o Museu Nacional de Arqueologia. Por conseguinte, o mais certo é ter sido reutilizada nalguma construção das imediações da propriedade onde foi

pena matar a cabeça com hipóteses de invenção dum texto aceitável, a partir do transmitido. Há, todavia, dois ou três pontos que se poderão assinalar.

Reza o documento que os caracteres «foram facilmente copiados» e que «aonde vão os pontos eram alguns caracteres que já estavam apagados por causa do tempo em que o padrão foi trazido para o dito moinho de alguma distância dele, aonde se achou enterrado» (*ibidem*, p. 48). Quer isto dizer que ao leitor de então as letras visíveis não terão oferecido dúvida. Podemos, consequentemente, deduzir a partir daí algumas conclusões.

Em primeiro lugar, a menção da idade estará correcta: AN(*norum*) XVIII (*undeviginti*), ‘de dezanove anos’.

Na última linha, além da fórmula P(*onendum*) — ou F(*aciendum*) — C(*uravit*), estará a usual indicação H(*c*) S(*itus*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*) Tierra) L(*ev*is), na medida em que ainda eram visíveis as hastes verticais do H.

Raciocinaram bem os autores quando pensaram que o nome do defunto estaria em genitivo por terminar (verosimilmente) em I. Embora não seja muito usual na época a que o monumento remonta, aceita-se a hipótese. Também é viável que o O inicial seja má leitura da sigla do *praenomen* Q(*uintus*). O defunto seria, por conseguinte, do sexo masculino e deteria, muito possivelmente, os *tria nomina*. O único gentílico começado por MV documentado na área é *Mummius* (IRCP 331-333 e 336); concordamos com os autores quando manifestam certa perplexidade em reconstituir aí *Murricius* ⁽¹⁷⁾, não atestado na Península Ibérica. A seguir a *Mur(r)ici* poderá vir a filiação ⁽¹⁸⁾ e, quiçá, a indicação da tribo: A (*uli*) F (*ilii*) CA[L](*eria tribu*), interpretando-se como F o I da transcrição (só a barra vertical estaria visível). Haveria lugar para mais uma letra no final (o espaço em branco assim no-lo

identificada a 6 de Dezembro de 1724. Uma pesquisa no eventual espólio dos descendentes do capitão António Dias Borralho também poderá trazer alguma pista de interesse.

⁽¹⁷⁾ No texto (p. 45) vem, certamente por lapso, *Murricus*. O gentílico atestado é *Murricius*, Murrício (SCHULZE, 1966, 196 e 428; SOLIN 1988, 123); de cognomes com idêntico radical (?) teñamos *Muricel(l)us*, *Muricillus*, *Muricinus*, *Muriclio*, *Muric(u)lus* e *Muricus* (Solin 1988, 365).

⁽¹⁸⁾ Se se procurar seguir o texto transcrito e como o A tem sentido, não vejo motivo para aí se ler M de M(*are*i).

permite deduzir), além do L: seria, talvez, o começo do *cognomen*: o proposto *Anioni* (por *Anniani*) é plausível.

Nas linhas 5 e 6, estará a identificação da dedicante, deveras difícil de discernir. O poderá ser, de novo, Q mal lido, porque a junção AO seria estranha naquela posição; por isso as sílabas NICA inclinam-nos a ver aí a terminação dum antroponimo feminino; por outro lado, o C antes do N corresponderá verosimilmente a O. Acontece, porém, que, entre os antropónimos conhecidos terminados em - ONICA ou - ONICVS (Solin, 429 e 446) não figura nenhum semelhante a - ARONICA⁽¹⁹⁾. Se o O seguinte estivesse por Q(*uinti*), veríamos em MAH a palavra MATER, mas ficaríamos sem solução para a palavra da linha 5. De qualquer modo, parece verosímil que a ara tenha sido mandada lavar pela mãe do jovem e que, na linha 5, esteja explicitado o laço de parentesco, acompanhado, eventualmente, dum superlativo.

Teríamos, portanto:

D (is) M (anibus) S (acrum) / Q (uinti) MVR<R>ICI(/) A (uli) F(////) CA[L](eria tribu) [A?]/NIANI AN(norum) XVIII (undeviginti) /ARONICA [?] Q(uiti) MAH [?] /NA [?...] / P(onendum) [vel F(aciendum)] • C(uravit) • H (ic) • [S (itus) • E(5t) • S (it) • T (ibi) • T (erra) • L (evis)].

Ou seja:

Consagrada aos deuses Manes de Quinto Murrício Aniano, filho de Aulo, da tribo Galéria, de dezanove anos. Arónica (?)(...) mandou fazer (ou colocar). Aqui jaz. Que a terra te seja leve.

Mas, como muito bem frisam os autores (*ibidem*, p. 45), a interpretação não pode deixar de ser apresentada sob fortes reservas que só a descoberta do próprio monumento logrará talvez dissipar.

6. IRCP 153

Tive ensejo de observar, a 9 de Abril de 1992, a estela de que só obtivera conhecimento através da comunicação (inédita) de Santos Barreto e dementino Amaro (1980). Encontrava-se, então, no Clube

⁽¹⁹⁾ O vocábulo LEONICA corresponderia ao número de letras. *Arconica*, proposto pelos autores, seria, na verdade, caso único.

de Património da Escola C+S de Alvalade-Sado, identificada sob o n.º CONQ.01.4. Podem completar-se e corrigir-se, agora, os dados que publiquei em 1984.

Trata-se, na verdade, de uma estela de topo triangular (não inteiro já, como se pode ver pela foto 3), de xisto com pátina acinzentada. Arestas laterais direitas. Campo epigráfico alisado, não delimitado, deteriorado aqui e além pelos sulcos da relha do arado (foto 4).

Dimensões: 68,7 x 44 x 8

MV[N]IA • BROcina / ARCONIS • F (*ilia*) • A (*nnorum*) • XXXV (*quinque et triginta*) / H(/cj • S (*ita*) • [E(V)] • S (*it*) • T (*ibi*) • T (*erra*) • h(*evis*) •

Aqui Jaz Munia Brocina, filha de Arcão, de trinta e cinco anos. Que a terra te seja leve.

Alt. das letras: 1. 1: 5,5; 1. 2: 4,8/4,2; 1. 3: 4,2. Espaços: 1: (19); 2 e 3: 0,5; 4: 34.

Paginação cuidada — sente-se a presença prévia de linhas de pauta — com alinhamento à esquerda. Pontuação correcta, de pontos circulares bem a meio da linha. Caracteres actuários: B assimétrico; R desenhado a partir dum P; O ovalado; S vertical e bem simétrico; T de barras amplas, rectilíneas.

A principal dificuldade de leitura residia no *nomen* da defunta, particularmente afectado por dois sulcos. Creio, porém, atendendo às dimensões dos outros NN do texto, que há espaço para um N antes do I, que se me afigura inteiramente isolado; o M inicial é claro (de resto, já fora lido como tal pelos primeiros editores).

Teremos, assim, *Munia* em vez de *Aunia*. Deste *nomen* registar-se-ão, na Península Ibérica — dando crédito aos índices do CIL II (p. 1068) e de ILER (p. 723) —, apenas testemunhos (cinco?) com a grafia *Munnius*. No entanto, a ocorrência de um só N também se assinalaria em Lisboa, no patronímico *Munii* (ILER 6376 = CIL II 264); mas a epígrafe carecerá de revisão; noutras paragens do mundo romano não será também frequente, se atendermos à circunstância de os índices de *L'Année Epigraphique* respeitantes aos anos de 1961 a 1980 (Lassère 1992, 149) somente aduzirem um exemplo garantido: AE 1973 604. De origem latina, o gentílico recebeu, aqui, uma adaptação indígena e, por consequência, devido à forma como vem identificada, *Brocina*

deverá incluir-se, portanto, entre as primeiras indígenas romanizadas do *ager mirobrigensis*.

A paleografia observada, o modo de identificação da defunta e a estrutura textual permitir-nos-ão recuar um pouco a datação anteriormente sugerida: optaria claramente pelos meados do século I da nossa era.

7. IRCP 173

No mesmo dia em que vi a epígrafe anterior ⁽²⁰⁾, pude observar estoutra na Casa do Povo de Alvalade-Sado. Trata-se, de facto, de uma esteia muito deteriorada, de que resta um pouco do campo epigráfico, alisado, também ele estragado por efeito de sucessivas passagens da relha aquando dos trabalhos de lavoura (foto 5). Xisto grauváquico com muita pátina. Há um sulco horizontal acima dos primeiros vestígios de letras, que pode marcar o início do campo epigráfico.

Dimensões: 73 x 36 x 14.

[...]yS [...] / [...] • F(*ilius vel -ilia*) [...] / [...]RV ++ I [...] / [...] H [?] • S *

Alt. das letras: 1. 1: 3; 1. 2: 4,3; 1. 3: 4,5 (+ = 2,2,1 = 3); 1. 4: S = 3,5.
Espaços: 1: 20 até ao sulco, 3,8 do sulco até à 1. 1; 2 e 3: 2: 4: 3; 5: 26,5.

Os caracteres subsistentes denotam uma certa cursividade, mormente o S, que é muito esguio e está muito inclinado para diante; F alongado, de barras curtas; V largo; + poderá ser equivalente a X, como acontece noutras esteias de xisto da mesma época, por exemplo em Reguengos (IRCP 424). Seria de esperar aí, na 1. 3, a menção da idade, sendo V a sigla de *vixit* e a haste que se segue ao I o começo do A de *A(nnos)* parece-me, no entanto, que, pelo formato da falha anterior ao V, se deve restituir aí um R.

Na última linha, seríamos tentados a reconstituir a habitual fórmula H(*ic*) S(*itus*). Mas, na verdade, com os poucos elementos disponíveis, nada mais se poderá adiantar acerca deste epitáfio, a não ser a sua existência e muito provável datação do século I da nossa era.

⁽²⁰⁾ Agradeço à Dra. Filomena Barata todo o apoio concedido para a concretização, com êxito, desta ida a Alvalade e a Santiago do Cacém.

Sirva, por conseguinte, este alinhar de reflexões para confirmar a certeza de que, em Epigrafia — como em História, como, de resto, em todos os domínios científicos —, o saber não é estático, não é um dado a considerar adquirido duma vez por todas. Tal como o Homem e a Natureza, está em permanente devir. E as dúvidas de hoje serão certezas amanhã — a gerarem, por seu turno, elas próprias outras dúvidas por esclarecer...

Cascais, 17 de Setembro de 1996

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO** (Jorge de) (coordenação), *Portugal das Origens à Romanização* (N.º 1 da *Nova História de Portugal*). Lisboa, 1990.
- ALMEIDA** (D. Fernando de), *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal, 1964.
- ALMEIDA** (D. Fernando de), «Breve notícia sobre o santuário campestre romano de Miróbriga dos Célticos (Portugal)», *Gerion — Anejos* I 1988 19-33.
- BARATA** (Maria Filomena dos Santos), «La ciudad romana de Miróbriga», *Revista de Arqueologia*, 145 (Maio 1993) 36-47.
- BARRETO** (Manuel Rosivelt Santos) e **AMARO** (dementino), *A “villa” de Conqueiros e seu enquadramento arqueológico*, comunicação (inédita) apresentada ao IV Congresso Nacional de Arqueologia (Faro, 1980).
- BIERS** (**William R.**), *Miróbriga. Investigations at an Iron Age and Roman site in southern Portugal by the University of Missouri — Columbia, 1981-1986*. Oxford, 1988.
- CASTILLO** (Carmen), recensão a IRCP in *Emerita* 56 (1) 1988 132-134.
- CIL II = **HÜBNER** (Emilio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II. Berlim, 1869 e 1892.
- O número que acompanha as siglas CIL corresponde ao número da inscrição.
- CORREIA** (Susana), *Roteiros da Arqueologia Portuguesa: 3. Miróbriga*, Lisboa, 1990.
- ENCARNAÇÃO** (José d'), «A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império», *Memorias de Historia Antigua* 5 1981 19-31.
- ENCARNAÇÃO** (José d'), «Aureliano homenageado em Miróbriga», *Arqueologia e História*, série X, voi. 1/2, tomo 1, 1984-1988, 103-107.
- ENCARNAÇÃO** (José d'), «Religião e cultura na epigrafia de Liberalitas Iulia (Subsídios para o seu estudo)», *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, 1990, 233-253.
- ENCARNAÇÃO** (José d'), recensão a Juana **RODRÍGUEZ CORTÉS**, *Sociedad y Religión Clásica en la Bética Romana*, Salamanca, 199: *Conimbriga* 30 1991 182-186.

- ENCARNAÇÃO** (José d'), «No tempo dos Romanos, Sines teve uma estátua do deus Marte», *O Distrito de Setúbal* 18.08.1992 (p. 12).
- ENCARNAÇÃO** (José d'), «Arqueologia e Epigrafia: uma complementaridade a potenciar», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33 (1-2) 1993 313-327.
- FALCÃO** (José António), **FERREIRA** (Jorge M. Rodrigues), **GUERRA** (Amílcar) e **ESPÍRITO SANTO** (Arnaldo), «Epigrafia romana do concelho de Santiago do Cacém — I: A ara funerária da Herdade da Cascalheira (Santo André)», *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, 2.^a série, 2, 1988, 37-48.
- IRCP = **ENCARNAÇÃO** (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984. «Aditamento», *Trabalhos de Arqueologia do Sul* 1 1986 99-109. Quando as siglas IRCP forem seguidas de um número sem vírgula significa que se está a fazer referência ao número da inscrição no catálogo; se houver vírgula, o número refere-se à página.
- LASSÈRE** (Jean-Marie), *Tables Générales de l'Année Epigraphique — VIII^e série (1961-1980)*. Paris, 1992.
- OLIVEIRA** (Francisco de), recensão a IRCP in *Humanitas* 37-38 1986 338-344.
- RÉMY** (Bernard), «Les inscriptions de médecins dans les provinces romaines de la Péninsule Ibérique», *Revue des Études Anciennes* 93 1991 (3-4) 321-364.
- SCHULZE** (W.), *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*. Berlin, 1966.
- SOLIN** (Heikki) e **SALOMIES** (Olli), *Repertorium nominum gentilium et cognominum Latinorum*. Hildesheim, 1988.



FOTOGRAFIA DE GUILHERME CARDOSO

Foto 1 — A metade superior da inscrição a Esculápio.



FOTOGRAFIA DE GUILHERME CARDOSO

Foto 2 — A parte final da mesma inscrição.



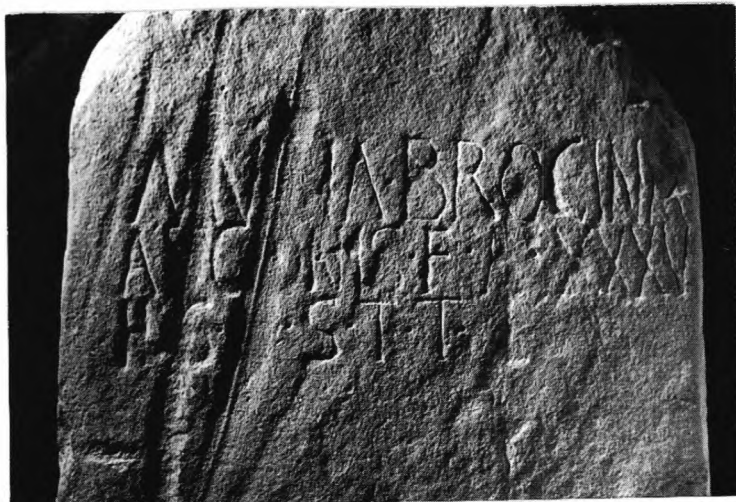
FOTOGRAFIA DE GUILHERME CARDOSO

FOTO 3 — A estela de Múnia Brocina.



FOTOGRAFIA DE GUILHERME CARDOSO

FOTO 5 — A segunda estela achada na villa dos Conqueiros



FOTOGRAFIA DE GUILHERME CARDOSO

FOTO 4 — Pormenor da inscrição do monumento anterior.

ANTÓNIO MARQUES FARIA

Técnico Superior do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

NOMES DE MAGISTRADOS EM MOEDAS HISPÂNICAS.

CORRECÇÕES E ADITAMENTOS

“Conimbriga” XXXV (1996) p. 147-187

RESUMO: Em pouco mais de um ano, durante 1994 e 1995, surgiram três estudos, um dos quais da nossa responsabilidade, que tiveram por tema os nomes de magistrados em moedas hispânicas.

Tal facto levou-nos a elaborar alguns comentários às entradas neles contidas, compostos sobretudo pelas variantes de leitura. Para além das correcções introduzidas, são integrados neste trabalho os nomes de magistrados inscritos em moedas entretanto publicadas ou ainda inéditas.

ABSTRACT: This article is the result of the publication during 1994 and 1995 of three studies, one of them of our own responsibility, concerning magistrates' names inscribed in the coinage of ancient Iberia minted during Roman occupation. Here, we present our own readings of coins' legends when they differ from other authors' interpretations. In complement to corrections, some magistrates' names that were unknown up to now are included as an *addenda*.

(Página deixada propositadamente em branco)

NOMES DE MAGISTRADOS EM MOEDAS HISPÂNICAS. CORRECÇÕES E ADITAMENTOS

A principal razão que nos levou a retomar o estudo dos nomes de magistrados em moedas hispânicas volvidos menos de dois anos sobre um primeiro estudo deveu-se à recente publicação de dois trabalhos consagrados parcial (ABASCAL, 1994) ou totalmente (GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ, 1995) ao mesmo tema.

Deixando para as páginas seguintes os comentários respeitantes a cada um dos nomes de magistrados, cremos ser agora o momento oportuno para tecer algumas considerações de carácter genérico sobre aqueles dois importantes estudos.

Quanto ao livro de ABASCAL, de consulta imprescindível para quem estuda a onomástica pessoal documentada na epigrafia latina peninsular, só temos de lamentar a ausência dos nomes de magistrados presentes em moedas hispano-latinas cunhadas antes da morte de César. Apenas são recolhidos os testemunhos antroponímicos constantes do primeiro (e, até agora, único) volume do *RPC* I, encontrá-lo igualmente catalogados os nomes de magistrados que figuram nas cunhagens de *Valentia*. Por que razão terão sido excluídos os numerosos magistrados que, não exercendo funções em *Valentia*, viram os seus nomes perpetuados nas cunhagens locais anteriores a 44 a.C.?

Seguindo um critério que se nos afigura o mais correcto (FARIA, 1994, p. 36), ABASCAL entendeu apresentar todos os antroponímicos em nominativo, não deixando de, quando necessário, assinalar as correspondentes abreviaturas.

Diferente metodologia foi seguida por GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ (1995, p. 381), que, baseadas em estudos da autoria de PENA (1990-1991, 1995), consideraram gratuita uma uniformização antropo-

nimica em nominativo, optando pela mera transcrição dos nomes tal como figuram nas legendas monetárias. A propósito dos casos em que se encontram os nomes de magistrados, GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ (1995, p. 385) defendem que, exceptuando as cunhagens portadoras de nomes de patronos, todas as moedas de *Noua Karthago* reproduzem os nomes pessoais em nominativo ou genitivo. Recordemos, desde já, que *P Turullius*, duúnviro quinquenal de *Noua Karthago*, surge nas moedas em ablativo (FARIA, 1994, p. 54). Por outro lado, tanto quanto sabemos, não há na numária hispano-romana nenhum exemplo inequívoco da utilização do genitivo aplicado a nomes pessoais. E certo que se conhecem alguns exemplos da utilização do genitivo nas emissões de denários romanos do período republicano, mas dado o seu carácter excepcional, dificilmente terão servido de modelo às cunhagens de *Noua Karthago*. Enumeremos esses casos, tendo em atenção que só os respectivos *cognomina* são passíveis de demonstrar sem margem para dúvidas que tais nomes se encontram em genitivo: M AVRELI SCAVRI (RRC 282/1), C CONSIDI NONI ANI (RRC 424/1), C CONSIDI PAETI (RRC 465/3), M FOVRI PHILI (RRC 281/1), L FVRI BROCCHI (RRC 414/1), TI MINVCI AVGVRINI (RRC 243/1), L ROSCI FABATI (RRC 412/1), P SERVILLI RVLLI (RRC 328/1) e L VALERI FLACCI (RRC 306/1).

Cremos, por conseguinte, ser preferível pensar que os nomes de magistrados hispano-romanos terminados em *-i* constituem, em regra, nominativos abreviados.

Muito embora a maior parte do trabalho consista na apresentação das variantes de leitura constantes dos dois catálogos espanhóis anteriormente referidos, uma análise aturada dos mesmos permitiu que introduzíssemos algumas correcções ao nosso artigo de 1994, ainda que a estrutura deste último seja agora mantida.

Foi ainda incluída uma *addenda*, que além de recolher alguns nomes recentemente dados a conhecer, reúne outros, presentes em moedas inéditas, que serão em breve publicadas por José Rodrigues Marinho com o devido pormenor. A este investigador endereçamos os nossos agradecimentos pelas informações prestadas.

L (*udus*) A(...) F(...). Q (*uaestor*). *Emporiae*. CNH 154:23-25. RPC I 247. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 2. ABASCAL 93:19. FARIA 4.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 154:25.

abaRildur. Ceca indeterminada. 203:1-9. FARIA 6.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

h(ucius) AC (ilius)MAU leolus). Murtili. CNH 377:4. FARIA 9.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

SE *X(tus)*AEBVTIVS CLEMENS. II VIR. *Caesaraugusta.* RPC I 352-358. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 11. ABASCAL 64:38. FARIA 10.

ABASCAL: *SEX(tus)* AEBVTIVS.

C (*aius*)AELO'ns). caStilo /Castulo.CNH 338:56. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 8, 12. FARIA 11.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado.

L(ucius) AELIVS SEIANVS. CO(n)S(«). Bilbilis RPC I 398-399. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 17.

ABASCAL —; FARIA —.

Excluído destes dois trabalhos por não se tratar de um magistrado local.

L (*ucius*)AE (*milius*). *arse-Saguntum* CNH 314:75. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 18. FARIA 17.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: M AEM.

M (*arcus*)AEM (*ilius*)ERCOL(flmrs). *arse-Saguntum.* CNH 314:75. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 20. FARIA 22.

Seguimos aqui a leitura de ALFÖLDY (*ad CIL* IP 14(1), p. 63), embora este acrescente um inexistente H no início do *cognomen*.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: AEM ERCOL; FARIA: M AEM (*ilius*)ERGOL(es).

CN(aci«) AE (*milius*)GRACILIS. AED(ilis) *Clunia.* RPC I 455. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 45. FARIA 5.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CN AR(...) GRACILI; FARIA: CN (*aeus*)A[...] RACILI(flmis?); ABASCAL —.

Leitura a confirmar. Segundo RIPOLLES (carta de 27/12/95), numa moeda conservada em Estocolmo lê-se [...] CN AE GRACILI; porém, conquanto não tenhamos examinado o dito exemplar, parece-nos que GRACILE poderá ser a leitura correcta, se, no caso vertente, a terminação do ablativo do singular tiver sido respeitada.

L(ucius) ALM(ilius) MAXVMVS. AED(i7/.v). *Saguntum.* RPC I 204. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 21. ABASCAL 73:11. FARIA 24.

ABASCAL: L(MCÍMS) AE(...) MAX(i/HÍH); *CIL* 11[^] 14(1), p. 63: *Ucius*) AEMI (*lius*)MAXVMVS.

M (*arcus*)AGRIP(pa). *QNIN(quenn Karthago. RPC* I 164. FARIA 27.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

M (*arcus*)AGRIPPA. CO(n)S (*Gades. RPC* I 77-79. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 26.

ABASCAL —; FARIA —.

Excluído destes dois trabalhos por não se tratar de um magistrado local.

T(itus) AHI(ws) T (*iti*)F (*ilius*).*Q(uaestor). Valentia. CA*//317:4. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 27. ABASCAL 73:47. FARIA 29.

ABASCAL: *T(itus)* AHIVS.

AIDAR. *Obulco. CNH* 342:5. FARIA 30.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

C(aius) AFFIARIVS. II VIR. *Caesaraugusta. RPC* I 317-318. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 31. ABASCAL 75:38. FARIA 33.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen + cognomen*.

C(aius) ALSANVS. II VIR. *Caesaraugusta. RPC* I 306-308A. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 32. ABASCAL 127:2. FARIA 34.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen +* ; faltou citar *RPC* I 308A; ABASCAL: *nomen + co*; faltou citar *RPC* I 308A.

an(n)duaCui. *Obulco. CNH* 346:36. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 260. FARIA 44.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **-ntuakoi.**

ANDVGEP(...?) *SISNC(urhil)* F(*ilius*) TVL(...). ***Beuipum.** *CNH* 134:8, 135:12. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 35. FARIA 37.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **ketouibon?**; faltou citar *CNH* 135:12.

angioniS. *Abra. CNH* 355:1-4. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 205. FARIA 36.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **-kioniS**; FARIA: **anCioniS.**

M (*arcus*)AN (*nus*).*Qiuaestor). Carteia.* 413:11-12. FARIA 38.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

- P(*ublius*)ANTESTIVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 439.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 36. ABASCAL 78:62. FARIA 40.
 ABASCAL: RPC I 439, 441-443.
- M(arcws) ANT(w'n'ws?) ANT(w//ns?). *Baesuri*. CNH 400:1.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 34. FARIA 43.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: M AN ANT.
- ¶Ancius) APO (nius).AID(ilis). *Bailo*. CNH 124:1, 6. FARIA 45.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ—; FARIA: faltou citar CNH 124:1.
- L(ucius) NPipuleiusl) DEC(/a«ws?). *Murtili*. CNH 377:1-3, 6-7.
 FARIA 46.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.
- L(ucius) AP (puleius!)DEC(ianus?). *Q(uaestor)*. *Vrso*. CNH 367:1-5. FARIA 47.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.
- L(ucius)APPVLEI(MS) RVF(MS). QVINQ(UENNALIS) *Noua Karthago*. CNH 411:12 13. RPC I 155-156. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 42. ABASCAL 83:46. FARIA 48.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 411:12;
 ABASCAL: L (ucius)APPVLEI(ns).
- C(aius) AQVINVS MELA. II VIR QVIN(quennalis) *Noua Karthago*. CNH411:14. RPC I 157. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 43. ABASCAL 84:29. FARIA 49.
 FARIA: faltou citar CNH 411:14.
- L(ucius) ARG (entariusl).AED(ilis). *Carteia*. CNH 415:29-30.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 46. FARIA 50.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: L ARGA.
- M(arcus)ARG {entariusl).*Carteia*. CNH 417:47. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 47. FARIA 51.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: M ARGA.
- aRsabaS. Ceca indeterminada. CNH 53:110. FARIA 52.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.
- aRsbigis. arse. CNH 304:2, 5. FARIA 53.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

T(itus)AT(...). Valentia. CNH 317:6. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 27. FARIA 54.

GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ: T ATL (= T AHI T F).

aTaBels. undicesCen. *CNH 147:46-47. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 48. FARIA 55.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ: faltou citar *CNH 147:47.*

P(ublius)ATELLIVS. Noua Karthago. CNH 410:1. RPC I 146. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 50. ABASCAL 86:13. FARIA 56.

ABASCAL: P {ublius)ATELLI(ws).

CN(aeus) ATELLIVS PONTI(...). II V(i QN(inquennalis). Noua Karthago. RPC I 169. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 51. ABASCAL 86:14. FARIA 58.

ABASCAL: CN (aeus)ATELLI(ws).

Ucius) ATINI(ws). IIII VIR. Carteia. CNH 419:62-63. RPC I 114-115. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 52. ABASCAL 87:58. FARIA 59.

ABASCAL: L(ucius) ATINI VS.

AVFIDIVS RVFVS. IIII VIR. C? CNH 419:64. 15418. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 56. FARIA 63.

ABASCAL —.

M (arcus)AVVS. IIII VIR. Clunia. RPC I 452. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 37. ABASCAL 93:2. FARIA 39.

GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ: M ANTO OU AVO; ABASCAL M (arcus)AVO(...?); FARIA: M (arcus)ANO

CN(aeus)BAEBI(ws) GLAB(n'o). AED(i7 Saguntum. CNH 312:64. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 62. FARIA 68.

GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ: AED CVR.

P(ublius)BAEBIVS POLLIO. II VIR QVIN(quennalis) Noua Karthago. RPC I 157. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 65. ABASCAL 95:33. FARIA 69.

FARIA: faltou citar *CNH 411:14.*

S(arcus) BAEBI(ms) SOBRINVS. ALD(ilis). Saguntum. RPC I 204. GARCÍA-BELLIDO & BLÂZQUEZ 63. ABASCAL 95:50. FARIA 71.

ABASCAL: M (arcus)BAEB(/«s) SOBRI(UMS).

Ucius) BAGGIVS FRONT(o). II VIR, II VIR II (iterum). Celsa.

RPC I 272-275, 279. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 66. ABASCAL 96:18-19. FARIA 72.

ABASCAL: duas entradas para um só magistrado; FARIA: L. BAGGIVS FRONT(o).

C(aius) BALBVS. PR (*aetor*)II VIR. *Lepida*. CNH 224:20.

I 262. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 68. ABASCAL 127:5. FARIA 74.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 224:20; ABASCAL: *nomen* + *cognomen*.

balcagaldur. arse. CNH 309:39, 313:74. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 70-71. FARIA 75.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado.

M(*arcus*)BAL(ce...?). **caStilo/Castulo.** CNH 339:68.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 59. FARIA 73.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: M BA.

becuegi. Obulco. CNH 345:26-35. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 207. FARIA 76.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **-kueki** ou **uekoeki**; FARIA: **beCueCi.**

Uucius) BENNIVS. PRAEF(r?cíws). I 162-165. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 72-73. ABASCAL 96:37. FARIA 77.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; FARIA: PRAEF(ECTUS) IMP(ERATORIS) CAES(ARIS) *QNIN(quennalis)*.

Por analogia com a legenda de anverso de *RPC* I 166 (FARIA, 1994, p. 45, n.º 179), a legenda de anverso de *RPC* I 162-163 deve ser interpretada do seguinte modo: IMP(eratore) CAES(are) QVIN (*quennali*)L(*ucio*) BEN(mo) PRAEF(ecto).

L (*ucius*)C(...). Q (*uaestor*).*Emporiae*. CNH 152:5-6, 153:13. *RPC* I 237, 240. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 80/82. ABASCAL 177:30. FARIA 82.

ABASCAL: *nomen* + *cognomen*; FARIA: faltou citar *RPC* 1237, 240.

P(*ublius*) C(...). Q (*uaestor*).*Emporiae*. CNH 154:22. *RPC* I 246. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 84. ABASCAL 208:19. FARIA 83.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen* + *nomen* + *cognomen*'; ABASCAL: *nomen* + *cognomen*.

C(aius) C(...) A(...). Q (uaestor). Emporiae. CNH 155:34. RPC I 253. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 87. ABASCAL 126:44. FARIA 84.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: Q C CA.

M(arcus) CAEC (ilius) AED(ilis). Lepida. CNH 225:24. RPC I 265. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 89. ABASCAL 99:20. FARIA 92.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 225:24.

L(ucius) CAECi ilius) AQVIN(MS). II VIR. Turiaso. RPC I 419. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 90. ABASCAL 99:27. FARIA 93.

ABASCAL: *L(ucius) CAEC(ilius) AQVINVS.*

L(ucius) C(aecilius) M(acer). Q(uaestor) Emporiae. CNH 154:27. RPC I 249. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 82. ABASCAL 127:33. FARIA 95.

ABASCAL: L(...) C(...) M(...).

C(aius) CAEC (ilius) SERE (nus). II VIR. Turiaso. RPC I 417. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 91. ABASCAL 101:24. FARIA 96.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: L CAEC SERE.

M (arcus) CAECIL (ius) SEVERVS. II VIR. Turiaso RPC I 408-409. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 93, 343. ABASCAL 101:29. FARIA 97.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado.

L(ucius) CAEL (ius) CAND(idus). III VIR. Clunia. RPC I 454. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 96. ABASCAL 102:28. FARIA 100.

FARIA: faltou referir o cargo: III VIR.

E(ucius) CAEL(ins) PRHS(.vus?). Clunia. RPC I 454. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 97. ABASCAL 102:40. FARIA 101.

ABASCAL: *L(ucius) CAEL (ius) PRES(...)*; FARIA: faltou referir o cargo: III VIR.

DRVSVS CAESAR. II VIR. Caesaraugusta. RPC I 342-343. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 100. FARIA 144.

FARIA: faltou citar RPC I 342.

G(aius) CAESAR. II VIR. Caesaraugusta. RPC I 362-364. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 99. FARIA 103.

FARIA: faltou citar RPC I 362-363.

TI (*berius*) CAESAR. CO(n)S(w/). Lepuida *RPC* I 398-399.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 104.

ABASCAL —; FARIA —.

Excluído destes dois trabalhos por não se tratar de um magistrado local.

L(*ucius*) CAL(*urnius*). AED(/7/.v). *Saguntum*. 312:64-65.
RPCI 266-267. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 105. ABASCAL 105:19.
FARIA 104.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *CNH* 225:25-26;
ABASCAL: faltou citar *RPC* I 267.

L(*ucius*)CALPVRN(íws). AED(/7/.v). *Saguntum*. 312:64-65.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 108-109. FARIA 105.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado.

T(*itus*) CALP (*urnius*)CONST(...). III VIR. *Clunia*. *RPC* I 456-457. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 106, 125. ABASCAL 105:31.
FARIA 106.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; FARIA: T(*itus*) CALP (*urnius*)CONST(ans).

CANDNILí...?) SISCRA F(*ilius*). ***Beupum**. *CNH* 134:5-5A.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 110. FARIA 109.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CANDNIL SISCRA F;
ketouibon?; faltou citar *CNH* 134:5A.

CANTNIP(...?) EONIAE F (*i****Beupum**. *CNH* 134:10.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 111. FARIA 110.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **ketouibon?**.

P (*ublius*)CARISIVS. LEG (*atus*)AN *Giusti* PRO PR
Emerita. VIVES 140:1-9, 14-16. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 112.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: LEG PR; ABASCAL —; FARIA —.

Excluído destes dois trabalhos por não se tratar de um magistrado local.

C(*aius*) CARRO í/.v) AQVIL(...). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 361. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 113. ABASCAL 108:18. FARIA 111.

FARIA: e (*aius*)CA17R1 (*us*) AQUIL(a?).

CarsuRitu. *Obulco. CNH 343:15-16.* GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 203. FARIA 112.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **ka-suritu.**

M(arcMs) CATO. II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 345-351.* GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 115. ABASCAL 321:17. FARIA 114.

ABASCAL: *M(arcus) CATVS.*

C(aius) CELER. II VIR. *Calagurris. RPC I 450-451.* GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 117. ABASCAL 322:21. FARIA 115.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen + nomen.*

CELTAMB(...). *Tole. CNH 296:1-5.* GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 118. FARIA 116.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CELTAMB ou CELTMI; *Toletum.*

T(itus) CERVIVS. II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 306-308A.* GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 119. ABASCAL 111:6. FARIA 117.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *RPC I 308A*; ABASCAL: faltou citar *RPC I 308-308A.*

CeSTin. ildubeRi. *CNH 359:9.* FARIA 174.

FARIA: **geSdin.**

Uma vez que não está provada a classificação desta palavra como antropônimo, poderá a mesma ser comparada a **uSTin**, presumível substantivo presente numa emissão de dracmas de **ildiRda** (*CNH 42:37*).

AP(*pius*) CLO (*dus*). *caStilo/Castulo. CNH 338:58.* GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 41. FARIA 118.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *nomen + cognomen.*

CONIP(...). *ILQ(ws?) Onuba. CNH 388:7.* FARIA 124.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

CONIPR(...). *Obulco. CNH 342:5.* FARIA 125.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

L(ucius) CORANI(ws). *Q(uaestor). Valentia. CNH 318:8.* GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 119. ABASCAL 116:18. FARIA 127.

ABASCAL: *L(ucius) CORANIVS.*

M (*arcus*) CORANI(ws). ***Beuipum.** *CNH 134:11.* FARIA 126.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —; FARIA: CORANI(ws?).

P (u b l i u s) C O R N (e l i u s) . *Bailo. CNH 124:5. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 127. FARIA 129.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: P COR.

L (u c i u s) C O R N E I » » » F R O N T O . II VIR. *Celsa. CNH 225:28. I 269. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 133. ABASCAL 120:56. FARIA 132.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *CNH 225:28.*

ABASCAL: L (u c i u s) C O R N E I l i n s) F R O N T I » » ,

C (m u s) C O R N (e l i u s) R E F E C (t o) . II VIR. Bilbilis *RPC I 400. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 131. ABASCAL 122:46. FARIA 134.*

ABASCAL: C (a i u s) C O R N (e l i u s) R E F E C (...) .

L (u c i u s) C O R N E I l i a s) T E R R E N V S . II VIR. *Celsa. RPC I 270. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 134. ABASCAL 124:8. FARIA 135.*

ABASCAL: L (u c i u s) C O R (n e l i u s) T E R (...) .

C N (a e u s) D O M I T I V S . II VIR. *RPC I 278. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 141. ABASCAL 129:50. FARIA 139.*

ABASCAL: C N (a e u s) D () M I T (/ » . v) .

L (u c i u s) D O M I (f i w s) R O B V (. s 7 » ») . A E D (/ / / . v) . *Clunia. ?PC 1453. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 140. ABASCAL 130:41. FARIA 141.*

ABASCAL: L (u c i u s) D O M I (m ») R O B V (...) .

M (a r c u s) F A B I V S . II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 304-305. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 147. ABASCAL 133:60. FARIA 148.*

ABASCAL: M { a r c u s) F A B I (w s) .

L (u c i u s) F A B I (m i) . P O S T I » » » » . *Saguntum. CNH 314:77. RPC I 200. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 146. ABASCAL 135:49. FARIA 150.*

ABASCAL: L (u c i u s) F A B I V S P O S T (/ ...) .

L (u c i u s) F E N E S T E (I l a) . II VIR. *Turiaso. RPC I 410. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 151. ABASCAL 361:51. FARIA 154.*

ABASCAL: L (u c i u s) F E N E S T E ; FARIA: faltou citar *RPC I 410.*

P { u b l i u s) F L (a u i u s ?) . Q (u a e s t o r) . *Emporiae. CNH 153:18-19. RPC I 243. ABASCAL 208:21. FARIA 155.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: P (r i m u s) ou P (e r p e t u u s) F L (a m e n) ' , ABASCAL: *nomen + cognomen.*

M (a n i u s) F L A V I V S F E S T V S . II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 359-360. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 153. ABASCAL 140:24. FARIA 156.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: II VIR IT; FARIA: M(a)N(/w.s)
FLAVI VS FESTVS.

M (an^{ius})FLAVIVS FESTVS. II VIR. RPC I 272-275.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 152. ABASCAL 140:23. FARIA 157.
FARIA: M(a)N(ms) FLAVIVS FESTVS.

FLORVS. II VIR. *Oscā*. RPC I 297-299. GARCÍA-BELLIDO &
BLÁZQUEZ 154. ABASCAL 370:53. FARIA 158.
ABASCAL: faltou citar RPC I 299.

L(ucius) FOLCE (nius). AEDILIS. *Acinipo*. CNH 393:12.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 155. FARIA 159.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen + cognomen*.

C(aius) FVFIVS. AED(/7A). *CeRPC* I 280. GARCÍA-BELLIDO
& BLÁZQUEZ 156. FARIA 160.
ABASCAL —.

FVLVIANVS. PRAEFECTVS. *Caesaraugusta*. RPC I 338-339.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 163. ABASCAL 374:34. FARIA 161.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: FVLVIANO PRAEFEC.

CN (aeus) FVL (uius)CN (aei)F(ilius). *castilo/Castulo* CNH
332:15-17, 21. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 157. FARIA 162.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CNH 333:15-19, 21; FARIA:
CN(aeus) FVL(m'ws) CN(«<?ű) F(ilius).

M(arcus) FVLVI(ws). PR(aetor) Q(uinquennalis), PR(aetor) II
VIR. *Lepida*. CNH224:18-19, 22-23. RPC 1261, 264. GARCÍA-BELLIDO
& BLÁZQUEZ 159, 162. ABASCAL 143:30. FARIA 164.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só
magistrado; ABASCAL: Ni{arcus) FVLVIVS.

C (aius)FNL(uius) RVTIL(Mi). II VIR. *Calagurris*. RPC I 444.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 160. ABASCAL 144:14. FARIA 165.
ABASCAL: C(aius)FNL(uius) RVTI(...).

L (ucius) FVNI (sulanus)NETT(onianus). II VIR. *Caesaraugusta*.
RPC I 361. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 164. ABASCAL 144:35.
FARIA 167.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: L FVNI VET; ABASCAL: L(ucius)
FVNIVS VET(...).

- M (arcus)GEL (lius)PALVD(...). II VIR. I 419.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 116. ABASCAL 110:36. FARIA 169.
- GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: M CEL ou CES PALVD;
 ABASCAL: M(arcws) CEL(...) PALVD(...); FARIA: *Wiarcus*) GEL (lius)
 PALVD (*iusl*).
- GERMANICVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 325-329.
 FARIA 170.
- GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —; FARIA: faltou citar I
 327-329.
- GERMANVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 368-372.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 166. ABASCAL 380:30. FARIA 173.
 FARIA: CNH 368-372.
- C(aius) GRAN (ius)BROCCHVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 441-
 -443. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 167. ABASCAL 146:57. FARIA 177.
 ABASCAL: C(aius)GRAN(ius) BROCC
- C(aius) UHI.(idus) POLLIO. II ()
 PR (aefectus). *Noua Karthago*. CNH 410:4-6. I 149-150, 166.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 168, 170. ABASCAL 149:9-10. FARIA 179.
- GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só
 magistrado; ABASCAL: duas entradas para um só magistrado.
- HOSPES. II VIR. *Osc*a. RPC I 297-299. GARCÍA-BELLIDO &
 BLÁZQUEZ 172. ABASCAL 388:3. FARIA 180.
 ABASCAL: faltou citar RPC I 299.
- C (aius)I(...). Q (uaestor). *Emporiae*. CNH 152:5-6. RPC I 237.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 173. ABASCAL 127:25. FARIA 182.
 ABASCAL: *nomen + cognomen*.
- C(aius) I(...) NICOM(cí/e5?). Q *Emporiae*. CNH
 153:18-19. RPC I 243. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 174. ABASCAL
 167:14. FARIA 183.
 ABASCAL: C (aius)I(...) NICOM(...).
- icoRtaS. Saitabi.** CNH 315:8-9. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ
 177. FARIA 186.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **Saiti**; FARIA: **ars**
- ildiRadin. *Obulco*. CNH 343:10. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ
 181. FARIA 189.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **iltiratin**.

ildiRaRCer. undicesCen. *CNH* 147:43-45. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 179-180. FARIA 188.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado.

ildiReuR. *Obulco.* *CNH* 343:15-16. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 182. FARIA 190.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **iltireur.**

ILNO. *Obulco.* *CNH* 342:6. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 178. FARIA 187.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *CNH* 342:6.

Mulus) IRTHI(MS). *Lascut.* *CNH* 126:3. FARIA 192.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

ISCR. *Castulo.* *CNH* 332:14. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 326. FARIA 193.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: SACAL/ISCR.

isceRadin. *Obulco.* *CNH* 343:11-14. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 185. FARIA 195.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **iskeratin.**

P(w *blius*)IVL(*ius*) AVITVS. lili VIR. *RPC* I 456-457. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 38, 188. ABASCAL 156:32. FARIA 200.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; P IVL ANT.

IVNIANVS LVPVS. PR (*aefectus*) li) CAESAR(A). II VIR. *Caesaraugusta.* *RPC* I 338-339, 362-364. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 197, 224. ABASCAL 393:23, 406:41. FARIA 205.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *nomen + cognomen*', duas entradas para um só magistrado; ABASCAL: duas entradas para um só magistrado.

L (*ucius*)IVNIVS. II VIR. *Calagurris.* *RPC* I 437. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 198. ABASCAL 164:45. FARIA 206.

ABASCAL: L (*ucius*)IVNIlus).

L (*ucius*)IVNIVS. II VIR QVIN *Noua Karthago.* *CNH* 411:8-10. *RPC* I 152-153. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 199. ABASCAL 164:44. FARIA 207.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *RPC* I 152-153.

M(arcus)IVNI(iw) HISPAN VS. II VIR. *Celsa*. *RPC* I 270.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 196. ABASCAL 165:20. FARIA 209.

ABASCAL: M (arcus)IVN(ins) HISPÚ»ÍI/.v).

(...)IHSA(...). *Obulco*. *CNH* 350:66. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 246. FARIA 181.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: MIHSAM.

M (anius)KANINIVS. II VIR ITER(wm). *Caesaraugusta*. *RPC* I 322-324. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 201. ABASCAL 167:27. FARIA 211.

FARIA: M(a)N(ius) KANINIVS.

Uncius) L(...). *Emporiae*. *CNH* 152:7-9. *RPC* I 238. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 208. ABASCAL 177:35. FARIA 212.

ABASCAL: *nomen* + *cognomen*; FARIA: faltou citar *CNH* 152:7.

P(ublius) L(...). *Emporiae*. *CNH* 152:7-9. *RPC* I 238. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 209. ABASCAL 208:26. FARIA 213.

ABASCAL: *nomen* + *cognomen*; FARIA: faltou citar *CNH* 152:7.

CN (aeus)L(...) F(...). *caSti\o/Castulo*. *CNH*—. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 210.

FARIA —.

Continuamos a considerar duvidosa a existência deste magistrado, não se encontrando certamente reproduzido em *CNH* 338:56 (, GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ).

Ciai us) LAETILIVS APALVS. II V(/r) *Noua Karthago*. *RPC* I 172-173. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 211. ABASCAL 168:15. FARIA 214.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: C LAETILIVS APALLVS.

M(arcui) LIC(inius) CAPEL(...). II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 444. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 212. ABASCAL 170:41. FARIA 216.

ABASCAL: M(ÚTCMS) LIC(iniui) CAPE(...).

L,(ucius) LIC (inius)CRACILIS. II VIR. *Ercauica*. *RPC* I 464-467. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 213. ABASCAL 170:56. FARIA 217. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: L LIC GRACILE.

LICI(níMs) CRLS(cí77.v). AEL)(/7/.s). *Turiaso*. *RPC* I 415-416. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 214. ABASCAL 171:3. FARIA 218.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *RPC* 1416.

*C(aius)*LIVIS. *Vesci*.CNH 129:5. FARIA 220.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

C(aius) LVCIEN(ns). *Q(uaest) Valentia*. CNH 317:1.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 220. ABASCAL 175:8. FARIA 224.

ABASCAL: *C(aius)* LVCIENVS.

L(ucius) QVL(es...?) F (*ilius*). **caStilo** CNH 339:70-71.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 312. FARIA 221.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen* + *nomen* ou *cognomen* + filiação; L QV L F.

*C(aius)*LVCI(MS) *V(ublii) F(ilius)*. *Noua Karthago*. 412:18-19. RPC I 160-161. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 219. ABASCAL 174:45. FARIA 224.

ABASCAL: *C(aius)*LVCIVS P (uF FARIA: faltou referir o cargo: II VI(r) QVINQ (*ennalis*).

*M(arcus)*INCil(*etius*) PERE(gnnws). **AEDQ(i.v)**. *Clunia*. RPC I 458. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 221. ABASCAL 176:27. FARIA 226.

BELLIDO & BLÁZQUEZ: M LVCR PER; ABASCAL: M LNCR(*etius*) PER(...).

L(ucius) LVCRETIVS RVFVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 352-358. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 222. ABASCAL 176:2. FARIA 227. ABASCAL: faltou citar RPC I 354-358; L LVCRETIVS.

*Q(uintus)*LVTATIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 304-305.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 225. ABASCAL 177:8. FARIA 228.

ABASCAL: *Q(uintus)* LVTATOÍ«).

M(...). **ars e-Saguntum**.CNH 313:69-71. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 226.

FARIA —.

Não há elementos que nos levem a concluir que se trata da abreviação de um nome de magistrado.

MALLEOLO«). II VIR QVINQQ/cm/a/i.v). *Noua Karthago* CNH 411:15-17. RPC I 158-159. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 234. FARIA 232.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar RPC I 158-159.

[...] MAL(//ns) BVCCO. II VIR. *Bilbilis*. RPC I 397A.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 232. ABASCAL 179:1. FARIA 233.

ABASCAL: [...] MAL(...) BVCCO.

C(aius) MAUlius) SERA[N J(u)II VIR. I 397A.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 233. ABASCAL 178:51. FARIA 233.

ABASCAL: *C(aius) MAL(...)* SERANVS.

M(arcus)B A Lire(...) F (*ilius*).CNH 338:59-65.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 67. FARIA 240.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen + nomen + cognomen*.

M(arcus)C(...) F (*ilius*).*caStilo/Castulo*. CNH 339:70-71.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 79. FARIA 241.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen + nomen + cognomen*.

M(arcus)Q (ules...?) F(ilius).caStilo CNH 338:59-61.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 311. FARIA 242.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen + nomen + cognomen*.

MARIVS (?). *Ipses*. CNH 422:1. FARIA 243.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

L(ucius)MAR(íms). Carteia. CNH 416:40-417:43. GARCÍA-

-BELLIDO & BLÁZQUEZ 44. FARIA 244.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: F AR.

C(aius)MAR(/MS) CAP(íio). II VIR, PR [*pro*] II

VIR(o). *Calagurris*. RPC I 434, 440. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 238-239. ABASCAL 183:16. FARIA 246.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado.

C(aius)MARIVS VEGET VS. AED II VIR. *Turi aso*. RPC I

415-416,418. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 243. ABASCAL 183:55-56. FARIA 247.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: RPC I 417; ABASCAL: duas entradas para um só magistrado.

M(anius)MEMMIVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 437. GARCÍA-

-BELLIDO & BLÁZQUEZ 245. ABASCAL 184:47. FARIA 249.

ABASCAL: *M(ō)NO'MS) MEMMI(MS)*.

C(aius)M(inicius)A(mphiol). Q *Emporiae*. CNH

155:28-29, 35-36. RPC I 250, 254. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 227. ABASCAL 186:11. FARIA 250.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 155:35-36;

ABASCAL: *C(aius)M(inicius) A(m...)*; FARIA: RPC 1250-254.

C(aius) MINIVS Q(uinti) F(ilius). IIII VIR, IIII VIR YY(erum), IIII VIR TERitium), IIII VIR IV (quartum). VIVES 128:6. 417:50-57. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 247. FARIA 252.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar 418:51-53 e VIVES 128:6; FARIA: IIII VIR TER, IIII VIR IV (*quater*).

MONTANVS. II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 373-377, 380-386. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 249. ABASCAL 432:34-35. FARIA 254.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *RPC I 378-379*; ABASCAL: duas entradas para um só magistrado; *RPC I 378-379*.

C(aius)MVNI(MS). Q(uaestor).Valentia. CNH 317:1. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 250. ABASCAL 187:48. FARIA 255.

ABASCAL: *C(aius) MVNIVS*.

NAEAL. *Obulco. CNH 342:6. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 251. FARIA 256.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: NAAL.

E(ucius) NEP(os). PR (aetor)II VIR. Lepida. CNH 224:21. I 263. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 252. ABASCAL 177:46. FARIA 257. ABASCAL: nomen + cognomen', L(...) NEP(...).

NERO CAESAR. II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 342-343. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 103. FARIA 258.*

FARIA: faltou citar *RPC I 342*.

neselducu. *Obulco. CNH 344:17-345:25. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 254. FARIA 261.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **neseltuko**.

SE X(tus)NIGER. AED(ilis). Lepida. CNH 225:25 (26?), 27. RPC I 266-268. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 256. ABASCAL 201:41. FARIA 263.

ABASCAL: urna entrada para dois magistrados; SE POMP(om'ws) NIGER.

niosisceR. Ceca indeterminada. *CNH 52:106. FARIA 265.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

L(ucius) NOWS. II VIR. Calagurris. RPC I 445-446. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 259. ABASCAL 441:50. FARIA 267.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen + nomen*.

C(aius) NVCIA(m«). IIII VIR. *Carteia*. CNH 419:62-63. I 114-115. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 261. ABASCAL 441:52. FARIA 268.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen* + *nomen'*, ABASCAL: *C(aius)* NVCIA (*nus?*).

C(aius) NVMI(ws). *Q(uaestor)*. *Valentia*. CNH 318:8. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 263. ABASCAL 192:13. FARIA 271.

ABASCAL: *C(aius)* NVMIVS.

*C(aius)*0(...) *C(...)*. *Q(uaestor)*. *Emporiae*. CNH 155:35, 36. RPC 1254. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 266. ABASCAL 194:37. FARIA 272.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CNH 154:21; ABASCAL: *C* 0(...) *G(...)*; FARIA: *C(aius)*0(...) *G(...)*.

*M(arcus)*0(...) *H(...)*. *Q(uaestor)*. *Emporiae*. CNH 154:23-25. RPC I 247. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 265. ABASCAL 194:38. FARIA 273.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 154:24-25.

*T(itus)*OCTA (*uius*)VIETALI(//<7/.s). AED(///.v). *Chunia*. RPC I 453. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 269. ABASCAL 193:31. FARIA 275.

ABASCAL: *T(itus)*OCTA (*uius*)METAL(...).

ODACIS. A (*edilis*). ***Beuipum**. CNH 133:3-4. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 270-271. FARIA 277.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; A e S (em ODA A S e ODACIS A) tidas como abreviaturas pertencentes aos nomes dos magistrados (que, como vimos, é um só); **ketouibon?**.

odaciiS. *Obulco*. CNH 342:9. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 278. FARIA 283.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **otatiis**.

¿OLA F?. A(?). CNH 404:4-5. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 273. FARIA —.

Tanto a leitura como a interpretação levantam numerosas dúvidas.

oloSoRdin. Ceca indeterminada. 49:83. FARIA 279.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

CN(aens') OM(...). *Obulco*. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 274. FARIA —.

Magistrado de existência muito duvidosa, não sendo fornecida por GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ qualquer informação sobre o numisma (ou numismas) que ostenta(m) um tal nome.

C(aius) OTAC(i/i us).PR (aetor)QVIN Lepida. CNH
224:18-19. *RPC* I 261. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 277. ABASCAL 194:23. FARIA 282.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *CNH* 224:18-19.

C(aius) P(apirius?) C (árbol).Q Emporiae. CNH
154:21. *RPC* I 245. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 280. ABASCAL 208:17. FARIA 286.

ABASCAL: *C(aius) P(...)* *C(...)*.

Q(uintus) PAPIRI(jits) CAR(bo).II VIR Q Ilici.
RPC I 192-193. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 282. ABASCAL 195:40. FARIA 287.

ABASCAL: *Q(uintus) PAPIRO'««»* *CAR(...)*.

C(aius) PE(...). Carteia. CNH 417:45. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 283.

FARIA —.

Nome de magistrado cuja existência requer confirmação.

T(itus)PETRONI VS. II VIR. Ilici. RPC I 189-191. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 286. ABASCAL 197:18. FARIA 290.

ABASCAL: *T(itus) PETRON(iws)*.

M(arcus)PLAET(or/w«) TRA II VIR ITER(«m).
Calagurris. RPC I 435. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 287. ABASCAL 197:47. FARIA 291.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: II VIR.

C(aius)POMPEI VS. II VIR. Celsa. RPC I 278. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 294. ABASCAL 199:26. FARIA 292.

ABASCAL: *C(aius) POMPEI(Mí)*.

Uucius) POMPEO'««» BVCCO. II VIR. Celsa. 225:28.
I 269, 271. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 78, 293. ABASCAL 199:38. FARIA 81, 294.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; faltou citar *CNH* 225:28; FARIA: duas entradas para um só magistrado.

G(aius) POM (peius)CAPE(...). II VIR II (iterum). Bilbilis. RPC I 397. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 288. ABASCAL 199:42. FARIA 295. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: II VIR; FARIA: II VIR II (bis).

CN (*aeus*)POM^e(ws) FLAC(cms). II VIR Q
Noua Karthago. RPC I 185-186. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 290. ABASCAL 201:59. FARIA 296.

ABASCAL: CN(acws) POM(...) FLAC(cms).

T (*itus*)POMPI *eius*) LONG(...). III VIR. *Clunia. RPC I 456-457. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 291. ABASCAL 200:10. FARIA 297.*

FARIA: T (*itus*) POMP(cîms) LONG

SEX(*tus*)POMP(éms) NIGER. AED *Celsa. RPC 1216-211. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 292. ABASCAL 201:42. FARIA 298.*

ABASCAL: uma entrada para dois magistrados;
POMP(onius) NIGER.

Nl(*arcus*) PONT(úf.s) MARSVS. II VIR. *Turiaso. RPC I 418. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 296. ABASCAL 202:21. FARIA 300.*

ABASCAL: M(*arcus*) PONT(...) MARSVS.

Q (*uintus*)PONT(i'íMí) PLA(*cidus*). AED(*ilis*). *Turiaso. RPC 1414. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 297. ABASCAL 202:22. FARIA 301.*

ABASCAL: Q (*uintus*)PONT(...) PLA(...).

Q (*uintus*)POPIL(íws). *ars c-SagunCNH 314:76. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 298. FARIA 303.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: Q POPILI.

T (*itus*)POPILI(ws). II VIR QVIN *Noua Karthago. CNH 410:2-3. RPC I 147-148. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 299. ABASCAL 202:28. FARIA 304.*

ABASCAL: T(*itus*) POLILI(ms).

L (*ucius*)PORCIVS. PR (*aetor*)II VIR. *Lepida. 224:20. RPC 1262. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 303. ABASCAL 203:54. FARIA 305. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 224:20.*

M(*arcus*) PORCI(ns). II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 314-316. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 302. ABASCAL 203:55. FARIA 306.*

ABASCAL: M (*arcus*)PORCIVS.

M (*arcus*)POSTVM(/ws) ALBINVS. II VIR
II VIR QVINQV (*ennalis*)ITER(wm). *Karthago*. *RPC* I 170-
-171, 174-178. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 306. ABASCAL 205:26.
FARIA 309.

ABASCAL: M (*arcus*)POSTVM(íws) ALBIN(MS).

C (*aius*)POST {*umius*}MIL(o). II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 436.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 305. ABASCAL 205:39. FARIA 310.

ABASCAL: C(*aius*) POST {*umius*}MIL(...).

P(*ublius*) PRISCVS. II VIR. *Osea*. *RPC* I 300-303. GARCÍA-
-BELLIDO & BLÁZQUEZ 307. ABASCAL 468:42. FARIA 311.

ABASCAL: faltou citar *RPC* I 302.

Q(*uintus*) PVBLILI(Mí). *Onuba*. *CNH* 387:3-5. GARCÍA-BELLIDO
& BLÁZQUEZ 309. FARIA 313.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *CNH* 388:3-5.

M (*arcus*)Q(...). *arse*. *CNH* 311:51-54. GARCÍA-BELLIDO &
BLÁZQUEZ 310. FARIA 314.

FARIA: **ars e-Saguntum**.

C (*aius*)RECTVS. II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 450-451. GARCÍA-
-BELLIDO & BLÁZQUEZ 318. ABASCAL 482:32. FARIA 320.

FARIA: faltou citar *RPC* I 451.

C(*aius*) R {*osius*l}. Q(*uaestor*). *Emporiae*. *CNH* 153:13. *RPC* I
240. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 315. ABASCAL 127:51. FARIA 321.
ABASCAL: *nomen + cognomen*!, C(...) R(...).

C (*aius*)RVF(...) ou AVF(...). Q **iCalesCen**. *CNH*
327:25-26. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 142. FARIA 322.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CN F; FARIA:

RVF(u.v).

C (*aius*)S(...). *ars e-Saguntum*. *CNH* 311:50-52. GARCÍA-BELLIDO
& BLÁZQUEZ 320. FARIA 323.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **arse**.

N(*arcus*) S(...) R(...). Q (*uaestor*). *Emporiae*. *CNH* 154:21. I
245. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 323. ABASCAL 127:51. FARIA 326.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *CNH* 153:18-19.

SABINVS. *Noua Karthago*. *CNH* 410:4-5. I 149.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 324.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar 410:4-5;
ABASCAL —; FARIA —.

Não é seguramente um magistrado local.

C(aius) SABINVS. II VIR. Caesaraugusta. RPC I —. VIVES 147:6. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 394. ABASCAL —. FARIA —.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar VIVES 147:6.

A moeda que terá reproduzido o nome em apreço é apenas conhecida através de desenhos, pelo que nos pareceu aconselhável não a levar em consideração (v. *RPC I* p. 118).

SACAL. **caStilo** /Castulo.CNH 332:14. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 326. FARIA 327.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: SACAL/ISCER.

P(ublius) SALPAS. PR (aetor)II VIR. Lepida. CNH 224:22-23. RPC I 264. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 327. ABASCAL 208:41. FARIA 328.

ABASCAL: P (*ublius*)SALPA.

SCIPIO. II VIR. *Caesaraugusta. RPC I 373-377, 380-381. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 330. ABASCAL 498:41. FARIA 331.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *RPC I 373-381; ABASCAL: RPC I 373-381.*

C(aius) SEMP(rowws) BARBA(...). II VIR III (tertium). Calagurris. RPC I 447. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 331. ABASCAL 215:53. FARIA 332.

FARIA: e (*aius*)SEMP(ranÍMs) BARBA; II VIR.

M (*arcus*)SEMP(romws) FRONT(o). II VIR. *Turiaso. RPC I 413. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 332. ABASCAL 216:29. FARIA 333.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: M SEMP FRONTO.

L(ucius) SLMP(ronius) GEMINVS. II VIR. Saguntum. RPC I 201-203. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 333. ABASCAL 216:35. FARIA 334.

ABASCAL: L (*ucius*)SEMP(romws) GEMIN(US).

L (*ucius*)SEMP (*ronius*)MAX(imAED(i7 *Lepida. CNH 225:24. RPC I 265. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 334. ABASCAL 217:1. FARIA 335.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar CNH 225:24.

L(*ucius*)SEMP(*ronius*)RVTO/\). AEDQY/.s). *Clunia*. *RPC* I 455.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 335. ABASCAL 217:31. FARIA 336.

ABASCAL: *Linci its*) SFMP(*ronius* RVF(...).

M(*arcus*) SEMP (*ronius*)TIBERIOms). II VIR. *RPC* I 392-
-394. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 337. ABASCAL 218:1. FARIA 338.
ABASCAL: M (*arcus*)SEMP(*ronius*) TIBERVS.

L(*ucius*)SEMPR(OTH'WS) VETTO. *Saguntum*. 314:77. *RPC* I
200. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 338. ABASCAL 218:10. FARIA 339.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: L SEMP VETTO.

M(*arcus*)SEPTN(*mius*). *Carteia*. 414:21-415:26. GARCÍA-
-BELLIDO & BLÁZQUEZ 339. FARIA 340.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: M SEPT.

SeRCir. **undicesCen.** *CNH* 144:20. GARCÍA-BELLIDO &
BLÁZQUEZ 341.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **Serkir**; FARIA —.

Pensamos que se trata de marca de valor, talvez a mesma que figura em *CNH* 332:12-13 (**caStilo**), encontrando-se até agora indocumentado na onomástica pessoal ibérica qualquer paralelo para **SeRCir**.

Ucius) SESTIO«) CELER. II VIR. *Ilici*. *RPC* I 196-197. GARCÍA-
-BELLIDO & BLÁZQUEZ 342. ABASCAL 221:19. FARIA 342.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CELER não figura na lista de *cognomina* (p. 422); ABASCAL: L (*uciu*)SESTIVS CELER.

C(*aius*) SEX(*lins*). AHD(*il is*). *Calagurris*. *CNH* 277:6. *RPC* I
432. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 344. ABASCAL 221:52. FARIA 343.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *CNH* 277:6.

SiBiBolai. *Obulco*. *CNH* 342:8. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ
350. FARIA 344.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **Situbolai**.

SiCaRbi. Ceca indeterminada. 513:31A. FARIA 346.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

SISBE SISCRA F (*ilius*) A (*edilis*) ***Beuipum**. *CNH* 134:5A-6.
GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 346-347. FARIA 347.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; nome pessoal trimembre: SISBE A S; **ketouibon?**.

SISD(...?). *Vesci. CNH* 129:4. FARIA 348.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

SISIO(L...?). *Obulco. CNH* 351:72. FARIA 349.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

SISVCVRHIL. ***Beuipum**. *CNH* 134:9. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 349. FARIA 351.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **ketouibon?**.

SOCED. *caStilo/Castulo. CNH* 332:14. FARIA 352.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

("S(*aeits*) STATI(N.V) LIBO. PRAEF(CCÍMS). *Noua Karthago* ?

CNH 425:1-2. *RPC* 1483. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 352. ABASCAL 223:27. FARIA 354.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: 425:3; ABASCAL: CN
STATI (*lias*) LIBO.

M (*anius*)SVLPICIVS LVCAN(ws). II VIR. *Turiaso. RPC* 1413.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 353. ABASCAL 225:11. FARIA 355.

Faria: *M(a)N(ius)* SVLPICIVS LVCAN(MÍ).

T(itus) SVLP(*i ci us*) QVAR(...). AED(Í7/.s). *Turiaso. RPC* I 414.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 354. ABASCAL 225:23. FARIA 356.

FARIA: T (*itus*) SVLP (*idus*)QVAR(ÍMÍ).

L {*ucius*}SVRA. *PR(aetor)* II VIR, II VIR. *Lepida-Celsa. CNH* 224:21. *RPC* I 263, 271. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 356-357. ABASCAL 177:53. FARIA 357.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; faltou citar *CNH* 224:21; ABASCAL: *nomen + cognomen*.

C{aius} T(...) C(...). Q (*uaestor*). *Emporiae. CNH* 155:34. *RPC* I

253. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 358. ABASCAL 232:38. FARIA 358.

FARIA: *CNH* 153:34.

G(aius) TARRACINA. II VIR. *Oscá. RPC* I 300-303. GARCÍA-

-BELLIDO & BLÁZQUEZ 359. ABASCAL 524:4. FARIA 359.

ABASCAL: faltou citar *RPC* I 302.

TegiaailcoS. Ceca indeterminada. *CNH* 354:1-2. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 204. FARIA 360.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **kiaailkoS**; FARIA: **TeCiaailcoS**.

L(*ucius*)TER(*entius*) LON(...). II VIR *Ilici*.
RPC I 198-199. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 360. ABASCAL 228:48.
 FARIA 363.

FARIA: L(*ucius*)TER(*entius*) LON(g/nn.s).

C(*aius*)TER(*entius*) SVRA. II VIR. *Ercauica*. *RPC* I 464-467.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 355, 361. ABASCAL 229:21. FARIA 365.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só
 magistrado; faltou citar *CNH* 224:21 e *RPC* I 466.

tibeRi. undicesCen. *CNH* 147:46-48. GARCÍA-BELLIDO &
 BLÁZQUEZ 365. FARIA 366.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou citar *CNH* 147:47-48.

tigirsgine. Ceca indeterminada. FARIA 367.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

A(*ulus*) TILAN (?). *Obulco*. *CNH* 341:3. FARIA 368.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ —.

L(*ucius*)TITIVS. II VIR. *Caesamugusta*. *RPC* I 322-324.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 366. ABASCAL 230:5. FARIA 369.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen* + *cognomen*.

L(*ucius*)TRINI(ws) *Linci i*) L(*ilius*). *CNH* 317:4, 6.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 368. ABASCAL 231:10. FARIA 371.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: faltou referir que o nome deste
 magistrado ocorre em semisses (sm.); ABASCAL: L(*ucius*) TRINIVS.

IdiTuiBoRen. *Obulco*. *CNH* 346:36-37. GARCÍA-BELLIDO &
 BLÁZQUEZ 370. FARIA 373.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **tuituiboren.**

P(*ublius*)TVRVLLIVS. II VIR QVINQVEN(na/is). *Noua*
Karthago. *RPC* I 174-178. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 371.
 ABASCAL 232:21. FARIA 374.

ABASCAL: P(*ublius*) TVRVLLI(ws).

[. (*ucius*) VALENTINVS. II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 445-446.
 GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 386. ABASCAL 538:17. FARIA 376.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen* + *nomen*.

C(*aius*) VALERIVS. AED(///y), II VIR. *Calagurris*. *CNH* 277:6.
RPC I 432-433. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 377, 390. ABASCAL
 236:20-21. FARIA 377.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; ABASCAL: duas entradas para um só magistrado.

P(ublius)V(aleriusl).arse. CNH 311:56-59. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 375. FARIA 375.

Seguimos aqui a leitura de ALFÖLDY {*ad CIL* II[^] 14(1), p. 63}.
FARIA: *P (ublius)V(...)*.

C(aius)VAL (erius) AQVILVS. II VIR. Tu riuso. RPC I 408-409. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 380. ABASCAL 236:41. FARIA 381.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *C VAL AQVILLO*.

C(aius)VALERIVS FENE (stella).II VIR. Caesaraugusta. RPC I 309-313. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 389, 391. ABASCAL 238:15. FARIA 382.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado.

G(aius)VALEOmv) TRANQ(w Ulus).II VIR. RPC I 397. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 385. ABASCAL 243:8. FARIA 388.

ABASCAL: *G(aius)VALE(ñus)TRANQ(...)*.

Q(uintus)VARIVS HIBERVS. II VI(r) QVIN PRAEF(eciM^) Miare i) AGRIP(/«i') QVIN(quennalis), PRAEF(ccíns). Noua Karthago. CNH 412:18-19. RPC I 160-166. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 171, 393. ABASCAL 244:50. FARIA 390.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; ABASCAL: faltou citar *RPC I 163*.

Por analogia com a legenda de anverso de *RPC I 166* (FARIA, 1994, p. 45, n.º 179), a legenda de anverso de *RPC I 164* deve ser interpretada do seguinte modo: *M(arco) AGRIP(pa) QVIN(quennali) HIBERO PRAEF(ccto)*.

P(ublius)VARVS. n VIR. Caesaraugusta. RPC I —. VIVES 147:6. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 394. ABASCAL —. FARIA —.

A moeda que terá reproduzido o nome em apreço é apenas conhecida através de desenhos, pelo que nos pareceu aconselhável não a levar em consideração (v. *RPC I* p. 118).

uecuegi. *Abra. CNH 355:1-4. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 372. FARIA 391.*

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: **uekoeki** ou **-kueki**; FARIA: **ueCueCi**.

T (*itus*) VERRIVS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 317-318. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 395. ABASCAL 246:11. FARIA 392.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: *praenomen* + *cognomen*.

CN(ÍZCMS) VETILIVS BVCCO. AED(17ís), II VIR II (*bis*). *Celsa*. RPC I 279-280. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 77, 398. FARIA 393.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; ABASCAL —.

C(*aius*) VIBI(ws). AID (*ilis*), lili VIR, lili VIR IT *Carteia*. CNH 417:48, 50-54. RPC I 415-417. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 400-401. FARIA 397.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: duas entradas para um só magistrado; faltou referir o cargo de lili VIR IT faltou citar CNH51-54.

C(*aius*) VICIVS C(*aü*) F(7)LIO (*sic*). *Tole*. CNH 297:6-7. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 402. FARIA 398.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: C VICCIVS ou VIDVS.

A incipiente latinização que a presente legenda monetária denuncia encontra paralelo numa inscrição funerária de Jarandilla de la Vera (Cáceres) (*HEp* 4, 1994, 236), na qual FIFI VS surge sob a grafia FFIOS (*sic*), chegando STYLOW (*ad HEp* 4, 1994, 236) a colocar a hipótese de a mesma epígrafe não ser latina.

VINIT(...?). *Obulco*. CNH 350:65. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 403. FARIA 399.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: VIINIIT.

CN(aeus) NOC(*onius*) STARE F(*ilius*) caStilo. 332:15-19, 21. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 405. FARIA 401.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: CN VOC ST F; 333:15-19,21.

uRCail. *Obulco*. CNH 342:8. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 373. FARIA 402.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: urkail.

uRCailbi. *Obulco*. CNH 344:17-25. GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ 374. FARIA 403.

GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ: urkailtu.

ADDENDA

L(ucius) AT(...) TI(...). Ipses. Moeda inédita.

Nome de magistrado constante do reverso de uma moeda de chumbo a publicar por José Rodrigues Marinho. Enquanto aguardamos o aparecimento de novos exemplares que ponham fim às dúvidas sobre a leitura dos nomes dos magistrados envolvidos, não devemos excluir a eventualidade de *L(ucius) AT(...) II(uir)* constituir a interpretação correcta. Sobre o(s) nome(s) que figura(m) no anverso desta mesma moeda, v. *infra*.

L(ucius) NV(...). Cilpes. CASARIEGO, CORES & PLIEGO, 1987, p. 149, n.º 5.

Também por intermédio de José Rodrigues Marinho, soubemos que foram recentemente encontrados alguns divisores de chumbo e de bronze cunhados em *Cilpes*. Os exemplares de chumbo, que ostentam no anverso a legenda antropomímica L NV, pertencem ao tipo n.º 5 de CASARIEGO, CORES & PLIEGO (1987, p. 149), autores que, todavia, não conseguiram identificar o respectivo local de produção.

oRdinildiR. Ceca indeterminada. Subasta Vico 29/02/96, n.º 5.

A dracma de tipologia ampuritana que incluía este NP tipicamente ibérico foi posta a leilão juntamente com outra dracma ibérica, análoga à que foi publicada por VILLARONGA (CNH 41:31), e atribuível a *Biscargi* (Plin. *HN* 3.23; Ptol. 2.6.63).

M(arcus) PV[...]. Q(uaestorl). Ipses. Moeda inédita.

Este NP figura no mesmo numisma que ostenta no reverso o magistrado *L(ucius) AT(...) TI(...)* (ou *II(w/r)?*). Dada a descentragem que afecta a moeda em causa, não sabemos se *M (arcus) PV[...]* é o único nome representado no anverso — e, a ser assim, apresentaria *nomen* e *cognomen* não abreviados — ou se, depois do mesmo, figura um outro, possivelmente abreviado, de que apenas se vislumbram algumas letras, a última das quais nos parece ser um C. Logo a seguir, e a terminar a legenda, surge a letra Q entre pontos, possível abreviatura de *Q(uaestor)/Q(uaestores)* ou, menos provavelmente, de *Q(uinquennalis)IQ(uinquennales)*.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M., 1994, *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia.
- CASARIEGO, A., CORES, G. & PLIEGO, F., 1987, *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania Antigua*, Madrid.
- CIL II² 14 (1) = ALFÖLDY, G. et alii, 1995, *Corpus Inscriptionum Latinarum, IL Editio altera. Pars XIV: Conventus Tarraconensis. Fase. I: Pars meridionalis Conventus Tarraconensis*, Berlin-New York.
- CNH = VILLARONGA, L., 1994, *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*, Madrid.
- FARIA, A. M. de, 1994, *Nomes de magistrados em moedas hispânicas*, «Portugalia», nova série, 15, p. 33-60.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P. & BLÁZQUEZ, C., 1995, *Formas y usos de las magistraturas en las monedas hispânicas*, «La Moneda Hispánica: Ciudad y Territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)», Madrid, p. 381-427.
- HEp 4 = «Hispania Epigraphica», 4, Madrid, 1994.
- PENA, M. J., 1990-1991, *Algunos rasgos dialectales del latín de Hispania*, «Faventia», 12-13, p. 389-400.
- PENA, M. J., 1995, *Algunas observaciones sobre la forma de los nombres de los magistrados monetales en época republicana*, «La Moneda Hispánica: Ciudad y Territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)», Madrid, p. 275-279.
- RPC I = BURNETT, A., AMANDRY, M. & RIPOLLÉS P. P., 1992, *Roman Provincial Coinage I. From the Death of Caesar to the Death of Vitellius (44 BC — AD 69)*, London-Paris.
- RRC = CRAWFORD, M., 1974, *Roman Republican Coinage*, Cambridge.
- VIVES Y ESCUDERO, A., 1924-1926, *La moneda hispánica*, Madrid.

TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS

FARIA	CNH	ÆPCI	GARCÍA-BELLIDO & BLÁZQUEZ	ABASCAL
1	311:56-59		1	
2	313:67-68		3	
3	156:38-40	256	4	93:11
4	154:23-25	247	2	93:19
5		455	45	
6	203:1-9			
7	411:8-11	152-154	6	63:50
8	314:76		5	
9	377:4			

10		352-358	11	64:38
11	338:56		8, 12	
12	387:3-5		15	
13		284	16	65:53
14		292	13	66:48
15		292	14	67:12
16	312:60		7	
17	314:75		18	
18	347:44-58		28	
19	311:55		9	
20	313:66		23	
21		436	19	69:28
22	314:75		20	
23	156:37	255	10	73:14
24		204	21	73:11
25		454	22	70:51
26		194-195	24	72:10
27		164		
28	415:28		25	
29	317:4		27	73:47
30	342:5			
31	308:31-32		29	
32	410:4-6	149-150	30	264:39
33		317-318	31	75:38
34		306-308A	32	127:2
35	415:29-30		33	
36	355:1-4		205	
37	134:8, 135:12		35	
38	413:11-12			
39		452	37	93:2
40		439	36	78:62
41		438	40	80:73
42		452	39	80:74
43	400:1		34	
44	346:36		260	
45	124:6			
46	377:1-3, 6-7			
47	367:1-5			
48	411:12-13	155-156	42	83:46
49	411:14	157	43	84:29
50	415:29-30		46	
51	417:47		47	
52	53:110			
53	304:2, 5			

54	317:6		27	
55	147:46-47		48	
56	410:1	146	50	86:13
57		185-186	49	86:16
58		169	51	86:14
59	419:62-63	114-115	52	87:58
60	338:58		53	
61	365-367		54	89:35
62		276-277	55	89:38
63	419:64	5418	56	
64	312:61		57	
65		439	64	95:36
66	313:67-68		58	
67		447	60	95:3
68	312:64		62	
69	411:14	157	65	95:33
70		441-443	61	95:36
71		204	63	95:50
72		272-275, 279	66	96:18-1
73	339:68		59	
74	224:20	262	68	127:5
75	309:39,313:74		70-71	
76	345:26-35		207	
77		162-165	72-73	96:37
78	313:74		74	
79	350:65		75	
80	345:26-35		76	
81,294		269, 271	78, 293	199:38
82	152:5-6, 153:13	237, 240	(80/82)	177:30
83	154:22	246	84	208:19
84	155:34	253	87	126:44
85	154:26	248	86	127:15
86	155:30-31	251	80	127:18
87	155:30-31	251	81	127:24
88	155:28-29	250	83	127:42
89	154:26	248	85	127:48
90	155:32-33	252	88	110:12
91		287-288	92	307:25
92	225:24	265	89	99:20
93		419	90	99:27
94		365-367	94	100:23
95	154:27	249	82	127:33
96		417	91	101:24
97		408-409	93, 343	101:29

98	410:2-3	147-148	95	102:6
99		462	98	102:24
100		454	96	102:28
101		454	97	102:40
102		182-184	99	
103		362-364	99	
104	225:25-26	266-267	105	105:19
105	312:64-65		108-109	
106		456-457	106, 125	105:31
107		458	107	106:27
108	354:1-2		202	
109	134:5-5A		110	
110	134:10		111	
111		361	113	108:18
112	343:15-16		203	
113		309-313	114	108:56
114		345-351	115	321:17
115		450-451	117	322:21
116	296:1-5		118	
117		306-308A	119	111:6
118	338:58		41	
119		325-329	120	114:18
120	338:57		121	
121		194-195	122	115:48
122		285-286	123	333:34
123	411:15-17	158-159	124	
124	388:7			
125	342:5			
126	134:11			
127	318:8		130	116:18
128	333:22		126	
129	124:5		127	
130		395-396	128	119:54
131		462	132	120:52
132	225:28	269	133	120:56
133		454	129	121:41
134		400	131	122:46
135		270	134	124:8
136	413:11-12		137	
137	416:40-43		136	
138	413:7		138	
139		278	141	129:50
140		319-321	139	129:53
141		453	140	130:41

142		137	100	
143		123	100	
144		343	100	
145		179-181	100	
146	156:38-40	256	143	145:5
147		438	144	133:59
148		304-305	147	133:60
149	313:66		145	
150	314:77	200	146	135:49
151	410:1	146	148	137:3
152		314-316	149	137:24
153	419:58-60	111-112	150	137:29
154		410	151	361:51
155	153:18-19	243		208:21
156		359-360	153	140:24
157		272-275	152	140:23
158		297-299	154	370:53
159	393:12		155	
160		280	156	
161		338-339	163	374:34
162	332:15-17,21		157	
163	338:56		158	
164	224:18-19,22-23261,264		159,162	143:30
165		444	160	144:14
166		448	161	144:18
167		361	164	144:35
168	402:8-9		165	
169		419	116	110:36
170		325-326		
171		137	101	
172		123	101	
173		368-372	166	380:30
174	359:9			
175	343:10		206	
176		433	135	146:52
177		441-443	167	146:57
178		400	169	148:54
179	410:4-6	149-150, 166	168, 170	149:9-10
180		297-299	172	388:3
181	350:66		246	
182	152:5-6	237	173	127:25
183	153:18-19	243	174	167:14
184	153:16-17	242	175	167:17
185	300:39		176	

186	315:8-9		177	
187	342:6		178	
188	147:43-45		179-180	
189	343:10		181	
190	343:15-16		182	
191		162-163	102	
192	126:3			
193	332:14		326	
194	338:56		183	
195	343:11-14		185	
196	147:43-45		186	
197		169	187	
198	401:1-4		192	
199	413:8-9		193	
200		456-457	38, 188	156:32
201		167-168	189	160:43
202		456-457	190,319	161:21
203		452	191	161:53
204		196-197	194	161:58
205		338-339, 362-364	197, 224	393:23, 406:41
206		437	198	164:45
207	411:8-10	152-153	199	164:44
208	347:44-58		195	
209		270	196	165:20
210		325-329	200	166:49
211		322-324	201	167:27
212	152:7-9	238	208	177:35
213	152:7-9	238	209	208:26
214		172-173	211	168:15
215		368-372	216	400:26
216		444	212	170:41
217		464-467	213	170:56
218		415-416	214	171:3
219		392-394	215	173:16
220	129:5			
221	339:70-71		312	
222	145:28		223	
223	396:7		218	
224	317:1		220	175:8
225	412:18-19	160-161	219	174:45
226		458	221	176:27
227		352-358	222	176:2
228		304-305	225	177:8
229		420	229	408:7

230	411:11-13	154-156	230	178:5
231	419:61	113	231	178:42
232	411:15-17	158-159	234	
233		397A	232	179:1
234		397A	233	178:51
235		189-191	236	180:32
236	124:5		235	
237	401:1		237	
238	368:6-7		240	
239	414:13-14		241	
240	338:59-65		67	
241	339:70-71		79	
242	338:59-61		311	
243	422:1			
244	416:40-43		44	
245		411-412	242	183:3
246		434, 440	238-239	183:16
247		415-416, 418	243	183:55-56
248		285-286		417:10
249		437	245	184:47
250	155:28-29, 353	250, 254	227	186:11
251	154:22	246	228	186:35
252	417:50-57		247	
253	417:19		248	
254		373-377, 380-386	249	432:34-35
255	317:1		250	187:48
256	342:6		251	
257	224:21	263	252	177:46
258		343	103	
259		179-181	103	
260		166	253	
261	344:17-345:25		254	
262	351:74-86		255	
263	225:25 (26?), 27	266-268	256	201:41
264	413:10		257	
265	52:106			
266		411-412	258	191:13
267		445-446	259	441:50
268	419:62-63	114-115	261	441:52
269	417:46		262	
270	126:4		264	
271	318:8		263	192:13
272	155:35, 36	254	266	194:37
273	154:23-25	247	265	194:38

274	155:32-33	252	267	193:19
275		453	269	193:31
276	156:37	255	268	193:44
277	133:3-4		270-271	
278		359-360	272	194:2
279	49:83			
280	127:5		275	
281	414:15-16		276	
282	224:18-19	261	277	194:23
283	342:9		278	
284	312:61		279	
285		198-199	281	195:31
286	154:21	245	280	208:17
287		192-193	282	195:40
288	414:17-20		284	
289		295	285	454:24
290		189-191	286	197:18
291		435	287	197:47
292		278	294	199:26
293		452	289	199:27
294, 81	225:28	269, 271	293, 79	199:38
295		397	288	199:42
296		185-186	290	201:59
297		456-457	291	200:10
298		276-277	292	201:42
299		362-364	295	201:44
300		418	296	202:21
301		414	297	202:22
302	338:57		300	
303	314:76		298	
304	410:2-3	147-148	299	202:28
305	224:20	262	303	203:54
306		314-316	302	203:55
307		170-171	301	203:59
308	338:58		304	
309		170-171, 174-178	306	205:26
310		436	305	205:39
311		300-303	307	468:42
312		172-173	308	
313	387:3-5		309	
314	311:51-54		310	
315		295	313	477:41
316	339:70-71		184	
317		284	314	208:54

318	415:28		316	
319		420	317	482:43
320		450-451	318	482:32
321	153:13	240	315	127:51
322	327:25-26		142	
323	311:50-52		320	
324	154:27	249	321	226:5
325	153:16-17	242	322	226:21
326	154:21	245	323	226:24
327	332:14		326	
328	224:22-23	264	327	208:41
329	421:1-2	187-188	328	212:45
330		448	329	496:63
331		373-377, 380-381	330	498:41
332		447	331	215:53
333		413	332	216:29
334		201-203	333	216:35
335	225:24	265	334	217:1
336		455	335	217:31
337		395-396	336	217:32
338		392-394	337	218:1
339	314:77	200	338	218:10
340	414:21-26		339	
341		410	340	505:8
342		196-197	342	221:19
343	277:6	432	344	221:52
344	342:8		350	
345	342:9		345	
346	513:31A			
347	134:5A-6		346-347	
348	129:4			
349	351:72			
350	350:66		348	
351	134:9		349	
352	332:14			
353		287-288	351	515:19
354	425:1-2	483	352	223:27
355		413	353	225:11
356		414	354	225:23
357	224:21	263, 271	356-357	177:53
358	155:34	253	358	232:38
359		300-303	359	524:4
360	354:1-2		204	
361	388:6		362	

362	126:4		363	
363		198-199	360	228:48
364	421:1-2	187-188, 192-193	364	228:57
365		464-467	355, 361	229:21
366	147:46-48		365	
367	47:73			
368	341:3			
369		322-324	366	230:5
370		382-386	367	529:34
371	317:4,6		368	231:10
372	343:11-14		369	
373	346:36-37		370	
374		174-178	371	232:21
375	311:56-59		375	
376		445-446	386	538:17
377	277:6	432-433	377, 390	236:20-21
378		440	378	236:25
379	333:22		379	
380	311:55		388	
381		408-409	380	236:41
382		309-313	389, 391	238:15
383		449	381	238:48
384		449	382	240:26
385		417	383	241:30
386		201-203	387	242:55
387	389:1		384	
388		397	385	243:8
389		167-168	392	244:58
390	412:18-19	160-166	171, 393	244:50
391	355:1-4		372	
392		317-318	395	246:11
393		279-280	77, 398	(305:24)
394		345-351	399	543:44
395	396:7		396	
396		319-321	397	246:43
397	417:48,50-54	415-417	400-401	
398	297:6-7		402	
399	350:65		403	
400	339:68		404	
401	332:15-19,21		405	
402	342:8		373	
403	344:17-25		374	
404		434-435	376	551:39

(Página deixada propositadamente em branco)

SÁLETE DA PONTE

Professora-coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar

VESTÍGIOS ANTIGOS DOS HIDROSSISTEMAS ROMANOS DE TOMAR

“Conimbriga” XXXV (1996) p. 189-205

RESUMO: Refere-se a descoberta, no território de *Se Illium* (Tomar), de estruturas romanas destinadas à captação, elevação e armazenamento de água: fontes, barragem, açudes, aqueduto e tanques. Dá-se particular ênfase ao estudo da barragem de Chocapalhas, situada na ribeira da Lousã (freguesia da Junceira); um muro rectilíneo, de *opus incertum*, com blocos calcários unidos por argamassa de cal e areia; existe, a juzante, uma ponte romana e foram recolhidos, a cerca de 1 km, entre Paixinha e Chocapalhas, materiais cerâmicos denunciadores da provável existência de um núcleo urbano secundário.

RÉSUMÉ: On mentionne la découverte, au *territorium* de *Sellium* (aujourd’hui, Tomar), de structures hydrauliques romaines, notamment le barrage de Chocapalhas, situé dans la rivière de Lousã (*freguesia* de Junceira), ayant dans les proximités un pont romain; des tessons céramiques ont été recueillis à 1 km à peu près (un site urbain secondaire?).

(Página deixada propositadamente em branco)

VESTÍGIOS ANTIGOS DOS HIDROSSISTEMAS DE TOMAR

1. Introdução

A acção arqueológica desenvolvida nestes últimos 10 anos no *territorium* de *Sellium* (Tomar) tem fornecido um conjunto de informações sobre os vários hidrossistemas hidráulicos antigos, nomeadamente no que concerne aos testemunhos romanos da cidade-capital da *civitas*. Detectámos na região tomarense vários vestígios materiais, correspondentes a estruturas romanas e post-romanas, de captação, elevação, armazenamento, distribuição e evacuação de água em Tomar. Referimo-nos a fontes, a poços, a tanques e a condutas de captação e distribuição das águas; são dignos de realce vestígios de estruturas de alvenaria relativas à regularização, ao represamento e ao reaproveitamento da força hidráulica para elevação das águas. Ilustraremos os testemunhos materiais antigos e mais representativos de Tomar, com particular incidência para as estruturas romanas de *Sellium*.

2. Geografia

A região de Tomar insere-se num espaço geográfico mais amplo, limitado, a poente, por Ourém, a norte por Ferreira do Zêzere, a sudoeste por Torres Novas, a sul, pelo Entroncamento. Esta vasta região é recortada por uma rede hidrográfica extensa e diversificada, na qual se enquadram os cursos primários, secundários e sazonais da bacia do Tejo. O curso de água mais importante é o Nabão, afluente do Zêzere e subafluente do Tejo, que corre numa extensão de cerca de 60 Kms, na direcção norte-sul.

O seu curso, nesta região, segue “um corredor geomorfológico natural, designado por “depressão periférica”, que é constituído pelo conjunto de terras baixas situadas entre o Tejo e Mondego e encaixadas entre o maciço antigo, a leste, e o maciço calcário da Estremadura Central, a oeste” (Daveau, 1980). Hoje, este corredor de ligação entre o Nabão e o Tejo foi interrompido, por acção da natureza e do homem. A documentação antiga, medieval e moderna constitui importante fonte histórica sobre a navegabilidade do Nabão (0. A juzante do Nabão, a ponte e açude da Marianaia eram já conhecidos no tempo de D. Teresa(mãede D. Afonso Henriques), como porto de Marianaia, em 1334 (ATT, Tombo de Santa Maria do Olival — Cf. Anais de Tomar — 1137 a 1453 —, Tomar, 1972, p. 237).

É evidente que a quantidade de dados paleogeográficos é ainda insuficiente para avaliar a capacidade total da rede hidrográfica desta região. Poder-se-á, contudo, afirmar que o clima temperado, a abundância de águas e a riqueza de bons solos agrícolas fizeram desta região uma importante plataforma de ligação entre as regiões altas e as planícies de aluvião, onde as vias fluviais foram a chave fisiográfica da bacia terciária do Tejo. Estas evidências paleogeográficas favoreceram o estabelecimento de povos pré-históricos, o desenvolvimento e engrandecimento desta região, desde os Romanos até ao seu repovoamento na época templária, e ao esplendor das empresas da navegação henriquina. As águas do rio Nabão são formadas, a sudoeste de Ansião, pelas ribeiras de Ateanha e de Etampes, que correm, respectivamente, de nordeste para sudoeste e de noroeste para sudeste; depois, desde a 1ª nascente, perto de Ansião, engrossam com a 2ª nascente, próximo do penedo da Águia, designado por fonte do Agroal, avolumando-se com a de outras nascentes, ribeiros e regatos, que a ela afluem, passando por uma cadeia de pequenos planaltos calcários. Referimo-nos aos calcários carsificados existentes entre o Agroal e o Prado, aproveitados pelo homem primitivo para abrigo e repouso, para depois, em épocas posteriores, os habitantes das povoações vizinhas (Porto Velho, Chãos, Fungalvaz, Cedreira, Simão, Fonte Quente) aproveitarem o material

(¹) CF. PONTE (S. da), O estuário do Tejo na rota do comércio romano, “*Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*”, 2ª série, II, 1988, pp. 49-57 (p. 53). Estrabão (livro III, 3, 1, da Geografia) refere-se a barcos de rio que singravam ao longo dos afluentes entre o Tejo e Moron. O barco de pesca usado no rio Nabão era designado por “canoas do Aguadeiro” (FERREIRA, 1976, pp. 86-89).

pétreo para a construção e para o fabrico de olaria local. O calcário da Pedreira, de S. Simão e o “mármore” de Vale de Ovos foram largamente aplicados na construção, como hoje. A pedra de cal de S. Simão foi usada para o fabrico de argamassa, bem como para a caiação. Ainda em relação ao rio Nabão, constata-se que o seu alargamento se dá entre a Fonte Quente e a planície a jusante, onde teve assento Tomar romana, com as suas margens transformadas em terrenos férteis, para depois, a cerca de 8 Kms a sul da cidade, nas proximidades da Matrena, se esgueirar por canais e cavidades estreitas até se confundir com as águas do rio Zêzere, próximo de Constança. Digamos que o vale do Nabão é recortado por múltiplos cursos de água, destacando-se a ribeira de Ceras, o ribeiro de Peniche, a ribeira da Lousã com os seus afluentes, o ribeiro do Algás e o do Barril, na margem esquerda, e as ribeiras da Sabacheira e da Beselga, esta com o seu afluente o Cerzedo, Sarzedo ou “Carregueiros”, na margem direita. Por outro lado, as águas do rio Nabão, mais exactamente as do Agroal, sempre foram consideradas medicamentosas. O *territorium* de *Sellium* apresenta, ainda hoje, marcas fisiográficas e indícios arqueo-históricos de nascentes, poços, valas, tanques, cisternas, açudes e barragens destinados à regularização, captação, distribuição e aproveitamento hidráulico das águas do rio. Ocupar-nos-emos, por agora, dos indícios arqueológicos e das fontes escritas que fornecem alguns dados sobre os hidrossistemas antigos, mormente do período romano.

3. Fontes Arqueo-Históricas

Os autores medievos e modernos ⁽²⁾ referem-se aos sistemas de engenharia hidráulica introduzida no tempo da Reconquista pela Ordem Templária, para depois ser amplamente desenvolvida pela Ordem de Cristo, sendo, na altura, o seu Administrador ou Grão-Mestre, o Infante D. Henrique, entre 1420 e 1457. As referências escritas medievais

⁽²⁾ CF. SOUSA (J. M.), *Notícia descritiva da cidade de Thomar*, Tomar, 1903, pp. 25 e segs; CF. FERREIRA (Fernando), *Coisas Simples da Terra Tomarense. O rio, os açudes e as rodas*, Santarém, 1976, pp. 21-26; CF. GUIMARÃES (V.), *As águas do Agroal, “Congresso de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médica”*, Lisboa, 1932, pp. 3-4 e 6-9; CF. ROSA (A.), *História de Tomar*, I-II, 1965 e 1982; CF. ROSA (Alberto de Sousa), *Anais do Município de Tomar* (=AMT), Tomar, 1971.

atestam, efectivamente, as pré-existências ainda visíveis, ao longo das margens do rio Nabão, nomeadamente no espaço urbano, que serviu de sede à Ordem do Templo e à Ordem de Cristo. Digamos que esta documentação arqueo-histórica favorece o estudo dos vários mecanismos hidráulicos medievais, sendo insuficiente, ou mesmo quase imperceptível, para os periodos históricos mais antigos. Pouco conhecemos sobre o aproveitamento e sistema de captação das águas no período romano, cuja rede fisiográfica foi certamente aproveitada e desenvolvida pelas ocupações posteriores, mormente no tempo de permanência árabe. É precisamente a investigação arqueológica recente que nos fornece alguns dados importantes sobre a eventual rede de captação, distribuição e de utilização das águas no território de Sellium. A cidade-capital de Sellium é, por assim dizer, o principal polo de uma política e programa de instalação da rede hidráulica no núcleo urbano romano.

3.1. *Area urbana*

Os achados fortuitos e as intervenções arqueológicas nestes últimos 20 anos ⁽³⁾ têm fornecido importantes pistas sobre o aproveitamento das águas do vale do Nabão. Fixemo-nos, em primeiro lugar, nos testemunhos materiais existentes e detectados no espaço urbano. A fundação da cidade obedecia a um programa de urbanização munido de uma rede hidráulica, de edifícios urbanos e de uma malha viária, que traduzisse o estatuto político-administrativo do *territorium* seliense. Os Romanos souberam aproveitar as características geofisiográficas do vale do Nabão, instalando aí um sistema hidráulico de captação e de alimentação de água à população urbana. Os vestígios arqueológicos fazem supor que o aproveitamento destas águas se faria, fora do perímetro urbano, para fins industriais. Citemos as áreas periféricas de Marmelais/Ferrarias ⁽⁴⁾.

⁽³⁾ Cf. PONTE (S. da) *et alli*, “Sellium na História Antiga Peninsular”, *II Congresso Peninsular da História Antiga*, Coimbra, 1993, pp. 511-550 (p. 511-515); Cf. PONTE (S. da), “Achegas sobre a estrutura urbana de Sellium (Tomar)”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo, 1993, pp. 447-459.

⁽⁴⁾ Cf. FERREIRA (R.) e PONTE (S. da), “A villa suburbana de Cardais (Tomar) - Sua historia”, *Actas do Seminário - O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território, 1989* (=Actas), Tomar, 1992, pp. 55-57; Cf. PONTE (S. da), “A actividade económica de Sellium (Tomar)”, *Jornadas Interdisciplinares. Poder e Sociedade (1995)*, Lisboa (no prelo).

Os vestígios fisiográficos e arqueológicos permitem-nos reconhecer alguns dos recursos hídricos aproveitados pelos Romanos, para abastecimento de água à cidade, para fins domésticos, públicos e para pequenos núcleos industriais. Assim o confirmam os achados arqueológicos. Os recursos naturais da margem esquerda do rio Nabão favoreciam a instalação da rede hidráulica, como sugerem alguns dados geohistóricos: os subafluentes do Nabão [ribeiro Salgado ou ribeiro das Canas, a leste da antiga Cerrada do João do Couto ⁽⁵⁾, a norte o ribeiro dos Gafos ⁽⁶⁾, nas imediações da Praceta de Santo André, a sul o ribeiro Silvares ⁽⁷⁾, nas imediações das Ferrarias, e a poente, o rio], e a detecção de nascentes [uma, a oriente a cerca de 70 metros da insula da Alameda, outra, a sul, a cerca de 1500 metros da igreja de St.^a Maria dos Olivais, e outra a poente, nas imediações da actual Rua do Centro Republicano — antiga Rua das Poças], permitem relacionar estes recursos hídricos com os tanques, poços, fontes e canais romanos de captação, distribuição e evacuação de águas. Os tombos da Baixa Idade Média ⁽⁸⁾ referem-se à existência de ribeiros, nascentes e fontes na Cerrada de João do Couto, onde teve assento a cidade-capital de Sellium⁽⁹⁾. Estes recursos hídricos foram

⁽⁵⁾ Cf. PONTE (S. da), “Tomar e o seu Território-problemática e perspectivas futuras”, *Actas*, pp. 25-29 (p. 27). O Ribeiro das Canas era também designado por EFFON OU EVON, no tempo romano; na Baixa Idade Média era conhecido por ribeiro dos Gafos, e hoje por ribeiro salgado ou das Canas. As suas águas provinham de zonas elevadas e das águas das chuvas.

⁽⁶⁾ Cf. AMT (1542), *op. cit.*, (nota 2).

⁽⁷⁾ Cf. *id. ibidem*.

⁽⁸⁾ A carta aerofotogramétrica, na Esc. 1:1000 assinala com as manchas A e B, o sítio de destruição de condutas subterrâneas à cota aproximada de 57. 30 e 58. 40 metros, no sentido N/S e E/W.

⁽⁹⁾ Estudos recentes apontam para a possibilidade do topónimo de *Sellium* ter sido *Seillium*, na época augustana. Há já alguma bibliografia sobre esta matéria, facultada por FERNANDES (L. da S.), *A Presença da Mulher na Epigrafia Romana do Conventus Scallabitanus* (dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à FLP, 1996, pp. 5-6), nosso colaborador e epigrafista do período romano: Cf. VASCONCELOS (J. L. de), Inscrição romana de Lorvão, “*O Archeologo Português*”, XIX, 1914, pp. 365-366; Cf. BORGES (N. C.), “Lucêncio, bispo de Conimbriga e as origens do Mosteiro de Lorvão”, *Conimbriga*, XXIII, 1984, pp. 143-158; Cf. PEREIRA MENAUT (G.), *Corpus de Inscriptiões Romanas de Galicia*, vol. I - Provincia de A Coruña, Santiago, 1991, pp. 199-200, n.º 78. O epigrafista FERNANDES apresenta as razões pelas quais prefere referir o topónimo com a grafia *Seillium*, considerando-a a mais correcta, porque as inscrições funerárias apresentam aquela grafia; esta corresponderia, na opinião deste autor, “ao nome da

aproveitados e inseridos nos vários sistemas hidráulicos de Tomar, desde os Romanos à era da hidráulica industrial. Os vestígios materiais romanos são ainda insuficientes para o estabelecimento de uma rede de captação, armazenamento, elevação e distribuição de águas a esta cidade. Procuraremos apenas relacionar os vestígios romanos com as linhas de água reconhecidas e com as referências escritas medievais. É neste panorama paleo-hidrológico e arqueo-histórico, que apresentaremos, como hipótese de trabalho, o sistema hidráulico da cidade.

a) Fontes e aqueduto

Ao analisar a rede hidrográfica e a estrutura geológica e litológica de Tomar verifica-se que a maioria dos cursos afluentes do Nabão possui as suas nascentes em terrenos muito permeáveis, constituídos por formações carbonatadas e areníticas do Mesozoico; estas provinham de lençóis aquíferos subterrâneos (galeria de aqueduto, a sul da Praceta de St.º André e a leste da ínsula da Alameda) e de ressurgências ou absorção de águas do Nabão, a montante (nascente ou fonte do Choupo, Fonte ou Pego de St.ª Iria e nascente ou fonte de Marianaia). Esta área reúne várias nascentes e poços, para além de ribeiros e regatos, que, em épocas de precipitação pluvial, comportavam suficiente água, para a regularização dos lençóis aquíferos. É evidente que desconhecemos a quantidade de água disponível nos cursos de água que atravessavam a região, nem temos tão pouco dados paleogeográficos que referenciem qual a capacidade de escoamento das mesmas; por outro lado, ignoramos os valores de precipitação (absoluta e relativa) e de estiagem em tempos antigos, que condicionavam ou propiciavam o aumento de capacidade dos recursos secundários que abasteciam a cidade. Os níveis friáticos a cotas razoavelmente elevadas concorriam para a acumulação das águas. A abundância de poços propiciava uma melhor regularização dos lençóis aquíferos. Ora, a mina conduzia a água da nascente, através de uma rede

localidade, tal como era pronunciado no século I, sendo a grafia do *Itinerário de Antonino* uma deturpação do nome, própria da época em que foi redigido (*HEp* 1, 1989, n.º 112; Quintana de la Serena, Badajoz)”. Esta última informação foi-lhe fornecida por Amílcar Guerra, sugerindo que *Seilium* seria a pronúncia original, correspondente à grafia *Saelium*, em latim de boa época, sendo a grafia do *Itinerário de Antonino* o reflexo de uma época em que a fonética do ditongo — *ae* — correspondia a *!e* /.

de canais, para tanques de captação em pedra e *opus signinum*. Associada ao polo de captação e condução das águas da nascente, das linhas de água, afluentes ou subafluentes do rio, teria existido uma espécie de larga e funda conduta subterrânea, no sentido N/S, em tijolo e alvenaria (Fig. 1, n.º 1), um dos principais colectores da cidade, que se subdividiria em ramos secundários. Para além destas condutas, que ocupariam quase todo o perímetro da cidade, corria, na zona baixa, pelo menos, uma levada ou canal, no sentido N/S, que de montante para jusante abastecia toda a periferia da margem esquerda (Fig. 1, n.º 2), onde se supõe que existiriam fontanários e outras instalações de utilidade pública. Este sistema estava directamente associado ao rio, construindo-se açudes ou diques, rodas hidráulicas, que obrigavam a elevação de água. As rodas hidráulicas existentes na cidade elevavam a água, por meio da força humana ou da própria força motriz. Os relatos medievais são prolíferos quanto à existência deste processo de elevar a água, sendo o seu uso ainda presente no séc. XIX. A galeria detectada em 1986, nas imediações da ínsula da Alameda (Fig. 1, n.º 3 e Foto 1), foi nessa mesma altura destruída pelas obras de construção de imóveis, de um dia para o outro. A sua estrutura, bem como outros vestígios de condutas detectadas nas imediações ⁽¹⁰⁾, igualmente destruídas, entre 1994/95, pertenceriam à rede de captação e abastecimento de água à cidade. Presume-se, pelos achados detectados, que, no tempo dos Romanos, e devido ao caudal das águas do rio e das nascentes aí existentes, aqueles testemunhos materiais estariam associados à mina de água, abastecendo, assim, a cidade seliense. Esta mina é um túnel estreito ^(u), de natureza cársica, aberto na camada friática do terreno e orientado no sentido E/W. As águas desta mina, à cota aproximada de 58.40 metros, e as da nascente de Marmelais, à cota aproximada de 60.00 metros, abasteciam a cidade, através de uma rede de condutas de pedra e de tijolo, que desaguavam em poços — cisterna e em tanques de captação para armazenamento e transporte de água para as actividades públicas, domésticas e industriais. Foram detectados, no sentido N/S, vestígios de condutas subterrâneas (Fig. 1, n.º 4), que canalizavam a água proveniente da nascente de Marmelais, a qual corresponderia ao encanamento das águas para a cidade. Estas

⁽¹⁰⁾ Estes testemunhos foram descobertos por António Ventura, docente na ESTGT.

^(u) As dimensões visíveis da mina são aproximadamente de lmx 350x900 mm.

canalizações, à cota aproximada de 58.30 metros, eram em tijolo, cujas paredes laterais, de *opus latericium*, eram rematadas em abóbada de arco perfeito; o canal tinha uma largura de 0,60 m e de altura cerca de 0,90 m. Estas dimensões são aproximadas, dada a sua destruição, antes de serem desenhadas à escala e fotografadas. Supomos que estas condutas subterrâneas associadas à mina de água e a vários vestígios arqueológicos achados nas imediações constituíam a base da rede hidráulica seliense (Fig. 1), tendo como colector ou cloaca máxima, a construção de alvenaria (Fig. 1, n.º 6 e Foto 3) situada a poente da ínsula da Alameda, à cota de 60.28 metros. Aqui confluíam os esgotos provenientes das casas e das oficinas artesanais, como atestam as duas condutas, com orientações diferentes: uma, à cota de 59.98 metros, corre, no sentido EAV, sob o pavimento da rua, contígua à ínsula da Alameda, recolhendo a água utilizada pelas casas de vizinhos (Fig. 1, n.º 7); outra, à cota de 60.30 metros, e no sentido N/S, recolheria certamente as águas usadas pelas oficinas domésticas instaladas para noroeste da área comercial e residencial (Foto 2). A abertura destes canais não ultrapassava os 0,30 metros (Fig. 1, n.º 8 e Foto 4). As águas usadas, uma vez na cloaca máxima, seguiam em direcção ao rio Nabão. A adutora das águas da mina e da nascente de Marmelais teria necessariamente ramificações, das quais apenas detectámos uma, em direcção a um tanque ou *castellum* de armazenamento e distribuição de água potável (Fig. 1, n.º 9), pelo menos, para a ínsula da Alameda. Esta estrutura, de planta rectangular, apresenta interiormente 3 bacias, uma das quais do lado sul, quase inexistente; a peça intermédia tem cerca de 2.40 metros de comprimento por 1.70 metros de largura, enquanto que as dimensões da peça a norte são aproximadamente de 2.45 metros de comprimento por 2.10 metros de largura. Esta construção de alvenaria e de tijolo tem cerca de 7.00 metros de comprimento, sendo ainda visíveis, do lado sul, vestígios de conduta, em direcção à bacia, do mesmo lado; foram igualmente detectados vestígios de conduta de alimentação de água à ínsula, do lado poente, por uma estrutura rectangular interrompida, na extrema do tanque norte, com cerca de 1.10 metros por 0,60 metros de largura, cujas paredes exteriores tinham de largura cerca de 0.30 metros. A base deste reservatório encontrava-se à cota de 59.12 metros, conservando vestígios de dois septos laterais, definindo provavelmente uma das portas, que possibilitaria o abastecimento de água à ínsula; a cerca de 20 metros para poente, foram descobertas várias ramificações de canais de abastecimento a

diversas zonas da ínsula e a outras áreas, mais próximas da actual travessa da Cascalheira (Fig. 1, n.º 5). Os materiais de construção recolhidos nas imediações do tanque, de planta rectangular, fazem-nos supor que o reservatório era constituído por uma abóbada de volta inteira. Os arranques das partes laterais eram constituídos por pequenos blocos calcários argamassados, assentes num lastro de pedra e seixo unidos. O revestimento interior era de *opus signinum* e recoberto por uma camada fina de argamassa, conforme os resíduos materiais detectados. E uma construção augustana, de acordo com os materiais encontrados ⁽¹²⁾, destacando-se algumas peças cerâmicas e metálicas de datação segura.

Há referências modernas ⁽¹³⁾ sobre a existência de uma abóbada, que sustentaria um vão, para além de muita pedra de alvenaria, e que, no nosso entender, não seria mais do que uma peça do aqueduto principal da cidade. Estas ruínas situar-se-iam para norte do cemitério velho, nas imediações da azinhaga do ribeiro Salgado ou das Canas, entre a actual Rua Diogo de Arruda e a Rua D. Maria II.

Estas condutas de pedra calcária estavam aproximadamente à cota de 59.32 metros, tendo de largura cerca de 0.40 a 0.60 metros. A proliferação de poços e a existência de água subterrânea em abundância em toda a margem esquerda do rio facilitaram a instalação de uma rede de captação e de distribuição de água potável à população seliense. E de referir ainda a área correspondente entre a antiga Rua Larga (Rua Marquês de Tomar) e a Rua das Poças (Rua do Centro Republicano), que forneceu, nos tempos medievais e modernos, diversos testemunhos arqueológicos, tais como canalizações, alicerces de habitações, etc. Por outro lado, as áreas mais próximas do rio, a uma cota aproximada de 51.80 e 53.30 metros, eram certamente abastecidas pelas águas provenientes do Agroal, da ribeira de S. Gregório ⁽¹⁴⁾, da nascente do Choupo ⁽¹⁵⁾, de Marmelais, e da captação das águas pluviais. Existem ainda vestígios de uma “levada antiga” que estaria em ligação com canais secundários destinados à rega, à indústria e provavelmente para

⁽¹²⁾ Duas moedas augustanas, paredes finas, *sigillata* sudgálica, etc.

⁽¹³⁾ CF. SOUSA (J. M.), *op. cit.* (nota 2), pp. 231-232. O autor refere que esta pedra foi aproveitada para a construção de mausoléus.

⁽¹⁴⁾ A ribeira de S. Gregório foi entulhada, entre 1919/1920. Esta água era bastante calcária provocando perturbações digestivas.

⁽¹⁵⁾ CF. MELA (R.), “Ruas de Tomar e a sua Toponímia”, *Boi. Cult.*, 2, Out. 1981, pp. 75-86 (p. 86). O autor refere-se à nascente que foi vedada nos finais do séc. XIX.

abastecimento de complexos habitacionais suburbanos. A *villa* de Cardais era abastecida pela nascente de Marmelais (ribeiro de Cardais), e pelas águas da “levada” supondo-se que as águas sujas iriam directamente para uma outra cloaca situada na propriedade dos herdeiros de Albino de Lima Simões ⁽¹⁶⁾, detectada recentemente pelas profundas transformações efectuadas no local onde foi construído um edifício para a 3ª idade ⁽¹⁷⁾. É plausível que a abundância de águas ao longo das margens do rio fosse regularizada e canalizada para diversos fins domésticos e industriais. O represamento das águas através de açudes e de rodas hidráulicas poderá, no nosso entender, remontar ao período romano. É evidente que não possuímos provas irrefutáveis destes aparelhos elevatórios, senão indícios residuais, a montante do rio Nabão, e que nos parecem, pela alvenaria e argamassa usadas, da época romana. Há, assim, vários testemunhos arqueohistóricos⁽¹⁸⁾, que nos apontam para a existência de sistemas de construção hidráulica largamente usadas na época clássica e medieval. Referimo-nos aos açudes e às rodas hidráulicas que alimentavam os sistemas de rega e de fabricação de farinha e de azeite. Muitos desapareceram, outros deixaram marcas mais ou menos evidentes, e outros conservam-se em ruínas (Fig. 5), ou caso mais raro resistem intactos aos agentes naturais e à acção do homem. A “levada” antiga que abastecia de água a *villa* de Cardais, segundo a tradição oral, fazia mover um engenho (moinho, azenha e roda hidráulica) destinado à moagem do grão em farinha. Esta *villa* suburbana ficava a jusante do açude e ponte das Ferrarias, designada por “dorso de burro” ⁽¹⁹⁾. Esta ponte resolvia os problemas da lezíria, quase sempre alagada pelas águas do rio, que

⁽¹⁶⁾ Cf. GUIMARÃES (V.), *op. cit.* (nota 2), pp. 92-93. O autor refere “*que a um cano, “se ainda existir”, cuja enorme boca gradeada se vê perto duma grande massa de calcareo rijo que na margem esquerda do Nabão aflora, um pouco abaixo do limite sul que assinalamos a Sellium, na propriedade, hoje dos herdeiros.....*”

⁽¹⁷⁾ O imóvel para a 3ª idade construído nas imediações e defronte da igreja de St.ª Maria do Olival forneceu, aquando da abertura de caboucos, alguns tanques/ cisternas, canalizações e troços do caminho antigo de Marmelais, conservando-se alguns desses testemunhos na nova integração construtiva.

⁽¹⁸⁾ Cf. FERREIRA (F.), *op. cit.*, (nota 2), pp. 9-13; CF. GUIMARÃES (V.), *op. cit.* (nota 2), pp. 13-14.

⁽¹⁹⁾ CF. GUIMARÃES (V.), *op. cit.* (nota 2), pp. 13-14. Esta ponte, totalmente destruída, dava ainda “passagem no séc. XIV, segundo Fernão Lopes, na Crónica de EL-Rei D. João I; Cf. SALEMA (V. de S.), “As Ferrarias do concelho de Tomar”, *Boi. Cult.*, 7, 1984, pp. 113-119.

no séc. XIII era conhecida por Nava de Juncoso ⁽²⁰⁾. Aqui foram detetadas cisternas, tanques, poços e várias canalizações, provenientes de estruturas de captação e de evacuação das águas, como a identificação de urna cloaca ⁽²¹⁾.

Há cerca de 60 anos vislumbravam-se ainda na margem esquerda do Nabão, um pouco acima da ponte das Ferrarias, uma vala ou canalização em direcção à *villa* de Cardais ⁽²²⁾, o que supomos ser o encanamento das águas do rio naquela área. Hoje está assoreado, dado o alteamento do leito do rio. Por outro lado, esta conduta seria a mesma que é citada por Pedro Álvares Seco (séc. XVI), nas suas Crónicas : uma vala coberta que trazia água ao Convento das Clarissas (antigo convento de St.^a Iria), depois de mais uma captação junto ao açude dos Frades (D. Henrique mandou aprofundar esta vala ou canal, designada por canal do Mouchão, para saneamento dos terrenos da Várzea Pequena), atravessava a Rua Marquês de Tomar, os terrenos do Estádio Municipal, e desaguiava junto à Horta d'El-Rei (Estádio Municipal/azinhaga das Hortas). O Tombo da Igreja de Santa Maria do Olival Paroquial e Matriz desta Villa de Tomar e seus Termos (ANTT, fl. 123 v.) refere-se a uma fonte (Pego) sobre o rio, defronte do convento das monjas, com água limpa e “que de longe vinha por debaixo da terra por canos de pedra...” (antigo palácio de Castinaldo, governador de Selio, em 653). A existência de moinhos de água (*mola aquaria*) ou de moinhos de mão (*trusabilis*), de poços domésticos (*gorgilus*), de rodas hidráulicas (*rota aquaria*) com os seus alcatruzes de madeira (*modioli*) ou de barro (*rotarum cadi*) ficou gravada na memória das gentes, que habitaram a dita “Nabância”, ou seja, foram senhores, homens livres, convidados e escravos desta *villa* de Cardais. As águas de Marmelais, que ficam a pouco mais de 1 Km da cidade de Tomar, provêm de rochas siliciosas, sendo insípidas, inodoras e límpidas, com qualidades terapêuticas para doenças gástricas e intestinais. As características físico-químicas destas águas e as referências arqueo-históricas permitem-nos calcular aproximadamente quais foram as fontes de abastecimento e de aproveitamento aquífero, no tempo dos Romanos.

⁽²⁰⁾ Cf. PONTE (S. da), *op. cit.* (nota 3), p. 448.

⁽²¹⁾ Cf. GUIMARÃES (V.), *op. cit.* (nota 2), p. 82-84.

3.2. *Area rural*

a) Rodas e açudes

O represamento das águas do rio tem servido, desde o período clássico à actualidade, para a regularização do seu caudal, mas também para o aproveitamento das populações que se fixaram no território seliense.

As rodas hidráulicas alimentavam os sistemas de rega e de fabricação de farinha e de azeite. As referências históricas são maioritariamente da época medieval e moderna ⁽²³⁾, remontando o seu uso à presença árabe, para depois com a Ordem do Templo e dos Cavaleiros de Cristo, terem uma larga aplicação nas terras férteis do Nabão. Não detectámos ainda estruturas romanas que possam assegurar o uso da roda hidráulica de aro compartimentado. Conhecemos, no entanto, réplicas de modelos romanos ⁽²⁴⁾ e vestígios residuais de suportes em alvenaria, para a fixação da roda hidráulica de aro compartimentado. Estes testemunhos materiais encontram-se em férteis terrenos agrícolas, que teriam sido *villae*, *pagi* ou casais. Referimo-nos ao Casal dos Frades (Freg. de S. João Baptista), Casal das Vargas ou Várzeas (Freg. da Pedreira) e Casal de Chocapalhas (Freg. da Junceira), que têm fornecido diverso material romano ⁽²⁵⁾. Estas rodas eram de construção bastante sólida e semelhante à dos moinhos e azenhas de roda vertical, aparecendo umas e outras associadas; a água que corria pelo mesmo canal ou gola movia os dois aparelhos. Este modelo de roda é vulgar nesta região, e, segundo a tradição desde a época árabe. Tomar ostenta como ex-libris a roda do Mouchão. Entendemos que este modelo foi divulgado pelos Árabes, existindo este sistema de elevação da água já na época romana. Os suportes de alvenaria ainda existentes em várias zonas do rio e nas imediações de algumas *villae* reforçam esta nossa

⁽²²⁾ Cf. SOUSA (J. M.), *op. cit.* (nota 2), p. 234.

⁽²³⁾ Cf. FERREIRA (F.), *op. cit.* (nota 2), pp. 9-13; Cf. ROSA (A.), *op. cit.* (nota 2), 1982, pp. 131-132; Cf. DIAS (Jorge) e GALHANO (Fernando), *Aparelhos de elevar a água de rega*, Lisboa, 1986; Cf. OLIVEIRA (E. V.), GALHANO (F.) e PEREIRA (B.), “Sistemas de moagem (Tecnologia Tradicional-Etnologia)”, *Etnologia*, 2, Lisboa, 1983.

⁽²⁴⁾ Cf. FERREIRA (F.), *op. cit.* (nota 2), pp. 59-71; Cf. PONTE (S. da), “O rio, as rodas e os açudes”, *Boi. Cult.*, (17), Out. 1992, pp. 43-48.

⁽²⁵⁾ Cf. DIAS (J.) e GALHANO (F.), *op. cit.* (nota 23), p. 49; Cf. FERREIRA (F.), *op. cit.* (nota 2), p. 71.

hipótese de trabalho (Foto 5). O fabrico destas rodas exigia a mão de carpinteiros especializados ⁽²⁶⁾, os quais utilizavam para a sua construção o pinheiro (manso e bravo) e o carvalho; as rodas em ferro vulgarizam-se a partir do séc. XVIII. Estes engenhos eram vulgares na Estremadura e no Ribatejo. Caracterizam-se por terem um elemento central ou eixo (peça oitavada) constituído por dois discos, donde irradiam os raios; estes são reforçados por uma espécie de gradeamento losangonal, em pinho. Esta construção é envolvida por uma “cinta”, constituída por tiras estreitas de madeira, ou “penas”, fixas à roda, que serviam de degrau ou patamar para o homem que movia o engenho, ou, depois, para a fixação dos alcatruzes. O suporte da roda ou “burra” era de pinho, passando posteriormente a ser de alvenaria; o restante, à excepção do eixo, que era feito de carvalho, era de pinho bravo. Os alcatruzes presos aos arcos da roda eram de barro ou de folha. Estes engenhos, associados, muitas das vezes, a azenhas de roda vertical, apresentavam sistemas ou dispositivos especiais, que visavam responder às condições criadas pela diferença de nível das águas do Nabão e das ribeiras suas tributárias, registadas no verão e no inverno. Por outro lado, a construção e a orientação destes engenhos, perto das margens do rio, que apresentavam um grande caudal no período das chuvas, obedeciam a dispositivos arquitectónicos de segurança dos próprios edifícios, evitando, assim, a sua destruição pela violência das águas. Estas construções tinham habitualmente a fachada orientada para montante, em forma de quebramares de pedra, ora aguçados, em esquina, ora arredondados ⁽²⁷⁾. Os resíduos arqueológicos, ainda perceptíveis, de alguns destes engenhos hidráulicos permitem-nos comparar com outras instalações hidráulicas romanas ⁽²⁸⁾, que apresentam características idênticas, na estrutura, materiais e sistema de represamento e de elevação de água.

Citemos as rodas accionadas pela energia humana, nas minas de Tarsis, em Huelva, na Andaluzia, e de S. Domingos, em Mértola. Vitruvius, no seu livro *De architectura* descreve o sistema de rodas de

⁽²⁶⁾ CF. DIAS (J.) e GALHANO (F.), *op. cit.* (nota 23), p. 110.

⁽²⁷⁾ CF. QUÍNTELA (A. C.), MASCARENHAS (J. M.) e CARDOSO (J. L.), “Instalação romana de captação, elevação e armazenamento de água em Troia (Grândola, Portugal)”, *Conimbriga*, 32-33 (1993-94), pp. 157-169 (p. 165).

⁽²⁸⁾ CF. PONTE (S. da), “Acheugas para a Carta Arqueológica de Tomar”, *Portugália*, 1996 (no prelo).

água verticais, de palas e alcatruzes, umas accionadas pelo homem e outras por uma corrente. A estrutura em alvenaria de alguns suportes para rodas hidráulicas existentes a montante da cidade de Tomar é paramentada interiormente por pequenos blocos calcários e terra argilosa compactada, sendo exteriormente revestida por uma argamassa de cal, de diferentes qualidades; a argamassa exterior e superficial é fina e esbranquiçada (Foto 5). Estas estruturas associam-se a condutas, caleiras, azenhas e açudes largamente usados pelas populações passadas. Referimo-nos a testemunhos arqueológicos existentes nas duas margens do rio, como sejam vestígios de engenhos hidráulicos no lugar de Vale Carvalho, de Coutadas, do Sobreirinho, das Lapas, do Canteirão, Porto da Figueira, etc (Fregs. de Além da Ribeira e da Pedreira). Estas pré-existências situam-se entre o actual açude de Pedra (Freg. de S. João Baptista) e a actual Fábrica do Prado (Freg. da Pedreira).

A existência de unidades agrícolas romanas é-nos atestada pelos achados materiais recolhidos por nós, pela análise do cadastro antigo e pela interpretação da fotografia aérea, para o *territorium* de *Sellium*. O açude, em alvenaria, no lugar das Lapas (Freg. Além da Ribeira), serviria também de passadiço, como nos asseveram as estruturas ainda conservadas (Foto 6). O elevado caudal das águas neste lugar durante o inverno e a fertilidade das terras determinaram a instalação de complexos hidráulicos existentes nas duas margens: rodas, azenhas, caleiras e açudes de estacaria e de alvenaria.

A recolha sistemática de testemunhos materiais nestes terrenos e o estudo destes engenhos poderão determinar o tempo de construção e consequente uso da força motriz produzida por todos estes engenhos hidráulicos. Os açudes existentes no Nabão são de dois tipos fundamentais: os açudes de estacaria e os de construção maciça, em alvenaria; os primeiros eram barreiras provisórias de madeira de pinho, erva e areia, instalações tendo em vista a laboração estival de alguns engenhos hidráulicos ⁽²⁹⁾; os outros eram constituídos por pedra calcária e argamassa de cal. A sua construção era duradoira tendo por objectivo regularizar o caudal do rio, com aproveitamento para a agricultura e para actividades industriais ligadas à força motriz. O açude das Lapas, em alvenaria, consistia numa estrutura maciça, constituída por um muro de blocos calcários argamassados, cuja parede a montante apresenta um traçado arredondado, enquanto que a face a juzante é rectilínea. Esta

(29) Cf. FERREIRA (F.), *op. cit.* (nota 2), pp. 49-50.

estrutura estaria relacionada com a rega, como também com o aprovisionamento de água para os engenhos hidráulicos, e para abastecimento da *villa* romana das Lapas (Freg. Além da Ribeira).

b) Barragem

As características estruturais do muro existente no lugar de Chocapalhas (Foto 7 e Mapa 1, n.º 1) apontam para a presença de uma barragem antiga, muito provavelmente romana ou tardo-romana. Os vestígios materiais recolhidos nas imediações e o tipo de estrutura e construção fazem-nos admitir que esta barreira física possa ser de origem romana. Esta construção, em alvenaria, com uma ponte romana (Mapa 1, n.º 2) a jusante destinava-se essencialmente a rega e ao abastecimento da *villa* romana.

O complexo hidráulico de Chocapalhas era constituído por várias azenhas e rodas hidráulicas de aro interrompido, existindo apenas hoje diversos resíduos daquelas construções. Esta barragem situa-se na ribeira da Lousã, freguesia da Junceira, tendo como coordenadas quilométricas UTM, 4384, 06/555, 06, referente à folha 310. Apresenta um muro de alvenaria — *opus incertum* — de secção rectangular, com aterro a montante e provida de uma descarga de fundo com cerca de 600 mm de altura por 400 mm de largura. O coroamento da barragem é constituído por lajes, em alvenaria, sendo o núcleo constituído por blocos calcários argamassados. As paredes a montante e a jusante são rectilíneas. Tem cerca de 2.00 metros de largura por 3.30 metros de altura e 50 metros de comprimento. A área da bacia hidrográfica teria cerca de 30 m². A ponte romana fica a cerca de 400 metros a jusante da barragem e de um lugar de azeite que existia nas imediações daquela. A cerca de 1 Km da barragem foram achados vestígios de um provável núcleo urbano secundário, entre a Paixinha e o lugar de Chocapalhas, à cota de 66 metros (Mapa 1, n.º 3).

4. Conclusão

O território seliense conserva ainda bastantes vestígios de estruturas hidráulicas, ainda por estudar e divulgar, estando algumas delas associadas a núcleos urbanos romanos; outras, porém a casais medievais e modernos. Umas e outras impõem um estudo aprofundado e sistemático, para que se conheçam os vários hidrossistemas antigos usados pelas populações selienses.

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)



FOTO 1 – Pormenor da mina de água.



FOTO 2 – Aqueduto subterrâneo romano.



FOTO 3 – Vestígios de colector a poente da ínsula da Alameda.



FOTO 5 – Vestígios de suporte em alvenaria para roda hidráulica.



FOTO 6 – Pormenor de açude, em alvenaria, no lugar das Lapas.



FOTO 4 – Vestígios de conduta subterrânea.



MAPA 1 – Carta militar do Exército, Folha 310, Esc. 1/25.000: n.ºs 1 e 2 – barragem e ponte romanas; n.º 3 – vestígios de um núcleo urbano secundário.



Фото 7 – Barragem romana de Chocapalhas

ÉLVIO MELIM DE SOUSA

Conservador dos Museus da Câmara Municipal de Sintra

TERRA SIGILLATA MARMOREADA PROVENIENTE
DE TRÓIA DE SETÚBAL

“Conimbriga” XXXV (1996) p. 207-215

RESUMO: Estudam-se seis fragmentos de *terra sigillata* marmoreada provenientes de recolhas de superfície efectuadas em Tróia de Setúbal. Este fabrico, pouco comum e pouco duradouro dentro da produção de *sigillata* sudgálica de La Graufesenque, possui características próprias únicas, ocorrendo na Hispânia em quantidades relativamente frequentes, dentro da sua manifesta raridade. Três das peças ostentam marcas de oleiros conhecidos dentro do repertório de La Graufesenque: *Lepidus*, *Iucundus* e *Anii* ou *Emii*.

SUMMARY: In this article the author publishes 6 fragments of marbled *terra sigillata*, all surface finds from the site of Tróia near Setúbal. Marbled *terra sigillata* is both relatively rare and short lived amongst the production of La Graufesenque in South Gaul. Taking this rarity into account it can be said to occur slightly more frequently amongst Spanish *sigillata*. The ware shows certain unique characteristics. Three of the fragments presented here carry potters stamps already known from La Graufesenque: *Lepidus*, *Iucundus* and *Anii* or *Emii*.

(Página deixada propositadamente em branco)

“TERRA SIGILLATA” MARMOREADA PROVENIENTE DE TRÓIA DE SETÚBAL *

Data de cerca do último quartel do século I a. C. o início da manufatura da “Terra Sigillata” denominada de “Sud-Gálica”, essencialmente em locais de forte tradição oleira.

Baseados, de princípio, nos fabricos aretinos (toma-se, por vezes, difícil distingui-los), a “Terra Sigillata” Sud-Gálica (TSSG) conheceu, todavia, numerosas formas novas e grandes modificações a nível da pasta, adquirindo os seus produtos um tom de vermelho mais carregado e um brilho mais intenso.

Foi sobretudo a nível da gramática decorativa, contudo, que se verificaram as maiores diferenças em relação aos fabricos de “sigillata” itálica, saldando-se essas alterações por uma grande originalidade nos motivos usados — abandona-se as figuras humanas moldadas, tão caras às produções anteriores, e surge a técnica da decoração em zonas demarcadas. Obtinham campos decorativos através de linhas horizontais e, mais tarde, através de linhas horizontais e verticais, os quais recebiam uma decoração profusa e contínua, no primeiro caso, essencialmente à base de folhas e caules de plantas, “óvulos alongados” e “duplas línguas” e, no segundo, à base de “métopas” e de “ponías de flecha”.

Conhecem-se, pelo menos, quatorze centros de fabrico de TSSG no Sul da Gália(O), sendo os mais importantes os grupos de Montans, La Graufesenque e Banassac, a eles pertencendo a grande maioria dos

* Algumas letras das marcas dos oleiros possuem pontos por baixo de si próprias (reconstituições).

(¹) Bram, Narbonne, Montans, Valéry, Aspiran, Carrade, Rozier, Banassac, La Graufesenque, Rajol, Roc, Jonquieres, Crambade e Brive, segundo A. VERNHET, 1986, p. 33.

fomos e dos oleiros de TSSG conhecidos. É atribuída ainda a estes três centros a parte mais significativa da produção de “Sigillata” Sud-Gálica, cobrindo um período cronológico balizado entre 10 a. C. e 260 d. C.

Embora se denotem grandes afinidades entre os fabricos dos vários centros oleiros de TSSG, apenas La Graufesenque parece ter produzido e exportado um tipo exclusivo designado comumente por “Sigillata Marmoreada”. Este tipo, caracterizado por possuir um “glanztonfilm” claro e amarelado com laivos vermelhos irregulares que imitam os veios do mármore, os de algumas pedras semi-preciosas ou, então, os vidros “millefiori” (2), ocorre na Hispânia em quantidades relativamente frequentes, dentro da sua manifesta raridade, confirmando, assim, uma grande procura por parte dos compradores desta região.

Não se sabe ao certo, no entanto, qual a sua origem, havendo autores que aventam a hipótese de se tratar de acidentes de fabrico dentro das cozeduras de cerâmica normal de TSSG, baseando-se, para isso, na ausência de formas ou pastas peculiares em relação aos demais produtos gálicos, opinião que refutamos inteiramente. Até porque, e tendo apenas em consideração a amostragem de Tróia de Setúbal que ora se apresenta, observamos três técnicas diferentes de utilização do “glanztonfilm” claro e amarelado: com laivos avermelhados imitando o mármore sobre as faces externa e interna das peças (fragmentos n.º 1, 3 e 4); somente na interna (fragmentos n.º 5 e 6); e sem laivos, quer na face externa, quer na interna (fragmento n.º 2). Tal leva-nos a crer estarmos na presença de uma técnica de efeito decorativo intencional e não perante meros acidentes. Recorde-se, igualmente, que o marmoreado quando é aplicado, é-o homogeneamente sobre as superfícies das peças, tanto lisas como decoradas, denotando-se um cuidado por vezes extremo na sua apresentação final.

Outras duas razões que nos levam ainda a afirmar ser esta técnica (marmoreado) propositada são o facto de apenas surgir nos produtos fabricados em La Graufesenque (3), pois que se de acidente se tratasse, ocorreria, como é óbvio, em todos os demais fabricos de TSSG, o que não acontece e o facto do tipo marmoreado apenas cobrir um pequeno

(2) O efeito “marmoreado” era conseguido através do uso de duas coberturas mal ligadas e detentoras de cores e composições diferentes, as quais eram aplicadas indiscriminadamente sobre vasos lisos ou decorados.

(3) Na bibliografia consultada não é feita qualquer referência a peças marmoreadas fora dos fabricos de La Graufesenque.

período cronológico dentro daquele centro, somente entre os finais do Reinado de Tibério/princípios do de Cláudio e cerca de 70 d. C., e não a totalidade da produção de La Graufesenque, como seria normal e lógico.

A coleção que ora apresentamos é composta por seis únicos fragmentos provenientes de recolhas de superfície efectuadas em Tróia de Setúbal, mais concretamente — e valendo-nos de mapa inserto em publicação recente sobre esta estação — entre o ‘conjunto 8’ e os ‘conjuntos 9 e 10’ (Ponta do Verde) de oficinas de salga (cfr. F. May et, *et alii*, 1994, pp. 98 e 99, fig. 49), os quais nos foram amavelmente cedidos para estudo pelo Dr. Eurico Sepúlveda, a quem agradecemos ⁽⁴⁾.

Apenas um fragmento apresenta decoração barbotinada (n.º1), sendo possível detectar com precisão a forma de quatro dos seis fragmentos em estudo.

Os fragmentos n.º 2, 3 e 4 (fundos) ostentam marcas — *[L]EPID(us).L(Fecit)*, *IVCVND(us).F(ecit)* e *[A]NIL(l)* ou *[EJMILtf)* — respectivamente, todas elas de oleiros do centro de La Graufesenque e com paralelos conhecidos.

Em relação aos fragmentos n.º 5 e 6, adiantamos a hipótese de pertencerem à mesma peça, razão pela qual surgem agrupados na estampa.

CATÁLOGO:

N.º 1 — fragmento de bordo e parede de taça.

Forma: Drag. 36.

Diâmetro: 144 mm (a nível do extremo exterior da aba).

Pasta: vermelha-acastanhada, de tom vivo, dura, porosa, de grão médio, de fractura irregular e cortante, sonora.

Engobe: externo/castanho-amarelado claro, espesso, pouco brilhante, com laivos vermelhos irregulares imitando o mármore; interno/idêntico ao externo.

⁽⁴⁾ Temos conhecimento da existência de outras peças de “Sigillata Marmoreada” exumadas nas escavações de Tróia de Setúbal, as quais se encontram incorporadas nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia.

* Agradecemos a ajuda da Dra. Françoise Mayet e do Dr. J. Cardim Ribeiro na leitura das marcas de oleiro apresentadas neste estudo.

** Os desenhos insertos neste artigo devem-se ao Dr. Eurico Sepúlveda, a quem agradecemos.

Decoração: apresenta sobre a parte superior da aba um motivo vegetal estilizado (folha?), em relevo e obtido pela técnica de barbotina.

Cronologia: entre 60 e 70 d. C.

N.º 2 — fragmento de fundo de taça.

Forma: Ritt. 8.

Diâmetro: 63 mm (a nível do extremo exterior do pé em anel).

Pasta: vermelha-acastanhada clara, dura, pouco porosa, de grão fino, de fractura irregular e cortante, sonora.

Engobe: externo/castanho-amarelado claro, espesso, brilhante. Possui apenas uma pequena faixa avermelhada na parede, a qual corre a toda a volta da peça, junto ao arranque do pé em anel; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: entre 40 e 70 d. C.

Marca: *[L]EPID(us).L(Fecit)* — a marca patente nesta peça encontra-se fragmentada, sendo impossível ler-se a primeira letra do conjunto. Mesmo assim, são bem legíveis as letras (...)EPID.L, que interpretamos, no seu todo, como a abreviatura do nome do oleiro *Lepidus*, de La Graufesenque. Para o “L” inscrito depois do ponto, adiantamos a hipótese de se tratar de uma má impressão do punção de *F* para *Fecit*, sendo esta a hipótese que se nos afigura mais plausível. Ainda assim, poderemos igualmente estar, talvez, perante uma impressão não completamente gravada, perante uma letra invertidamente impressa, perante uma marca incompleta (onde falta uma ou mais letras), ou, por outro lado, na presença de uma marca resultante de uma matriz defeituosa. Na bibliografia consultada detectou-se apenas dois paralelos para este “L” (*F* mal gravado) sobre peças de TSSG (GABLER, D. e KELLNER, H.-J., 1993) — *VICTORINVS L*, interpretada como *VICTORINVS F (ecit)*, [Taf. 24, n.º 4 e p. 242] e *SEVERVS LEC*, interpretada como *SEVERVS FEC (it)* [Taf. n.º 26, n.º 2 e p. 243]. Confrontar, todavia, no geral, a marca *F. LEPID.* (com *E* em retro) patente na peça n.º 286 de “Sigillata Sud-Gálica” exumada em Conímbriga (A. ALARCÃO, 1975, p. 118). Confrontar, também, F. LAUBENHEIMER e L. ALBAGNAC, 1986, p. 118, n.º 9; C. BÉMONT e A. BOURGEOIS, 1986, p. 282; M. BELTRÁN LLORIS, 1990, p. 93 e DIAS DIOGO, 1980, n.º 119.

N.º 3 — fragmento de fundo com pé em anel de taça.

Forma: Drag. 24/25 ou, talvez, Drag. 27 (devido às características do pé em anel, fomos obrigados a alargar o espectro de formas para este fragmento).

Diâmetro: 54 mm (a nível do extremo exterior do pé em anel).

Pasta: vermelha-acastanhada, de tom vivo, dura, pouco porosa, de grão médio, de fractura irregular e cortante, sonora.

Engobe: externo/castanho-amarelado claro, espesso, brilhante, com laivos vermelhos irregulares imitando o mármore. Na área interior externa definida pelo pé em anel e pelo fundo da taça, não se observam laivos marmoreados; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: entre 40 e 70 d. C.

Marca: *IVCVND(us).F(ecit)* — damos como paralelos para esta marca de oleiro, entre outras, as variantes dos fragmentos de “terra sigillata” sudgálica de Conímbriga publicados por A. ALARCÃO e patentes no volume IV das *Fouilles de Conimbriga*, 1975, sob os n.º 273 (*IVCVN[DI]*), 21A (*IVCV[NDI]*) 275 («*OFIVCV.*»), p. 116 e n.º 276 (*iOFTV[...]*) p. 117, Pis. XXV, XXX e XXXI, as marcas *OFIVCVN* e *IVCVN*, da Citânia de Briteiros (J. M. BAIRRÃO OLEIRO, 1951, p. 94), a marca *IVCVNDVS*, de Torre de Palma (S. da VEIGA FERREIRA, 1969, p. 169) e sobretudo as duas marcas referenciadas por P. PAUNIER (1986, p. 268, fig. 3), *IVCVNF* e *IVCVNDV F*, onde aquele autor cita A. LÄUFER (1980), referentes a produções de oleiros de La Péniche. Confrontar ainda DIAS DiOGO, 1980, n.º 97 a 103; C. BÉMONT e A. BOURGEOIS, 1986, p. 282; M. BELTRÁN LLORIS, 1978, p. 101; *ib.*, 1990, p. 93 e A. BOURGEOIS, 1991, p. 153, Quadro 55 (4), n.º 73 a 80 e p. 154, Quadro 55 (5), n.º 81.

N.º 4 — pequena taça fragmentada.

Forma: Ritt. 8.

Diâmetro: 65 mm (a nível do extremo exterior do bordo).

Pasta: vermelha-acastanhada, de tom vivo, dura, pouco porosa, de grão fino, de fractura irregular e cortante, sonora.

Engobe: externo/castanho-amarelado claro, espesso, brilhante, com laivos vermelhos irregulares imitando o mármore; interno/idêntico ao externo.

Cronologia: entre 40 e 70 d. C.

Marca: *[A]NIL* ou *[E]MII*. — esta marca é quase ilegível, pois para além de ter sido mal impressa, apresenta-se muito desgastada, tomando-se, desse modo, impossível lê-la com rigor. Todavia, parece-nos ser de arriscar a hipótese de se tratar da marca *[A]NIL* ou *[E]MII*, abreviatura dos oleiros de La Graufesenque *Annius* e *Ernia*. Para a primeira hipótese temos um paralelo em Conímbriga, fragmento n.º 237 de “terra sigillata” sudgálica, se bem que se duvide aqui da leitura da marca em questão e se lance a hipótese de se estar perante parte da marca do oleiro *Canti*, em detrimento da de *Annius*. Sob o número n.º 238, também de Conímbriga, pode ler-se num fragmento sud-gálico a marca *ANNIO*, que damos aqui como variante paralela, apesar de não se conhecer para este caso concreto quaisquer outras marcas idênticas (Cfr. A. ALARCÃO, 1975, p. 110, n.º 237 e 238 e Pis. XXX e XXXI). Temos igualmente conhecimento de marcas de oleiro com o nome de *ANNIVS* na Citânia de Briteiros e em Vipasca (S. VEIGA FERREIRA, 1969, p. 166). Confrontar também C. BÉMONT e A. BOURGEOIS, 1986, p. 279; M. BELTRÁN LLORIS, 1978, p. 100 e *ib.*, 1990, p. 92. Para a segunda hipótese, damos como paralelos prováveis as marcas em retro *IIME* e *IIM[]*, usadas, ao que se pensa, pelo oleiro *Ernia* e patentes sobre peças marmoreadas exumadas em Belo e referenciadas por A. BOURGEOIS, 1991, sob os n.ºs 55 e 56 do Quadro n.º 55 (3), p. 152.

N.º 5 — fragmento de bordo e parede carenada (?) de taça.

Forma: indeterminada. Confrontar, todavia, os perfis das formas ditas “raras ou inéditas” de Montans apresentadas por T. MARTIN (1986, p. 62, fig. 4, n.º 15 e 16 e p. 63, fig 5, n.º 18) e ainda a forma Drag. 33 (*Fouilles de Conimbriga*, 1975, IV, Pl. XXII, n.º 126 e 127).

Pasta: vermelha-acastanhada, de tom vivo e algo escuro, dura, porosa, de grão fino, de fractura regular, sonora.

Engobe: externo/castanho-amarelado claro, espesso, brilhante. Possui ainda uma faixa avermelhada e irregular na parede, de cerca de 1 cm de largura média, implantado na zona logo acima da carena; interno/idêntico ao externo, mas com laivos vermelhos irregulares imitando o mármore.

Cronologia: entre 40 e 70 d. C.

N.º 6 — fragmento de parede carenada (?) de taça.

Forma: indeterminada (cfr. fragmento anterior).

Pasta: idêntica à do fragmento n.º 5.

Engobe: externo e interno/idênticos, respectivamente, aos do fragmento anterior.

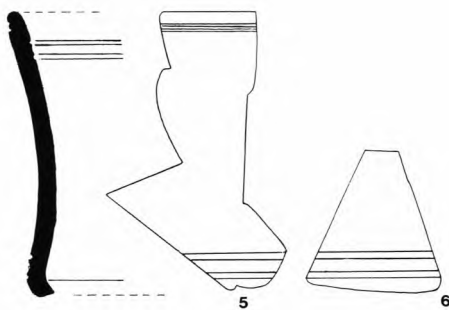
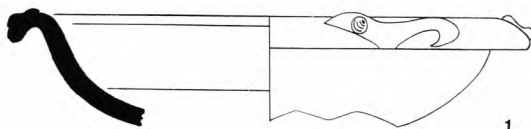
Cronologia: entre 40 e 70 d. C.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A., 1975, “Les Sigillées Sud-Galliques”, *Fouilles de Conimbriga*, t. IV, pp. 68-149.
- BAIRRÃO OLEIRO, J. M., 1951, “Elementos para o estudo da «Terra Sigillata» em Portugal. I — Marcas de oleiro encontradas no País”, *Revista de Guimarães*, LXI, pp. 81-111.
- BELTRÁN LLORIS, M., 1978, *Cerámica Romana. Tipología y Clasificación*, pp. 91-108.
- 1990, *Guía de la Cerámica Romana*, pp. 89-110.
- BÉMONT, C., 1974, “Le Décor des Vases Sigillés”, *Les Dossiers de T Archeologie*, n.º 6, Set.-Out., pp. 67-76.
- BÉMONT, C. e BOURGEOIS, A., 1986, “Les Noms de Potiers. Ateliers situées en France”, *Documents d'Archeologie Française (= DAF)*, n.º 6, pp. 278-286.
- BOURGEOIS, A., 1991, *Fouilles de Belo*, VI, “Les Sigillées”, Chap. II, «Les Sigillées Gallo-Romaines», Collection de la Casa de Velázquez, n.º 34, pp. 79-194.
- DIAS DIOGO, A. M., 1980, “Marcas de «Terra Sigillata» Sud-Gálica em Portugal”, *GEC A*, Lisboa.
- DURAN-LEFEBVRE, M., 1954, “Étude sur la Décoration des Vases de Montans”, *Galia*, XII, pp. 73-88.
- GABLER, D. e KELLNER, H.-J., 1993, “Die Bildstempel von Westerndorf II”, *Bayerische Vorgeschichtsblätter*, 58, pp. 242, 243 e Taf. 24 e 26.
- HERMET, F., 1934, *La Graufesenque (Condatomago)*, Paris.

- LAUBENHEIMER, F. e ALBAGNAC, L., 1986, “Jonquières et Saint-Satumin”, *DAF*, n.º 6, pp. 117-120.
- LÄUFER, A., 1980, “ La Péniche — Un atelier de céramique à Lousonna”, *Cahiers d' Archéologie Romande*, n.º 20, Lousonna 4, Lausanne.
- MAIA, Maria A. G. P., 1971, *Contribuição para o estudo da “Terra Sigillata ” de Tróia de Setúbal*, Dissertação de Licenciatura em História, F.L.L., pp. 8-14.
- MARTIN, T., 1986, “Montans”, *DAF*, n.º 6, pp. 58-71.
- MAYET, F., 1978, “Les Importations de Sigillées a Mérida au 1er Siècle de Notre Ère”, *Conimbriga*, XVII, pp. 79-100.
- MAYET, F., et alll, 1994, *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*, pp. 98 e 99 e fig. 49.
- OSWALD, F. e PRYCE, T. D., 1920, *An Introduction to Study of Terra Sigillata*, Cap. IX, pp. 218-222 e Pl. XXVIII.
- PAUNIER, P., 1986, “La Production de Terre Sigillée en Suisse au 1er S. de notre Ère”, *DAF*, n.º 6, pp. 265-268.
- VEIGA FERREIRA, S., 1969, “Marcas de oleiro em território português”, *O Arqueólogo Português*, Série III, voi III, pp. 131-177.
- VERNHET, A., 1976, “Création flavienne de six services de vaisselle a La Graufesenque”, *Figlina*, 1, pp. 13-27.
- 1986, “Centre de Production de Millau. Atelier de La Graufesenque”, *DAF*, n.º 6, pp. 96-103.
- 1986, “Les Ateliers du Sud de la France. Présentation Générale”, *DAF*, n.º 6, pp. 33 e 34.

EST. I



RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

Pierre SILLIÈRES, *Baelo Claudia. Une cité romaine de Bétique*, Madrid, Collection de la Casa de Velázquez, 1995.

A cidade romana de *Baelo* foi, entre 1917 e 1921, objecto de amplas escavações por P. Paris e G. Bonsor, que, a seu tempo publicaram competentes relatórios. De 1966 a 1990, campanhas anuais conduzidas pela Casa de Velázquez (Madrid) alargaram a área descoberta, que hoje conta com o forum, o teatro, umas termas e algumas casas. Uma série de monografias (ainda não completa) tem vindo a lume. Mas faltava uma obra de síntese, que Pierre Sillières agora nos proporciona, receoso de que a uns pareça demasiadamente pormenorizada e a outros, excessivamente sucinta. Na realidade, o autor conseguiu um equilíbrio notável e preencheu a lacuna que se fazia sentir entre os desdobráveis turísticos e as monografias dos especialistas. A descrição dos diversos edifícios, que se pode seguir por claras plantas, não é nem excessiva nem breve em demasia.

A cidade de *Baelo*, à qual várias fontes (aqui coligidas) se referem, parece ter sido instalada nos fins do sec. II a.C. Para ela se terá transferido a população indígena que vivia em Siila del Papa, povoado ainda não escavado. *Oppidum* de direito latino sob Augusto, terá sido elevada a *municipium civium Romanorum* entre 41 e 48 d.C., passando então a chamar-se *Baelo Claudia*.

Do forum de Augusto conhecem-se alguns muros, insuficientes para se lhe reconstituir a planta; data desta época a muralha, cujos vestígios permitem traçar-lhe com segurança o percurso, excepto a sul.

O forum cujas ruínas são hoje visíveis integra uma série de edifícios datáveis de meados do séc. I d.C. a inícios do II. Perguntando pelas razões da sua renovação, o autor aponta a hipótese de um sismo, que terá arruinado o forum augustano e obrigado à sua reconstrução, com outra planta. O mesmo sismo terá afectado a muralha, obrigando à sua reedificação parcial ou, nalguns troços, ao seu reforço.

O que é singular nesta cidade é a sua precoce ruína: o *macellum* aparenta ter sido parcialmente abandonado nos fins do sec. II e todos os grandes edifícios parecem arruinados no séc. III (p. 57). De novo o autor recorre à hipótese de

sismos. E mais adiante, falando do templo de ísis, mais uma vez atribui a um sismo a sua destruição nos meados do séc. IV d. C. Parecem sismos a mais, e não podemos deixar de manifestar algumas dúvidas quanto às cronologias que aliás nem sempre estão de acordo com as propostas pelos autores das diversas monografias científicas sobre os monumentos da cidade.

O testemunho das cerâmicas africanas importadas parece aliás desmentir a ideia de uma cidade em ruínas no séc. III. Ou terão mesmo os habitantes de *Bado* vivido desde então numa cidade arruinada, como o autor pretende? Se a cronologia das edificações nos parece segura, a dos abandonos afigura-se-nos pouco convincente e algo estranha. Que dirão os autores das monografias, ainda não publicadas, do Capitólio e da basílica?

Mas “a situação anterior não podia durar sempre. Finalmente, os habitantes de *Bado* fizeram tábua rasa do passado: demoliram-se os muros que ameaçavam ruína, fizeram-se nivelamentos de tudo (*supomos que o autor se refere ao forum*) e surgiu uma nova cidade que pouco se assemelhava à antiga” (p. 61). Lamentamos que o autor nos diga tão pouco dessa nova cidade, que sobreviveu até aos inícios do séc. VII. Mesmo assim, não deixa de apresentar-nos as casas tardias que se ergueram sobre as ruínas do templo de Isis e do *macellum*.

A indústria de garum, que foi, sem dúvida, uma das principais actividades económicas da cidade, parece ter-se extinguido nos finais do séc. III: pelo menos, não há cetária em funcionamento atestada no séc. IV.

Com o autor, desejamos que as escavações de *Baelo* não sofram segundo eclipse, e que possam prosseguir concluída a publicação da série de monografias em curso. A presente obra constitui simultaneamente uma introdução a e um resumo dessas monografias, com pontos de vista originais; é uma obra essencial na bibliografia das cidades romanas da Espanha.

J. ALARCÃO

Augusto de Miranda PINHO, *Normas Práticas de Prospecção Arqueológica*. Edição de Autor, Amarante, 1989, 36 pp., ilustr.

Só agora este opúsculo me chegou às mãos; creio, porém, que nunca será tarde de mais para sobre ele tecermos algumas considerações.

Com mais de 80 anos (nascera em Amarante, a 22 de Agosto de 1904), já impossibilitado de ver, Miranda Pinho não perdeu o seu espírito de lutador pela causa do património e, bem industriado na escola da vida em que seu pai, o conhecido etnólogo José de Pinho, o educara, ditou, antes de falecer, estes leves apontamentos, no intuito de transmitir aos mais novos aquilo que um «saber de experiências feito» lhe proporcionara. Como escreveu Colette Magny, “quando um velho morre, é uma biblioteca que arde”; e Miranda Pinho quis evitar que... a biblioteca ardesse. Honra à sua memória!

Conimbriga, 35 (1996), p. 219-239

Depois de apresentar o Autor e a sua obra, esclarece o Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva, na nota introdutória, que o livrinho “não se destina a eruditos”; foi, apenas, intenção singela torná-lo acessível “aos estudantes das nossas escolas, a todos aqueles que (...) gostem de calcorrear montes e vales com o fito de localizarem vestígios dos nossos mais longínquos antepassados» (p. 12).

E, na verdade, o livrinho é isso mesmo: uma conversa amena, salpicada de saborosas histórias, onde se explica como podem encontrar-se as coisas de antanho: as normas a observar; como se colhem informações; quais as melhores épocas para a prospecção (após as chuvas, aconselha...); cuidados a ter no recurso a cartas topográficas; os lugares a preferir... E, acima de tudo, a importância que detém a prospecção:

«Eu sei que é trabalho que se não vê e que, por isso, as autarquias lhe não dão os auxílios que seriam necessários, tanto mais que não rende votos e o IPPC não pode subsidiar tão vastos trabalhos» (p. 30).

Curiosamente, aqui e ali, a talhe de foice, vem a informação da necrópole, do lagar, da sepultura cavada na rocha, da ânfora com grafitos no bojo... achegas que os arqueólogos da região amarantina certamente não deixaram perder e que constituem importante manancial, inclusive para a história da investigação arqueológica em Portugal, ao tempo dum Leite de Vasconcelos, dum José Fortes ou dum Martins Sarmento, com quem, através do pai, Augusto de Miranda Pinho privou na sua juventude. E não falta a nota, pitoresca, de como a necrópole “lusitano-romana” sita “a cerca duns 80 metros do local denominado Ataúdes”, no atalho que de Lufrei conduz a Amarante, não foi convenientemente explorada, porque o terreno “pertencia a um ‘talaça’ e meu Pai e eu éramos republicanos”, “o que prova”, conclui com fina ironia — e flagrante actualidade!... —, “que a ‘porca’ da política até nos ‘cacos’ velhos se mete” (p. 25).

Aliás, Miranda Pinho não poupou a crítica, sempre que lhe pareceu oportuna (e oxalá nenhuma tenha caído em saco roto!). Assim, a propósito duma peça de cerâmica fora do comum que recolhera, acrescenta «que ainda se pode observar no já citado Museu de Amarante, aonde eu, em má hora, a depositei» (p. 23).

Tentei, por exemplo, identificar alguns desses dados soltos com as referências insertas no 1.º fascículo do II volume (pp. 24-25) de *Roman Portugal*, de J. Alarcão (Warminster, 1988), mas não é tarefa fácil, à primeira vista, dada a imprecisão dos elementos fornecidos quer por Miranda de Pinho quer pelos textos em que Jorge de Alarcão se baseou. Por exemplo: será a atrás referida necrópole a que vem mencionada no *Roman Portugal* sob o n.º 418, como sita em Quebrada, na freguesia de Lomba: “uma necrópole de incineração cujo espólio se reduz a cerâmica comum, difícil de datar”, informação colhida precisamente num artigo de José Fortes (in *Portugália* 2 1905-1908, 252-262)?

Já sobre uma “estação eneolítica” cuja localização acaba por não precisar e de que trata nas pp. 23-24 se poderá ter mais sorte. Seu pai teria feito sobre ela uma comunicação na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Afonso do Paço lograra enviar a um laboratório de Londres os restos carbonizados de “favas equinas e de sorgo” daí exumados. Miranda Pinho confessa que foram baldados os

seus esforços para saber onde essas informações vieram a lume. Creio, no entanto, que os resultados obtidos por Afonso do Paço se poderão encontrar na comunicação intitulada “Nota sobre sementes proto-históricas e outras encontradas em Portugal», que apresentou ao III Congreso Nacional de Arqueologia (Galicia, 1953) e que vem nas pp. 510-515 das respectivas actas (Zaragoza, 1955). Por outro lado, seu pai também se referira ao assunto em 1930, por altura da celebração, em Coimbra e no Porto, do XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, em intervenção a que deu o título de «Sur les graines trouvées dans la station énéolithique de Pepim — Amarante», que seria inserida a pp. 356-358 do volume de actas (Paris, 1931).

Ilustram o volumezinho, ao final, três estampas: urna sobre pedras oscilantes e gravuras rupestres da Serra da Aboboreira; as outras duas são fotografias de lagares abertos na rocha.

Uma obra singela, portanto; “ingénua” a poderiam qualificar espíritos de pendor mais radical. Em meu entender, é, exactamente por essas suas características, um livrinho a referir na história da Arqueologia nortenha. Não tanto pelo que explicita; sobretudo pelo que deixa subentender.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Arqueologia em Palmeia (1988/92), Palmeia, 1993, 84 pp., ilustr.

Perdem-se, amiúde, informações preciosas, porque louváveis iniciativas acabam por não ter eco em revistas da especialidade e circunscrevem-se, assim, a um circuito deveras reduzido. Essa a razão por que ousou dar sucinta conta do bem elaborado catálogo da exposição que, sob o título acima, foi levada a efeito na igreja de Santiago do castelo de Palmeia, de 28 de Agosto a 19 de Dezembro de 1993, numa acção concertada do Museu Municipal e do Departamento Sociocultural do respectivo município.

Aí se apresenta, em linhas gerais, num texto da autoria da Dra. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, a carta arqueológica do concelho, com respectivo mapa de localização, e se expõem, por ordem cronológica (desde o Neolítico ao século XVII), as peças mais significativas resultantes de prospecções efectuadas. As grutas artificiais da Quinta do Anjo — monumentos funerários do Neolítico Final e do Calcolítico — merecem lugar à parte (pp. 20-23). Seguem-se os testemunhos da presença romana descobertos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal, freguesia de Marateca), com particular destaque para o abundante material anfórico, mormente da forma Dressel 14 (uma das asas tem a marca VENVS); expõem-se três moedas: uma de Constantino, cunhada na primeira oficina de Lugdunum; outra de Constâncio II; a terceira, de Constantino também, cunhada em Aquileia.

Da presença muçulmana e do período da Reconquista falam os materiais exumados e as estruturas arquitectónicas postas a descoberto no castelo de

Palmeia. Apresenta-se breve nota histórica acerca dessa época e expuseram-se materiais com muito interesse, porque, como se sabe, estamos a dar agora os primeiros passos na caracterização dessas peças. Saliente-se, pela sua raridade entre nós, o achamento de um selo circular, pendente, de chumbo, do Papa Clemente VII (1592-1605).

As obras no núcleo histórico da vila têm sido sistematicamente acompanhadas, pelo que a exposição mostrou também os resultados mais palpáveis das intervenções realizadas: na casa n.º 4 da Rua do Castelo, na plataforma 1 da Rua de Nenhures, na zona poente e nas traseiras dos paços do concelho, na Rua Augusta Cardoso, na Rua Coronel Galhardo e na Rua do Salgueiro. Enfim, importante manancial para a estudo da Baixa Idade Média e da Época Moderna.

Este é, bem o sabemos, o primeiro balanço de uma actividade dinâmica; haverá, depois, os relatórios circunstanciados, a busca de paralelos, o enquadramento histórico-social. No entanto, já pelos cuidadosos desenhos que se incluem, já pela clara descrição de cada peça, este despretencioso catálogo merece uma consulta atenta.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Gonçalves GUIMARÃES, *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1993, 56 pp., ilustr. ISBN: 972-581-011-2.

Servindo, na prática, de catálogo para a exposição patente no Núcleo Museológico de Arqueologia que a Casa Municipal de Cultura de Vila Nova de Gaia em boa hora instalou no Solar Condes de Resende, este *Roteiro* abre com uma proposta política do vereador da Cultura (o que se pretende realizar “é esta comunhão entre o passado recriado e o presente atento e ávido de conhecimentos”).

E, após uma “panorâmica geral da história” de Vila Nova de Gaia (pp. 5-8), o Autor relata (pp. 9-15) o que tem sido a “museologia arqueológica” local. Segue-se (pp. 16-24) um bem documentado ensaio bibliográfico sobre a arqueologia gaiense, onde se faz, designadamente, o ponto da situação acerca de cada um dos sítios arqueológicos do concelho, desde os pré-históricos aos da Arqueologia Militar oitocentista.

Assinalam-se, depois, as estações e vestígios dignos de monta, dando-se, de cada um deles, pormenorizada ficha identificativa, acompanhada da respectiva localização na carta de 1/50 000 e de desenhos e fotografias quer da estratigrafia quer do sítio quer dos mais significativos objectos encontrados: estação paleolítica do Cerro, mamoa da Gestosa, machados de bronze do litoral, necrópole do Alto da Vela I, moedas gregas da Serra do Pilar, castelo de Gaia, Monte Murado, castro de Baiza, via romana de Pedroso, forno romano do Paranho, necrópole do Alto da Vela II (sobre que Maria José Folgado Lobato viria a apresentar, em 1996, na Faculdade de Letras do Porto, tese de mestrado com o título *A Necrópole Romana*

de *Gulpilhares*), necrópole do Sameiro, igreja de Gaia, mosteiro de Vila Cova, forno da fábrica do Sr. Padrão. E citam-se também (p. 49) as estações e vestígios ainda não estudados ou publicados. Tudo se cartografa no mapa da p. 50 (onde gostaríamos, porém, que se tivessem assinalado, pelo menos, os topónimos mais relevantes), a anteceder a transcrição do texto da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico com que o volume termina.

Para além das importantes *tesserae hospitales* de Monte Murado, datadas dos anos 7 e 9 da nossa era e que, como A. C. Ferreira da Silva sobejamente demonstrou (in *Gaya* 1 1983 9-26 = AE 1983 476 e 477), se revestem de particular interesse para a localização dos *Turduli Veteres* nessa região (cf. também Jorge de ALARCÃO, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988, pp. 44-45), é-nos especialmente grato recordar que nesse núcleo se encontra uma das epígrafes romanas mais inusitadas do território nacional. Aliás, a capa do volume reproduz, em macro-fotografia, uma porção dessa inscrição, cujo texto, sua leitura interpretada e tradução vem na p. 35, acompanhado por uma fotografia aceitável.

Trata-se de um texto sobejamente conhecido (AE 1953 268, ILER 6317), a que Rainer Wiegels também se referiu (*Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien — Ein Katalog*, Berlim, 1985, p. 84) e sobre que Patrick Le Roux (não citado por Wiegels) demoradamente se debruçou no livro *L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409* (Paris, 1982): na p. 119, nota 1, apresenta leitura da epígrafe e procura explicar a presença, aqui, dum soldado natural de *Olisipo* (“(...) a pu mourir au cours d'un voyage de congé, mais son décès à Gaia, à la limite de la Lusitanie et de la Citérieure, s'expliquerait également par la présence dans la région d'un détachement de l'unité envoyé en mission”); na p. 179, a inscrição entra no catálogo sob o n.º 27, P. Le Roux descreve o monumento como “curieux cippe” e data-o da época cláudia, atendendo ao facto de o soldado se identificar com os cinco elementos e a X legião ter apenas o epíteto de *Gemina*, “não obstante a forma do monumento e certos arcaísmos do texto”; nas pp. 255 e 325 há meras referências que nada adiantam ao que atrás se transcreve.

Penso que a peça é deveras importante e se encontram ainda por solucionar alguns dos problemas que coloca.

Em primeiro lugar, a sua tipologia: “curieux cippe”? De granito, a epígrafe é, hoje, incontestavelmente, a representação de um falo, a que, inclusive, não falta a ranhura superior e uma reentrância ao nível da 1. 1 para dar a ideia da cabeça. Teria sido essa a forma original? E difícil garanti-lo e, na dúvida, seremos tentados a pensar que não. Nesse caso, que tipo de monumento foi, na origem? Recordamos que, na epigrafia do *conventus Pacensis*, temos o epitáfio de *Fortunata*, gravado num marco de tonalito ou diorito quartzoso, proveniente duma herdade dos arredores de Montemor-o-Novo (IRCP 421), datável também, pela simplicidade do texto, do século I da nossa era. Curiosamente, uma outra coluna epigrafada se assinala em Murte de (Cantanhede), actualmente exposta no Instituto de Arqueologia de Coimbra: é, todavia, de função votiva e está ornamentada de grinaldas em baixo-relevo, como que para sustentar hipotética estátua; reza a epígrafe que se

trata da oferta de Gaio Fábio Viátor à divindade indígena Tabúdico (HAE 1928, DIP pp. 274-276, ILER 930).

A forma de marco induz-nos a pensar em miliário. A circunstância de Gaio Fábio usar um *cognomen* que pode ter havido origem no efectivo exercício de funções viárias será susceptível de apontar nessa direcção. Em Gaia temos um militar — e é sabido que aos militares eram frequentemente distribuídas tarefas de construção de vias. Poderá ser o monumento de Gaia o aproveitamento funerário dum marco, à partida pensado para miliário? Não nos parece hipótese despicienda, se inclusive propusermos que a “missão” de que fala Le Roux tenha sido a construção dum troço da via *Bracara — Olisipo* de resto, Murtede fica também perto do que se sugere para traçado dessa via.

O carácter «fálico» resulta, estou certo, dum «afeiçãoamento» posterior, feito quiçá no momento em que a peça foi regravada. E este é outro dos aspectos que gostaria de focar, porque, se não erro, a tal circunstância ainda se não terá dado o devido valor. Daí, inclusive, o lapso FELICITIS. E, em vez de L. LAVIVS, não teríamos aí um FLAVIVS, uma vez que o *nomen Lavius* é raro (nenhuma referência no AE desde 1961 a 1980) e parece não ocorrer outra vez na epigrafia da Península (em ILER 325 houve lapso de leitura)?

Vejamos, então, a leitura proposta por P. Le Roux:

Liucius • LAVIVS • L(*ucii*) • F(*ilius*) / AEMILIA • TRI(Z?w) / TVSCVS
/ FELICITAIS • IVL(*iae*) /⁵ MILES • LEG(*ionis*) X {*decimae*} / GEM{*inae*} •
vics[/o [...].

Verifica-se, assim, que é ligeiramente diversa a leitura dada pelo *Roteiro*, cujo autor se limitou a copiar o que Armando de Mattos, o primeiro editor da peça, escrevera: na L 1, leu LAVINIUS; na l. 4, FELICITAS; na l. 6, propôs VICTRIX (?). Pessoalmente, preferiria transcrever FELICIT<AT>IS [*sic*] e, na última linha existente, VICScITx

Na verdade, não só é estranho que um cidadão de Olisipo tenha sido inscrito na tribo Emilia, quando se sabe que a tribo desse município foi a Galéria; como também foge às regras habituais a menção da *origo* através de um genitivo: seria de esperar FELICITATE. E se, no primeiro caso, ainda poderíamos supor «que se trata do descendente directo de um colono itálico (se considerarmos certa a leitura LAVIVS) e que, portanto, tal circunstância prevaleceu no momento de escolha da tribo, no segundo só a hipótese de regravação se nos afigura convincente.

Por conseguinte, não só pelas preciosas informações que veicula como também pela importância ímpar dalgumas das peças que refere, é de dar a este *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Gaia* assinalado destaque.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Carlos A. Brochado de ALMEIDA, Maria Cláudia MILHAZES e João M. Viana ANTUNES, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Barcelos, 1991. 130 pp. (formato A4), ilustr.

A introdução, de Brochado de Almeida, bem apoiada por fotografias e gravuras antigas, historia as peripécias por que passou, ao longo dos séculos, o paço condal que é, hoje, sede do Museu Arqueológico, assim como as estruturas urbanísticas envolventes.

Diga-se, desde já, que se trata mais de um museu lapidar que de um museu arqueológico, porquanto aí não vamos encontrar, por exemplo, materiais cerâmicos ou metálicos procedentes das estações arqueológicas do concelho ou o miliário do reinado de Caracala (214 d. C.) a que Hübner se refere (CIL II 4740, ILLER 1809). E se o museu detém, como veremos, interesse para o arqueólogo, será fundamentalmente no âmbito da História da Arte, da Heráldica e da História Local que o seu actual espólio poderá trazer achegas importantes.

Dedica-se uma página a cada elemento estudado, o que permite fácil leitura. Além da foto, geralmente de boa qualidade, caracteriza-se e identifica-se cuidadosamente cada peça: título, descrição, elementos decorativos, dimensões, simbologia, cronologia, observações, material, conservação, proveniência, bibliografia. Talvez esta sequência possa não ser a mais lógica: pessoalmente, poria, por exemplo, a proveniência no início e as observações imediatamente antes da bibliografia. Também a falta de um número de inventário se poderia facilmente ter reparado.

Há, porém, informações preciosas que, por serem dadas com singeleza, poderão passar despercebidas. Assim:

- Na p. 13, referem-se fragmentos de *tegula* cuja proveniência é, “muito possivelmente”, a *villa* romana do Paço de Vila Cova — informação a cotejar com o sítio n.º 1/175 referenciado por Jorge de Alarcão no seu *Roman Portugal* (Warminster, 1988, II/1, p. 9).

- Na p. 15, dá-se conta de uma pedra pertencente ao *podium* de um templo romano. Procede de Martim e a esse edifício alude Jorge de Alarcão sob o n.º 1/233 da obra citada. Aliás, também daí provém a base de coluna descrita na página seguinte.

- Do capitel toscano (p. 17) datável da época tardo-romana não se indica a proveniência (desconhecida?).

- No portão da casa conventual de Chavão (p. 66), datável dos séculos XVI/XVII, está uma inscrição em português, relativa ao seu construtor. Do monumento há bibliografia e talvez não tivesse sido desinteressante que as observações contivessem também a interpretação da epígrafe (como se fez, mais adiante, na p. 74, em relação ao arcaz de Santa Eugênia, de 1284).

- Interessou-me o machado estilizado que figura na tampa de sepultura da igreja matriz (p. 85); não nego que se trate dum símbolo de ofício, mas é flagrante a sua configuração com a das áscias das sepulturas romanas.

- Parece não ter sido ainda estudada em pormenor a inscrição de 1550

gravada, em caracteres góticos, noutra tampa de sepultura, procedente também da matriz, referente a Isabel de Oliveira (p. 86) — cá está um dos exemplos a sabiamente aproveitar numa correlação íntima da Arqueologia e da História da Arte com a História Local. O mesmo se dirá das tampas referidas nas pp. 89, 90 e 91.

- Realce-se a representação iconográfica setecentista (p. 102) da tradicional lenda do galo de Barcelos, assim como as várias placas, datadas de 1596, procedentes da primitiva igreja da Misericórdia, cujo conjunto formaria o versículo, em Latim, dum salmo bíblico: “(•••) de geração em geração para aqueles que O temem”.

- Destaque-se, ainda, a curiosidade da existência de um eventual grelhador (de grauvaque) — p. 110; dos blocos da conduta de água (p. 119); e dos marcos delimitatórios de propriedades, nomeadamente da Casa de Bragança (pp. 121, 122 e 123).

Com divulgação, por vezes, exclusivamente local, livros como este acabam por esgotar-se sem que lhes seja dada a devida importância. Mas eles constituem, como se vê, fértil manancial informativo, a nunca desperdiçar.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

TABULA IMPERII ROMANI (Comité Español): Hoja J-29: Lisboa. Sobre la base cartográfica a escala 1:1 del IGN. Emerita-Scallabis-Pax Iulia-Gades. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente-Ministerio de Cultura, 1995, 220 pp + mapa.

Depois da publicação das folhas K-29 e K-30, correspondentes, *grosso modo*, à metade norte da Hispânia romana, eis que surge a folha J-29 da *Tabula Imperii Romani*, onde se encontram cartografados não só os topónimos e etnónimos da época romana localizados no Sudoeste da Península Ibérica — conhecidos quer através da epigrafia e da numismática, quer através dos autores clássicos —, mas também os sítios arqueológicos do mesmo período, cada um deles acompanhado, no índice topográfico que se estende entre a p. 23 e a p. 168, de pertinentes comentários de extensão necessariamente limitada. Ao contrário do que sucedeu com a publicação da folha K-29, que compreendia teoricamente o quadrante noroeste da Península a partir da metade setentrional do *conuentus Scallabitanus*, foi agora possível incluir os dados respeitantes ao actual território nacional, já publicados parcialmente pelo Prof. Jorge de Alarcão (*Roman Portugal, vol. II: Gazetteer*, Warminster, 1988), que é, de resto, um dos quatro editores do presente livro e o autor da maioria das fichas sobre os núcleos de povoamento da época romana situados no nosso País.

Não nos iremos deter no processo de preparação desta obra, uma vez que o mesmo se encontra genericamente exposto na introdução constante da primeira folha publicada (TIR, K-29), nem, tão-pouco, nos critérios de

elaboração das fichas, descritos com todo o pormenor no início de cada um dos volumes já publicados.

Passemos, pois, a comentar algumas entradas cujo conteúdo nos parece susceptível de interpretações alternativas, quase todas já veiculadas em artigos que não constam da bibliografia citada na presente obra.

AIPORA/EBORA (p. 26).

Não se compreende que nesta entrada sejam recolhidas as referências textuais a *Liberalitas Iulia Ebora* e a *Eburobrittium*, cidades que nada devem ter que ver com a legenda monetária em análise, lida por Villaronga (*Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem* (= *CNH*), Madrid, 1994, p. 400) como MYNAIPORA (e não *Mun. Aipor*). Muito embora tenhamos de pôr de parte a leitura MANAIBORA, que sugerimos na recensão crítica ao citado livro de Villaronga («*Vipasca*», 1, 1994, p. 123), não podemos excluir que o dito letreiro se leia MANAIPORA ou mesmo MYNAIPORA, sendo ainda possíveis outras leituras das letras que se encontram em nexos. Caso MYNAIPORA seja a interpretação verdadeira, é provável que, tal como preconizam as autoras da presente ficha, a dita legenda ateste a existência de um *municipium*. É certo que o estilo dos tipos e a paleografia da legenda deveriam apontar preferencialmente para uma data que não alcançaria sequer os meados do século I a.C. No entanto, se estivermos na presença de um *municipium*, e dada a improbabilidade da existência de *municipia* hispânicos pré-cesarianos, teremos de aceitar para as moedas de *Aipor* a cronologia augustana que lhes é conferida por M. P. García-Bellido («*Archivo Español de Arqueología*», 67, 1994, p. 316).

Ultimamente, fomos informados da descoberta de mais dois exemplares batidos nesta ceca, um no castro de Segóvia (Eivas) e outro em Veiros (Estremoz), locais que, de resto, não se afastam muito de Badajoz, cidade onde terá sido encontrado o outro numisma de proveniência conhecida.

AMMAIA (p. 31).

Sobre o estatuto jurídico-administrativo de *Ammaia*, tema que não foi objecto de tratamento nesta ficha, importa assinalar que, apesar de o teor de uma das inscrições descobertas em São Salvador de Aramenha (J. d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, n.º 618; vide, também, Id., *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Aditamento*, «Trabalhos de Arqueologia do Sul», 1986, p. 107) abonar a atribuição do *ius Latii* a esta cidade por Cláudio ou por Nero (J. de Alarcão, *Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve*, «*Arqueologia*», Porto, 1985, p. 103; Id., *O reordenamento territorial*, «Nova História de Portugal I: Portugal das Origens à Romanização», 1990, p. 365), tal não significa que o mesmo sirva para caucionar a classificação de *Ammaia* como *municipium iuris Latini* (P. Le Roux, *Les villes de statut municipal en Lusitanie romaine*, «*Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires*. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)», Paris, 1990, p. 44).

Conimbriga, 35 (1996), p. 219-239

BAESVRIS (p. 41).

Desde o trabalho de R. Mowat, *Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie*, «O Archeologo Português», 5, 1900, p. 17-24, baseado no exame de um numisma em bom estado de conservação, que se sabia qual a leitura correcta deste topónimo. Sobre a cronologia dos bronzes cunhados em *Baesuris*, vide A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas no actual território português*, «História de Portugal, vol. II: o mundo luso-romano», Amadora, 1993, p. 193-194 e «Vipasca», 2, 1993, p. 145; Id. *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português*, «La Moneda Hispánica: Ciudad y Territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)», Madrid, 1995, p. 143-144. Para além das moedas de bronze, foram também batidos quadrantes de chumbo com a legenda BAES(wN) (A. Casariego, G. Cores e F. Pliego, *Catálogo de plomos monetiformes de la Hispania Antigua*, Madrid, 1987, p. 121-122; A. M. de Faria, *Moedas de chumbo, da época romana, cunhadas no actual território português*, «Numismática», 47, 1987, p. 24; Id., *Moedas da época romana cunhadas no actual território português...*, p. 193; Id. *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português...*, p.143).

BALSA (p. 42).

Não foi aqui trazido à colação o testemunho das cunhagens monetárias bal-senses (M. V. Gomes e R. V. Gomes, *Novas moedas hispánicas de Balsa e Ossonoba*, «Nummus», 2ª série, 4-6, 1981-1983; A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas no actual território português...*, p. 194; CNH 408:1-3, 424:5, 518:1A; A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português...*, p. 144)

CANACA (p. 52).

Mais fidedigna do que a forma toponímica transmitida por Ptolemeu deverá ser ocanaca (lat. *O canaca*), provável legenda toponímica gravada em caracteres ibéricos meridionais em raros chumbos monetiformes recentemente publicados (A. Casariego, G. Cores e F. Pliego, *Catálogo de plomos...*, p. 4, n.ºs 3 e 4), e com reversos tipologicamente semelhantes aos que figuram nas moedas de *Carbula* (CNH 364:2-4).

CIBILITANI (p. 63).

Relativamente a este «etnónimo» transmitido por Plínio (NH 4.118), as moedas que ostentam a legenda toponímica CILPES, certamente relacionadas com aquele, aconselham a opção pela variante *Cilibitani*, também presente nalguns manuscritos plinianos (*contra*, A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português...*, p. 146). Muito embora *Cilpitani* fosse a grafia mais fiel ao testemunho da numismática. No entanto, à luz de SILB, SILBES e SILP [?], legendas que, a par de uma outra SILPIS, tivemos a oportunidade de observar em moedas inéditas que esperamos ver um dia publicadas, o “etnonimo” ora em análise poderá, para além de *Cilibitani* e *Cilpitani*, assumir as seguintes formas: *Cilbitani* e *Cilipitani*.

Conimbriga, 35 (1996), p. 219-239

CILPE (p. 63).

CILPES, e não CILPE, é a legenda toponímica completa que se encontra reproduzida nas moedas de bronze de tipologia conhecida há muitas décadas (E. da Veiga, *Antiguidades monumentais do Algarve*, «O Archeologo Português», 15, 1910, p. 229-233; P. B. Reis, *Moedas de Cilpes e não Cilpe*, «Revista de Arqueologia», 2, 1934, p. 118-119; A. M. de Faria, *Moedas de chumbo...*, p. 26 e p. 28, n. 18). Tanto quanto sabemos, todas as moedas desta ceca cujo local de adiantamento é conhecido provêm da região ocidental do Algarve.

CONOBARIA/COLOBANA (p. 65).

Colobana é certamente erro dos manuscritos plinianos. Nas moedas, este topónimo figura sob a forma CVNVBARIA (e não CVNBARIA) (R. M. S. Centeno, *Circulação monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, Porto, 1987, p. 167; A. M. de Faria, *Algumas considerações a propósito do Album de la antigua colección Sánchez de la Coteria de moneda ibero-romana*, «Numismática», 48, 1988, p. 7).

DIPONE (p. 74).

O autor desta ficha não mencionou a existência de moedas de bronze cunhadas em *Dipo* (A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas no actual território português...*, p. 194; CNH 403:1, 3; «Vipasca», 3, 1994, p. 124; A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas em territorio actualmente português...*, p. 146-147).

EBORA (p. 75-76).

Não havendo motivos para pensar que *Ebora* era já possuidora do estatuto municipal na época de César, com base em Plínio (NH 4.117) e nas moedas cunhadas nesta cidade, cremos ser mais plausível sustentar que a mesma terá passado de *oppidum ueteris Latii* a *municipium* por volta de 12 a.C. («Vipasca», 3, 1993, p. 141-142; A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português...*, p. 147-148).

Enchurrasqueira, Monte da (p. 77).

Os fornos de ânforas em causa situam-se no Monte da Enxarroqueira ou Xarroqueira, não havendo, quanto a nós, necessidade de dar crédito, mediante a sua publicação, a formas toponímicas incorrectas. Aliás, duvidamos de que Enchurrasqueira possa ser considerada a forma popular do topónimo (*contra*, A. M. Dias Diogo, *Fornos de ânforas do Monte da Enchurrasqueira e do Vale da Cepa: notícia preliminar*, «Conimbriga», 22, 1983, p. 211; este artigo ocupa as p. 209 a 215 da citada revista, em vez das p. 205 a 207, referidas nesta entrada).

ILIPLA (p. 91).

A menção a **Alos* numa inscrição achada em Niebla (E. Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlin, 1869, n.º 954) leva-nos a localizar aqui a cidade/ceca de *Ilipula-Halos* (CNH 389:1) («Vipasca», 3, 1993, p. 135).

Conimbriga, 35 (1996), p. 219-239

LACCOBRIGA (p. 97).

Ph. O. Spann (*Lagobriga Expunged: Renaissance Forgeries and the Sertorian War*, «Transactions of the American Philological Association», 11, 1981, p. 229-235) tentou, a nosso ver sem êxito, provar que *Lac(c)obriga* se situava, não em Lagos (deve situar-se bem próximo, no Monte Molião), nem sequer no extremo sudoeste da Península, mas nas imediações de Setúbal. Em todo o caso, o mesmo autor terá razão em considerar que a passagem de Plutarco (*Sert.* 13.7) deverá aludir a *Lang obriga* (*It. Ant.* 421), situada entre *Talabriga* e *Cale*, tese igualmente subscrita por C. F. Konrad (*Plutarch's Sertorius. A Historical Commentary*, Chapel Hill-London, 1994, p. 139), que, contudo, localiza a cidade em questão na *Callaecia*.

LAELIA (p. 97).

Nesta entrada, não é mencionada a existência de uma emissão monetária que ostenta no anverso a cabeça de Octaviano/Augusto (A. M. de Faria, *Sobre a data da fundação de Pax Iulia*, «Conimbriga», 28, 1989, p. 108-109; A. Burnett, M. Amandry e Ripollès, P. P., *Roman Provincial Coinage*, I, London-Paris, 1992, p. 75; «Vipasca», 3, 1993, p. 142).

MENDICVLEIA (p. 107).

Talvez seja possível encontrar neste topónimo a origem de *Coleia*, nome de uma *ecclesia* sueva na dependência de *Veseo* e, posteriormente, ceca visigoda (P. David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, 1947, p. 37). Inclusivamente, nada impede que ambos os topónimos desigrem, em épocas distintas, uma só localidade.

MYRTILIS (p. 114).

Murtili é o nome desta cidade, tal como figura nas moedas nela cunhadas. Algumas delas têm gravado L. AP. DEC., certamente um nome de magistrado (A. M. de Faria, *Moedas da época romana cunhadas no actual território português...*, p. 195; Id., *Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português...*, p. 148-149; J. Untermann, *La latinización de Hispania a través del documento monetari*, «La Moneda Hispánica: Ciudad y Territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)», Madrid, 1995, p. 313), apesar da opinião em contrário de M. P. García-Bellido, aqui veiculada, que vê naquelas abreviaturas uma fórmula administrativa púnica traduzida para latim. É possível que *Murtili* tenha recebido o direito latino de César, mas nada impede que tenha sido Octaviano/Augusto a outorgar tal privilégio («Vipasca», 3, 1993, p. 134; A. M. de Faria, *Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas no actual territorio português*, «Vipasca», 4, 1995, p. 95).

NORBA (p. 116).

Ao compulsamos as referências bibliográficas desta entrada, notámos a ausência do trabalho de J. J. Sayas Abengochea e R. López Melero, *Sobre la colonia Norba Caesarina*, «Dialoghi di Archeologia», terza serie, 10, 1992,

p. 251-261; por outro lado, não há a mínima referência à cronologia da fundação colonial de *Norba*.

OLISIPO (p. 119).

Afastada a inclusão de *Olisipo* nos municípios cesarianos por falta de provas, a atribuição dos *cognomena Felicitas Iulia* a *Olisipo*, acompanhados do estatuto municipal, deverá ser enquadrada nos planos programáticos e propagandísticos da facção vencedora da decisiva batalha de *Actium*, postos em prática a partir de 30 a.C. (A. M. de Faria, *Sobre a presença romana no actual território português. Apostilas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão*, «Conimbriga», 28, 1989, p. 64; Id., *Sobre a data...*, p. 104; «Vipasca», 3, 1993, p. 134; A. M. de Faria, *Plínio-o-Velho...*, p. 93).

Depois de provada a inexistência do deus indígena **Aponianicus Poliscinius* (J. C. Ribeiro, **Aponianicus Poliscinius: um falso teónimo*, «Veleia», 2-3, 1985-1986, p. 311-325), não se justifica continuar a evocá-lo.

OSSONoba (p. 121).

A concessão da categoria municipal a *Ossonoba* por César ou por Augusto é muito duvidosa (V. Mantas, *As cidades marítimas da Lusitânia*, «Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988)», Paris, 1990, p. 183; Id., *A cidade luso-romana de Ossonoba*, «Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía (Córdoba, 1988)», Córdoba, 1993, p. 524), até porque Plínio não incluiu esta cidade entre as comunidades privilegiadas da Lusitânia. É igualmente certo que os Ossonobenses não figuram na lista dos povos classificados como estipendiários (Plin. *NH* 4.118) (V. Mantas, *As cidades marítimas...*, p. 183; Id., *A cidade luso-romana...*, p. 524; *contra*, R. Wiegels, *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien. Ein Katalog*, Berlin, 1985, p. 157), mas o mesmo sucede relativamente a dezasseis outras comunidades, já que apenas vinte das trinta e seis consideradas estipendiárias são explicitamente mencionadas por Plínio. Afigura-se mais provável ter *Ossonoba* acedido à condição de *municipium iuris Latini* com Vespasiano (R. Wiegels, *Die Tribusinschriften...*, p. 157; P. Le Roux, *Les villes...*, p. 45), muito embora não seja de descartar a concessão do direito latino por parte de Cláudio, à imagem do que terá acontecido com *Ammaia* (P. Le Roux, *Les villes...*, p. 44), sem que tal tenha necessariamente implicado a atribuição do estatuto municipal {*contra*, V. Mantas, *As cidades marítimas...*, p. 183; Id., *A cidade luso-romana...*, p. 524).

PAX IVLIA (p. 124).

Por razões que desconhecemos, a nossa perspectiva sobre a data da fundação de *Pax Iulia* e a relação que estabelecemos entre este acontecimento e a cunhagem de duas emissões monetárias nesta colónia (A. M. de Faria, *Sobre a data...*, p. 101-109) foi completamente ignorada.

SALACIA (p. 136-137).

Sobre o nome pré-romano de *Salada* e as moedas que o reproduzem, vide A. M. de Faria, *Numária de *Cantnipo*, «Conimbriga», 28, 1989; Id., *Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal*, «Vipasca», 1, 1992; Id., *Moedas da época romana cunhadas no actual território português...*, p. 193, artigos que, na ficha em causa, não foram objecto de referência. A leitura daquele topónimo sugerida há mais de duas décadas por Untermann — **(ke)touibon** — (*Monumenta Linguarum Hispanicarum. I. Die Münzlegenden*, Wiesbaden, 1975, p. 343), perfilhada nesta ficha, já foi por ele mesmo abandonada (J. Untermann, *La latinización de Hispania...*, p. 312, n. 69).

SELLIVM (p. 146).

Seilium, e não *Sellium*, deverá ter sido o verdadeiro nome desta cidade lusitana (vide ultimamente J. C. Ribeiro, *A Ora Marítima de Avieno e a descrição da costa atlântica entre o Cabo da Roca e a foz do Sado. A propósito da localização de Poetanion*, «La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Coimbra, 13-15 de octubre de 1994)», Salamanca, 1996, p. 293, n. 8, citando bibliografia anterior).

VETTONES (p. 162).

Entre os testemunhos epigráficos da existência de *Vettones* (Vetoes) estão recolhidos alguns exemplos da utilização do *cognomen* *Vetto*, mas hoje não é possível provar que os respectivos portadores pertenciam de facto àquele povo.

VGIA (p. 163).

As moedas que apresentam a legenda toponímica VGIA {CNH 426:1) poderão pertencer à cidade em questão.

Villasviejas del Tamuja (p. 165).

Nos reversos das moedas bilingues de *Tamusia* {CNH 406:1) é indubitável a presença de um I a encerrar a legenda: **TAMVSIENSI** (F. Villar, *Nueva interpretación de las leyendas monetales celtibéricas*, «La Moneda Hispánica: Ciudad y Territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)», Madrid, 1995, p. 340).

Num trabalho com as características de que este se reveste, é natural que se detectem algumas omissões no que diz respeito aos vestígios arqueológicos da época romana, sobretudo aqueles que foram descobertos e estudados nos últimos anos. Não podemos, todavia, deixar de manifestar a nossa estranheza pelo facto de a ceca de *Ipses* (A. M. de Faria, *Ipses, uma ceca hispano-romana do Sudoeste*, «Acta Numismática», 17-18, 1987-1988, p. 100-104) ter escapado à atenção dos

numerosos colaboradores deste volume. Não obstante, a obra em análise merece todo o nosso apreço pela maneira como sistematiza os conhecimentos sobre cada um dos sítios que revelaram marcas de natureza onomástica e/ou arqueológica da presença romana no Sudoeste peninsular. As anotações acima reproduzidas destinam-se essencialmente a mostrar que algumas entradas poderão talvez merecer um maior aprofundamento numa eventual segunda edição.

ANTÓNIO MARQUES DE FARIA

GUERRA, Amílcar, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Arqueologia & História Antiga, n.º 1, ed. Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1995, 176 pp.

O texto agora editado corresponde, no essencial, ao trabalho de investigação apresentado por Amílcar Guerra, em 1988, como dissertação de Mestrado em Literaturas Clássicas na Faculdade de Letras de Lisboa. A sua publicação insere-se num novo projecto das edições Colibri, cujo responsável é Victor Gonçalves, que visa dar a conhecer um conjunto de estudos inéditos orientados para análises de áreas da Pré-História, Arqueologia e História Antiga.

O Autor reparte a sua intensa actividade profissional por áreas diversas como o estudo da História Antiga — de que o presente livro é um reflexo —, Arqueologia, Epigrafia e a docência como assistente no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

Este breve ensaio faz ressurgir um texto literário antigo: *Naturalis Historia* de Plínio-o-Velho, uma das obras latinas mais importantes para o conhecimento do Ocidente peninsular no período romano. A sua principal virtude é, precisamente, o de fazer renascer a obra pliniana, uma das mais divulgadas e comentadas da sua época e, simultaneamente, tão alheia a estudos linguísticos e análises geográficas por parte dos nossos estudiosos de História Antiga; daí que consideremos que esta antologia vem colmatar uma grande carência neste âmbito.

Plínio-o-Velho e a Lusitânia é o veículo que nos dá a conhecer uma fonte inestimável de informações relativas ao nosso território na Antiguidade, muitas delas, ainda, a necessitarem de aprovação material, outras definitivamente resolvidas e descritas nesta edição. O texto inédito agora dado à estampa, passados mais de sete anos após a sua apresentação, foi revisto e remodelado, sofrendo as alterações necessárias à sua actualização.

A oportunidade deste 1.º volume da colecção Arqueologia & História Antiga resulta, então, irrefutável:

1) porque divulga um clássico, não na sua totalidade, mas os excertos com esclarecimentos a respeito da Lusitânia e, consequentemente do nosso território;

2) porque, sendo a síntese de uma dissertação de Mestrado, apresenta com clareza, concisão e arguto poder de análise — mercê da perspicácia e rigor con-

ceptual e metodológico com que o autor aborda a fonte — o estudo linguístico e a relação textual com os vestígios do nosso passado.

A obra pliniana sofreu um tratamento especial, tendo o autor optado, como se disse, por uma criteriosa selecção e tradução somente dos passos que têm por protagonista a Lusitânia. Elaborou, igualmente, uma profunda reflexão crítica que explora alguns dos aspectos de maior controvérsia patentes no texto latino, o que resultou num comentário sintético que, contudo, não apagou definitivamente certas questões, nem é demasiado fatigante no tratamento dos excertos escolhidos. Edificou, portanto, uma selecta harmoniosa, capaz de coadjuvar a retoma de problemas em aberto, assim como contribui para um melhor conhecimento da geografia lusitana. Plínio-o-Velho é, de resto, o autor latino de que possuímos actualmente o conjunto mais completo de informações a respeito da Lusitânia, em boa parte recolhida noutros clássicos mas, nalguns casos, fruto de uma experiência directa graças ao exercício de uma curta, mas proveitosa, procuradoria na Tarraconense.

Permita-nos o autor a audácia de abrir um curto parêntese: a leitura do seu ensaio deu-nos a sensação de que este não se dirige a um público mais vasto do que o dos historiadores da Antiguidade. A inclusão de um mapa, para muitos um simples pormenor, teria sido uma concessão útil para cativar e introduzir o tema junto de uma assistência mais ampla que a dos especialistas. A sua introdução tomaria a leitura mais clara a um auditório leigo, mas interessado, e/ou estudantil universitário. No entanto, não negamos o seu carácter único como ponto de partida ou consulta para futuras investigações, quer por parte dos peritos na matéria quer de uma camada estudantil empenhada neste tipo de estudos.

Cabe-nos, ainda, salientar a boa impressão do livro que contribui para uma leitura fácil e agradável que, de resto, apenas contém raríssimas gralhas.

A abertura do livro conta com um curto “Limiar”, de Victor Gonçalves, que nos apresenta os objectivos da nova colecção e a importância da divulgação deste seu primeiro volume com o texto de um autor clássico, salientando que os “*textos escritos* e a *Arqueologia* têm necessariamente de fazer comum caminho e a segunda verificar, confirmar ou infirmar os primeiros” (pág. 10).

O texto abre com um Preâmbulo (pp. 11-15), antecedendo a Introdução (pp. 19-27) e o corpo da publicação dividido em três partes: Texto (pp. 28-43), Comentário (pp. 45-141) e Conclusões (pp. 143-149). Segue-se-lhe a Bibliografia (pp. 151-165) e o índice (pp. 167-176).

A leitura do Preâmbulo é primordial, dado que aí o autor declara como escolheu este tema, as suas dificuldades, objectivos, opções metodológicas e estrutura do texto. Traça, ainda, uma panorâmica dos autores que, no passado, dedicaram esforço e labor na divulgação da fonte em análise.

A preceder o corpo da obra podemos apreciar uma curta, mas rigorosa, Introdução que nos dá um panorama sucinto da vida e obra de Plínio-o-Velho. Portanto, a sua leitura reveste-se de grande interesse para conhecermos melhor o autor e o documento original mas também para ajuizarmos da forma como o comentador encara o seu valor e fiabilidade informativa.

Na primeira parte, o Texto, é-nos proposta a avaliação da tradução dos passos plinianos seleccionados. Apresenta, logo à partida, uma originalidade dada a essência da proposta — o seu bilinguismo: texto latino na página da direita e tradução portuguesa na da esquerda. O método adoptado permite olhar a fonte original e ajuizar da maior ou menor fiabilidade da tradução, pelo menos, pelo público restrito dos especialistas.

O Comentário que constitui o grosso da obra, é consagrado à avaliação e interpretação, com a indispensável precaução, dos trechos traduzidos. Como é um trabalho que obedece a certos limites e a um reduzido número de páginas, os comentários são sintéticos, mas muito claros, bem esquematizados e ponderados, a assinalarem um notável conhecimento do texto clássico. Cada passo é sumária e individualmente tratado, tecendo-lhe o autor diversas ilações que incidem tanto nos seus aspectos linguísticos e literários como nos de carácter histórico propriamente dito.

Elogioso é o recurso frequente à intercepção da fonte textual com dados aduzidos a áreas como a Arqueologia, a Epigrafia ou a Numismática, enquadrando as informações escritas com os vestígios materiais do passado, reconstituindo o que existia e confirmando ou infirmando o texto escrito. Portanto, a utilização da consonância textual/material assume o maior significado, por os segundos constituírem expressão pública de uma realidade palpável, a prova cabal para resolver alguns mistérios do texto pliniano. Consideramos, portanto, que esta preferência metodológica é a condição necessária para uma mais correcta interpretação da fonte, a opção que permite desfazer algumas ambiguidades e/ou inexactidões que têm dado lugar a uma amálgama de equívocos em relação às circunscrições administrativas, categorias das cidades, existência e localização geográfica de povos na Lusitânia.

As constantes notas de rodapé fornecem uma preciosa selecção bibliográfica sobre os temas em análise, contribuindo para fazer deste livro um bom instrumento de trabalho e de consulta.

Na terceira parte, as Conclusões, o Autor sintetiza o conteúdo do ensaio, expondo, resumidamente, as características linguísticas, o estilo e o valor das informações do Naturalista. A liberdade expositiva das palavras e a elegância do discurso pliniano são apontadas como duas das suas particularidades mais importantes.

A encerrar, a Bibliografia e os índices gerais de consulta. A Bibliografia é extensa e actualizada, um desenvolvimento de alguma forma completo às inferências feitas ao discurso original, dando uma panorâmica relativamente perfeita do actual estado dos nossos conhecimentos. Revela-se, então, como uma hipótese bastante útil ao leitor mais interessado em aprofundar um ou outro aspecto em apreço na presente edição.

O índice divide-se em dois grupos: geográfico e onomástico, facilitando sobremaneira o acesso a partes específicas do comentário à antologia.

Concluimos reconhecendo o valor de um Autor, cuja familiaridade com a Literatura Clássica caminha a par com conhecimentos de Arqueologia, Numismática e Epigrafia, traduzidos num texto de carácter geral que tão bem aprecia a obra

pliniana. Portanto, o livro em apreço deve ser, doravante, um ponto de referência obrigatório para a recolha de dados acerca da reconstituição geográfica da Lusitânia e um marco indispensável para futuras investigações que conjuguem as novas descobertas materiais com as informações, em aberto, aduzidas à fonte textual.

MARGARIDA I. NUNES

MARTIN, René (dir.), *Dicionário Cultural de Mitologia Greco-Romana*, Pubi. Dom Quixote, Lisboa, 1995, 302 pp.

A obra em apreço tem por objectivo divulgar a mitologia greco-romana e destacar o seu papel fundamental na formação da cultura europeia. Por toda a Europa os deuses do Olimpo ou os heróis da Guerra de Tróia constituíram uma admirável fonte de inspiração para escritores, escultores ou cineastas. A importância da presente edição reside no seu carácter único como fonte de divulgação dos mitos forjados na Antiguidade e sua posteridade cultural ao longo dos tempos.

René Martin, professor da Universidade de Paris, é o autor-coordenador do dicionário, contando com a colaboração de três professores-assistentes do mesmo estabelecimento de ensino e de uma conferencista da Universidade de Tours, nas rubricas de “iconografia”, “música”, “linguagem”, “cinema” e nos “domínios literário e histórico”, permitindo uma análise mais ampla do que o simples relato de uma história inventada e adoptada com fé e convicção na Antiguidade.

O mito é uma história fantástica de criação popular que pretende responder aos enigmas primordiais, fenómenos naturais ou comportamentos que espantavam o Homem no passado. A sua definição é simples, obedecendo sempre a três pressupostos:

- é o relato de um acontecimento ocorrido no tempo primordial;
- tem por protagonistas deuses, animais ou homens possuidores de uma essência particular;
- e fornece a explicação de qualquer coisa que se passa ou existe no tempo real, esclarecendo as suas causas.

A realidade do relato não é confirmada histórica ou cientificamente, antes constitui objecto da crença popular. Portanto, é sempre uma narrativa fabulosa que responde a um mistério, relatando as façanhas de deuses ou de heróis, susceptível de dar uma explicação do real satisfatória para um espírito primitivo.

A presente mitografia revela-nos, mercê de uma selecção rigorosa, um conjunto de relatos da mitologia greco-romana, a maioria dos quais se contam entre as mais importantes obras da literatura universal. Mitos que se encontram omnipresentes nas letras e nas artes figurativas de um extremo ao outro da Europa, constituindo, ao lado das Escrituras Sagradas e da História Antiga, uma tripla herança que se conserva viva no seio da modernidade.

Este dicionário dirige-se a um auditório vasto, mercê da acuidade e rigor conceptual e metodológico com que os autores abordam o tema. Portanto, é uma síntese de primordial importância para os alunos dos ensinos secundário e superior e também para um público que sinta curiosidade pelas raízes mitológicas da cultura europeia. No entanto, não integra a totalidade dos mitos antigos, apenas apresenta os mais importantes do ponto de vista cultural, bem como somente as suas versões mais credíveis, remetendo os leitores mais curiosos para as obras essenciais de consulta.

Cabe-nos, ainda, evidenciar a boa impressão da publicação, que contribui de forma peremptória para uma leitura fácil e agradável que, de resto, apenas contém raríssimas gralhas.

A abertura da obra conta com um curto “Prefácio” (pp. 9-11), dos autores, que aborda a sobrevivência do mito ao longo dos séculos e as opções metodológicas e estruturais que enformam o presente dicionário.

A anteceder o corpo da publicação, surgem algumas páginas a cores, consagradas, essencialmente, à apresentação de obras de inspiração mitológica e uma introdução intitulada “A Mitologia Greco-Romana” (pp. 17-27). Segue-se-lhe o Dicionário (pp. 29-251) e os Anexos (pp. 253-302).

A introdução, breve mas rigorosa, engloba um conjunto de complementos essenciais ao leitor para um primeiro contacto com a temática em questão:

- apresentação dos autores greco-latinos que possuem, pelo menos, uma obra de inspiração mitológica (pp. 19-22);
- um conjunto de mapas de cariz mitológico (pp. 23-26);
- um quadro que estabelece a correspondência entre os nomes gregos e latinos dos deuses e heróis (p. 27).

Em relação aos mapas mitológicos, gostaríamos de fazer uma breve advertência para evitar erros semelhantes em projectos futuros: o primeiro não apresenta título nem legenda e todos eles foram impressos sem terem sido traduzidos para português.

O dicionário apresenta uma estrutura vulgar, apresentando os artigos por ordem alfabética e o texto em duas filas paralelas para uma maior comodidade de leitura. Por cada artigo, propõe a apresentação de uma personagem, lugar ou tema mitológico; a história do mito correspondente e o seu significado. A concluir a aproximação inicial, traça uma perspectiva sobre a perpetuação do relato, particularmente na literatura, mas também na iconografia, na música e no cinema. Como complementos, introduz ao longo do texto figuras devidamente comentadas e genealogias de deuses e heróis com o objectivo de clarificar a leitura.

Os artigos, dada a essência da proposta, são breves, mas muito claros e ponderados, a denotarem um conhecimento notável do tema e das suas reminiscências. Elogiosa é a possibilidade concedida, por cada artigo, a uma investigação pluridisciplinar, estabelecendo associações fundamentais em redor de uma personagem, de um lugar ou de uma noção chave. Por outro lado, esta opção metodológica permitiu aos autores não sobrecarregar o corpo de cada unidade e propor pistas de correlação que permitem alargar conhecimentos e elaborar trabalhos temáticos.

Seguem-se-lhe os Anexos, com uma “Abordagem Geral da Mitologia Greco-Romana” (pp. 255-264), em que os autores avaliam e interpretam a noção de Mito, para em seguida, traçarem uma perspectiva sobre o seu sentido etimológico desde o antigo ao moderno. Este estudo em anexo permite, ainda, contactar com a origem da mitologia grega, as suas principais características, difusão e relação Mito/Religião.

Neste grupo, surge também um conjunto de estudos sucintos sobre as reminiscências mitológicas nas Artes Plásticas (p. 265), na Música (p. 267), e no Cinema (p. 269), permitindo antever os relatos antigos a que a nossa cultura foi beber inspiração e fundamento para foijar parte das suas obras.

A completar esta última parte da obra, surgem diversos índices: “índice Geral” (pp. 271-275), para facilitar o acesso aos diferentes artigos, “Palavras e Expressões de Origem Mitológica” (pp. 279-282), “Escritores” (pp. 283-288), “Pintores e Escultores” (pp. 289-291), “Compositores” (pp. 293-294) e “Realizadores de Cinema” (pp. 295-296), formando um conjunto analítico sobre as influências mitológicas nas diversas faces da cultura europeia.

Finalmente, os autores seleccionaram uma série de obras de carácter geral, temáticas e artigos sobre o tema em análise. A bibliografia somente refere os estudos traduzidos ou escritos em francês, dado o grande leque de opções existente. Selecção que convida o leitor mais interessado a completar os seus conhecimentos através das obras mencionadas.

Esta selecção mitológica constitui, portanto, uma obra de consulta e trabalho imprescindível, além de contribuir para consciencializar os leitores da importância que a mitologia greco-romana exerceu ao longo do tempo na formação de uma identidade cultural europeia. Logo, uma publicação fundamental que há muito se justificava, um óptimo guia para irmos ao encontro de uma das muitas heranças que a civilização greco-latina nos legou e um marco indispensável para futuras investigações.

MARGARIDA I. NUNES

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

JORGE DE ALARCÃO — <i>As Origens do Povoamento da Região de Viseu.</i>	5
ÉLVIO MELIM DE SOUSA — <i>Cerâmicas ditas Campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra.....</i>	37
SÓNIA M. ^a GARCÍA MARTÍNEZ, PATRICK LE ROUX — <i>Un Nuevo Testimonio sobre "Celticvm Flavivm" en "Asturica Augusta" (Astorga, León).....</i>	59
LAURENT CAROL — <i>Art et Société D'après Les Stèles Funéraires de Cdrquere.....</i>	69
ANA PAULA FERREIRA — <i>As Saudações do Além entre os Romanos.....</i>	107
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO — <i>Problemas em Aberto na Epigrafia Mirobrigense</i>	129
ANTÓNIO MARQUES FARIA — <i>Nomes de Magistrados em Moedas Hispânicas. Correções e Aditamentos.....</i>	147
SÁLETE DA PONTE — <i>Vestígios Antigos dos Hidrossistemas Romanos de Tomar.....</i>	189
ÉLVIO MELIM DE SOUSA — <i>"Terra Sigillata" Marmoreada proveniente de Tróia de Setúbal.....</i>	207
Recensões Bibliográficas.....	219

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

Execução Gráfica
G.C. - Gráfica de Coimbra
Depósito Legal n.º 93223/95

